



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio

DO MUSEU À MUSEOLOGIA:

***Constituição e consolidação de uma
disciplina***

Luciana Menezes de Carvalho

UNIRIO / MAST - RJ, Janeiro de 2017

DO MUSEU À MUSEOLOGIA:

*Constituição e consolidação de uma
disciplina*

por

LUCIANA MENEZES DE CARVALHO

*Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Tereza
Cristina Moletta Scheiner.

UNIRIO/MAST - RJ, janeiro de 2017

C 331 Carvalho, Luciana Menezes de
Do museu a museologia: constituição e consolidação de uma disciplina /
Luciana Menezes de Carvalho. – Rio de Janeiro, 2017.
xii, 200f. : il.

Orientador: Professora Doutora Tereza Cristina Moletta Scheiner
Bibliografia: f. 177-191
Inclui anexos

Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) -- Programa de Pós-
Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro - UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST,
Rio de Janeiro, 2017.

1.Museu. 2. Museologia.3.Museologia - Disciplina 4. Disciplina
acadêmica. I. Scheiner, Tereza Cristina Moletta Scheiner.II. Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós- Graduação em
Museologia e Patrimônio III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV.
Título.

CDU: 069.12

FOLHA DE APROVAÇÃO

DO MUSEU À MUSEOLOGIA:

Constituição e consolidação de uma disciplina

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____
Tereza Cristina Moletta Scheiner
(orientadora – PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof. Dr. _____
Lena Vania Ribeiro Pinheiro – PPG-PMUS UNIRIO/MAST

Prof. Dr. _____
Márcio Ferreira Rangel – PPG-PMUS UNIRIO/MAST

Prof. Dr. _____
Carlos Tadeu Siepierski – UNIFAL-MG

Prof. Dr. _____
Francisca Hernandez Hernandez – Universidad Complutense de Madrid

Rio de Janeiro, 2017

“*Todo fenômeno social* tem na verdade um atributo essencial: seja um símbolo, uma palavra, um instrumento, uma instituição; seja mesmo a língua, e até a ciência mais bem feita; seja ele o instrumento mais bem adaptado aos melhores e mais numerosos fins, seja ele o mais racional possível, o mais humano, ele é ainda arbitrário”.

Marcel Mauss.

“O ponto de vista cria o objeto”.

Ferdinand de Saussure.

“[...] até as categorias mais abstratas, apesar de sua validade – precisamente por causa de sua natureza abstrata – para todas as épocas, são, contudo, no que há de determinado nesta abstração, do mesmo modo o produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas mesmas condições”.

Karl Marx.

Agradecimentos (gratidão)

Não há como passar nesta vida e não ser grato. Não há como pensar que tudo que foi feito é mérito exclusivo de um e apenas um indivíduo. Somos produzidos, produzimos e vivemos em sociedade. Somos o que somos graças às distintas coletividades do qual fazemos parte e, concomitantemente, graças aos outros indivíduos com quem interagimos. Este trabalho contou com pessoas de muitas coletividades, e achei por bem dividir este momento de gratidão (registrado) entre elas.

O primeiro grupo é composto pela Trindade Cristã (Pai, Filho e Espírito Santo), que me acompanha e cujos membros se revezam - em amor, amizade e conforto - quando e onde eu preciso. *Soli Deo Gloria!*

O segundo grupo é meu núcleo familiar e, nesse grupo, estão meu pai (Jorge), minha mãe (Rosalia), meu irmão (Rafael), minha cunhada (Thaís) e minha sobrinha (Cecília) – essa última foi a coisa mais fantástica que me aconteceu durante o doutorado. Vocês são meu suporte, meu referencial primeiro, minha base, meu porto. Obrigada sempre! Não os mereço...

O terceiro grupo é composto pela família. Tios e tias, primos e primas, a parentada que reclama da ausência, mas sente aquele orgulho profundo quando conquistamos as mínimas coisas. Não podia deixar de mencionar nomes como Sonia, Ricardo, Ana Beatriz, João Marcelo e Rosângela (Zó) que, por muito pouco, não migram para o segundo grupo – tanto pelo amor quanto pela atenção que me devotam. Amo todos e todas!

O quarto grupo é o que denomino como acadêmico: nele eu cito, em primeiro lugar indiscutível, a figura da minha orientadora – Tereza Scheiner. Tereza, estamos há tanto tempo juntas que não saberia julgar o impacto desta jornada de quase treze anos – mas sei que foi fundamental e que não poderia ter sido de outra forma. Você será aquela pessoa de quem eu sempre me lembrarei quando pensar de onde vim e comecei na Museologia e, quanto a isso, nunca deixarei de ser grata a você...

Agradeço imensamente aos membros da banca que aceitaram participar deste processo, em especial ao Carlos Tadeu, por ter acompanhado e abraçado este projeto quando ele sequer era um. Aos demais professores do PPG-PMUS, por conselhos, aulas, momentos que tiveram sua importância no processo. Agradeço em especial ao Prof. Ivan de Sá, pelo acesso ilimitado ao Núcleo da Memória da Museologia – NUMMUS. Agradeço também à Cristina Bruno, que prontamente respondeu algumas questões que surgiram sobre a especialização de São Paulo.

O quinto grupo é composto pelos meus “amigos da Museologia”, e em especial aqueles que acompanharam de muito perto (mesmo às vezes do outro lado do mundo) o processo de elaboração desta tese: Caliane, Damon, Diogo, Henrique, Silvilene, Olga, Sandra (“*food for thought!*”), Paola, Luciene, Fernanda, Aline, Liliane, Eurípedes, Anaildo, Bárbara, Vinícius, Camila (pela força no francês!) e Iuri (apesar de ser da CI, você para mim também é da Museologia – obrigada pela ajuda na revisão!). Vocês tornaram este processo repleto de aprendizado, contentamento e companheirismo. Obrigada!

Ainda nesse grupo, era necessário fazer um agradecimento separadamente ao Bruno, aquela pessoa da qual sinto o maior orgulho e que será a pessoa que também sentirá maior orgulho deste trabalho. Só nós sabemos, meu grande amigo!

O quinto grupo são os amigos em geral: desde a infância, de Alfenas, os irmãos em Cristo, e dentre eles preciso destacar: Gilmara, Irani, Agueda, Eloíse, Evandro, Nathany, Carlan, Fátima, Nathalia, Hermes, Levi, Shirley, Antônio, Eliane, Marly, Lárame, Mirlene, Mariana, Carolina e Ademir – cada um, em um ou vários momentos, tornou esta jornada mais leve. Eterna gratidão pela amizade!

E o último grupo é composto por aqueles que não se enquadram nos demais: aos arquivos do ICOM, ICOFOM, da UNIRIO, pela possibilidade de acesso às coleções; ao André Desvallées, pela gentil entrevista; ao ICOFOM, ICOFOM LAM e seus membros, cujas reuniões serviram como centelhas e faíscas para pesquisa; e à UNIFAL-MG – a universidade que não somente garante o meu sustento e minha “experiência museal”, mas também me acolheu de forma única e sempre foi solícita e atenta ao desenvolvimento desta pesquisa. Devo e irei agradecer de coração aos meus chefes imediatos – Professores Doutores Paulo Márcio de Faria e Silva e Magali Benjamim de Araújo, que também são reitor e vice-reitora da instituição, respectivamente; e Deíse Landre, pela interlocução na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, responsável direta pela viabilização dos meus afastamentos.

Agradeço e agradecerei sempre por esta oportunidade de pesquisa, pelo ambiente e pelas possibilidades propiciadas por essas e outras coletividades. Este é, como qualquer outro, um trabalho coletivo (mas do qual eu fico com a melhor e a pior parte – a responsabilidade!).

RESUMO

CARVALHO, Luciana Menezes de. **Do Museu à Museologia: Constituição e consolidação de uma disciplina.**

Orientador: Tereza Cristina Moletta Scheiner. UNIRIO/MAST. 2017. Tese.

A presente Tese analisa os caminhos tomados para a constituição de uma disciplina universitária / acadêmica chamada Museologia. A investigação desvelou dois caminhos tomados em âmbito mundial e em âmbito brasileiro: no primeiro caso, apresentou-se o ICOM, o ICTOP e o ICOFOM como parte dessa trajetória; no segundo caso, a passagem do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional para o âmbito universitário. Tanto o curso de Graduação em Museologia como o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio são analisados como parte do processo de consolidação de uma disciplina acadêmica. A Tese, de caráter exploratório e descritivo, teve como suporte metodológico as seguintes abordagens: pesquisa e revisão bibliográfica e documental; e análise de conteúdo do material pesquisado. O conteúdo foi dividido em quatro partes: 1) Pensando relacionalmente Museu e Ciência, destacou-se a importância do fenômeno Museu para a consolidação do seu próprio campo científico. E, ao tentar identificar um caminho percorrido pela Museologia e analisar como ela vem se constituindo ao longo dos anos, o ICOM e o ICTOP tornaram-se objetos de estudo de caso; 2) a segunda parte foi dedicada a traçar a trajetória do ICOFOM ao fundamentar, disseminar e consolidar a Museologia como disciplina científica. Essa trajetória foi dividida em três momentos, nomeados a partir das três principais publicações do ICOFOM: período *MuWoP*, período *ISS* e período *Dictionnaire*; 3) a partir da trajetória do Curso de Museus até seu estabelecimento na universidade, explorou-se os conceitos de Bourdieu de capital cultural incorporado, objetivado e institucionalizado, procurando identificar como o capital cultural, nessas três dimensões, foi absorvido pelo Curso de Museologia da UNIRIO - considerando primeiro o próprio ato de instituição do nome Museologia e as influências do ICOM, do ICTOP e do ICOFOM nas reformas curriculares entre as décadas de 1970-1990; e 4) apresentou-se como as duas formas de capital científico podem ser referências de análise para o processo da Pós-Graduação no Brasil, em especial no estudo de caso proposto: o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Disciplina. Ciência. Campo.

ABSTRACT

CARVALHO, Luciana Menezes de. **From Museum to Museology: Constitution and Consolidation of a discipline.**

Supervisor: Tereza Cristina Moletta Scheiner. UNIRIO/MAST. 2017. Thesis.

Analysis of the trajectory of a university / academic discipline called Museology, as from its constitution. The investigation unveiled two pathways that were followed, at Brazilian and at international level: in the first case, ICOM, ICTOP and ICOFOM were presented as part of this trajectory; in the second case, the moment of entrance of the Museum Course of National Historic Museum (*Curso de Museus do Museu Histórico Nacional*) into the university space. Both the Undergraduate Level Museology Course (*Curso de Graduação em Museologia*) and the Graduate Program in Museology and Heritage (*Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*) are analyzed as part of the consolidation process of this academic discipline. This thesis, with an exploratory and descriptive character, has the following approaches as methodological basis: content analysis, research and bibliographic and documental revision. The contents are presented as follows: 1) Thinking Museum and Science in a relational way, it was addressed the importance of the phenomenon Museum to the consolidation of the scientific field. ICOM and ICTOP were made object of study by the analysis of the ways taken by Museology during its years; 2) the second part was dedicated to outline ICOFOM's path to found, disseminate and consolidate a discipline as scientific. This path was divided in three moments, named after the three main ICOFOM publications: MuWoP period, ISS period and *Dictionnaire* period; 3) the pathway of the *Curso de Museus* from the National History Museum to its establishment in a university was explored based on Bourdieu's concepts of embodied, objectified and institutionalized cultural capitals, aiming at understanding how the cultural capital, in these three dimensions, was acquired by the *Curso de Museologia* - considering, first of all, the institutional act to nominate it "Museology" course, and the influences of ICOM, ICTOP and ICOFOM in the curricular reforms between the 1970-1990s; and 4) it was presented how the two forms of scientific capitals can be used as references to analyze the Post-Graduate process in Brazil, especially in the following case study: the Graduate Program in Museology and Heritage (*Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*) – PPG-PMUS, in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Museum. Museology. Discipline. Science. Field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	P.
Ilustração 01: Volume de disciplinas teóricas – Currículo 1996/1997.	130
Ilustração 02: Volume de disciplinas práticas – Currículo 1996/1997.	131

LISTA DE QUADROS

	P.
Quadro 01: Item 01 do <i>Syllabus</i> Básico do ICTOP	117
Quadro 02: Programa de Técnica de Museus - 1º ano	118
Quadro 03: Considerações para apresentação do projeto do PPG-PMUS	148-149
Quadro 04: Projetos de Pesquisa ligados ao DEPM	149-150
Quadro 05: Síntese do Recurso do PPG-PMUS à CAPES	152-153
Quadro 06: Quadro de Disciplinas do PPG-PMUS	156
Quadro 07: Ementas das Disciplinas Teoria e Metodologia da Museologia e Teoria do Patrimônio, do PPG-PMUS	157
Quadro 08: Caracterização da Proposta do PPG-PMUS (APCN – 2010)	157-158
Quadro 09: Objetivos e compromissos do PPG-PMUS	160-161

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

ABM – Associação Brasileira de Museologia

ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

APCN - Apresentação de Propostas de Cursos Novos - Mestrado (Acadêmico e Profissional) e Doutorado

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCH - Centro de Ciências Humanas e Sociais - UNIRIO

CECA – ICOM *International Committee for Education and Cultural Action* (Comitê Internacional para a Educação e Ação Cultural - ICOM)

CIDOC – ICOM *International Committee for Documentation* (Comitê Internacional para Documentação – ICOM)

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COFEM - Conselho Federal de Museologia

DEPM - Departamento de Estudos e Processos Museológicos - UNIRIO

FEFIEG - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara

FEFIERJ - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

ICOFOM - *ICOM International Committee for Museology* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

ICOFOM LAM – ICOM - Subcomitê Regional do ICOFOM (*International Committee for Museology* - Comitê Internacional de Museologia) para a América Latina e o Caribe

ICTOP – *ICOM International Committee for the Training of Personnel* (Comitê Internacional de Formação de Pessoal para Museus - ICOM)

ISS – *ICOFOM Study Series* (Série Estudos do ICOFOM)

MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MHN – Museu Histórico Nacional

MuWoP/DoTraM – *Museological Working Papers / Documents de Travail sur la Museologie* (Documentos de Trabalho em Museologia)

NUCLEM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Museologia, Patrimônio e Turismo - UNIRIO

NUMMUS - Núcleo de Memória da Museologia - UNIRIO

OIM - *Office international des musées* ou *International Museums Office* (IMO) (Escritório Internacional de Museus)

ONU – Organização das Nações Unidas (*United Nations Organization*)

PhD – *Philosophy Doctor* (Doutor em Filosofia)

PPG-PMUS - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST

PUC - Pontifícia Universidade Católica

TRIOMUS - Trienais Mundiais de Museologia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	Pág.
CONSIDERAÇÕES INICIAIS - A construção de um objeto de estudo: sobre uma tese e sobre uma disciplina acadêmica	1
Cap. 1 UNIDADE QUE GERA DIVERSIDADES: pensando relacionalmente ciência, campo, museu e museologia	19
1.1 - Reflexões sobre os processos de instauração do pensamento científico	20
1.2 - Microfísica dos campos: Bourdieu e suas contribuições metodológicas para análise de universos sociais. Campo científico e campo universitário	22
1.2.1 - Campo Científico: do intelectual à comunidade; e da comunidade ao intelectual	25
1.2.2 – Campo Universitário: especializações com <i>status quo</i>	30
1.3 - O campo científico e os museus	33
1.3.1 – Inferências sobre um fenômeno social: Museu	36
1.4 - A internacionalização de uma área profissional e da ideia de uma disciplina científica: ICOM e ICTOP	44
1.4.1 – O ICTOP e a formação de uma profissão específica para museus	49
1.5 – O amor pelos museus: obsessões pela definição de um fenômeno; posse de um objeto; e criação de uma disciplina científica e universitária	55
Cap. 2 DIVERSIDADES QUE GERAM UNIDADE: a relação de um comitê internacional com os fundamentos, a disseminação e a consolidação de uma disciplina considerada científica	62
2.1 – Entre o nomear e o existir	63
2.2 – Período MuWoP: por fundamentos para a Museologia	66
2.3 – Período ISS: por uma disseminação da Museologia	78
2.4 – Período <i>Dictionnaire</i> : por uma consolidação da Museologia e por um protagonismo na disciplina em ascensão	87
Cap. 3 DO MUSEU À MUSEOLOGIA: a trajetória de constituição de uma disciplina no campo universitário – o caso do Curso de Museus do MHN/Escola de Museologia da UNIRIO	103
3.1 - Entre o nomear e o existir (segunda parte)	104
3.2 - Do Museu à Museologia – trajetória de um curso e de uma área em ascensão	106
3.3 - Enfim, Museologia: a existência de uma disciplina no campo universitário – sobre capitais culturais incorporados, objetivados e institucionalizados	111

3.3.1 – Estado Institucionalizado: o ato da nomeação oficial Museologia	112
3.3.2 – Estado objetivado: O ICOM, o ICTOP e as reformas curriculares do Curso de Museus da década de 1970	114
3.3.3 – Estado incorporado: a “Semente de Brno” e o léxico que se espalhou pelo Brasil - Tereza Scheiner e Waldisa Rússio Guarnieri no ICOFOM	120
3.4 – Consolidando uma disciplina científica e universitária: o ICOFOM e a reforma curricular de 1996	127
Cap. 4 EM DEFESA DA INTERDISCIPLINARIDADE: caminhos da Museologia na Pós-Graduação – o caso do PPG-PMUS	135
4.1 – Entre o existir e o coexistir	136
4.2 – Capital científico institucionalizado: a Pós-Graduação no Brasil	137
4.2.1. – Capital científico institucionalizado: caminhos da Pós-Graduação em Museologia no Brasil	142
4.3 – Capital Científico “puro”: trajetória e constituição do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS	147
4.4 – O PPG-PMUS e a defesa de interdisciplinaridade e da ampliação das fronteiras da Museologia frente ao fenômeno Patrimônio	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Sobre Ciência, campos e disciplinas	167
REFERENCIAS	177
ANEXOS	192
Anexo 01 - Ata 129 do Conselho Superior da UNI-RIO, de 30 de agosto de 1979	193
Anexo 02 – Aprovação do Curso de Mestrado do PPG-PMUS pela CAPES	194
Anexo 03 – Atos da Reitoria: Aprovação da implantação do PPG-PMUS na UNIRIO	195
Anexo 04 - Aprovação do Curso de Doutorado do PPG-PMUS pela CAPES	196

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção de um objeto de estudo:
sobre uma tese e sobre uma disciplina acadêmica

“Pensar a Museologia é, pois, um fascinante exercício intelectual [...]”

Tereza Scheiner¹

*“O sacerdócio teórico vive do erro teórico, que lhe cabe identificar, denunciar, exorcizar:
[...] persegue o erro até no discurso do profeta de origem”.*

Pierre Bourdieu²

A primeira epígrafe tem destaque porque, mesmo sem conhecê-la desde meus primeiros passos na área, é a premissa que ela apresenta o que tem conduzido minha trajetória na Museologia. E como palavras iniciais deste trabalho é importante me colocar – dizer do meu local de fala, das minhas origens na Museologia e porque cheguei à investigação aqui proposta.

Quando entrei na Graduação em Museologia, passei os três primeiros períodos sem entender muito bem o curso. Essa é a verdade. Era um mundo de disciplinas que iam desde a paleontologia à história da arte, oferecidas por professores que, além de competentes, eram muito rigorosos. Era um universo de conhecimentos que eu jamais poderia ambicionar; e isso satisfazia aos meus amigos, mas não a mim. Eu estava muito insatisfeita no começo da faculdade. Via meus amigos se interessando pela paleontologia, pela história da arte, pela conservação, pela documentação e não estava nada satisfeita. Porque ficava me perguntando – mas o que é, de fato, Museologia? Ela não pode ser isso tudo! Se assim for, é nada. Em 2003 comecei a cursar as disciplinas com a Prof.^a Tereza Scheiner, que me introduziu em um universo que parecia ser específico da Museologia. Por algo que denomino como “benção de Deus”, fui participar como bolsista de Iniciação Científica, em 2004, do seu projeto de pesquisa “Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação – a experiência latino-americana”, onde minha função era leitura e elaboração de resumos de conteúdo de artigos do ISS – *ICOFOM Study Series*.

Em paralelo a isso, via que meus amigos já possuíam opiniões claras sobre o que era Museologia e pareciam satisfeitos com elas. Eu ainda não tinha minha opinião, e achava que alguém na graduação não poderia ter uma opinião formada sobre sua área sem ler os seus referenciais teóricos; e eu tinha essa possibilidade rara, pois na época a produção do ICOFOM não estava disponível na internet. Fiz meu Trabalho de

¹ SCHEINER, 2005. p.178.

² BOURDIEU, 2008, p. 164.

Conclusão de Curso sobre a produção do ICOFOM³ e ressaltando sua importância para a Museologia. Após a graduação fui para o recém-criado Mestrado em Museologia e Patrimônio, onde me dediquei à produção do ICOFOM LAM⁴, trabalhando com o conceito de *suleação* – desnortear e sulear os referenciais teóricos da Museologia desenvolvida em nossa região. Mas eu ainda não me sentia preparada para inferir sobre o que, de fato, era Museologia. Depois do Mestrado optei por não continuar a pós-graduação e ir para a prática, esperando que esta me trouxesse algum “sul”.

Durante minha estadia na Universidade Federal de Alfenas e na Direção de seu museu, tive uma vontade acadêmica de voltar a fazer uma graduação e esclarecer algumas questões que em algumas ciências humanas e sociais pareciam já resolvidas. Optei por cursar Ciências Sociais, que fiz durante dois anos - e que hoje vejo como um divisor de águas na minha formação. Com as Ciências Sociais e seus atores, pude aprender que não se tratava de uma busca incessante por uma definição de Museologia – não existe e não existirá uma única definição – mas por aquilo que delimita (ou que busca delimitar) um espaço social que reivindica para si um *status* científico.

Descobri, portanto, que nenhuma perspectiva pessoal poderia me levar à compreensão da Museologia. Era necessário desconstruir toda e qualquer premissa que eu tinha sobre ela e tentar, por meio de algum método, investigá-la. A questão central do projeto submetido ao processo seletivo do Doutorado foi, portanto, compreender o processo de disputa por legitimação de definição da Museologia. Mas eu precisava colocar essa questão à prova. E para tal escolhi, não apenas como referencial teórico mas como método de análise⁵, Bourdieu – tanto para ajudar a construir o objeto quanto para analisá-lo.

Ao longo de seus estudos, Bourdieu procura desconstruir o modo como os trabalhos acadêmicos vêm sendo conduzidos, principalmente no âmbito das Ciências Sociais, propondo delinear como se processa o trabalho de pesquisa. Para tal trabalho, afirma que é necessário “pensar relacionalmente” (BOURDIEU, 2007, p. 23), considerando as diferentes realidades e evitando, ao máximo, os objetos pré-construídos – frutos do senso comum e, inclusive, do meio acadêmico – “senso douto” (BOURDIEU, 2007, p. 43). Em relação aos objetos pré-construídos, faz-se necessário

³ ICOM *International Committee for Museology* (Comitê Internacional do ICOM para a Museologia).

⁴ Organização Regional do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) para a América Latina e o Caribe.

⁵ Isso será melhor explicado ainda nessas considerações iniciais.

também estabelecer rupturas, considerando que os próprios objetos/problemas das Ciências Sociais são socialmente construídos, e que tais rupturas, além de epistemológicas, são sociais – rupturas com “crenças de um grupo” (BOURDIEU, 2007, p.38-39), mesmo que esse seja o de profissionais de dado campo. Afinal, para Bourdieu, deve-se evitar “as aparências de cientificidade”, contrariando normas e os presentes critérios correntes de rigor científico (BOURDIEU, 2000, p.46).

Na escolha por um objeto, a prática comumente aceita, cientificamente, é a de estudar de forma intensiva um fragmento limitado de um conjunto teórico – o conhecido “recorte”, em detrimento do que Bourdieu (2012b, p. 31) propõe: o estudo do conjunto de elementos relacionados ao objeto. Eu precisei entender e absorver, primeiramente, que os diferentes espaços – ou campos – são compartilhados pelos autores e interligados entre si; e os limites dos campos tratam dos limites dos seus efeitos, isto é, “[...] um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre os efeitos ou que nele os produz” (BOURDIEU, 2012b, p. 31).

Talvez o caminho para mim fosse pensar relacionalmente, como nos ensina Bourdieu, por ser menos penosa a tentativa científica de se pensar o mundo em termos de realidades que podem ser facilmente identificadas, ao invés de pensar em termos de relações, o que pode ser identificado na maioria dos trabalhos que se deixam levar pelos objetos de pesquisa “prontos”, ou seja, recortes de realidades previamente identificados: “O pré-construído está em toda a [sic] parte” (2012b, p. 28-34). Assim, para a qualificação da presente Tese, a questão central havia tomado outro formato: Investigar a formação/constituição e consolidação da Museologia como disciplina acadêmica que reivindica sua autonomia, privilegiando debates sobre sua natureza como área de conhecimento com objeto específico.

Contudo, eu precisava realmente entender que os objetos de estudo de um campo são meras construções sociais; e que o próprio objeto de pesquisa também deve ser “conquistado, construído e constatado” (BOURDIEU, 2000, p. 73), por meio de determinado recorte da realidade feito de forma clara e explicitamente elaborada, o que ainda não era a questão acima. Meu objeto precisava ser posto à prova a todo o momento: no processo de construção de dado objeto, Bourdieu orienta e reforça que esse precisa ser colocado em função de uma problemática teórica e submetido a uma investigação sistemática – não só o objeto, mas também os aspectos de realidade que o contextualizam. O processo de investigação e construção de um objeto de pesquisa não é simples: “não há nada mais enganador do que a simplicidade aparente do procedimento científico” (DEWEY, apud BOURDIEU, 2000, p. 61). Em suma, a

pesquisa deve ser feita em um contínuo movimento de construção e ruptura - seguindo, entretanto, uma linha condutora de pensamento.

Precisei também ter em mente que a construção de um objeto se dá inserida em um sistema de produção e circulação de bens simbólicos, definido por Bourdieu como “o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias” definidas pela função que exercem “na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos” (2013b, p. 105). O trabalho de construção de um objeto de análise, como se pode ver, requer um grande fôlego, uma postura ativa e sistemática e uma perspectiva diferenciada que possibilita, de fato, entender o objeto, o que esse tem que nos desperta a atenção, pois “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das relações com o todo” (BOURDIEU, 2012b, p. 30-32). O raciocínio para alcançar a análise de um objeto a ser construído, sob essa perspectiva, é o analógico: parte de uma intenção racional por analogias, utilizando o método comparativo⁶. Uma abordagem estrutural permite uma análise de um objeto em particular na perspectiva comparativa, onde traços transitórios e transculturais podem ser encontrados, considerando suas variações. Era necessário ainda estar atenta aos conceitos empregados na análise, pois esses estão imbuídos de pré-construções que em geral são naturalizadas.

Eu havia aprendido que o processo de produção de uma tese passa por uma questão central, a qual se investiga e sobre a qual se escreve ensaios, até alcançar a resposta para a questão – e aí se inicia o processo de apresentar como a resposta e/ou solução se sustenta. Este processo constituinte é complexo e dinâmico.

Na presente Tese, a questão que veio sendo elaborada até então se desdobrou em duas, na sua penúltima fase: Como se dá o processo para a construção do objeto da Museologia? Como se dá o processo de busca por uma legítima definição de Museologia?

Entretanto, só era possível produzir um novo conhecimento no âmbito de “esquemas de pensamento”, pensando apenas “[...] neles e através deles, espécie de adversários íntimos capazes de comandar seu pensamento impondo-lhe terreno e objeto do conflito” (BOURDIEU, 1976, p.170). E, ainda, tinha em mente que só poderia reivindicar a oportunidade de “[...] dar respostas precisas e verificáveis apenas às questões que [eu estaria] em condições de colocar cientificamente” (BOURDIEU,

⁶ De forma distinta do utilizado no século XIX, como criticou Boas.

2012a, p. 245). Eu não poderia dar conta de todo o processo de uma legítima definição de Museologia, já que um consenso sobre tal definição nunca existiu; e também não poderia dar conta do processo de construção de um objeto para a área, visto que esse objeto abria muitas possibilidades e, ainda, tem sido feito - e disputado – por muitos agentes. Mas existe uma área no seio universitário brasileiro que leva o nome de Museologia e que, por sua vez, tem discussões sobre sua natureza epistemológica a nível mundial.

Em outras palavras, era necessário converter esse problema muito abstrato em uma operação científica inteiramente prática (BOURDIEU, 2012b, p. 20). Conforme aqui apresentado, a construção deste objeto tem sido feita desde a graduação e, ao mesmo tempo, tomou todo o tempo do doutorado para amadurecer; e, sem que eu o soubesse, levou o tempo que lhe foi necessário, pois:

[...] a construção do objecto [...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, [...] é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 2012b, p. 27).

O objeto pré-construído, em geral, é aquele que nos interessa - e dada temática, como apontei, me interessava desde a graduação. Era necessário, então, para que essa deixasse de ser um objeto pré-construído, que eu conhecesse claramente o princípio deste “interesse” (BOURDIEU, 2012b, p. 30). O caso a ser analisado precisaria ser estudado em conexão a uma rede de relações de oposição e concorrência e ao conjunto de posições no campo de poder do qual faz parte (BOURDIEU, 2012b, p. 31). Era necessário “exotizar” aquilo que me era “doméstico” (BOURDIEU, 2013c, p. 287).

Assim, definiu-se a questão central da Tese: quais os caminhos tomados para a constituição de uma disciplina universitária / acadêmica chamada Museologia? Se eu, que sou formada em Museologia, tenho diplomas de Graduação e Mestrado em Museologia, não é possível dizer que ela não existe. A Museologia conseguiu se legitimar enquanto disciplina científica, nessa trajetória? A investigação desvelou dois caminhos que foram tomados, a nível mundial e a nível brasileiro: no primeiro caso, temos o ICOM⁷, o ICTOP⁸ e o ICOFOM como parte dessa trajetória; no segundo caso,

⁷ *International Council of Museums* – ICOM (Conselho Internacional de Museus).

⁸ ICOM *International Committee for the Training of Personnel* (Comitê Internacional do ICOM para Formação de Pessoal).

algo na passagem do Curso de Museus para o âmbito universitário poderia responder a essa questão.

No primeiro caso, foi possível identificar e apontar o papel que o ICOM tem desempenhado visando defender uma possível autonomia da Museologia como disciplina acadêmica. Constatou-se também, dentre inúmeros outros comitês, seus Comitês Internacionais de Formação de Pessoal para Museus e de Museologia que buscaram, ora a autonomia de uma área que visava formar profissionais práticos para museus, ora torná-la uma ciência ou ter características de cientificidade. Por outro lado e como segundo caso (o que muitas vezes converge com o ICOM), foi possível também pensar na importância dos cursos de museus espalhados pelo mundo, na defesa da existência de uma disciplina científica ou área profissional. Para os cursos que se nomeiam Museologia, a ideia de uma disciplina independente se apresenta mais claramente do que nos cursos denominados *Museum Studies*. Isto justificou a escolha, como estudo de caso, do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional - MHN que, em um momento emblemático, tornou-se Curso de Museologia⁹.

A presente Tese, de caráter exploratório e descritivo, e cuja conduta investigativa baseou-se nos métodos hipotético-dedutivo e comparativo, teve como suporte metodológico as seguintes abordagens, interligadas, visando desenvolvimento concomitante: análise de conteúdo, pesquisa e revisão bibliográfica e documental.

No âmbito da análise de conteúdo, conforme apontado anteriormente, utilizei como instrumento de análise teórico-conceitual Pierre Bourdieu. Leituras de grande parte dos trabalhos desse autor, publicados na língua portuguesa, geraram subsídios metodológicos para a pesquisa. A escolha se deu por sua contribuição para as Ciências Sociais e Humanas com estudos sobre como a ciência – como campo - se constitui e se configura. O objetivo não foi utilizar Bourdieu para “legitimar” mais um discurso: “[...] a autonomia do campo científico e as lutas internas a ele podem produzir situações de surpresa para os produtores, que veem seus produtos científicos utilizados de forma diversa à que estes produtores haviam imaginado” (BRAGA, 2004, p. 68). O objetivo foi debruçar-me sobre as contribuições de Bourdieu e analisá-las cuidadosamente para usá-las como método de análise. Assim posto, não era possível convidar outros autores

⁹ Apesar de considerar movimentos de associações de classe no Brasil, como ICOM Brasil, Associação Brasileira de Museologia – ABM, Conselho Federal de Museologia – COFEM, Conselhos Regionais de Museologia – COREMs, além das políticas nacionais para museus desde a década de 1980, optou-se aqui por investigar apenas o movimento acadêmico que culminou com a implantação de uma disciplina denominada Museologia no Brasil, especificamente no caso do Rio de Janeiro. Para o primeiro caso, ver: COELHO, 2015.

nos momentos em que seus conceitos estavam sendo usados como ferramenta para verificação da questão.

Nesta trajetória de produção de conhecimentos no campo científico, Bourdieu reflete sobre a questão da citação de autores que servem como referências prévias e as questões que levam os autores a tais recursos. Destaca que não se pode apenas reduzir a uma “citatologia”, mas que a presença de certos autores – “interlocutores privilegiados” – ocorre pelo fato de que os produtores transpõem em suas obras seus mestres, por meio de “esquemas de pensamento que só consegue pensar neles e através deles, espécie de adversários íntimos capazes de comandar seu pensamento impondo-lhe terreno e objeto do conflito” (BOURDIEU, 2013b, p. 170). Estes “pares epistemológicos” ocupam posições políticas e tendem a transformar em escolhas epistemológicas “os interesses associados à posse de um tipo determinado de capital científico” (BOURDIEU, 2013b, p. 171).

Como levantamento de fontes, pude investigar fontes primárias sobre o assunto, com acesso a documentos fundamentais tanto do ICTOP e do ICOFOM quanto do Curso de Museologia. Tive acesso ao Arquivo do ICOFOM, em Paris, localizado na sede do ICOM; ao Núcleo de Memória da Museologia – NUMMUS, localizado no Centro de Ciências Humanas da UNIRIO; ao Arquivo Central da UNIRIO; e ao Arquivo pessoal da Professora Tereza Scheiner que, além de agente protagonista na consolidação da disciplina Museologia no Brasil, possui uma coleção relevante de documentos sobre o ICOM, o ICOFOM, o ICTOP e até mesmo sobre o Curso de Museologia. Ainda, no caso do ICOFOM, é importante reconhecer o trabalho de digitalização de toda a produção museológica no âmbito do ICOFOM¹⁰, que nos propiciou acesso aos *Museological News* – que, mais do que meras correspondências e comunicados, é composto das coisas “não ditas” na produção considerada acadêmica e que são fundamentais para entender a ação de um coletivo que reivindicou a existência de uma disciplina científica.

Já no âmbito da revisão bibliográfica e documental, debruicei-me sobre o que considero fontes secundárias – os atores que discutem Museologia e que tiveram ações pessoais e coletivas na construção dessa disciplina analisada, dos quais foram destacados aqui Stránský, Gregorová, Sofka, Desvallées, Rússio e Scheiner. Ainda, foi possível entrevistar André Desvallées, o único ator ainda vivo que fez parte do grupo de formação do ICOFOM.

¹⁰ As publicações do ICOFOM estão disponíveis online em sua página de *web* desde 2011.

Esta investigação levou a uma trajetória e recortes temporais específicos para cada parte discutida, que por sua vez se apresentam em quatro partes (capítulos). A resposta à questão proposta levou a uma discussão que passou primeiramente pelo processo de instauração da Ciência na sociedade ocidental e pelos conceitos de campo científico e universitário. Ainda na primeira parte da Tese, aprofundando o conceito de campo científico de Bourdieu, veremos que, como em qualquer outro campo social, há relações de forças, lutas e estratégias, interesses e lucros – trata-se de um espaço de jogo cujo fim é o monopólio, ou o reconhecimento, da “autoridade ou competência científica” (BOURDIEU, 1976, p. 89). O foco não é a discussão do que seja ciência, mas a discussão em torno dos mecanismos que definem os interesses e as autoridades científicas (BOURDIEU, 1976, p. 91). Tanto no campo científico quanto nas relações de classe, não existem instâncias superiores para designar os critérios de legitimidade; ou seja, são os próprios autores do campo que decidem o que é legítimo ou não e, nesse caso, “ninguém é bom juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada” (BOURDIEU, 2012b, p. 9). O campo científico será, assim, sempre um campo de lutas entre desiguais – “[...] desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico”; tal fator torna a ideia de uma ciência neutra pura ficção (BOURDIEU, 1976, p. 96-101).

O campo universitário também toma como fundamento a crença coletiva em seus próprios fundamentos, frutos do próprio campo que os produz e supõe. Cabe então analisar o grau de arbitrariedade que tal campo produz, que é a condição *sine qua non* de sua existência: os campos científico e universitário se distinguem dos demais pela sua autonomia, produzida pela ideia de que estão além da sociedade e atuam de forma totalmente independente dessa última, construindo arbitrariamente um saber inacessível ao dito profano (BOURDIEU, 1976, p. 99-100). A autonomia é a condição necessária para a instituição de um campo e, nos casos acima, consiste na produção de dado conhecimento de forma endógena, porém tomando para si o monopólio de certas práticas, reflexões e modo de perceber as realidades. Bourdieu desdobra suas reflexões em relação ao campo dito científico, onde destaca que um fenômeno oposto à inovação tem ocorrido na maioria das disciplinas científicas: “[...] os progressos na consagração fazem-se acompanhar pelo abandono dos trabalhos empíricos em favor das sínteses teóricas, muito mais prestigiosas” (BOURDIEU, 2013b, p. 165). Assim, um movimento importante para determinar as leis de funcionamento dos campos científico e universitário é identificar os fatores estruturais, como a posição de cada disciplina em uma hierarquia (BOURDIEU, 2013b, p. 167) e analisar, de forma

crítica, o que o autor denomina de “retórica de cientificidade” (BOURDIEU, 1976, p. 103). Conceitos tais como capital e habitus também foram abordados para compreensão desses campos.

Esses campos de produção de bens simbólicos se constituem na oposição entre o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural - o primeiro, estabelecendo suas normas de produção e os critérios de avaliação dos seus produtos, enquanto o segundo segue as regras estabelecidas pela concorrência. No entanto, no campo erudito não há total ausência de uma lei de concorrência, pois essa existe na relação de reconhecimento, cultural, concedido pelos pares que são “clientes privilegiados e concorrentes” (BOURDIEU, 2013b, p. 105), simultaneamente. O método comparativo é aplicado, nessa forma de raciocínio, tomando como base toda estrutura homóloga entre os mais distintos campos, comparando-as e analisando-as.

Pensando relacionalmente Museu¹¹ e Ciência, destaca-se também a importância do fenômeno Museu para a consolidação do próprio campo científico. Recorre-se aqui a reflexões de agentes que lutaram para consolidar seus arcabouços teóricos sobre Museu no âmbito de uma disciplina em construção, colocando também em análise a origem do fenômeno.

A partir da instauração do modo de organização de pensamento chamado ciência, conforme abordado ainda na primeira parte desta Tese, diversas áreas reivindicaram para si objetos e recortes que denominaram específicos. A proliferação de cursos de formação de profissionais para museus, em diferentes lugares do mundo, resultou no fato de que esses profissionais, em diferentes momentos, fomentados por trocas e intercâmbios de ideias (propiciados principalmente por instâncias internacionais como OIM¹² e ICOM), construíram teorias em torno de seu espaço de aprendizagem e/ou objeto de estudo – museu – nomeando esse movimento ora Museologia, ora *museum studies*, de acordo com sua compreensão e seus pontos de vista. Assim, como já dito anteriormente, as contribuições sobre uma disciplina científica específica para o objeto museu só possuem legitimidade, como reflexões científicas, dentro de um contexto próprio. Museologia ou *museum studies* só poderiam existir como reivindicações de profissionais de museus por uma especificidade de conhecimento e de objeto, fruto de um processo de conhecimento científico, disciplinar e acadêmico propiciado e fomentado pelos recém-criados cursos de museus. E, ao

¹¹ Optamos pelo uso da letra inicial maiúscula ao referir-se ao museu enquanto fenômeno social, ao longo da Tese.

¹² *Office international des musées* (OIM) ou *International Museums Office* (IMO), criado em 1926 e antecessor do ICOM (BRULON SOARES et al, 2014, p. 246).

tentar identificar um caminho percorrido pela Museologia e analisar como ela vem se constituindo ao longo dos anos, o ICOM e o ICTOP tornaram-se objetos de estudo essenciais para esta pesquisa.

A Museologia ou *Museum Studies* esboça seus primeiros passos no início do século XX. *Museum Studies*, nos Estados Unidos, nos anos 1900; cursos de museus, posteriormente denominados Museologia, são criados a partir dos anos 1920 em países como França e Brasil. Mas não é a trajetória do termo “Museologia” que define sua existência - e tal premissa é apresentada na segunda parte da Tese. Foi possível distinguir duas trajetórias, que começam a se consolidar na segunda metade do século XX ao redor do mundo, porém de formas distintas: 1) uma perspectiva em que o estudo sobre museus é configurado por um conjunto de abordagens oriundas de diferentes disciplinas, cujo objetivo é o aperfeiçoamento de práticas no universo dos museus; e 2) uma vertente que reivindica a existência de um objeto específico de análise e de estudo científico, mesmo que para tal se façam necessários aportes metodológicos ou mesmo bases teóricas oriundas de outras disciplinas – para tal vertente, o nome Museologia é o mais adequado.

Foi nesse contexto que surgiu, em 1976, o Comitê Internacional do ICOM para a Museologia, conhecido pela sua sigla ICOFOM. A segunda parte da Tese se dedicou primordialmente a traçar a trajetória desse comitê em fundamentar, disseminar e consolidar uma disciplina como sendo científica. Tal trajetória foi dividida em três momentos, nomeados a partir das três principais publicações do ICOFOM: 1) período *Museological Working Papers* – MuWoP, onde as discussões do ICOFOM giravam em torno de debates sobre o que vinha a ser Museologia; nas discussões, eram privilegiadas as ideias que consideravam a Museologia como possuindo caráter científico; 2) período *ICOFOM Study Series* – ISS, marcado pela expansão do comitê e das contribuições de seus atores principais a nível mundial, cujas contribuições e atuação serviram de base para a criação e estabelecimento de cursos de museus ao redor do mundo; e 3) período *Dictionnaire*, no qual a ideia de Museologia como ciência ou disciplina científica já não estava mais em debate, mas em que os atores do comitê se dedicaram a criar uma obra terminológica no âmbito da Museologia (presumida como sendo uma disciplina acadêmica). Apesar do esforço coletivo, um grupo francófono tomou a frente e assumiu o protagonismo da obra – fato esse que terá um impacto na área museológica e ao qual dediquei algumas reflexões, à luz de Bourdieu.

Nesse comitê, que agrega um perfil distinto ao da própria organização ICOM – o perfil do acadêmico que sobrepuja o do profissional de museus - é possível perceber, desde seus primórdios, distintas perspectivas de pensamento sobre o que venha a ser

a Museologia. E se Scheiner (2005) nos indica que o exercício de pensar a Museologia nos aproxima a “diferentes sistemas de pensamento”, tal aproximação se dá por meio dos atores, e não da Museologia em si.

Para o êxito do que Bourdieu chama de “operações de magia social que são os atos de autoridade ou atos autorizados” (BOURDIEU, 2008, p. 89), é necessário a “[...] confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais” (BOURDIEU, 2008, p. 89). Nesta Tese, dediquei-me a identificar e analisar certos atos de autoridade ou atos autorizados que instituíram a Museologia como uma disciplina universitária que se replicou em vários lugares do mundo e, em especial, no Brasil, especificamente em sua primeira manifestação no Rio de Janeiro. E é desses atos de autoridade, nesse recorte espacial, que trata a terceira parte da Tese.

Antes disso, foi necessário pontuar a trajetória do Curso de Museus até seu estabelecimento na universidade – e sua conseqüente nomeação oficial para Museologia. Explorando os conceitos de capital cultural incorporado, objetivado e institucionalizado de Bourdieu, procurei identificar como o capital cultural, nessas três dimensões, foi absorvido pelo Curso de Museologia da UNIRIO, considerando primeiro o próprio ato de instituição do nome Museologia e, em seguida, as influências do ICOM, do ICTOP e do ICOFOM nas reformas curriculares entre as décadas de 1970-1990.

Conforme aponta Bourdieu e foi aqui apresentado, o processo de produção no âmbito de um campo se dá: a) pela tentativa de romper com as “pré-noções”; b) por uma produção voltada para os pares, em uma tentativa de legitimá-los, mesmo que as ideias sejam um rompimento com as prerrogativas anteriores; e c) por contribuições e resultados só possíveis dentro de e para “esquemas de pensamento” específicos. Segundo a CAPES¹³, o núcleo da pós-graduação é a pesquisa, que por sua vez é oriunda da dedicação exclusiva e plena de estudo do discente¹⁴. Seus resultados interferem diretamente no volume de produção de conhecimento de dada área, além de consolidá-la juntamente com os mestres e doutores dedicados àquele saber. Uma área que possui cursos de pós-graduação pode ser vista como uma área detentora de uma produção de conhecimento consolidada, validada e reconhecida, tanto interna quanto externamente.

¹³ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), estabelece as diretrizes para os cursos de pós-graduação strictu sensu (mestrado e doutorado) para todo o país. CAPES – HISTÓRIA E MISSÃO. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> >. Acesso em: 29 ago. 2015.

¹⁴ Tal perspectiva se encontra presente no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> >. Acesso em: 29 ago. 2015.

O Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS é resultado de uma parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Existente na modalidade Mestrado desde 2006 e na modalidade Doutorado desde 2011, é o primeiro curso de pós-graduação em Museologia no Brasil – é e sobre esse programa que trata a quarta parte da Tese. Para fazer mestrado ou doutorado no PPG-PMUS não é necessária a graduação em Museologia: não há nenhuma restrição de graduação para o ingresso do discente. O corpo docente é formado por professores oriundos das seguintes áreas: Museologia, Artes, Ciência da Informação, Ciências Sociais, Comunicação, Educação, Engenharia, Geologia, História, História das Ciências e Linguística.

As disciplinas-base do Programa, tanto no Mestrado como no Doutorado, são “Teoria e Metodologia da Museologia” e “Teoria do Patrimônio”, tendo igual importância as disciplinas “Museologia, Patrimônio, Documentação e Informação”, “Museologia e Comunicação” e “Museologia e Conservação” – essas duas últimas, obrigatórias respectivamente para alunos das linhas 01 e 02 do Programa. Ao discente é oferecido um leque de disciplinas tais como: “Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável”, “Cultura e Sociedade: itinerários simbólicos”, “Patrimônio, Natureza e Biodiversidade”, “Patrimônio, Museologia, Educação e Interpretação”, “Museologia e Arte”, “Museu: Teoria e Práticas”, além das disciplinas de seminários específicos de cada linha e de desenvolvimento das dissertações e teses.

Porém o indicador mais interessante de quão diversificado é o PPG-PMUS são suas linhas de pesquisa. Nas duas grandes linhas denominadas “Museu e Museologia” e “Museologia, Patrimônio Integral e desenvolvimento” estão incluídos projetos de pesquisa que discutem desde termos e conceitos da Museologia; linguagens da exposição; memória da Museologia; até “Educação como Patrimônio Cultural e Pessoal: etnoconhecimento para um Etnoreconhecimento”; comunidades imaginadas; inventário da valorização da geodiversidade - entre outros temas tão específicos como distintos¹⁵. E é no âmbito dessas linhas que as dissertações e teses são desenvolvidas – assim, é possível imaginar a diversidade de investigações e produtos (teses e dissertações) já existentes na Museologia brasileira. Nesta quarta parte, foi abordado o processo de constituição de um Programa de Pós-Graduação em Museologia, apresentando seus antecedentes e o cenário brasileiro que o configura, além de trazer

¹⁵ As informações aqui mencionadas podem ser encontradas no site do PPG-PMUS. PPG-PMUS. Disponível em: < <http://ppg-pmus.mast.br/inicio.htm> >. Acesso: 29 ago. 2015.

para o debate a questão da interdisciplinaridade, tão defendida pela Capes quanto pelo próprio Programa.

Para uma análise coerente da Museologia, fez-se necessário distanciar-me de uma definição específica de Museu, ou de qualquer outro constructo teórico que busque delimitar um e único objeto de estudo para Museologia, como já dito anteriormente. Analisar a Museologia requereu considerar todos os delineamentos teóricos que podem configurar um denominador comum e tentar, em um esforço ousado mas possível, observar a construção de um conjunto que reivindica um espaço próprio entre disciplinas de conhecimento científico. O caminho trilhado para o desenvolvimento desta tese foi árduo. Portanto, o trabalho não se propõe a oferecer mais uma conclusão sobre o que venha a ser Museologia, “disputando” assim um espaço para legitimação de uma teoria – mas sim analisar como o processo de diferentes teorias museológicas ganhou corpo e se configura como possível unidade.

É no jogo de disputas de espaços para as diferentes definições acerca da Museologia que ela se constitui. É nessa interseção - e nos autores que se debruçam sobre essa forma peculiar de pensar e trabalhar que busca ser científica - que consiste o foco deste trabalho, considerando as premissas aqui apresentadas: a fluidez desse saber recém-criado; a fragilidade, no domínio entre os pares, de uma terminologia ainda em processo de fortalecimento; a grande tarefa dada pelos teóricos à Museologia para dar conta – ou tentar dar conta – de processos tão complexos como Museu e Patrimônio.

Como últimas palavras destas considerações iniciais, apesar de destacar a ação de atores e protagonistas nesse processo, não é possível – e seria de todo equivocado em relação à própria investigação de base bourdieusiana – anular a coletividade.

Como alguns teóricos da Museologia apontam, cada pessoa se relaciona com o Museu de forma distinta. Mas como tornar essa relação objeto de estudo de um possível campo do conhecimento, considerando inclusive a premissa subjetiva de cada teórico? Não é viável, portanto, estudar o fenômeno social Museu isoladamente – as contribuições sobre uma disciplina específica para o objeto Museu só possuem legitimidade, como reflexões científicas, dentro de um contexto próprio: “[...] esquemas de [um] pensamento que só consegue pensar neles e através deles”, conforme Bourdieu e já acima citado. Assim, delinear museu – e até mesmo Museologia - deve

considerar diferentes vertentes teóricas sobre seu objeto. Durkheim poderia reiterar essa premissa quando tratou de conceitos tais como valor, moral e utilidade / riqueza:

O que nos é dado, não é a idéia que os homens têm do valor já que ela é inacessível: são os valores que se trocam realmente no decorrer das relações econômicas. Não é esta ou aquela concepção do ideal moral, mas sim o conjunto das regras que determinam efetivamente a conduta. Não é a idéia do útil ou da riqueza, mas sim todos os detalhes da organização econômica (DURKHEIM apud BOURDIEU ET AL, 2000, p. 186).

Assim também é em relação ao fenômeno social Museu: não se trata de definições isoladas que constituem o *corpus* teórico da Museologia, mas sim os conjuntos de teorias e noções observáveis desse fenômeno - e/ou as possíveis nomenclaturas dos teóricos em relação a um dado objeto - que constituem a área, se essa se pretende debruçar por algo específico.

A dúvida que nos surge então é: se cada indivíduo percebe a realidade a partir dos seus referenciais, como seria possível definirmos que certas relações específicas (segundo nossos recortes) podem ser chamadas de museu, musealidade ou museologia? Assim, é imprescindível apontar que a relação específica está nos olhos do teórico, e não do humano analisado, e que essa relação é nomeada pelo primeiro. É o mesmo que olhar para a Grécia ou Egito antigo, ou alguma comunidade afastada no interior da África, e afirmar que esses povos fazem ciência, por meio de práticas que nós identificamos como tal.

Conforme já explicitado ao longo deste trabalho, é na interface com o social que o indivíduo se constrói. Assim, faz-se necessário compreender as formações sociais, como se constituem e como interferem no indivíduo. É fato que o grupo delinea, em seus indivíduos, uma espécie de “[...] mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente” do que normalmente agiriam, formando “[...] um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas possuídas por cada uma das células isoladamente”, se usarmos as palavras de Freud (1996, p. 84). Freud e outros autores identificam que os princípios éticos de um grupo são mais elevados que os dos indivíduos, e que apenas na coletividade é possível um alto grau de desprendimento e devoção – a sociedade prescreve padrões éticos para o indivíduo e esse, na maior parte das vezes, fracassa em alcançar tais exigências. Como Durkheim, Freud defendia a ideia de que o social ‘atua’ fortemente no indivíduo, mesmo considerando as multiplicidades que definem e compõem o mundo humano e sua vida mental (1996, p. 73). Em um fenômeno que perpassa do micro para o macro, a formação do humano deixa de ocorrer apenas no âmbito individual e passa a ocorrer no âmbito coletivo.

Essas considerações são importantes e devem ser levadas em conta ao pensar-se a inserção do indivíduo – ou grupo social – nos museus ou nos campos científico e universitário. Ou, ainda, pensar a inserção e importância do Museu tanto para o indivíduo quanto para o grupo social. Mas também se entendemos, em uma amplitude do conceito e para fins de investigação, Museu como um fenômeno ocorrido nas esferas do particular e do social, entre o “Eu” e o “Outro”, em um processo contínuo de identidade/identificação, é possível compreender que cada pessoa se relacionará com o Museu de forma particular, distinta. Se consideramos que cada museu poderá corresponder a um tipo de sociedade/comunidade, com a qual busca dialogar, as chances do museu afetar – no sentido literal do termo – serão inúmeras.

Mas, o que é exatamente o indivíduo? É possível pensar essa instância a partir do desenvolvimento da moradia do humano na Europa, ao longo da Idade Média até o início da Era Moderna. A moradia, na Idade Média, ambiente onde confluíam o trabalho e o cotidiano das necessidades humanas – dormir, comer, entre outras - refletia o mundo que a cercava: um mundo onde o que se entende hoje como casa, conforto, privado, não existia, da forma como os conhecemos¹⁶.

A pergunta que nos colocamos é: o que levou à necessidade de intimidade e privacidade? O que levou a mudar este ambiente quase “público” para algo “privado” (nesse caso assumindo um olhar do nosso presente)? Primeiramente, ainda na Idade Média surgia um grupo de pessoas que se diferenciava dos nobres, clero e servos: os habitantes dos burgos, a burguesia em ascensão. Se considerarmos como se deu o desenvolvimento da Era Moderna sabemos que, das classes/estamentos mencionados acima, a que permanece até os dias de hoje é a “burguesia”, considerando suas transformações ao longo do tempo. Recorrendo ao conceito de hegemonia de Gramsci, essa classe agora hegemônica não apenas “imperou” no âmbito econômico, mas também nas demais esferas do social, inclusive no modo de vida. Se o ambiente casa e posteriormente as ideias de privacidade e intimidade foram sendo construídas no processo de consolidação desse tipo de classe que se tornará dominante, logo essas ideias se espalharão por toda a sociedade europeia, ocidental e, podemos ainda afirmar, por todas as partes do globo atingidas fortemente pela Modernidade.

Mas ainda a dúvida é: como surgem a privacidade e a intimidade? Faz-se necessário recorrer à formação do pensamento científico para responder a tal questão. Descartes pronunciará a famosa frase: “Penso, logo existo”. O trabalho intelectual de

¹⁶ Apesar de ser um tema recorrente de análise das Ciências Humanas, é interessante a análise proposta pelo arquiteto Witold Rybczynski, autor do livro “*Casa: pequena história de uma ideia*”, aqui considerada.

Descartes, no século XVI, não dizia respeito a uma coletividade, mas a um ser que constatava sua existência – única – que não dependia diretamente de outros para existir. As ciências se desenvolverão em meio a embates com o modo de vida vigente, mas encontrarão na burguesia uma aliada para seu fortalecimento. Não se pode afirmar seguramente quem motivou quem, mas que ambas se aliaram e uma legitimou e fortaleceu a existência da outra é inegável. Esse indivíduo – e aqui poderia ser a primeira vez que é possível o emprego do termo – que questiona, pensa e produz conhecimento, sozinho ou em grupos (agora por opção), por sua vez demanda que o ambiente a sua volta se transforme para abrigá-lo.

Assim, é possível afirmar por este e outros trabalhos que o indivíduo nada mais é que uma construção da Modernidade, cujo modo de vida resultante de todo processo em dada realidade tem se espalhado ao redor do mundo. Como afirma Brulon Soares (2013, p. 27) faz-se necessário pensar as categorias sujeito e objeto menos como verdades musealizadas e mais como categorias construídas social e historicamente. Como aponta Brulon Soares os primeiros grandes museus da Era Moderna surgem principalmente para responder a duas questões essenciais: “quem somos nós?” e “quem são os Outros?” Assim, não seria esta a mesma ânsia dos teóricos ao tentar estudá-los, tentando encontrar o seu próprio lugar na ciência?

“Qual a diferença entre o curador e o professor que ensina no mesmo campo?”, questionou Desvallées (1980, p. 17) - e apontou que o debate sobre a Museologia ser ciência ou uma “simples acumulação de receitas empíricas” era guiado pelos interesses dos debatedores: se o debatedor está “[...] dentro ou fora da profissão do museu, ou se é um homem a favor do progresso, ou se ele vira as costas para qualquer questão de evolução dentro da profissão” (1980, p. 17). Entretanto, considerava que não eram os atores que definiam a necessidade de uma experiência específica de museu, ou seja, de um objeto de estudo para uma área, e sim as múltiplas interfaces que o museu deveria cumprir que levavam a tal necessidade. Assim, é possível inferir que para Desvallées, como para grande parte dos profissionais de museus, a Museologia seria interdisciplinar por meio das práticas museais – ou dos próprios museus – que incluem, dialogam ou são construídos em interfaces com inúmeras áreas.

É importante destacar que alguns atores se colocaram como protagonistas na composição da Museologia como disciplina científica e se apropriaram de conceitos e pensamentos de outras áreas, usurpando-os para aquela que, quando associada ao seu objeto de estudo reivindicado - o Museu - é tida como interdisciplinar; logo, a presença de pensamentos de distintas áreas encontra aqui abrigo e justificativa. Além

de pensar a Museologia por meio de suas inferências e experiências profissionais e acadêmicas, esses, de forma não intencional, marcavam seus espaços na Museologia.

Desvallées questionou qual seria a diferença entre o “curador” e o “professor”. Seria possível inferir que os primeiros se apropriam de suas experiências de outras áreas para contribuir na construção de um arcabouço que oriente a prática museal. Entretanto, não intencionam, em geral, a formação de algo constitutivo de um campo específico de conhecimento, e sim contribuir com distintas ações e possibilidades no âmbito de algo que por si lhe é atribuído o status de interdisciplinar ou complexo: o fenômeno social museu. Já os segundos transformam seus conhecimentos e aportes de outros campos para construir teorias para um novo campo do conhecimento, dando-lhes nova configuração e defendendo sua inovação. Entretanto, se pararmos para pensar, a ciência se constitui de apropriações de conhecimentos, aos quais por sua vez são dadas novas roupagens, no âmbito de um conhecimento que busca legitimação e primazia entre os demais campos do conhecimento humano.

CAPITULO 01

Unidade que gera diversidades: pensando
relacionalmente ciência, campo, museu e museologia

“[...] toda essa ficção social [ciência] que nada tem de socialmente fictício [...] encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade”.

Pierre Bourdieu¹

1.1 Reflexões sobre os processos de instauração do pensamento científico

No texto "Meditações", obra de referência para a instauração da forma de organizar conhecimentos chamada "ciência", Descartes (1999, p. 250) procurou discorrer sobre como é possível chegar a uma certeza científica a partir de inferências, reflexões e exemplos, aplicando o método por ele elaborado para obter tal resultado. Para chegar a um conhecimento seguro, afirmou primeiramente que não se deve aceitar como verdadeiro algo que não se conheça claramente como tal, evitando ações e conclusões precipitadas; explicou tal afirmativa apontando que o menor indício de dúvida é suficiente para que uma ideia seja descartada e, ainda, que não se deve confiar nos sentidos, visto que esses são "falazes", enganosos. Ainda, defendeu a ideia "de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele" (DESCARTES, 1999, p. 272) – entendendo por juízo uma parte de pensamento responsável pelo raciocínio, pela racionalidade, onde efetivamente são trabalhados os problemas que se colocam ao investigador.

Descartes tomou como segundo passo a suspensão (temporária, como será visto posteriormente) do seu juízo, por não dar mais crédito a todas as coisas que se afiguram a ele, todas falsas e dúbias, com o objetivo de encontrar "[...] algo de imutável e de indubitável nas ciências" (DESCARTES, 1999, p. 254). Para encontrar tal objetivo, definiu que é necessário repartir cada uma de suas dificuldades e problemáticas de forma a analisá-las em tantas partes quantas forem necessárias para o entendimento: o segundo passo do método. Retomou, portanto, a crença na existência das coisas para, passo a passo, colocá-las em análise, como questão. Tais crenças, segundo o filósofo, são "antigas e habituais opiniões" que frequentemente retornam a sua mente, fazendo-o duvidar do raciocínio que chegou sobre a suspensão do juízo².

A partir da suspensão (temporária) do juízo, o filósofo eliminou tudo o que possa ser combatido pelas razões que alegou anteriormente, procurando ficar com algo totalmente incontestável: a partir da dúvida da existência das coisas incertas, perguntou

¹ BOURDIEU, 1976, p. 23.

² "Permanecerei apegado a esse pensamento; e se, por esse meio, não está em meu poder chegar ao conhecimento da verdade, ao menos está ao meu alcance suspender meu juízo" (DESCARTES, 1999, p. 255).

se essas são geradas em si ou se são interferências de um “Ser Superior”; e, nesse caso, concluiu que ele mesmo é capaz de produzir tais pensamentos e ideias sobre as coisas – pela dúvida, ou melhor, pelo ato de duvidar, sua existência poderia ser comprovada de tal maneira

[...] que, depois de haver pensado bastante nisto e analisado cuidadosamente todas as coisas, se faz necessário concluir e ter por inalterável que esta proposição, eu sou, eu existo, é obrigatoriamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito (DESCARTES, 1999, p. 258).

Para Descartes é no juízo onde são trabalhadas suas questões e sua razão – premissa essa constituinte da racionalidade. A pergunta que pode surgir até então é o porquê da menção a Descartes nesta Tese. Como sabemos, o filósofo foi um dos grandes nomes para a sistematização e consolidação de uma forma muito específica de se construir o pensamento e compreender o mundo: a Ciência. É importante destacar que, baseado em Febvre, o que “[...] denominamos “ciência” era literalmente impensável no século XVI” e, portanto, “devemos nos resguardar de projetar esta concepção moderna de ciência nos quadros de referência de nossos ancestrais” (FEBVRE apud BURKE, 2010, p. 46). Para Foucault (2007, p. 75), no século XVII têm-se o desaparecimento das “[...] velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada, enfim, da natureza na ordem científica”; essa *epistémê* clássica se caracteriza por uma estreita relação com a *máthêsis* - “ciência universal da ordem”, que até o final do século XVIII permaneceu constante e inalterada (FOUCAULT, 2007, p. 78).

As ciências se desenvolveriam em meio a embates com o modo de vida feudal que estava perdendo lugar, e encontrariam na burguesia uma aliada para seu fortalecimento. Afinal de contas, a ideia de indivíduo da forma anteriormente apresentada nada mais é que uma construção da Modernidade, isto é, uma representação que inexistiu nos diferentes momentos históricos anteriores e, nas palavras de Foucault (2007, p. XXI), “o indivíduo é produto do poder e do saber”.

Bacon já afirmava que o consenso nas ciências “está sempre longe de se constituir em autoridade verdadeira e sólida”³, cabendo ao sujeito produtor de conhecimento o uso das ferramentas e métodos adequados. Foucault (2007) nos lembra Kant, para quem o conhecimento é um processo criativo, construído pelo humano a partir de sua capacidade de fazer inferências sobre o mundo ‘real’ e gerar representações desse real percebido. Com tal suposição, Kant apresenta pela primeira vez a ideia de um “mundo em construção”, em oposição ao “mundo dado”, construído da

³ Bacon, aforismo LXVII do *Novum Organum*, publicado pela primeira vez em 1620.

episteme clássica. Hegel acrescenta que o indivíduo também é construído nesse processo. Surge então a dúvida: Quem será a medida de todas as coisas, senão o indivíduo? Hegel responde que será o coletivo, já que o conhecimento é construído através da própria participação do indivíduo em sociedade. E é nesse período de construção da ciência que o homem entra em cena enquanto objeto de estudo: o “[...] homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma nova forma” (FOUCAULT, 2007, p. XXI).

Para dar conta de um mundo a ser conhecido, os praticantes de ciência dos séculos XVII e XVIII começaram a dividir o conhecimento em nichos. O movimento de reclassificação do mundo e das coisas, ocorrido a partir do século XVIII, refletiu nos ramos do conhecimento até então existentes. Esse trabalho foi desenvolvido, em primeiros passos e de forma memorável, por Diderot e D’Alembert: por meio da imagem de uma “árvore do conhecimento”, dividiram esse conhecimento em três partes relacionadas ao intelecto humano - “[...] a memória (abrangendo a história e a história natural), a razão (filosofia, matemática e direito) e a imaginação (as artes)” (BURKE, 2012, p. 73).

Quando usamos acima a expressão “praticantes de ciência”, no âmbito do período mencionado, é porque o termo *scientist* só foi criado em 1830. Tratava-se do surgimento de estudiosos do mundo natural e social, mas com uma importante diferença do que se tinha anteriormente - esses gradualmente transformavam seu fazer em profissão e se viam como uma comunidade: a “comunidade da ciência”. Assim, poderíamos afirmar que cada conhecimento criará o seu mundo – seu recorte de Real, ou realidade - por meio da forma como é percebido, em coletividade, seja essa coletividade o Ocidente (macro) ou uma área específica de conhecimento (micro).

1.2 Microfísica⁴ dos campos: Bourdieu e suas contribuições metodológicas para análise de universos sociais. Campo científico e campo universitário

O termo “campo” é recorrentemente utilizado nas diferentes áreas científicas e por diferentes atores ou, como se é comumente dito, por “teóricos”. Nessa profusão do uso desse termo, distintas ideias do que venha a ser campo confluem e muitas das vezes têm significações opostas e antagônicas. Porém é usual utilizar esse termo para nomear qualquer área do conhecimento. Nesta Tese, optou-se não pelo uso do termo

⁴ Referência ao título do livro de Michel Foucault “Microfísica do Poder”.

campo – mas por uma reflexão de um conceito de campo elaborado por Pierre Bourdieu. Ainda, esse mesmo conceito foi utilizado como instrumento para analisar a questão central e as questões subjacentes dessa Tese.

Para investigar e analisar o conceito de campo – ou de um dado campo – não se faz necessário, para Bourdieu, traçar uma investigação genealógica do conceito, mas recorrer a um modo de pensamento relacional⁵, considerando que nenhum campo é produzido sem qualquer intervenção do mundo social (BOURDIEU, 2003, p. 20). Levando em conta a existência de diferentes campos, Bourdieu promove um exercício empírico não apenas de reflexão, mas de cunho prático, na fronteira entre duas importantes e definidoras características de qualquer campo: sua autonomia e pontos de interseção, “homologias estruturais e funcionais” (BOURDIEU, 2012b, p. 67) com os demais campos. Essas homologias podem ser encontradas sob a forma de mecanismos – tensões e disputas por posições, crenças nos produtos e produtores e assim por diante; e conceitos mais gerais, como capital, investimento, entre outros - que, para cada campo, terão formas específicas. As relações objetivas no âmbito de cada campo, suas regras, seus capitais e as posições de cada um, colocando em jogo o poder sobre o uso de seus capitais, são características fundadoras de sua autonomia.

Lembremos que campo, para Bourdieu, pode ser definido como um dado universo social, como um âmbito de forças e de lutas que se articula, dialeticamente, para conservar-se e transformar-se; um “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 2012b, p. 64) entre diferentes instâncias/grupos e que, como sistema simbólico, possui uma realidade própria; um microcosmo relativamente autônomo que obedece a suas próprias leis. Ao mesmo tempo em que um campo responde ao macrocosmo (sociedade) e suas leis, ele dispõe de certa autonomia, que reside justamente nessa interface: o microcosmos (campo) se utiliza dos mesmos mecanismos de sua sociedade para se libertar das imposições externas e criar condições de reconhecer somente suas próprias imposições (BOURDIEU, 2003, p. 20-21). E mesmo essas podem ser chamadas de capital: “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2003, p. 26).

A eficácia de um campo simbólico reside na sua capacidade de reproduzir o mundo natural e social, ordenando-o por meio de representações e sentidos que não passam de alegorias das estruturas reais das relações sociais. Bourdieu, em suas investigações, alia o conhecimento da organização interna de um campo à percepção de sua função ideológica, política e de legitimação de dada ordem arbitrária de um

⁵ A ser explicado, por meio de sua aplicabilidade, posteriormente, ainda neste capítulo.

sistema vigente. Considerando tal premissa, um campo será tanto mais autônomo quanto mais for capaz de refletir as imposições sociais, transformando-as de tal forma que fiquem irreconhecíveis - ou seja, pareçam pertencer somente àquele dado campo. Ainda, a autonomia de um campo dá a seus membros uma autoridade específica que lhes permite sair dos limites do próprio campo para dele falar com autoridade e eficácia (BOURDIEU, 2003).

Os campos também disputam uma hierarquia entre si que por sua vez reflete o tipo de sociedade onde coexistem. No caso da nossa sociedade ocidental, o campo econômico sobrepõe-se aos demais. Nessa perspectiva, o que está em jogo para os distintos campos é a representação do mundo social⁶, caracterizado (configurado) como uma instância multidimensional, composta por diferentes campos relativamente autônomos porém subordinados em seu funcionamento de forma mais ou menos próxima ao campo econômico – relações entre os demais campos e o campo econômico: para Bourdieu, “[...] são ao mesmo tempo relações de homologia estrutural e relações de dependência casual” (BOURDIEU, 2012b, p. 153-154).

[...] a ciência social [...], ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra, ou a fortiori, o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção. As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões da luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social. Em meio à luta para a imposição da visão legítima, na qual a própria ciência se encontra inevitavelmente engajada, os agentes detêm um poder proporcional a seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo: a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um *percipi*, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um *percipere*, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum (BOURDIEU, 2008, p. 82).

O Capital, conhecido no campo econômico e conhecido pelo senso comum como conjunto de propriedades materiais, é diferenciado no âmbito dos campos culturais (de forma mais inteligível do que no campo econômico): é simbólico, mas também representa um poder sobre o campo e pode ser acumulado – considerando o fato de que cada campo possui capitais particulares. Os capitais não são apenas definidos em cada campo, mas são organizados, institucionalizados e, principalmente, reconhecidos pelos agentes de um dado campo. O capital simbólico só existe por meio

⁶ Ver “Espaço social e gênese das classes”, In: BOURDIEU, 2012b.

do reconhecimento dos agentes dotados das categorias de percepção do campo do qual fazem parte. Essas categorias são incorporadas de tal forma que o capital passa a ser reconhecido como algo óbvio (BOURDIEU, 2012b).

Essa incorporação de um dado capital cria o que se define como *habitus*:

[...] um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, [...] sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força (BOURDIEU, 2013b, p. XLII).

Habitus também pode ser definido como um sistema de propensões constituídas socialmente, de forma inconsciente, ou melhor, um princípio unificador de um conjunto de práticas resultante da interiorização das estruturas objetivas de dado grupo de agentes (BOURDIEU, 2013b, p. 191). O *habitus* geraria no indivíduo o sentido da sua trajetória social, tanto a nível individual como coletivo (BOURDIEU, 2012a, p. 104).

1.2.1 Campo Científico: do intelectual à comunidade; e da comunidade ao intelectual

Em Gramsci, encontramos que os intelectuais são resultados de processos em que cada grupo social forma e concebe funções essenciais para seu modo de vida – e os intelectuais surgiram justamente para dar consciência e homogeneidade a essas mesmas funções, sendo nada mais do que fruto do processo de criação de especializações. Entretanto, a ideia da existência de intelectuais é antiga, e cada grupo social carrega a premissa de categorias de intelectuais pré-existentes – para Gramsci, no caso da sociedade ocidental, a categoria de intelectuais mais antiga (porém em sua história mais recente) seria a dos eclesiásticos. E “dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 2001, p. 15-17).

Assim, a categoria de intelectual, apesar de exercer dada função especializada e, portanto, se colocar como autônoma do grupo social dominante, existe a serviço e em conexão não só com todos os grupos sociais, mas em especial com o dominante; mais ainda: agiria como “preposto” dessa classe justamente pelo fato de possuir um “consenso” que nasce do prestígio que os intelectuais possuem em nossa sociedade e pelo fato de que, na atualidade, não há atividade humana da qual se possa excluir

qualquer interferência intelectual: “não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 2001, p. 53).

O exercício de uma especificidade de pensamento por dado intelectual, no alvorecer do que viria a ser ciência, era um trabalho isolado, desenvolvido por filósofos como Descartes, Bacon ou até mesmo Newton, que naquele momento ainda não poderia ser chamado de físico, por exemplo. Como vimos na introdução deste capítulo, foi por meio do processo de divisão de conhecimentos que a ciência começou a ganhar forma; mais ainda - a existência de uma comunidade, ou campo, reivindicaria para si o privilégio de organizar e definir o que era ciência. Bourdieu aponta a própria revolução (no sentido dado por Kuhn) copernicana como uma reivindicação da autonomia de um campo, que se objetivava “científico”, destacando-se dos campos religioso, filosófico e político – uma reivindicação que implicou “[...] a afirmação do direito dos cientistas a decidir questões científicas” (BOURDIEU, 1976, p. 21).

O campo científico pode ser definido como um campo de poder ⁷. Entretanto, ele não é o único: toda a sociedade ⁸, para Bourdieu, é constituída por um conjunto de campos ou, em suas exatas palavras, por “espaços de posições”, dispostos de forma hierárquica segundo regras estabelecidas por esses próprios campos, onde todos se subordinam “à mesma lógica de segmentação e polarização” (BOURDIEU, 2013c, p. 18). O que está em jogo no campo científico é obter o monopólio da “competência científica” ou “capital científico”, isto é, a capacidade (ou o poder) de agir de forma autorizada e com autoridade, de forma legitimada e reconhecida pelo conjunto de pares (BOURDIEU, 1976, p. 1).

Em todo tipo de campo – seja ele científico, artístico, cultural, universitário – é possível encontrar oposições e antagonismos entre seus membros. Essas disputas não são constituídas entre participantes com posições e capitais iguais: seus agentes estão desigualmente dotados dos capitais e desigualmente capacitados de se apropriarem desses. Os agentes dominantes visam às “estratégias de conservação”, buscando assegurar a ordem estabelecida e compactuada por eles, enquanto os novatos visam “as estratégias de sucessão”, cujo alvo são os lucros obtidos pelas suas inovações; e “as estratégias de subversão”, cujos lucros só podem ser assegurados aos que “detêm” o monopólio da legitimidade científica, por conseguirem subverter a ordem até então estabelecida e os princípios de legitimação da dominação (BOURDIEU, 1976, p. 16-18).

⁷ Esta afirmativa é de Lone Valle na apresentação de BOURDIEU, 2013c, p. 17. Para Bourdieu, o campo universitário está inserido no campo do poder e no campo social (ibidem, p. 65).

⁸ Aqui vale ressaltar que toda a sociedade a que se refere Bourdieu é a sociedade ocidental. Não parece seguro estender essa afirmativa a todas as sociedades humanas.

Vale ressaltar que essa perspectiva de Bourdieu, apesar de reduzir os membros do campo somente a “dominantes” e “dominados”, trata do processo de legitimação e manutenção de visões vigentes no interior dos campos, em detrimento de novas visões que almejam sua legitimação.

Mas o que moveria a ânsia por novos conhecimentos no âmbito do campo científico? A principal delas, ou melhor, o que orientaria todas as práticas científicas, para Bourdieu (1976, p. 3), seria a busca pela aquisição da autoridade científica; em outras palavras, qualquer interesse por dada atividade – ou até mesmo pela formação de uma nova disciplina, ciência ou campo – teria o duplo objetivo: a atividade em si e a autoridade científica. O maior objetivo da “luta” – ou disputa - no campo científico, para além de posições e classificações, seria assim o monopólio do reconhecimento de que dado ponto de vista é legítimo, desconsiderando que esse mesmo é “particular, situado e datado” (BOURDIEU, 2013c, p. 51). Não apenas isso: a ciência e seus atores têm criado e mantido mecanismos que mantêm essa lógica, desde a separação do campo científico dos campos religioso e político.

Assim, é possível inferir que todo conflito epistemológico é, em si, um conflito político pois, para Bourdieu, “não há ‘escolha’ científica” que não seja, de fato, uma estratégia política com o intuito de adquirir capital específico científico que, nesse caso, seria a obtenção de reconhecimento dos pares (BOURDIEU, 1976, p. 3-5). O conflito epistemológico pela definição do que seja científico ou de uma ciência em si está sempre em voga, isto é, é sempre colocado ao debate pelos atores do campo por ser de suma importância para a aquisição de reconhecimento específico científico. Ainda, uma definição de ciência lançada por dado ator busca responder diretamente aos seus interesses específicos. Tal fator é chave para que se possa identificar a própria autonomia do campo científico: a busca pela autoridade científica e as produções que são desenvolvidas em torno dela são capitais cujos clientes são os próprios concorrentes que se localizam dentro do campo científico – não é permitida e nem possível a participação de indivíduos que não estão localizados ou que não possuem nenhum *know-how* que não seja o científico.

É notório que, no âmbito do campo científico, há uma hierarquia de disciplinas⁹ que orientam fortemente as práticas: as que se caracterizam pela primazia à observação e à experimentação e as que privilegiam as teorias e interesses correlatos (BOURDIEU, 1976, p. 7). Bourdieu identifica dois grandes polos no âmbito do campo científico: o primeiro polo que se concentra no discurso científico e tecnológico *per se* e

⁹ Bourdieu (1976, p. 7) nomeia as disciplinas tanto de campos científicos como de subcampos.

cuja retórica se fundamenta em uma ‘responsabilidade social’; e o segundo polo, baseado em um relativismo de conhecimentos, discurso esse das ciências humanas, definido por Bourdieu como voltado para a “liberdade acadêmica” (BOURDIEU, 2013c, p. 17). Esses dois modos de fazer ciência, ou métodos, vem se alastrando desde os primórdios da ciência e tentam abarcar, quase que de forma ‘evolutiva’ e linear, todo conhecimento produzido no campo pela simples “acumulação de conhecimentos, pelo refinamento das medidas e pela retificação dos princípios” (BOURDIEU, 1976, p. 21). O fundamento da ciência, portanto, é a crença coletiva nesses métodos que são produzidos pelo próprio campo.

A estrutura do campo científico se define por meio da disputa entre os protagonistas - que podem ser agentes ou instituições que disputam, justamente, a estrutura da distribuição de um capital específico. Essa última estrutura está na base das próprias transformações ocorridas no âmbito do campo científico e cujas ferramentas são estratégias de “conservação ou de subversão” da própria estrutura desse campo - as transformações, portanto, também são produtos de sua conservação (BOURDIEU, 1976, p. 12-13). Vale ressaltar que o campo científico não é apenas dotado de agentes individuais – há também as instituições que não somente participam das disputas do campo, como também participam do processo de distribuição e disseminação dos produtos, ou capitais, geridos ao longo do desenvolvimento do campo científico. Dentre essas instituições, Bourdieu colocaria, seguramente, as universidades; neste trabalho, também colocaremos os museus, como veremos posteriormente. Tais instituições atuam na manutenção da ordem científica estabelecida, encarregadas de assegurar a produção e circulação dos bens científicos e também de seus produtores e consumidores – no caso desses últimos, poderíamos inferir que extrapola o campo científico: em nome do que hoje conhecemos como “divulgação científica”, podemos encontrar “ações pedagógicas” (BOURDIEU, 1976, p. 17) cujo interesse é o de atrair novatos para a ciência. Nesse processo, os museus, desde os séculos XVIII e XIX, têm assumido papel preponderante.

A disputa no campo científico, para Bourdieu, só tende a intensificar-se, mesmo considerando que ao passo de cada vez mais existirem especializações e, portanto, dividirem os concorrentes, na medida em que os recursos e os capitais científicos aumentam, quando se amplia o direito de “entrada no campo”. Entretanto, é preciso relativizar a autonomia de qualquer campo, incluso o científico e o universitário, como veremos adiante: eles produzem a crença de que seus objetivos de pesquisa (isto é, seus produtos) respondem primordialmente aos anseios internos do campo e não a

demandas externas – o que Bourdieu nomeia de “dependência de aparência de independência” (BOURDIEU, 1976, p. 23-26).

O discurso científico, por sua vez, reproduz lógicas das quais é o próprio produto. Ele se distingue do discurso ficcional, porque acredita e endossa o que se diz dentro de seus limites e no âmbito de uma retórica muito própria da ciência, ou melhor, de “um discurso socialmente reconhecido, capaz de responder por aquilo que afirma” e que, por sua vez, produz um efeito de cientificidade no âmbito de normas intrínsecas do que se reconhece como ciência (BOURDIEU, 2013c, p. 43-54). Considerando que a cientificidade é socialmente reconhecida, é possível apontar todo um esforço na crença de verdades, onde “[...] a representação socialmente reconhecida como científica [...] contém uma força social própria” capaz de, por intermédio da ciência, conceder aos possuidores de seus discursos “[...] o monopólio do ponto de vista legítimo” (BOURDIEU, 2013c, p. 53). No final das contas, o campo científico é um dos campos que mais depende da crença em seu poder, e cujos quadros simbólicos produzidos ao longo dos próprios discursos são simultaneamente apropriados pelo conjunto do grupo de produtores (BOURDIEU, 1976, p. 12).

O caminho difícil de percorrer – e compreender – mostra que só é possível contribuir para a ciência ao evitar utilizá-la como um instrumento de poder, ou seja, usar de seus mecanismos (posição, conhecimento) para legitimar suas contribuições; para quem investiga o campo científico e está inserido nele não é possível compreender o mundo analisado sem compreender a lógica do próprio modo de compreender, dada pela ciência. A prática científica tende também a tornar-se rotineira e suas próprias atividades podem ser executadas sem alguma reflexão ou controle crítico. Assim, os critérios para instrumentos de conhecimento e análise, estabelecidos pelos campos ditos científicos (mesmos aqueles cuja pretensão é a neutralidade), seriam resultantes das lógicas criadas por esses mesmos campos. As próprias hierarquias presentes nos campos científicos são muitas vezes naturalizadas, não permitindo aos membros desses grupos reconhecerem que seu próprio campo é um campo de poder. Trata-se de uma configuração complexa, constituída por tensão de todos contra todos e, ao mesmo tempo, onde todos dependem de todos – são, simultaneamente, concorrentes e clientes, adversários e juízes. Para cada ciência haverá, então, uma hierarquia “complexa e discutida” (BOURDIEU, 2013c, p. 42-43)¹⁰.

¹⁰ “A ciência não toma partido na luta pela manutenção ou subversão do sistema de classificação dominante, ela o toma por objeto. Ela não diz que a hierarquia dominante que trata a pintura conceitual como uma arte e as histórias em quadrinhos como um modo de expressão inferior é necessária (a não ser sociologicamente). E nem diz que a hierarquia dominante é

No âmbito das hierarquias das disciplinas científicas, a própria importância delas é determinada pelas demandas do social. Nesse processo, a sociedade dá mais importância às disciplinas que promovam algum tipo de resultado ou produto que possa ser aplicado ou usado de forma imediata, isto é, que traga algum benefício prático, em detrimento, por exemplo, das ciências sociais, que só são buscadas quando há interesses em que seus conhecimentos corroborem e mantenham a ordem social vigente. Tal perspectiva só reforça a premissa de que a neutralidade, na ciência, é “pura ficção” (BOURDIEU, 1976, p. 27). Essa ideia transformou os ideais de dominação de dada sociedade em algo totalmente irreconhecível que recebe a nomenclatura de científico.

1.2.2 Campo Universitário: especializações com status quo

A especialização, no âmbito da ciência, pode ter permitido à humanidade como um todo conhecer mais do que já se conhecia, oferecendo “uma variedade de nichos para diversas espécies de estudiosos” (BURKE, 2012, p. 203). Assim, na perspectiva de Adam Smith, Ferguson e até mesmo Marx, no século XIX a especialização faria parte do processo de divisão do trabalho; no entanto, faz-se necessário considerar que esse não foi um processo espontâneo e quase nunca intencional. Burke chama atenção para o fato de que o século XIX foi permeado pelo surgimento de inúmeras associações¹¹, que por sua vez tiveram um papel importante na instituição de novas disciplinas: muitas associações surgiram justamente com a intenção de criá-las (BURKE, 2012, p. 206-208). Os congressos e encontros internacionais, bem como seus periódicos, também assumiram papel importante na formação das identidades das disciplinas, até mesmo por meio dos conflitos entre seus atores.

Mas o movimento de destaque foi a explosão, na segunda metade do século XIX, da fundação e institucionalização de inúmeras disciplinas nas universidades – essas últimas, antes vistas como instituições de ensino, ampliaram-se para centros de pesquisa cujas disciplinas começaram a ganhar independência. Trata-se, portanto, de um processo recente, mas que muitas vezes é visto por seus membros como atemporal, quando em realidade não passa de uma fragmentação de um conhecimento

arbitrária, como aqueles que se armam do relativismo para destruí-la ou modificá-la, mas que, ao final, não fazem senão acrescentar mais um grau, o último, à escala das práticas culturais consideradas legítimas. Em suma, a ciência não opõe um julgamento de valor a outro julgamento de valor, mas constata o fato de que a referência a uma hierarquia de valores está objetivamente inscrita nas práticas e, em particular, na luta da qual essa hierarquia é o objeto de disputa e que se exprime julgamentos de valor antagônicos” (BOURDIEU, 2012b, p. 38).

¹¹ A “era das associações”, como dito por Karl Preusker (apud BURKE, 2012, p. 206-208).

que teve início há poucos séculos: a ciência. As disciplinas “[...] são artefatos históricos, gradualmente construídos num determinado tempo e lugar para responder desafios e problemas” (BURKE, 2012, p. 212-213). A essas é possível prever uma trajetória (não universal, mas recorrente): de uma sociedade para um periódico; depois para uma cátedra em uma faculdade a um seminário; e por fim um departamento ou instituto, separando-se daquele ao qual anteriormente era filiado, muitas vezes por meio de rupturas e revoltas com os departamentos antigos. Burke (2012, p. 212-213) cita como pioneiros no processo de instituição de disciplinas os Estados Unidos e a Alemanha.

Em alguns casos, é dito que certas disciplinas surgiram por meio do esforço pessoal de alguns acadêmicos - tais como Humboldt, para a Geografia; Lineu, para a Botânica; Adam Smith, para a Economia; e Durkheim e Weber, para a Sociologia. Alguns autores, como Foucault, criticam essa perspectiva, pontuando que ninguém por si só cria disciplinas. Vale então ressaltar que alguns desses atores tiveram um papel fundamental na defesa e até mesmo na institucionalização efetiva de suas futuras disciplinas, em suas respectivas universidades. Futuras porque elas não existiam anteriormente a eles – “fundadores”, “por definição, não tem como pertencer à disciplina que estão fundando” (BURKE, 2012, p. 217). As novas disciplinas são por si só heterogêneas, visto que seus antecessores têm origens diversas. Tal fluidez é muito característica desse primeiro momento; no entanto, a segunda geração, ou seja, os formados no âmbito da disciplina, tomam sua existência como fato (BURKE, 2012, p. 217-218).

Qual seria então o sistema máximo e mais eficaz de reprodução da lógica científica? Bourdieu¹² afirma que a cultura escolar inculca um conjunto de categorias de pensamento ou, para ser mais precisa, ensina aos seus membros e privilegia uma forma específica de pensar – que é a científica – por se tratar de um “instrumento dócil de reprodução social” (BOURDIEU, 2013c, p. 14-15). Gramsci (2001, p. 189) também reforça tal premissa quando aponta “a disciplina universitária” como voltada para a “formação intelectual” responsável por integrar todo conhecimento novo em conjuntos. No âmbito universitário, essa instituição socialmente reconhecida e inquestionável e cujos fins se pretendem objetivos e universais, a reprodução da lógica científica não apenas tem seu ápice, mas é nesse espaço onde os novatos tem maior possibilidade de adquirir – seja por meio do título ou de dada pesquisa – o *status quo* de cientista, isto é, de membro legítimo do campo científico. De forma paradoxal, trata-se de um

¹² Bourdieu analisou durante grande parte de sua vida o sistema de ensino francês e é importante notar que é desse sistema que ele fala. Entretanto, esse modo de ensino que controla corpos e mentes de modo a atender os interesses de sua sociedade se reproduziu em grande parte da sociedade ocidental.

âmbito que oferece aos membros uma gama infinita de liberdade de pensamento e também de suportes institucionais, para justamente dissimular a si mesmo, campo universitário, como sendo mais um campo social.

Para Bourdieu, o campo universitário é autônomo do campo intelectual e do campo cultural, e também podemos inferir do campo científico, autonomia essa que se solidifica ao longo do século XIX, configurando-se como um lugar de disputa de posições e classificações, assim como qualquer outro campo; nele, o que está em jogo são “as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos” (BOURDIEU, 2013c, p. 32) e exclusivos do campo universitário. Essas condições e critérios tornam-se propriedades desse campo¹³ e passam a integrar seu capital simbólico, produzindo os benefícios específicos assegurados por cada campo (BOURDIEU, 2013c, p. 167). A autonomia que torna possível a existência de relações simbólicas e que ressaltamos como característica fundamental de um campo é, entretanto, relativa: não há como ignorar o fato de que as relações econômicas têm atuação sobre a estrutura das relações simbólicas, isto é, os campos simbólicos.

O campo universitário reproduz a estrutura do campo de poder: ali podem ser encontradas, de forma adaptada, as estruturas e hierarquias desse último. Trata-se de uma estrutura homóloga (BOURDIEU, 2013c, p. 70-71), com lógica própria e conflitos entre as classes – que, no caso do campo universitário, ocorrem entre as faculdades, concentrando-se em dois grandes polos: “[...] num polo as faculdades cientificamente dominantes mas socialmente dominadas” como a Medicina, e “[...] no outro extremo, as faculdades cientificamente dominadas mas temporariamente dominantes” (BOURDIEU, 2013c, p. 85), como as Humanas¹⁴. Tal conflito contribui para a manutenção da hierarquia dos objetos e, também, para uma hierarquia dos grupos, que dela tiram seus lucros materiais e simbólicos (BOURDIEU, 2012b, p. 37).

É importante lembrar que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos, mas justamente na estrutura de dado campo e nas relações entre seus participantes: ele existe pelo reconhecimento que cada um tem de seus pares, na crença da legitimidade de quem produz o discurso. O poder simbólico é totalmente subordinado

¹³ No caso, aqui, o campo universitário, mas se aplica aos demais.

¹⁴ “[...] as faculdades dominantes na ordem política têm por função formar agentes de execução capazes de aplicar sem discutir nem questionar, nos limites das leis de uma ordem social determinada, as técnicas e as receitas de uma ciência que não pretende nem produzir nem transformar; no lado oposto, as faculdades dominantes na ordem cultural estão destinadas a atribuir-se, dada a necessidade da construção dos fundamentos racionais da ciência que as outras faculdades se contentam em inculcar e aplicar, uma liberdade que é proibida às atividades de execução, ainda que sejam tão respeitáveis na ordem temporal da prática” (BOURDIEU, 2013c, p. 95).

ao campo e vice-versa, já que a consolidação de um campo é diretamente proporcional ao seu poder simbólico. Não somente a base do poder especificamente universitário mas também seu capital se encontram nos mecanismos de controle e nas organizações já estabelecidas, tais como os “[...] controles dos instrumentos de reprodução do corpo professoral, banca de congregação, Comitê consultivo das universidades [...] que é ao mesmo tempo de um poder de consagração e de crítica e de um capital simbólico de notoriedade” (BOURDIEU, 2013c, p. 110-111).

Esse poder, por sua vez, pode ser composto por um conjunto de diferentes poderes, em cuja posse se encontram os mais diversos especialistas, poderes esses manifestados nas distintas estruturas – onde também está o capital universitário obtido e mantido por meio das ocupações de posições e/ou de participações em ritos - num processo cuja acumulação demanda tempo. Mesmo o conflito por posições entre os membros já consagrados e aqueles em via de consagração no campo universitário não exclui cumplicidade e complementaridade. Assim como o campo de poder, inexistente uma dominação absoluta: o que existe é a coexistência de poderes – esses são, além de concorrentes e complementares, solidários: participam uns dos outros e não são completamente exclusivos (BOURDIEU, 2013c).

Em linhas gerais, para investigação de dado campo, Bourdieu aponta as seguintes indicações: 1) pensar relacionalmente, por meio de homologias; 2) considerar campos como microcosmos – sendo que só é possível inferir tal fenômeno na sociedade ocidental, ou seja, como microcosmos dessa sociedade, reproduzindo, compartilhando e representando características dessa última; 3) identificar sua autonomia do social – mesmo reproduzindo sistemas simbólicos do macrocosmo, o campo os transforma, recriando seus próprios sistemas; 4) ter em mente que cada campo produz e determina seus próprios capitais e seu *habitus*, reconhecidos pelos seus membros; e 5) distinguir suas lutas internas para conservação e subversão do próprio campo.

1.3 O campo científico e os museus

Como ainda não é possível uma viagem no tempo, muitos recorrem aos museus ansiando por essa aventura. Apesar de tal ideia ser senso comum, há algo que quase se aproxima a essa premissa: é possível, ao adentrar as portas – ou os limites - de qualquer museu, conhecer um pouco da sociedade que esse representa, e muitas vezes com distintas épocas ali representadas. E assim tem sido desde o surgimento, ou

renascimento dos museus, para alguns, no século XVIII¹⁵. Então se pudéssemos voltar no tempo e entrássemos no Louvre ou no Museu Britânico, no momento do seu surgimento, veríamos a imagem que os seus criadores – as nações que se consolidavam – pretendiam mostrar de si: seu poderio econômico, social e político por meio de suas artes e de suas conquistas.

Se ainda pudéssemos visitar algum museu de ciência no século XIX (e eram muitos, teríamos dificuldades em escolher qual), veríamos o destaque ao desenvolvimento tecnológico e científico sendo demonstrado. Avançando no tempo, se pudéssemos visitar o Museu de Vizinhança Anacostia, nos Estados Unidos, ou o Ecomuseu do Creusot na França, nos anos 1970, veríamos as angústias e reivindicações dessas comunidades em torno de suas necessidades e de sua sobrevivência econômica e social. E no presente podemos visitar qualquer museu e teremos uma ideia do que está sendo discutido, preservado, questionado ou simplesmente apresentado, em maior ou menor escala, por aquela sociedade – seja o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, com suas tentativas de exposição que visam dar conta, ainda, de uma história nacional; o Museu NEMO¹⁶, em Amsterdã, cujo principal objetivo é levar o conhecimento científico e tecnológico de forma lúdica e atraente e promovendo tal conhecimento, tanto por compartilhar como por fomentar interesse e justificar a ciência e seus avanços; o Museu Alferes Belisário, na pequena cidade de Paraguaçu¹⁷, com seu acervo todo exposto, de consultório odontológico a roupas de dormir do início do século XX; o Museu da Pessoa, com seus inúmeros relatos tão pessoais inseridos a todo e qualquer momento; ou o Museu Feminista, na Suécia, “dedicado ao lugar ocupado pela mulher na história, no presente e no futuro”¹⁸, conforme uma de suas idealizadoras.

Os museus, desde o século XVIII, também exerceram um papel importante para a ciência, como difusores e expositores dos mais distintos conhecimentos. E o interesse de organizadores por mais participações de diferentes tipos de públicos também se estende: em uma iniciativa do Museu das Manufaturas, em 1858, esse foi aberto à noite para atrair as classes trabalhadoras, apesar de a abertura de museus a públicos distintos ter sido um tema controverso na segunda metade do século XIX (BURKE,

¹⁵ Apresentaremos adiante nossa perspectiva sobre a origem dos museus.

¹⁶ Centro de Ciências com atividades interativas de promoção aos conhecimentos de Ciência e Tecnologia. NEMO. Disponível em: < <https://www.e-nemo.nl/en/organization/about-nemo/who-we-are/> >. Acesso em: 08 ago. 2015.

¹⁷ Cidade localizada na região sul de Minas Gerais.

¹⁸ PRIMEIRO museu feminista abre suas portas na Suécia. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1551485-primeiro-museu-feminista-abre-suas-portas-na-suecia.shtml> >. Acesso em: 08 ago. 2015.

2012, p. 120-121; 296). Não somente museus, mas grandes exposições também, que desde o século XIX atraíam grandes públicos – milhões de pessoas¹⁹. Essas exposições universais foram oportunidades de apresentar diferentes culturas em proporções nunca vistas, e que influenciariam o século seguinte.

Os museus começaram a proliferar no final do século XVIII e a segunda metade do século XIX ficou conhecida como a “era dos museus” (SCHWARCZ, 1988; BURKE, 2012, p. 122), já conhecida e mencionada em muitos trabalhos que tratam da história dos museus. Entretanto, nosso destaque é por sua proliferação, no século XIX, em dois aspectos: 1) numa perspectiva simbólica, como espaços de produção de conhecimento científico, em sua maioria; e 2) numa perspectiva geográfica, por todo o mundo: há registros de museus de história natural em diferentes países, tais como Estados Unidos, Colômbia, Brasil.

Desde o século XVIII, os museus, como espaços de difusão de ciência, já possuíam relevantes preocupações com a forma de se apresentarem ao público, de forma que todos pudessem apreender seu conteúdo, inclusive o público infantil (BURKE, 2012, p. 123). Burke ressalta que seria ingênuo pensar museus como coleções neutras de conhecimento humano e ignorar sua característica de instrumento de colonialismo. Até a forma de expor e organizar as exposições demonstrava a forma como o pensamento científico se desdobrava naquele momento – como por exemplo, Boas propôs ao curador do Smithsonian organizar a exposição de artefatos ameríndios por região, e não mais ressaltando uma perspectiva evolucionista (BURKE, 2012, p. 123-124).

O século XIX foi importante na difusão do conhecimento ocidental para as demais partes do mundo, principalmente por meio de instituições centrais: universidades, bibliotecas e museus. Essas instituições tiveram importância pois reproduziam uma forma de organizar, produzir e disseminar o conhecimento científico, fruto da sociedade ocidental. No caso dos museus, não se tratava apenas do conhecimento científico, mas modos de vida, de organização e de relações entre as sociedades e suas realidades seriam abordadas e reproduzidas dentro de sua esfera, como veremos adiante. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que tratou-se, como afirma Burke (2012, p. 15), de uma “recepção ativa”, onde esses grupos se apropriaram desse modo de conhecer o mundo e o adequaram de acordo com suas realidades. Mas o papel mais central que os museus ocuparam no século XIX, inclusive os museus de

¹⁹ “Cinco milhões de pessoas visitaram a Exposição de Paris de 1855; mais de 27 milhões, a Exposição de Chicago de 1893; 32 milhões, a Exposição de Paris de 1889; mais de 50 milhões, a Exposição de Paris de 1890” (BURKE, 2012, p. 121).

caráter científico mencionados acima, foi a participação no processo de construção da ideia de Nação. Instituições que levavam nomes que sugerem um “orgulho nacional” foram criadas, em sua maioria sob iniciativa de diferentes governos, tais como o Museu Nacional Dinamarquês (1809), o Museu Nacional de Praga (1819), a *National Gallery* de Londres (1824), entre outros (BURKE, 2012, p. 244). Os museus, nesse momento, reproduziam e recriavam um tipo de representação social que se queria destacar: a Nação. Essa comunidade imaginada, conforme delineou Anderson, precisava de mecanismos que reforçassem e validassem sua importância; nesse processo e de forma concomitante, os museus se fortalecem enquanto instituições cujos discursos não são somente válidos, mas inquestionáveis e fortalecem a constituição de nações. Trata-se de um processo que vai se repetir ao longo da trajetória desse fenômeno social, no século XX.

Como vimos acima, os museus assumiram um papel importante na consolidação do próprio campo científico. Muitos profissionais de museus, desde o século XIX até os dias de hoje, por meio de suas práticas, não só difundem essa forma de organizar conhecimentos como também produzem conhecimentos científicos no âmbito dos próprios museus. Uma referência mundial é a *Smithsonian Institution*, nos Estados Unidos, não apenas como catalizador, mas produtor de conhecimento científico. No caso brasileiro, destacam-se o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu Paraense Emílio Goeldi, instituições de pesquisa que são referência em áreas específicas do campo científico, por suas pesquisas, cursos de pós-graduação, exposições e publicações.

Como podemos perceber, a relação entre os museus e a configuração do campo científico não foi a mesma desde o século XVIII: os museus que viriam a ser designados de etnográficos, por exemplo, tinham como função não somente apresentar o Outro, mas também justificar a importância das expedições e investigações científicas em terras longínquas à sociedade europeia; nos museus do século XIX, principalmente nos que viriam a ser denominados museus de ciência, o objetivo principal era enaltecer e divulgar o conhecimento tecnológico produzido; no século XX, os museus serviram, em sua maioria, para validar um conhecimento dito ‘verdadeiro’ – que não era qualquer conhecimento, e sim o conhecimento produzido pela ciência e seus desdobramentos.

1.3.1 Inferências sobre um fenômeno social: Museu

Para Stránský (1980; 2008, p. 104) Museu pode ser considerado um fenômeno que acompanha a trajetória humana. A partir de um pensamento construído,

claramente, de forma filosófica, Stránský descreve passo a passo suas ideias sobre como ocorre o estudo dos fenômenos: devemos estudar a relação em termos e realidades, e se essas por sua vez são objetivas ou subjetivas; se tais realidades contêm características que as separem do “real total”; se essas existiram anteriormente, no passado, e se o que temos no presente é parte desse desenvolvimento; e se o fenômeno estudado ainda continua em desenvolvimento (1980; 2008, p. 102). A base do fazer humano estaria no pensamento e no porquê da criação de todas as coisas, afinal de contas “poderiam os museus estar incluídos no nosso código genético?”²⁰. Em seguida, ele lança também a seguinte questão: “seriam os museus objetos da museologia ou os meios para se perceber o enfoque da museologia em relação à realidade?”²¹. Respondendo a tal questão, faz primeiramente uma contundente afirmação: “A ideia de que o sujeito da museologia é o museu prova ser um real fardo”²².

Para explicar a afirmativa acima, Stránský considera que o próprio termo propicia esse entendimento. Ao longo de anos, esse autor tentou desconstruir a ideia de Museologia vinculada a museu e também percebe que muitos autores têm se utilizado de suas ideias como se fosse um novo enfoque do problema. Mas o que Stránský defende é que o museu é material, portanto também possui fim e responde aos anseios de seu criador e de suas necessidades sociais (1987, p. 288)²³. Ao considerar museu como uma forma específica de apropriação da realidade, e não a realidade como tal, percebe que se trata de uma realidade vista de um ponto de vista humano.

Bellaigue também considera como premissa que “museu é a expressão de uma relação específica entre o homem e a realidade resultando na preservação de seu patrimônio natural e cultural objetivando a pesquisa e a documentação (e o desenvolvimento)”²⁴. Gregorová (1987, p. 122) pontua que o museu, como instituição

²⁰ “Is it possible that museum could be included in our genetic code?” (STRÁNSKÝ, 1987, p. 288, tradução nossa).

²¹ “Are museums the subject of museology or the means for realizing the approach of museology to reality?” (STRÁNSKÝ, 1987, p. 288, tradução nossa).

²² “The idea that the subject of museology is museum proves to be a real burden.” (STRÁNSKÝ, 1987, p. 288, tradução nossa). Stránský, desde 1965, defendia que o objeto de estudo da Museologia não era o Museu, principalmente considerando que não poderia ter como objeto de estudo uma instituição e seu conjunto de práticas.

²³ Ao dizer que o “museu é material” (“The museum is something material”) Stránský não desconsidera sua própria perspectiva fenomenológica, mas sim aponta que museus são criações humanas, e não algo que inexista para além desses últimos.

²⁴ “The museum is the expression of a specific relation between man and reality resulting in the preservation of his natural and cultural heritage aiming at research and education (and development)” (BELLAIGUE, 1987, p. 59, tradução nossa).

cultural, é um produto da civilização onde todos os demais “produtos são documentados” e, nesse processo, o humano se reconhece como parte do “refinamento cultural” a que se submete. Mas repensando as manifestações de museu diferentes da tradicional, Gregorová delinea uma definição de museu que poderia abarcar tais ideias: “a relação entre consciência e ser – e no nosso caso de uma relação específica do homem / humano / museu com a realidade”²⁵ - a própria relação museu, em seu sentido amplo e, simultaneamente, restrito. Essa relação se caracteriza por uma atividade específica de preservar e coletar objetos (em um conceito amplo do termo) para fins culturais e educacionais.

Maröevic, seguindo o ‘roteiro’ comum, conhecido e comumente aceito, aponta a origem do termo museu como o templo das Musas, que para ele não estava relacionado à materialidade, mas como “protetor de atividades espirituais” (MARÖEVIC, 1987, p. 173). Para o autor, *μυσειον* – *mouseion* – foi a palavra grega que originou o termo ‘museu’: teria sido a partir da influência de Demétrio, co-discípulo de Teofrasto, criado o *Mouseion* de Alexandria, em cerca de 306 a. C., instituído por Ptolomeu Sôter, rei do Egito (SCHEINER, 1999; MAIRESSE, 2011). Entretanto, esse complexo não consistia num ‘museu’ no sentido moderno da palavra. O *Mouseion* grego não teria uma relação estreita com a forma de se constituir dos museus atuais. No caso romano, museu tinha um significado parcialmente semelhante ao grego, mas tratava-se de um lugar de disputas filosóficas: essa origem e funções influenciaram a ideia de museu que se tinha até então (SCHEINER, 1999; MAIRESSE, 2011).

Mas foi Scheiner quem sistematizou o conhecimento reflexivo sobre museu existente até os anos 1990, apresentando outra possibilidade de se pensar a origem do conceito. Segundo ela, a origem mítica só seria melhor compreendida se nos afastássemos da imagem do Museu (e do Templo das Musas) como instituição permanente, dedicada ao estudo, conservação, documentação e divulgação de evidências materiais do humano e da natureza. Afastando-se do Templo, “restam-nos as próprias Musas”: ao considerarmos as Musas, não levamos em conta apenas o espaço físico (Templo), mas “[...] a presentificação das idéias de recriação do mundo por meio da memória, [...]” (SCHEINER, 1999, p. 136). O Museu assume sua forma plena: pode existir em todos os lugares e em todos os tempos “[...] onde o Homem estiver e na medida em que assim for nominado – espaço intelectual de manifestação da memória do Homem, da sua capacidade de criação” (SCHEINER, 1999, p. 137-138).

²⁵ “[...] the relation between consciousness and being – in our case from man’s specific, human / museum / relation to reality.” (GREGOROVÁ, 1987, p. 125, tradução nossa).

Para Scheiner, como o pensamento grego estabelece, de uma ou de outra forma, o Homem como a medida de todas as coisas, o espaço primordial de manifestação das Musas seria então o próprio corpo do Humano - este sim, o verdadeiro templo das Musas, através do qual elas se manifestam pela palavra, pelo canto e pelos mitos de origem. O modelo tradicional de Museu não é anulado frente a esta constatação scheineriana. Muito pelo contrário - ela apresenta uma dualidade existente no Museu a partir de dois mitos: Apolo e Dionísio. A dimensão racional do Museu é representada por Apolo – classificatório, institucional, cujo fruto é salvaguardar o produto e não o processo - dimensão essa característica da Modernidade. Consequentemente, a dimensão “emocional” do Museu é representada por Dionísio – paixão, êxtase, pulsante, mutável e constituído na relação – dimensão presente nos discursos pós-modernos. Esses habitam “em Delfos”, constituindo-se as duas faces do Museu (SCHEINER, 1999, p. 139-140).

Parafraseando Gonçalves, que trabalha com a ideia de patrimônio enquanto categoria de pensamento²⁶, poderíamos afirmar que a maioria dos teóricos assim fazem ao pensar Museu, visto que em sua maioria associam sua origem a um passado remoto e vem desenvolvendo analogias (ou seriam anacronismos?) com o uso do termo ao longo da história ocidental. Para Brulon Soares (2011, p. 44), em contraponto, o passado do Museu é muito recente, sendo que esse último se forma concretamente apenas no século XIX.

Segundo Stránský, a noção de instituição, em relação ao museu, é a dominante; entretanto ressalta que a noção de museu é algo historicamente criada e cuja forma é socialmente condicionada para uma satisfação que é humana, por sua vez relativa a guardar e selecionar certos elementos da realidade, contrária a natureza de mudança e declínio das coisas (STRÁNSKÝ, 1996, p. 15).

Há uma necessidade de evocar para o Museu “o poder do ‘clássico’” (BRULON SOARES, 2011, p. 46), isto é, traçar uma história para o Museu que se inicia, em sua forma mais comumente conhecida, como oriunda da Grécia Antiga. Essa ideia se assemelha à própria postura evolucionista de pensar uma linha condutora de origem única, principalmente para os europeus, cujo berço dessa civilização está na Grécia. Nesse ponto convergem museu e cultura como tradições construtoras ou resultantes de um modo específico de se localizar em um mundo.

Tradições, como demonstrou Eric Hobsbawm de forma influente, são geralmente inventadas, individual ou coletivamente, de modo

²⁶ Ver “O Espírito e a Matéria: O Patrimônio enquanto categoria de pensamento”. In: GONÇALVES, 2007, p. 107-116.

consciente ou inconsciente, como um conjunto de práticas reguladas por regras aceitas (BRULON SOARES, 2011, p. 46).

Definições de museu atendem aos objetivos daqueles que as criam (SCHEINER, 1999; SOLA, 2010). Independente da percepção ou ponto de vista do teórico sobre características fenomenológicas do museu, cujas manifestações podem ser encontradas em diferentes tempos e lugares, não há como negar que a ideia atual que se tem de museu é fruto da Modernidade, e que museu é uma definição forjada no centro de questionamentos e produções de conhecimento de um tipo de sociedade que, como se sabe, é hegemônica.

Uma das características mais genuinamente humanas (até onde se sabe) é a capacidade que tem o humano de pensar simbolicamente – de atribuir símbolos que já se tornam arbitrários e atribuir-lhe significados e que por sua vez são aceitos coletivamente. É a espécie humana quem dá forma ao que se chama de cultura, que propicia, em contrapartida, ao humano ser estruturado e ser capaz de estruturar (BAUMAN, 2012, p. 142-146). Segundo Bourdieu, a relação que os indivíduos e/ou grupos sociais têm com os museus está intrinsecamente ligada à relação que esses têm com suas “obras culturais” (2007, p. 37). Ainda, estudar museus – ou o fenômeno museu - é considerar as mesmas premissas que Bourdieu tinha quando do estudo do mundo universitário; é considerar “como objeto uma instituição que é socialmente reconhecida, que goza de toda legitimidade graças a seu caráter racional e que é vista como ‘mágica’ por realizar uma objetivação que se pretende objetiva e universal” (2013c, p. 16), como já apontamos acima.

Assim como o campo universitário ou o campo científico, os museus também poderiam ser considerados uma forma de organizar simbolicamente o mundo. Ao longo dos séculos XVIII a XX os museus serviram de ferramenta para regular e definir não apenas características que ressaltavam o poderio de Estados-nação, mas também como parte de um modo de vida burguês - uma perspectiva hierárquica de cultura que colocava algumas como “privilegiadas”, enquanto outras eram “primitivas”. Os museus, nesse período, apresentavam tanto elementos das sociedades “mais avançadas” – como as artes, por exemplo – quanto objetos de curiosidade das culturas ditas “primitivas”, como os museus etnográficos. Anderson (1993, p. 229; 257) também definiu museu como agente de domínio do nacionalismo, legitimando sua “linhagem” e seus domínios, como anteriormente apontado.

Para Brulon Soares, as manifestações tradicionais de museus, desde o século XVIII, como também vimos anteriormente, foram constituídas na reapropriação e

reconstrução do conceito de clássico, tornando-se instituições que prescreviam um modo rebuscado e distinto de ser, endossadas pelos Estados-Nação e apossadas por uma elite para servir aos seus interesses, legitimando a autoridade da burguesia. O papel dos museus, muito definido, era formar indivíduos para uma sociedade que reivindicava para si a condição de civilização (BRULON SOARES, 2011, p. 54). Museus – assim como a apropriação de obras de arte – foram durante muito tempo constituídos por uma relação social de distinção (BOURDIEU, 2013a, p. 213). Como Bourdieu aponta, por meio de investigações, a prática cultural de frequência a museus está associada aos níveis de instrução, primeiramente, e em segundo plano à origem social (BOURDIEU, 2013a, p. 9). Apesar de o autor considerar a premissa de que museus fazem parte dos nossos costumes, a classe dominante via essa forma de museu tradicional como “seu privilégio exclusivo” e, “torna-lo mais acessível é, portanto, retirar-lhes algo, uma parcela do mérito dessas pessoas, uma parcela de sua realidade” (2007, p. 20; 2013a, p. 215).

Segundo Scheiner (1999, p. 136) as tendências românticas do início do século XIX vão fazer-se representar como ideal na criação de museus como espaços privilegiados da sensibilidade e de um gosto comum à nobreza e à crescente burguesia. Esse modelo foi elaborado para servir ao discurso dos poderosos, fazendo-se espelho das normas instituídas e dos valores aceitos pelos setores hegemônicos de uma sociedade que coleta, produz, concentra e distribui riquezas. No entanto, quando a classe dominante (que para Bourdieu é a classe burguesa) que reivindicava a posse dos museus aceitou todas as mudanças que visaram à entrada ou apropriação de outras classes sociais, o fizeram se dispondo a “entregarem aos outros seu museu [...] já que eram as únicas pessoas capazes de reivindicar sua posse”²⁷. Esse privilégio está inserido em um sistema educativo que reforça a importância dos museus como algo inerente a uma “necessidade cultural” (BOURDIEU, 2007, p. 69).

Tanto a forma como as funções dos museus sofreram significantes mudanças ao longo de sua trajetória (seja percebida como longa ou de fato curta) e isso tem se dado por uma demanda das diferentes sociedades ou comunidades que se apropriam desse fenômeno social. Tal premissa corrobora a perspectiva scheineriana e stranskiana do caráter fenomênico do museu. Apesar de o museu ser reivindicado primordialmente por um modelo de sociedade e um determinado estamento social, como apontamos acima, outros grupos e comunidades reivindicaram o museu para si. O fenômeno museu pode ser definido como virtual, na acepção do termo apresentado

²⁷ No caso de Bourdieu, se referia à classe burguesa no século XX (2013, p. 215, grifo nosso).

por Deloche (2001): “conceito que designa globalmente o campo problemático do museal”. Em outras palavras, o museu em potência, possível, de acordo com as diferentes sociedades. Segundo Desvallées (1980, p. 17), para se pensar num campo específico para os museus faz-se necessário considerar duas questões: haveria uma experiência específica de museu? Como as atividades de museus se enquadram dentro das múltiplas atividades humanas? Para o autor essa experiência específica estaria relacionada ao processo de organização das coleções, catalogação e exposições para as comunidades.

Outra perspectiva é a apontada por Borges que, baseado em Gramsci, define museu como um intelectual (sujeito) coletivo: tal perspectiva, segundo Borges (2013, p. 2), leva em conta “o *logos*, *tekné* e *práxis* do museu, tal como se realizam na estrutura histórica ainda hoje dominante”. O fenômeno social museu, nessa linha, além de ser produto da sociedade que o idealizou, também participa e atua no processo de formação de sujeitos, que por sua vez não se constitui *per se* na consciência, mas sim pela existência historicamente concreta que determina a existência de um ser social – seja um indivíduo ou uma instituição. Os museus integrariam a estrutura ideológica da sociedade, tal como as artes e as ciências, no qual qualquer museu poderia ser identificado, para Borges (2013, p. 3), como intelectual coletivo que desenvolve papel importante na formação dos sujeitos enquanto cidadãos e na “ordenação, organização e direcionamento da vida cultural”.

Museus são capazes não apenas de transformar o mundo, mas recriar diferentes mundos associados, na sua capacidade de se distanciar do mundo dito real. Essa definição passa então pela ideia – difundida no mundo inteiro do que venha ser museu e a encontramos por meio de manifestações que são ou poderiam ser nomeadas de museu; e, no último caso, o conceito, é elaborado e reivindicado por profissionais, cientistas e por uma disciplina acadêmica que viria a surgir no século XX e nominada de Museologia.

É necessário considerar que, tal como Bourdieu (2007, p. 71) apontou ao tratar da obra de arte, museu “[...] enquanto bem simbólico não existe como tal a não ser para quem detenha os meios” de apropriar-se dele e de decifrá-lo. Existem, então, dois tipos de grupos de indivíduos a usufruir desse fenômeno: aqueles que usufruem do próprio museu enquanto capital cultural, e se apropriam dele enquanto manifestação; e, a partir do século XX, os profissionais específicos de museus. O primeiro grupo se subdivide entre os que pertencem a classes mais favorecidas que veem como natural sua identificação com os museus; e os que pertencem a classes menos favorecidas, que

não apenas reivindicam os museus para si, mas também entendem que o “amor” ao museu é algo conquistado e surge de um convívio prolongado com seus capitais (BOURDIEU, 2007, p. 90).

E no momento em que os profissionais, de distintas áreas ou até mesmo dos primeiros cursos de museus, surgem, as tensões agora deixam de ser externas primordialmente (grupos que se reconhecem nos museus e os que o reivindicam) e passam a ser internas. Estabelece-se então, entre o primeiro e o segundo grupo, uma relação de transação, com base em distintos interesses; e, entre os membros do segundo grupo, uma relação de concorrência que opõe os diferentes especialistas – essas relações “constituem o princípio da dinâmica do campo”²⁸. A oposição entre os especialistas, para Bourdieu, não se refere a uma perspectiva simplista que os coloca como inimigos, mas sim ao fato de que os diferentes profissionais interagem no interior de dado campo por meio de trocas, negociações e, inclusive, fricções, mas todos com um bem comum – o fortalecimento desse próprio campo.

Reforçamos que os museus, ao longo da trajetória aqui apontada, exerceram papel fundamental na própria difusão de uma forma de pensamento específica que é hegemônica: a científica. Seja como instituição, fenômeno ou intelectual orgânico (agente na formação de intelectuais), o ente museu também participou na própria consolidação do campo científico pois, com seu caráter de fonte/referência indiscutível e inquestionável (o discurso museal dificilmente é colocado à prova), servia como um centro difusor e legitimador do conhecimento científico²⁹.

A grande “virada” que muda os rumos dos museus ocorre no século XX. Com a criação do ICOM, um grupo de profissionais de diferentes países e distintas esferas, endógenas e exógenas a esse órgão internacional, se reúne para debater museus de forma distinta às discussões sobre o tema que se desenvolviam nas Ciências Sociais e

²⁸ Bourdieu sintetiza essa relação ao tratar do campo religioso: “[...] a luta pelo monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão dos bens de salvação organiza-se necessariamente em torno da oposição entre (I) a Igreja e o profeta e sua seita (II)” (2013b, p. 53).

²⁹ Como aponta Bourdieu: “vale dizer, a ciência está destinada a exercer um efeito de teoria, embora de uma forma bastante particular: ao manifestar por meio de um discurso coerente e empiricamente validado o que era até então ignorado, isto é, conforme os casos, implícito ou recalcado, a ciência transforma a representação do mundo social e, ao mesmo tempo, o próprio mundo social, ao viabilizar práticas ajustadas a essa representação transformada. Assim, embora se possa retroceder de tão longe quanto se queira na história para encontrar as primeiras manifestações das lutas de classes e, inclusive, as primeiras expressões mais ou menos elaboradas de uma “teoria” da luta de classes (na lógica dos “precursores”), não resta dúvida de que é apenas depois de Marx e da organização de partidos capazes de impor (em grande escala) uma visão do mundo social organizada segundo a teoria da luta de classes que se pode, a rigor, falar de classes e lutas de classes” (2008, p. 122-123).

Humanas, por meio de suas experiências pessoais e até mesmo acadêmicas. Para alguns desses teóricos, não são apenas as ações que ocorrem no âmbito dos museus que interessam como objetos de estudo, mas os museus em si e por si, sua razão de existência e, ainda, a possibilidade de uma ciência específica para os museus. É nesse momento que os atores levam o ente museu para dentro do campo universitário.

1.4 A internacionalização de uma área profissional e da ideia de uma disciplina científica: ICOM e ICTOP

Para Bourdieu, é um equívoco pensar que a vida intelectual é espontaneamente internacional. Esse modo de vida, como qualquer outro, é imbuído de “nacionalismos e imperialismos, preconceitos e estereótipos” (BOURDIEU, 2002, p. v). Essas trocas internacionais de ideias podem gerar alguns “mal-entendidos” como a retirada do contexto de um pensamento, levando-o à esfera internacional - o que resulta, entre outras coisas, em pensar que o campo de origem determina o que será pensado ou interpretado no campo de chegada. Entretanto, toda luta pela consolidação de dado campo social, a nível nacional, depende da esfera internacional para ser legitimada.

Baghli et al (1998, p. 7) reconhecem que, antes do ICOM, existiram outras tentativas de cooperação entre os museus. Como exemplo, destacam a Associação de Museus (*Museums Association*) no Reino Unido e o Escritório Internacional de Museus (*International Museums Office – IMO*), organizado pela Liga das Nações. No caso da primeira, a intenção não foi somente tornar-se uma organização nacional, mas também internacional, inclusive pelo fato de não especificar nenhuma nacionalidade. Tal fato, entretanto, não impediu o surgimento de organizações nacionais para museus (BAGHLI ET AL, 1998, p. 8).

No segundo caso, com a criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, no início dos anos 1920, e no âmbito da Liga das Nações foi sugerida a criação, sob a supervisão desse instituto, do IMO. O trabalho do IMO foi intenso e teve como um dos resultados a revista *Mouseion*, atualmente nominada *Museum International*. Outro trabalho relevante organizado pelo IMO foi o *Traité de Museógraphie*, que se propunha a ser uma massiva enciclopédia de técnicas de museus que só possuiu três volumes publicados (BAGHLI ET AL, 1998, p. 8).

No ano seguinte ao término da Segunda Guerra, movimentos a nível internacional iniciaram ações que visavam estabilizar a ‘ideia de paz’ instaurada com o fim do conflito. Como espaços dedicados às memórias de dada coletividade, imaginou-

se que os museus, intermediados e representados por seus dirigentes, poderiam assumir um papel nesse cenário. O Conselho Internacional de Museus – ICOM foi criado em 12 de novembro de 1946, no Museu do Louvre, como uma iniciativa de diretores de museus liderados pelo estadunidense Chauncey J. Hamlin³⁰.

Na Assembleia Constituinte do ICOM, ocorrida entre os dias 16 e 20 de novembro de 1946, quatorze países estiveram representados: Austrália, Bélgica, Brasil³¹, Canadá, a então Checoslováquia, Dinamarca, Estados Unidos, França, Nova Zelândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça, juntamente com a ONU e a UNESCO. A primeira reunião do Conselho ocorreu no dia 16 de novembro de 1946, sendo o americano Chauncey J. Hamlin eleito presidente do ICOM; e Georges Henri Rivière o primeiro diretor (ICOM, 2016). No dia 18 aprovou-se por unanimidade o estatuto da nova Organização (BOYLAN, 1996). Em seguida Hamlin, já como presidente do ICOM, enviou carta a todos os diretores de museus do mundo convidando-os a participar dessa organização que teria, assim como a UNESCO, a missão de cooperar para a manutenção da paz no período pós-guerra, conclamando os museus a assumirem também um papel nesse processo (ICOM, 2016), conforme apontamos anteriormente. Na mesma carta, Hamlin dedica grande parte do texto a tratar e recomendar a criação de Comitês para Cooperação Internacional entre Museus (*Committees for International Cooperation among Museums*) nos distintos países; esses viriam a ser os comitês nacionais do ICOM (BAGHLI ET AL, 1998, p. 9). Nesse sentido, o ICOM iniciou-se como uma federação de comitês nacionais, estabelecendo como número máximo 15 membros em cada comitê nacional (BAGHLI ET AL, 1998, p. 12).

Vinculado à UNESCO desde 1947, o ICOM é um espaço de produção, acumulação e difusão de conhecimento referente ao âmbito dos museus, formando um ambiente propício à geração de informações especializadas sobre a área. É a partir das discussões e publicações realizadas e organizadas pelo Conselho que se constrói um ambiente de produção de conhecimento e de conceitos sobre museus e sobre Museologia, como veremos adiante, com base nos fatos ocorridos no mundo dos museus (CERÁVOLO, 2004, p. 12). A reunião inaugural do ICOM focou sua atenção numa prioridade especial: o estatuto e a evolução da profissão específica de museus, incluindo sua formação. Esse tem sido um tema recorrente durante toda a história do ICOM.

³⁰ **WHERE ICOM from.** Direção: BIRD – Agence d'ingénierie historique. Paris, 2016. 27 min. Son., Color., vídeo MP4.

³¹ Representou o Brasil o Professor Doutor Mário Barata, museólogo e professor do então Curso de Museus do Museu Histórico Nacional.

Na conferência de 1965, o assunto principal foi a formação de profissionais para museus. Muitas foram as conferências e diretores de museus que apresentaram suas ideias e conceitos sobre os profissionais – específicos ou não – que atuavam nessas instituições. Dentre eles, Jean Chatelain considerou que, apesar de inúmeras profissões e tarefas no âmbito dos museus, a conservação requer um profissional e domínio de um especialista (ICOM, 1965, p. 8). Para tal, fazia-se necessário criar uma capacitação específica para esse profissional, cujo trabalho exigiria uma longa especialização (ICOM, 1965, p. 12).

As conclusões das sessões de trabalho da Conferência de 1965, organizadas por A. B. de Vries, apontaram que, após a Segunda Guerra Mundial, as transformações oriundas desse evento afetaram o mundo inteiro; dentre essas transformações, surgiria no mundo dos museus uma nova profissão, com características originais e próprias (ICOM, 1965, p. 45). Nas sessões de trabalho, divididas nas quatro áreas até então definidas como tipologias de museus - arte, ciências e técnicas, arqueologia e ciências naturais -, foram apresentados quatro relatórios, com o objetivo de orientar a formação superior de profissionais para cada uma dessas modalidades. Nesses casos, as orientações se restringiam aos profissionais das áreas e não de uma profissão específica para museus – mas que deveriam ter alguma capacitação específica em “museologia” (ICOM, 1965, p. 51-53).

Entretanto, os autores dessas conclusões apontaram que a falta de conexão entre os cursos de museologia ou de museus existentes e as universidades seria mais desvantajosa que vantajosa. Para eles, a “museologia teórica” deveria ser situada nas universidades, enquanto a parte prática ocorreria nos museus (ICOM, 1965, p. 54-55). O que nos parece – nesse desejo de estar na universidade, mesmo que parcialmente – é que há uma necessidade de legitimação do que estava sendo ensinado, pois era necessário “[...] harmonizar a formação dita científica do conservador com a formação especializada em museologia, durante os últimos anos de estudos universitários”³². As universidades possuem *know-how* para ensino de disciplinas já consolidadas (que por sua vez não seriam da competência dos museus, tais como arte e história). Ainda,

³² “[...] d’harmoniser la formation dite scientifique du conservateur avec as formation spécialisée en muséologie, au cours dernières années d’études universitaires [...]”. (ICOM, 1965, p. 54, tradução nossa).

nessa conferência, estabeleceu-se um conteúdo básico para o ensino da museologia na universidade³³.

Segundo Camargo-Moro (1992, p. 1), a Nona Conferência Geral do ICOM, ocorrida em Paris/Grenoble, em 1971, foi um grande fórum que mudaria os rumos dos museus a nível mundial, com apresentações de novas ideias. A autora enfatiza que a hegemonia de pensamento e participação, não apenas dos países do “Norte”, mas também dos que possuíam qualquer cargo de direção em museus, foi rompida e ampliada para uma participação de profissionais oriundos de outras partes do mundo e também para todo e qualquer profissional de museu. Nesse evento, foi elaborado um manifesto que propunha maior participação institucional do ICOM e novas ideias e ideais de museu:

Em Grenoble, o Museu como instituição foi amplamente discutido, analisado, criticado em sua ação ortodoxa, foram condenados os conceitos obsessivos [sic] e deformados de estética estreitamente vinculados a padrões [sic] clássicos ocidentais, foi discutida a posição [sic] das coisas (objetos e espécimens [sic]) como testemunhos do homem sua obra seu meio, provocando o intercâmbio de ideias, o encontro de novas soluções [sic], o aparecimento de novos anseios, chegando a modificação [sic] estrutural do próprio Conselho Internacional de Museus (CAMARGO-MORO, 1992, p. 1-2).

Segundo Varine toda movimentação e/ou revolução no final da década de 1960, como o movimento denominado “Maio de 1968”, propiciou um ambiente em que uma nova geração clamava inclusive por mudanças nos próprios museus (ICOM, 2016) – e tal fenômeno afetou o ICOM e a conferência de 1971, gerando uma abertura no seio do Conselho. A ampliação do número de membros se deu também por questões financeiras, visto que o ICOM estava passando por uma grande crise econômica no início da década de 1970. Foi decidida na Conferência de 1971, e homologada na Conferência de 1974, uma reforma que ampliou a participação de membros, não mais limitando o número de membros por comitê nacional e colocando membros ativos e associados em uma só categoria³⁴. É possível afirmar que esse fato também foi um divisor de águas no âmbito do próprio ICOM, abrindo o Conselho para a participação não apenas dos diretores, mas de todo e qualquer profissional de museus (CAMARGO-MORO, 1992, p. 1-2), conforme já apontado antes, ação essa que foi efetivada na Conferência de 1974 (ICOM, 2016).

³³ Mesmo o termo “Museologia” ter sido usado recorrentemente no ICOM, principalmente a partir da década de 1960, a Museologia ainda era percebida como ‘trabalho prático em museus’ pela maioria dos atores.

³⁴ HISTORIA do ICOM. Disponível em: < <http://icom.museum/la-organizacion/historia/L/1/> >. Acesso em: 03 out. 2016.

Entretanto, é importante destacar aqui que esse movimento ocorrido em 1971 na conferência do ICOM não significou apenas uma revolução na própria instituição ICOM, mas foi também uma revolução na forma como a comunidade de profissionais de museus entendia a si mesma enquanto coletividade, movimento importante para o estabelecimento de uma área específica de conhecimento. Nas palavras testemunhais de Camargo-Moro:

Em resumo baseado em nosso testemunho vivenciado julgamos que a modernidade dos museus que eclodiu nos anos setenta partiu de movimentos profissionais simultâneos, espontâneos [sic] e independentes que se processaram nas mais diversas partes do mundo, foram anotados e integrados através de uma grande reunião [sic] profissional internacional o ICOM' 1971 [...] (1992, p. 3).

Ainda nas resoluções e recomendações, afirmou-se que:

Reconhecendo o progresso apreciável feito nos últimos anos, particularmente pelo aumento do número de cursos de museologia em numerosos países, solicitamos às autoridades governamentais responsáveis pelo ensino e pesquisa reconhecer museologia como uma disciplina científica de nível universitário; recomendamos mais fortemente que organismos nacionais e internacionais, museus e universidades encorajem e permitam pesquisa em museologia e a publicação dessa pesquisa, no qual esse é o método mais eficiente para a promoção e desenvolvimento da museologia como uma disciplina científica³⁵.

O passo seguinte do ICOM foi viabilizar, em parceria com a UNESCO, um encontro a nível não apenas profissional mas também político, onde participariam “[...] delegados governamentais, indicados pelos governos de alguns países latino-americanos, representantes do secretariado do ICOM e da Unesco” (CAMARGO-MORO, 1992), denominado Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrido no ano seguinte à conferência do ICOM. Segundo Camargo-Moro, é um equívoco pensar que foi a partir da conhecida Mesa Redonda de Santiago do Chile que ocorreram as mudanças na perspectiva da abrangência dos museus e suas relações integradas com a comunidade, pois:

Ainda que desta Mesa tenham participado alguns pensadores e especialistas que contribuíram para o equacionamento para a América Latina de algumas das propostas de 1971, o movimento mundial de

³⁵ “Recognizing the appreciable progress made in the last few years, particularly the increased number of museology courses in numerous countries, Requests governing authorities responsible for teaching and research to recognize museology as a scientific discipline of university level, Recommends most strongly that national and international organizations, museums and universities encourage and permit research on museology and the publication of this research, in that this is the most efficient method for the promotion and development of museology as a scientific discipline” (tradução e grifos nossos). GRENOBLE 1971. Disponível em: <<http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icom-general-assemblies-1946-to-date/grenoble-1971/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

profissionais não foi captado de forma abrangente. Esta lenda que se propaga entre os ausentes de Grenoble, dando à Mesa Redonda de Santiago como raiz de um movimento muito maior, encobre uma ação [sic] bem mais profunda que os debates e a resultante de Grenoble haviam promovido (1992, p. 2).

Em 1974, no âmbito de sua conferência geral, o ICOM definiu que: “A profissão de museus abrange todo o pessoal de museus ou de instituições que atendem ao conjunto de critérios contidos nos Artigos 3 e 4, tendo recebido um treinamento técnico e acadêmico especializado ou possuindo uma experiência prática equivalente, e respeitando um código fundamental de ética profissional”³⁶. Nesse caso, apesar de considerar experiência prática, a prioridade e o parâmetro (conforme o termo “equivalente”) é a especialização técnica ou acadêmica, que por sua vez privilegia uma especificidade de treinamento específico para museus. Nessa mesma conferência, o ICOM deixou de ser uma “confederação de comitês nacionais” para tornar-se uma instituição de membros individuais profissionais de museus (BAGHLI ET AL, 1998, p. 41).

1.4.1 O ICTOP e a formação de uma profissão específica para museus

Desde 1947, no ICOM, já se demonstrava interesse em criar um comitê especial para tratar da formação de profissionais para museus (ICTOP, 1980, p. 3). Em 1950, decidiu-se pelo estabelecimento de um “Comitê Provisório para Pessoal de Museus” (ICTOP, 1980, p. 3) para estudar e comparar as condições dos profissionais de museus de vários países, considerando principalmente a formação e capacitação desses profissionais (BAGHLI ET AL, 1998, p. 48). Em 1956, com o já criado Comitê do ICOM para Administração e Pessoal, foi votada como recomendação do ICOM ao presidente desse comitê a elaboração e estudo de uma pesquisa internacional sobre a profissão de museus (ICTOP, 1980, p. 4). Anos se passaram e pesquisas sobre o assunto foram feitas até que, em 1964, a própria UNESCO, por meio de um simpósio internacional sobre o papel cultural e educacional dos museus, discutiu as qualificações e a formação de profissionais relacionados ao tema proposto (ICTOP, 1980, p. 5).

No ano seguinte à Conferência de 1965, no encontro do Comitê Executivo do ICOM, “M. L. Chatelain reportou que preparativos têm sido feitos para organizar três cursos experimentais de formação, sob os auspícios do ICOM, sendo o primeiro sediado em Bruxelas em novembro de 1967, o segundo em Paris no inverno de 1969 e

³⁶ “The museum profession consists of all the personnel of museums or institutions answering the criteria set forth in Articles 3 and 4, having received a specialised [sic] technical or academic training or possessing an equivalent practical experience, and respecting a fundamental code of professional ethics” (BAGHLI ET AL, 1998, p. 28, tradução nossa).

o terceiro em Neuchâtel, Suíça, no fim de 1969³⁷. Ainda em 1967 ocorreu um evento em Brno³⁸, sob a guarda do ICOM e de Jan Jelinek, organizado pelo departamento de Museologia da Universidade de Masaryk, naquela cidade, e que reuniu professores de Museologia de vários países europeus. Esse encontro não só ajudou a consolidar um centro de pensamento museológico naquele país, mas também impulsionou o estabelecimento de um comitê voltado para o ensino específico de questões ligadas aos museus e à Museologia (ICOFOM, 1989, p. 83). Segundo o ICOM, foi nesse evento em Brno que se fez o primeiro esforço para ter a Museologia reconhecida como uma disciplina científica em universidades (ICOM, 1980, p. 158).

Ainda sobre esse evento:

Ficou acordado que o grupo de membros enviaria detalhes de seus próprios programas de formação e currículos para o Secretariado do ICOM, para que o Secretariado estabelecesse um rascunho de um “programa elementar comum” (ou um “currículo básico”) no qual, depois de amplas discussões e refinamentos, poderia ser adotado como uma base comum para os cursos existentes e para qualquer novo programa de formação a ser estabelecido no futuro. O encontro decidiu ainda: (a) que a museologia deveria ser reconhecida como uma disciplina verdadeira em si mesma, e (b) que é necessário dar a mesma importância ao ensino de museologia como de museografia, distinguindo entre a formação para os futuros dirigentes de museus e os quais, acreditava-se, deveriam receber um completo treinamento, tanto museológico como museográfico, em contraste com os futuros técnicos de museus, cujo treinamento deveria ser estritamente museográfico em conteúdo³⁹.

Nesse sentido foi criado, em 1968, no âmbito do ICOM, o ICTOP - *International Committee for the Training of Personnel* (Comitê Internacional do ICOM para Treinamento de Pessoal), estabelecido na Conferência Geral do ICOM, em Colônia, substituindo o Comitê Internacional para Administração e Pessoal, criado em 1953 (BAGHLI ET AL, 1998, p. 97) e tendo como primeiro presidente Raymond Singleton, da Universidade de Leicester. A missão do ICTOP é estimular e promover a criação de

³⁷ “M. J. Chatelain reported that arrangements had been made for organizing three experimental training courses under the auspices of ICOM, the first to be held in Brussels in November 1967, the second in Paris in winter 1969, and the third in Neuchâtel, Switzerland at the end of 1969” (ICTOP, 1980, p. 6, tradução nossa).

³⁸ Cidade da antiga Checoslováquia, atual República Tcheca.

³⁹ “It was agreed the group members would send details of their own training programmes and curricula to the ICOM Secretariat, with a view to the Secretariat establishing a draft for a “common elementary programme” (or “basic syllabus”) which, after further discussion and refinement, might be adopted as a common base for both existing courses and for any new training programmes established in the future. In addition, the meeting resolved: (a) that museology should be recognized as a true discipline in its own right, and (b) that is necessary to place as much importance on the teaching of museology as on museography, and distinguish between the training for future heads of museums, who, it was felt, must receive a complete training, museological as well as museographical, in contrast with future museum technicians whose training could be strictly museographical in content” (ICTOP, 1980, p. 7-8, tradução nossa).

cursos específicos para formação de profissionais de museus, a nível universitário, em todo o mundo⁴⁰. Segundo Scheiner, o motor para a criação desse comitê foi o movimento, iniciado desde a década de 1930 e intensificado na década de 1960, de sistematizar pesquisas e análises sobre as ideias de museu e de Museologia, especialmente nas universidades de Leicester (Reino Unido) e Masaryk (República Tcheca) (2012, p. 176).

A primeira recomendação do ICOM para o comitê foi a de criar um grupo de trabalho para elaboração de resoluções que visassem promover a formação específica em Museologia nas universidades, porém em cooperação com museus (ICTOP, 1980, p. 7). Seriam ainda organizadas “missões instrutivas” em todos os continentes, promovidas pelo ICOM por meio dos membros do novo comitê (ICTOP, 1980, p. 7).

O primeiro simpósio ocorreu no ano seguinte, na cidade de Leicester, nos dias 17 e 19 de julho. Nesse simpósio:

A agenda incluiu discussões sobre o reconhecimento da museologia como uma disciplina acadêmica, o reconhecimento da museografia como uma matéria válida para a educação técnica, o estabelecimento de padrões reconhecidos internacionalmente para o diploma da formação, os conteúdos dos currículos de ensino em museologia, a possibilidade de distribuição de artigos e outros subsídios para o ensino de museologia e museografia, e o estabelecimento proposto de uma unidade de capacitação no âmbito do Secretariado do ICOM⁴¹.

Ainda nesse simpósio, uma das primeiras ações desenvolvidas pelo novo comitê foi a produção de um *Syllabus*, ou seja, de uma relação “de campos de interesse para o estudo da Museologia teórica e prática, identificados por termos básicos, visando colaborar para o desenho curricular dos programas de ensino para museus” (SCHEINER, 2012, p. 181). Para Scheiner, esse documento viria a influenciar tanto a criação como a reestruturação dos cursos de museus e Museologia – como foi o caso do Curso de Museus do MHN, cuja reforma curricular, em 1973, utilizou o *Syllabus* como referencial⁴² (2012, p. 181).

Nesse primeiro momento, era reforçado pelo ICTOP que os cursos de museus tanto nessas instituições quanto em universidades tinham que reconhecer, “de

⁴⁰ ICTOP. Disponível em: <<http://network.icom.museum/ictop/about-us/who-we-are/L/0/>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

⁴¹ “The agenda included discussions on the recognition of museology as an academic discipline, the recognition of museography as a valid subject for technical education, the establishment of internationally recognised standards for a training diploma, the contents of teaching syllabuses in museology, the possible distribution of papers and others aids to the teaching of museology and museography, and the proposed establishment of a training unit within the ICOM Secretariat” (ICTOP, 1980, p. 9, tradução nossa).

⁴² Esse fato será abordado em capítulo posterior.

imediatos”, a Museologia como disciplina com status acadêmico (ICTOP, 1980, p. 9-12) e que o ICOM deveria ser o parâmetro mínimo para avaliação e critérios dos diplomas desses cursos, incluindo também o já referido e tema central desse comitê: o *syllabus* para os cursos de formação em Museologia (ICTOP, 1980, p. 10). O ICOM já vinha desenhando um *syllabus* para a formação de profissionais de museus, e cabia então ao ICTOP desenvolver sua parte no que se referia ao ensino de Museologia, ou do que se entendia como uma área específica para museus. Na Conferência Geral do ICOM de 1971, o ICTOP se reuniu com o Comitê do ICOM para Educação e Ação Cultural – CECA e apresentou uma proposta de *Syllabus* Básico do ICOM (ICTOP, 1980, p. 11).

Em 1972, em consonância com a UNESCO, um texto definitivo do *Syllabus Básico do ICOM* foi preparado pela Unidade de Formação (*Training Unit*) do ICOM e por Grupo de Trabalho do ICTOP, aprovado em seguida por esse comitê e distribuído em mais de cem cópias para os centros de formação e profissionais interessados na capacitação específica em museus – ou Museologia⁴³ (ICTOP, 1980, p. 12). Os itens que orientaram o *syllabus* proposto no início da década de 1970 eram compostos das seguintes sessões: introdução à museologia (história dos museus, noções de museologia e museografia, tipologias de museus e mais assuntos relacionados ao museu e seu papel social); organização, operação e gestão de museus; arquitetura e *design*; coleções; atividades científicas (pesquisa); exposições; e atividades educativas e culturais. Ainda:

A formação profissional e vocacional em museologia deveria incluir um ou vários meses de treinamento interno ou estágio. A formação profissional em sua totalidade deveria ser reconhecida como de nível universitário em Museologia, com a menção de especialização. A formação vocacional abordará o “Diploma Técnico em Museografia”⁴⁴.

Singleton (1978) entendia que o ensino de uma profissão específica sobre museus não deveria colocar o espaço “museu” em oposição ao espaço “universitário”, mas ambos como complementares. Entretanto, ressaltou que a estrutura universitária para esse ensino, além de contar com outros departamentos que poderiam oferecer as

⁴³ Uma dessas cópias foi entregue ao então Curso de Museus do Museu Histórico Nacional e influenciou diretamente a reforma curricular de 1973, como dissemos anteriormente e abordaremos em capítulo posterior.

⁴⁴ “Professional and vocational training in museology should include one or several months of in-training or internship. The total professional training should be recognized as a University degree in museology, with a mention of the specialization. The vocational training will lead to a “Technical Diploma in Museography”” (ICTOP, 1972, p. 7, grifo do autor; tradução nossa).

diferentes disciplinas que existem nos museus, “[...] ajuda a promover o reconhecimento da museologia como um estudo acadêmico válido em si mesmo”⁴⁵.

Para Maröevic:

Eu penso que nós precisamos das recomendações do ICOM visando maior sucesso na capacitação. Tal documento poderia ajudar a melhorar nossas intenções e esforços para incluir museologia no sistema educacional, mas com um programa melhor, talvez como um tipo de estudo interdisciplinar (interfaculdades). [...] O syllabus deveria ser baseado em três pontos principais: Por quê? Para quem (descrição detalhada); Como?⁴⁶.

Embora no início do ICTOP se considerasse a existência da Museologia como ciência ou disciplina científica, tal premissa foi abraçada, arguida e defendida pelo ICOFOM⁴⁷: “pouco conhecida ou ignorada como profissão, deveria ser dada [à Museologia] maior reconhecimento; infelizmente o conceito de museologia como campo do conhecimento ainda não é aceito em geral”⁴⁸.

O ICTOP também teve participação ativa no projeto do ICOM “Tratado da Museologia”, cuja produção foi proposta na Conferência Geral do ICOM de 1977⁴⁹, também estabelecendo um grupo de trabalho para auxiliar no desenvolvimento desse projeto (ICTOP, 1980, p. 21), além de um grupo de trabalho para participar de outro projeto semelhante liderado pelo Comitê Internacional do ICOM para Documentação (CIDOC) denominado *Dictionarium Museologicum* (ICTOP, 1980, p. 23). Segundo Stránský, a primeira reunião do Grupo de Trabalho do ICOM para um Tratado em Museologia (que gerou o *Dictionarium Museologicum*) foi em Paris, em novembro de 1978.

⁴⁵ “[...] helps to promote the recognition of museology as a valid academic study in its own right.” (SINGLETON, 1978, tradução nossa).

⁴⁶ “I think we need ICOM’s recommendations with a view to more successful training. Such a document could help to improve our intentions and exertions to include museology in the educational system, but with a better programme, perhaps as a kind of interdisciplinary (interfaculty) study. [...] The syllabus should be based on three main points: Why? For whom? (detailed description); How?” (MARÖEVIC, s/d.).

⁴⁷ Em documento de 1972, o ICTOP admite que “a museologia é a ciência do museu” (ICTOP, 1972).

⁴⁸ “Little known or ignored such a profession must be given greater recognition; unfortunately the concept of museology as a field of knowledge is still not generally accepted” (ICTOP, 1972, p. 7, tradução nossa).

⁴⁹ (ICOM, 1980, p. 162). De acordo com Mairesse e Desvallées (2011, p. 357), previa-se para o tratado quatro volumes: “Museu e Sociedade”, “Museu e Patrimônio”, “Museu como instituição” e “o Futuro do Museu, estudos de caso”, porém o tratado nunca foi terminado.

Conforme Éri⁵⁰, a necessidade de se estabelecer uma terminologia própria para a Museologia era algo imprescindível devido ao estágio que essa disciplina havia alcançado no final do século XX. Ainda, para ele, não era possível um ensino de Museologia claro sem uma linguagem precisa. Esse reconhecimento, por parte do ICOM, vem desde a Conferência de 1965, na qual já constava a necessidade de elaboração de um dicionário museológico. A tarefa de compilação de um dicionário multilinguístico foi confiada, nos anos 1970, principalmente ao CIDOC em cooperação com o Centro de Documentação UNESCO-ICOM (ÉRI, 1983, p. 110). Também foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito do ICTOP para tal tarefa, além do projeto do ICOM “Tratado de Museologia”, demonstrando assim que o projeto do CIDOC não derivou, necessariamente, deste último.

Como previsto por Éri⁵¹, o *Dictionarium Museologicum* foi publicado na Hungria em 1986 pelo Grupo de Trabalho de Terminologia do CIDOC, que gerou a tradução, para 20 diferentes idiomas, de 1632 termos selecionados do universo dos museus e da Museologia (DESVALÉES, 1995, p. 1). Apesar de tomar o inglês como “língua oficial”, os termos foram escolhidos do alemão. Éri aponta, ainda, que por questões metodológicas, “o léxico museológico alemão”, por estar mais estruturado tanto em nível teórico quanto prático, foi adotado como língua de referência (ÉRI, 1983, p. 112). Quatro versões foram apresentadas na Conferência Geral do ICOM, em 1983 (ICOFOM, 1985, p. 35).

Dentre os membros do ICTOP na década de 1970 e início de 1980, estavam presentes atores que viriam a ser membros do ICOFOM como Bedekar, Burcaw, Lacouture, Tsuruta e até mesmo atores centrais desse último comitê, como Jelinek, Maröevic, Georges-Henri Rivière e Stránský.

Nos anos seguintes, nas décadas de 1970 e 1980, o *syllabus* foi rediscutido e remodelado, com participação de outros comitês e com o que viria a ser futuramente o ICOFOM. Com o estabelecimento do ICOFOM em 1977 (proposto em 1976), o ICTOP precisou rever seus estatutos e objetivos para evitar duplicidade com esse novo comitê. Esse momento pode ter sido decisivo no distanciamento do ICTOP com o desenvolvimento de uma área específica para museus, denominada Museologia, dedicando-se a partir de então à formação para museus, com escopo multidisciplinar. Se até 1977 o termo “Museologia” era recorrente ao falar da formação na área no

⁵⁰ Responsável pelo Grupo de Trabalho de Terminologia do ICOM-CIDOC de 1977-1983 (ÉRI, 1983, p. 110).

⁵¹ Éri menciona, em 1983, que a primeira edição dessa obra seria apresentada na Conferência Geral do ICOM em 1986 (ÉRI, 1983, p. 113).

ICTOP, a partir de então o termo mais usado passa a ser “Formação para Museus” (*Museum Training*).

O ICTOP passou a ter como parâmetro o termo “*Museum Studies*”, definido como:

[...] simplesmente o ‘estudo sobre museus’, e compreende museologia, a teoria do trabalho de museu, e museografia, as habilidades e técnicas do trabalho de museu. Por exemplo, a teoria do design de exposição é museologia, enquanto as habilidades e técnicas envolvidas nas montagens de exposições estão na área da museografia. Em resumo, habilidades e técnicas são baseadas na teoria e cada uma está envolvida em museum studies⁵².

1.5 O amor pelos museus⁵³: obsessões pela definição de um fenômeno; posse de um objeto; e criação de uma disciplina científica e universitária

Tentar definir museu constitui um dos temas de reflexão do ICOM e viria a ser tema privilegiado do ICOFOM. No entanto, uma definição não consegue descrever, em sua plenitude, uma instituição e nem se trata de uma analogia (EDSON, 2010, p. 60). Como poderoso indicador social e intelectual, a definição de museu deve considerar inúmeras influências, como afirma Edson. Todavia, o ICOM, possuindo papel central para a comunidade museal e visando definir as fronteiras e espaços de atuação de seus profissionais, tomou sobre si a tarefa de definir e qualificar determinada instituição como museu (EDSON, 2010, p. 63). Tarefa essa que não é fácil, pois leva em conta que as atividades de museus e seu papel estão em constante mudança, sendo árdua a elaboração de uma definição precisa de museu. Uma definição padronizada de museu, por sua vez, deveria considerar a nível mundial as infinitudes de representações do museu, cruzar fronteiras culturais, políticas e sociológicas e ter uma validação internacional (EDSON, 2010, p. 65). Assim, parece cômoda uma definição que apenas se detém nas práticas de um modelo de instituição.

A origem da “centelha” que identifica museu como objeto de estudo também pode ter sido propiciada pela criação de cursos de museus e sua busca pela inserção e autonomia entre os diferentes campos do conhecimento - a profissão museal trata justamente das mudanças, avanços e novas visões de museus (EDSON, 2010, p. 59).

⁵² “[...] simply the ‘study of museums’, and comprises museology, the theory of museum work, and museography, the skills and techniques of museum work. For example, the theory of exhibit design is museology, whereas the skills and techniques involved in mounting the exhibit falls into the area of museography. In short, skills and techniques are based on theory and each is involved in museum studies” (ICTOP, 1984, p. 18, tradução nossa).

⁵³ O nome é uma analogia ao livro de Pierre Bourdieu “**O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público”.

Para legitimar sua existência enquanto disciplina científica na Academia, era necessária a existência de um objeto distinto das demais. A recém-denominada Museologia – inserida no contexto dos cursos de museus – reivindica Museu enquanto capital cultural objetivado, isto é, a partir do momento em que se recorre a ele como objeto de estudo para legitimar a existência de um campo de conhecimento objetivo. Para clarificar, usaremos as próprias palavras de Bourdieu:

[...] convém lembrar que o capital cultural objetivado só existe e subsiste atuante como capital cultural, do ponto de vista material e simbólico, nas e pelas lutas travadas nos campos da produção cultural – campo artístico, campo científico, etc. – e, acima disso, no campo das classes sociais; aliás, nessas lutas, os agentes dependem forças e obtêm lucros proporcionados ao controle que exercem sobre esse capital objetivado, portanto, à medida de seu capital incorporado (BOURDIEU, 2013a, p. 214).

O Museu, para a Museologia, torna-se um objeto de apropriação exclusiva a partir do momento em que esse capital cultural possibilita à Museologia “um *ganho de distinção*” (BOURDIEU, 2013a, p. 214). Com a pretensão de ser um “campo especializado”, a Museologia busca se organizar pela mesma lógica: “segundo o volume do capital específico possuído e segundo a antiguidade” (BOURDIEU, 2013a, p. 217). É importante ressaltar ainda que, na busca de construção de um objeto, nenhum objeto pré-determinado está isento de um ponto de vista, mesmo aqueles que procuram romper com determinado ponto de vista, sendo pensados como passíveis de ultrapassar uma “perspectiva parcial que está associada a uma posição no espaço estudado” (BOURDIEU, 2013a, p. 27). Também nenhum discurso que se pretende ser científico, ou até mesmo uma área que reivindica para si o caráter científico, está isento de

[...] contar com o estado das representações que concernem à cientificidade e das normas que ele deve praticamente respeitar para produzir o efeito de ciência e alcançar assim a eficácia simbólica e os benefícios sociais associados à conformidade às formas externas da ciência (BOURDIEU, 2013a, p. 54).

Os objetos de investigação do mundo social, diferentemente dos objetos naturais, são objetos históricos, passíveis de variações no tempo – e é essa incerteza uma característica fundadora da pluralidade de visões acerca do mundo, ligada, portanto, à pluralidade de pontos de vista presentes em “[...] todas as lutas simbólicas pela produção e imposição da visão de mundo legítima” (BOURDIEU, 2012b, p. 140). É importante também considerar que as categorias utilizadas para percepção do mundo social são, por si, produtos da “incorporação das estruturas objetivas do espaço social”

(BOURDIEU, 2012b, p. 141). Qualquer definição, para Sola, é um projeto idealístico e uma luta simbólica (2010, p. 106).

Conforme dissemos no início deste capítulo, todo campo é um espaço de disputas “mais ou menos declaradas pela definição de princípios legítimos de divisão do campo” (BOURDIEU, 2012b, p. 150). Bourdieu (2013c, p. 153) enquadra disciplina acadêmica como subcampo dentre os campos universitários (tais como Letras, Humanas, Exatas, entre outros). Para Japiassu, disciplina é uma “progressiva exploração científica especializada numa certa área ou domínio homogêneo de estudo” (1976, p. 61), que tem a necessidade de estabelecer e definir suas fronteiras, que por sua vez determinarão seus objetos, métodos, sistemas, conceitos e teorias (JAPIASSU, 1976, p. 61). Ainda, para esse mesmo autor, “no interior de cada disciplina há sempre certo projeto inconsciente de dominar o mundo intelectual, porque o homem é um ser ambicioso e expansivo [...]. As disciplinas científicas são organizações, pois se inserem no corpo social” (JAPIASSU, 1976, p. 118).

Japiassu usa disciplina como sinônimo de ciência; mas nessa Tese disciplina é apresentada não como ciência em si, mas como um recorte arbitrário do saber, fruto de uma articulação coletiva, tanto a nível internacional quanto em particularidades (países), que ocorre no âmbito do campo científico mas que ganha status como tal no âmbito do campo universitário. É importante ressaltar algo que é sabido porém pouco declarado: toda disciplina, que em muitos casos reivindicou para si o nome “ciência”, é uma criação do saber humano – não é algo natural. É constituinte da própria ciência não só a luta pelo monopólio, mas a própria “di-visão”: um modo de ver que realiza um sentido e um consenso que introduz, arbitrariamente, uma descontinuidade: em outras palavras, a criação de uma disciplina é fruto do desejo de se adquirir autoridade científica.

As fronteiras são, simplesmente, produtos de uma divisão mais ou menos próxima da “realidade”, que por sua vez também não é natural, antes produto de uma “delimitação legítima”. A própria ciência – por meio de seus atores – invoca sua autoridade para fundamentar a divisão arbitrária que se quer impor. O poder dito científico traz (ou possibilita) a existência de um grupo, propiciando um espaço de construção de visão e de divisão comuns – a visão única de uma identidade e/ou unidade (BOURDIEU, 2012b, p. 113-117). A autoridade científica é um capital social que assegura poder sobre os mecanismos que mantêm e gerenciam o campo científico e o universitário e que pode ser acumulado e transmitido. Uma disciplina, quanto mais autônoma for, mais torna possível que os seus membros tenham como clientes seus

próprios concorrentes, dialogando apenas entre si (BOURDIEU, 1976, p. 6). O poder de um discurso, no âmbito de uma disciplina, não depende apenas de quem o emite, mas do próprio grau de diálogo do discurso com o grupo a quem se dirige – em outras palavras, no “reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros desse grupo” (BOURDIEU, 2012b, p. 117).

Os próprios critérios ditos “objetivos” da ciência, conhecidos pelos “doutos”, são armas utilizadas nas lutas simbólicas pelo reconhecimento e conhecimento, que por sua vez podem provocar um efeito “simbólico inevitável”: a consagração de “divisões e das visões das divisões”; e como resultado, cria-se “uma unidade real ou a crença na unidade” – o reconhecimento, portanto, de dada disciplina a traz à existência (BOURDIEU, 2012b, p. 119-120), demonstrando ser um esforço pela autonomia, pois “[...] existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente” (BOURDIEU, 2012b, p. 129). Ainda: “Esse discurso do jogo duplo e dupla intenção deve sua existência e sua eficácia social ao fato de que, na era da ciência, a pulsão inconsciente que leva a dar a um problema socialmente importante uma resposta unitária e total, ao estilo do mito ou da religião, só se satisfaz tomando empréstimo maneiras científicas de pensamento e expressão” (BOURDIEU, 2008, p. 178).

Os sentidos são produzidos pelos agentes de um dado campo – e das disciplinas – nas tensões dentro de seu próprio campo. Esses sentidos compõem as características definidoras para as autonomias de qualquer campo ou disciplina. Na busca por uma nomeação legítima como imposição oficial de uma visão particular de mundo, os agentes se utilizam dos capitais adquiridos em disputas anteriores para impor “a sua visão das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 2012b, p. 146). Essas tensões podem ocorrer tanto na esfera particular, por meio de visões e pontos de vistas singulares que visam produzir nomeações, quanto na esfera coletiva, por meio de pontos de vistas autorizados e regulados, isto é, de alguma forma legitimados. Esses pontos de vista legitimados, que se manifestam por meio de divisões, são comuns no campo universitário.

Na constante busca pelo monopólio e valorização de dado ponto de vista, uma questão que sempre está em discussão é a própria definição da disciplina onde esse ponto de vista se enquadra, buscando-se uma definição que esteja mais próxima dos interesses específicos de quem a propõe. A própria definição do que está em jogo faz parte da disputa – seus participantes procuram defender a definição da disciplina que mais condiz com sua prática cotidiana (BOURDIEU, 1976, p. 6-7). Um título profissional

ou uma profissão, segundo Bourdieu, é um capital “simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)” (2012, p. 148) resultado de uma nomeação oficial de um ponto de vista. O trabalho científico não apenas estabelece um conhecimento sobre o próprio espaço de relações objetivas (ou os próprios campos, em outras palavras) mas das diferentes posições, os *habitus* de seus ocupantes e seus pontos de vista sobre esse mesmo espaço (BOURDIEU, 2012b, p. 150).

Foucault (2007) aponta para o fim do homem enquanto objeto de estudo. É possível crer em um fim da ciência percebida como entidade cujo saber é o único legítimo. Com a relatividade do conhecimento e a percepção da ação humana em todo o processo de produção de dado conhecimento, o que podemos ver são configurações criadas por grupos que procuram justamente legitimar sua especificidade usando os próprios capitais simbólicos da ciência, tentando ao máximo dissimular o arbitrário (BOURDIEU, 2007, p. 164). Como Bourdieu aponta, a dita “verdade científica” é um produto oriundo do campo chamado científico – que é nada mais que um “campo social como outro qualquer, com suas relações de forças e monopólios, suas lutas e estratégias” (1976, p. 1). A tentativa de criar distinção entre “competência científica” (que é nada mais que “pura representação social, poder simbólico” de competência técnica) e “capacidades” é “cair em uma armadilha” (BOURDIEU, 1976, p. 2). Essa crença procura esconder o que de fato a ciência é – uma ficção com interesses claros. O que ocorre é que a análise de Bourdieu sobre o funcionamento dos campos, e dentre eles os campos científicos e universitários, não tem por objetivo reforçar e manter o jogo pelo monopólio do saber e da nomeação científica, como tem sido comum no senso douto que busca justamente reforçar e manter tal ação. Bourdieu, como cientista social, faz uma análise descritiva e não normativa de seu objeto de estudo.

O humano é uma invenção do próprio humano, nos diz Foucault, mas esse também inventa algo além de si mesmo. Como destacamos no início deste capítulo, para Kant é através da construção de um mundo que é possível conhecer o mundo real. Entretanto, mais que a tentativa de conhecer esse mundo real, o humano tem feito ao longo do processo de conhecimento criar mundos de acordo com sua forma de pensar, aliado à sociedade em que vive. A ciência é um mundo criado que, apesar da falácia de tentar entender o que poderia ser denominado mundo real, tem ao longo do tempo criado uma autonomia desse objetivo primeiro - e atualmente existe de si para si mesma.

Assim também ocorre com as disciplinas: elas se iniciam na tentativa de compreensão de dado objeto para, quanto mais autônomas forem, mais longe do objeto

se posicionarem, pois a sua existência já não é condicionada a ter um objeto e defendê-lo. Afinal de contas, seus membros são muitos e com distintas perspectivas; e lutam para legitimar seu ponto de vista, com a pretensão de obter a resposta exata para o objeto da disciplina; mas, consciente ou inconscientemente, fazem parte de um movimento que está distante de chegar a um veredito. Talvez a existência de um veredito sobre dado objeto torne a busca, e logo a existência da ciência ou de dada disciplina, obsoleta; todavia, contraditoriamente, essa ânsia é seu motor.

Como um movimento de resistência à especialização, surge a prerrogativa da interdisciplinaridade. Burke identifica que esse não é um movimento novo, se pensarmos na forma como o conhecimento era sistematizado; mas só é possível falar de interdisciplinaridade, da forma como nos é apresentada hoje, com o surgimento da ideia de disciplina. A ideia da necessidade de interdisciplinaridade surgiu para preencher lacunas da própria disciplinaridade, que não permitia abordagens mais amplas, que enxergassem relações. Esse movimento também surgiu mais ou menos organizado e no mesmo formato das disciplinas, por meio de sociedades, publicações e institutos; e foi nesse momento (segunda metade do século XX, mas com alguns indícios na primeira metade) que surgiram as propostas de organização por estudos, tais como *Middle Eastern Studies*, *Near Eastern Studies*, entre outros que, no caso dos Estados Unidos, foram fomentadas pela política, mas também como tentativa de estímulo ao trabalho de equipe (BURKE, 2012, p. 223-225).

É importante ressaltar que nenhuma disciplina em si é interdisciplinar – o que provoca o fenômeno da interdisciplinaridade são os atores, em cada caso. Entretanto, após tudo o que dissemos sobre ciência enquanto construção social, cabe reiterar que nenhum conhecimento é somente disciplinar. Recorte artificial recente do conhecimento científico, que não tem mais de 150 anos, a disciplina por sua vez é mais um discurso ou uma forma de ver o mundo e não pode “valer para um período anterior”, como lembrava Foucault (2007, p. 174-175).

É importante levar em conta na análise aqui apresentada que “o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política” (BOURDIEU, 1976, p. 27). Talvez, sob essa perspectiva, seja possível afirmar a existência de uma disputa entre profissionais de museus de outras áreas e aqueles que se debruçam sobre a reflexão de uma disciplina específica - os "teóricos da museologia". Se assim fosse, seria possível inferir que os primeiros não admitem a existência de uma museologia pois

essa os colocaria para fora de uma "ciência dos museus". Tais proposições compõem não somente o processo de construção de um objeto específico para uma área que reivindica sua existência, mas também compõem o processo de construção de um objeto de análise para a investigação aqui apresentada.

CAPITULO 02

Diversidades que geram unidade: a relação de um comitê internacional com os fundamentos, a disseminação e a consolidação de uma disciplina considerada científica

“[...] podemos convencer outros de que a Museologia é necessária?”.

Vinos Sofka¹

2.1 Entre o nomear e o existir

Para Bourdieu, é uma ingenuidade pensar que o poder das palavras está contido nelas em si; o poder das palavras reside em quem as usa: “[...] o poder delegado do porta-voz cujas palavras [...] constituem no máximo um testemunho entre outros da *garantia de delegação* de que ele está investido” (BOURDIEU, 2008, p. 85-87, grifo do autor). É imprescindível que se tenha em mente que a linguagem e as palavras são representações simbólicas de construções de realidade, portanto “[...] a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada)” (BOURDIEU, 2008, p. 81).

Ao buscar estabelecer se o surgimento de um termo definiria a existência de algo ao qual o termo se refere, muitas vezes nomeamos (como indivíduos ou sociedades) algo cuja existência precede o termo; também estabelecemos conceitos para definir essas coisas pré-existentes. Outras vezes, a nomeação precede a existência ou, em outras palavras, a nomeação existe para trazer à existência algo que se deseja criar.

Uma disciplina que se pretende científica ou acadêmica requer para si muito mais do que apenas a nomeação como tal: requer uma série de ações que possam legitimá-la. Entretanto, deve-se questionar se uma possível cientificidade ou o status de acadêmica é algo inerente a qualquer disciplina ou se essas necessitam preencher requisitos do que viria a ser uma ciência, por características atribuídas a elas. Investigar até que ponto mecanismos coletivos, de esferas reconhecidas, seriam responsáveis por trazer à existência uma dada disciplina foi uma questão analisada ao longo deste trabalho.

Segundo Mairesse e Desvallées, o termo Museologia aparece colocado em contraponto a museografia por Müller, na obra *Handbuch der Archeologie* (Manual de Arqueologia), em 1830 (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 347). Segundo esses mesmos autores, a primeira obra que leva a palavra museologia em seu título é atribuída a Georg Rathgeber: *Aufbau der niederländischen Kunstgeschichte und*

¹ “[...] can we also convince others that museology is needed?” (ICOFOM, 1987, p. 45, tradução nossa).

Museologie (Reconstrução da história da arte e da museologia holandesa), de 1839 (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 347). Poucos anos depois, em 1883, o alemão J. G. Th. Von Graesse escreveria o livro *Zeitschrift für Museologie und Antiquitätenkunde sowie verwandte Wissenschaften*, no qual o termo Museologia também aparece no título. Von Graesse, nesse livro, demarcou uma possível existência da Museologia já àquele tempo: “Se alguém tivesse falado ou escrito sobre Museologia como um ramo da ciência há trinta ou vinte anos, a única resposta de muitas pessoas seria um compassivo, desdenhoso sorriso”².

A distinção entre museografia e museologia foi mantida por Richard Bach em 1924, no *Oxford Dictionary*, caracterizando *museography* como a descrição sistemática dos conteúdos dos museus e *museology* como a ciência da organização dos museus (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 348). O termo *muséologie*, no contexto francês, apareceu em 1914, primeiramente conectado aos museus de história natural para logo em seguida ser conectado ao ensino voltado a profissionais de museus (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 348).

A modernização dos museus e a busca pela profissionalização do trabalho nessas instituições – uma revolução nos museus - levou à criação da *Museums Association*, no Reino Unido, em 1889. Essa associação iniciou, em 1901, o *Museums Journal*, a primeira publicação específica para museus naquele país. Em 1908 foi oferecido o primeiro treinamento de profissionais para museus nos EUA, no museu da Pensilvânia (VAN MENSCH, 1992). Outros países seguiram o exemplo, com a criação de associações nacionais dedicadas à causa museológica. Como aponta Scheiner,

Uma das experiências mais emblemáticas do período foi a criação, na Escola do Louvre, de um Curso de Museografia (2º. Ciclo), primeiro curso na França com o objetivo de qualificar e formar conservadores para os museus do país. Por este motivo, o ano de 1927 ficou conhecido na França como ‘o ano da Museologia’ (SCHEINER, 2007).

Ainda, sobre a realidade francesa nesse período,

Ao introduzir no estudo de museus as suas "missões", ambos tomam distância da visão tradicional da maioria das universidades ou institutos. Foi o caso da *École du Louvre*, que limitou o ensino de museologia para a história das coleções e também o caso da administração e das regras legais francesas aplicáveis a museus (os cursos dito “museografia” surgiram em 1929), ou outros procedimentos na gestão de museus e materiais que abrangem este conteúdo. Rivière e Bazin não pretendiam ainda fundar uma nova ciência, procurando justificar epistemologicamente e teleologicamente, mas se

² “If somebody had spoken or written about museology as a branch of science thirty or even twenty years ago, the only response from many people would be a compassionate, contemptuous smile” (GRAESSE, 1883, apud VAN MENSCH, 1992, tradução nossa).

contentavam, de alguma forma, em tomar uma posição ofensiva com relação ao ensino universitário afirmando que existe um campo autônomo em relação ao museu que se encontra à parte do ensino tradicional nas áreas de história da arte, arqueologia, pré-história, antropologia, história das técnicas ou ciências da natureza³.

Não deve ser esquecida a experiência da Escola de Museologia (hoje UNIRIO), cuja origem foi justamente o Curso de Museus, criado em 1932⁴ no Museu Histórico Nacional e o primeiro da América Latina a realizar o estudo sistemático das práticas em museus⁵ (SCHEINER, 2007).

Segundo Maröevic (2005, p. 142), a Conferência de Curadores de Museus, em Madri, no ano de 1934, marcou o início do processo de separação entre enfoques museográficos e museológicos para o trabalho em museus. Poderíamos inferir que a criação dos cursos acima citados e a referida conferência entre pares teria ampliado a “reivindicação” de construção de uma área que pensasse, exclusivamente, questões pertinentes não só às práticas em museus, mas também as teorias acerca do objeto “museu”. É neste momento de consolidação de espaços dedicados à difusão do ensino sobre museus que se teria iniciado a constituição de um conhecimento específico, primeiro núcleo formador da Museologia como área autônoma. Mairesse e Desvallées endossam que a premissa da Museologia como “estudo de museu”, isto é, voltada aos aspectos teóricos e epistemológicos, foi algo “confirmado” ao longo dos anos 1950 (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 343).

Ainda segundo Maröevic, Jiri Neustupný teria sido o primeiro a discutir a Museologia como disciplina acadêmica, em sua tese de PhD - *Problems of modern museology*, datada de 1950. Mas Scheiner lembra também que, ainda em 1945, Gustavo Barroso já se referia à Museologia como estudo acadêmico, considerando-a como “o estudo científico de tudo o que se refere aos museus” e diferenciando

³ L'un et l'autre, en introduisant dans l'étude des musées celle de leurs “missions”, prennent quelques distances avec la conception traditionnelle de la plupart des universités ou instituts qui, comme alors l'École du Louvre, limitaient l'enseignement de la muséologie à l'histoire des collections ainsi qu'à l'administration et aux règles juridiques s'appliquant aux musées (des cours dits “muséographie” apparaissent dès 1929), ou d'autres à la gestion des musées et aux matières couvrant leur contenu. Rivière et Bazin ne prétendent pas encore fonder une science nouvelle en cherchant à en justifier l'existence épistémologique et téléologique et se contentent, em quelque sorte, de prendre une position offensive par rapport aux enseignements universitaires en affirmant qu'il existe un champ autonome concernant le musée à côté des enseignements traditionnels couvrant l'histoire de l'art, l'archéologie, la préhistoire, l'anthropologie, l'histoire des techniques ou les sciences de la nature (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 352, tradução de Camila Bessa).

⁴ Entretanto, desde a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, apontou-se a necessidade de criação de uma formação técnica específica para Museus (BRULON SOARES ET AL, 2014, p. 242).

⁵ Esse Curso será objeto de análise no capítulo seguinte.

Museologia de Museografia (SCHEINER, 2005, p. 179). Porém foi Stránský quem, baseado no pensamento de Neustupný, tomou um decisivo passo em direção à formulação da orientação teórico-sintética em Museologia (VAN MENSCH, 1992). Assim, a partir da década de 1950, segundo Scheiner, um grupo de especialistas passa a estudar “de maneira mais sistemática as bases científicas e filosóficas da Museologia” (2005, p. 179). Alguns desses especialistas reivindicaram para a Museologia o *status* de ciência aplicada (SCHEINER, 2005, p. 179).

No Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1958, a Museologia foi definida como ‘o ramo do conhecimento ligado ao estudo dos objetivos e organização de museus’, definição adotada em 1974 na 11ª Assembleia Geral do ICOM, em Copenhague (Dinamarca). Na década de 1960 houve uma tentativa de vincular a Museologia às ciências humanas e sociais, não como saber específico, porém ligada a áreas como História, Sociologia, Antropologia, Educação e até mesmo à recém-criada Ciência da Informação, como afirma Scheiner. A autora apresenta como exemplo um simpósio ocorrido na Alemanha Oriental, em 1964, onde definiu-se a Museologia como ciência da documentação (2005, p. 179).

Van Mensch considera como fase “pré-científica” o estágio onde o termo Museologia ainda estaria ligado intimamente ao trabalho em museus. O autor também identifica que “a emancipação da museologia como disciplina acadêmica está conectada com o processo de profissionalização do trabalho em museus” - e isso não seria coincidência (VAN MENSCH, 1992). Nossos trabalhos anteriores destacaram que a Museologia se desenvolve e “ganha corpo” (SCHEINER, 2005, p. 87) a partir de meados da década de 1950, refletindo sobre o Museu, algumas vezes apresentado como instituição, outras como fenômeno. Alguns teóricos – como Stránský, Gregorová, Klausewitz, Maröevic – alinhavam as discussões apresentando a Museologia como disciplina científica e não como ciência, como seus antecessores (Neustupný, por exemplo). Essa ideia seria disseminada, homologada e legitimada pelo ICOM e pelo ICOFOM, conforme explicitaremos aqui neste capítulo.

2.2 Período MuWoP: por fundamentos para a Museologia

Até a década de 1970 os comitês internacionais do ICOM eram voltados para o museu na sua forma institucionalizada. Foi neste momento que

[...] um grupo de profissionais – Jan Jelínek, Wolfgang Klausewitz, Andreas Gröte, Irina Antonova, Vinos Sofka entre outros – percebendo o

potencial da Museologia para articular-se como campo do conhecimento, julgaram necessário estabelecer um comitê dedicado essencialmente à Museologia. Um dos primeiros objetivos foi o de identificar o objeto de estudo desta disciplina, considerada por estes especialistas como uma área específica do conhecimento (SCHEINER, 2000, p. 2).

Assim, foi apresentada por Jan Jelinek ao Comitê Consultivo do ICOM, em 1976, a proposta de criação de um comitê voltado para o estudo da Museologia⁶. Jelinek propôs a criação de um comitê que servisse de “consciência do ICOM” (SOFKA, 1985, p. 19). O estabelecimento desse novo comitê internacional, especificamente dedicado ao estudo da Museologia (ICOFOM), se deu em 15 de junho de 1976. O comitê consultivo do ICOM apresentou, em julho de 1976, um documento intitulado “O estabelecimento de um novo comitê internacional na Museologia”, no qual dizia que “Todo ramo de atividade profissional necessita ser estudado, desenvolvido, e adaptado para as mudanças das condições contemporâneas – e inclui a museologia”⁷.

Conforme Klausewitz (s/d), muitos comitês do ICOM votaram contra a criação do ICOFOM, sendo essa, portanto, uma “decisão puramente política” do Comitê Executivo do ICOM. A existência do ICOFOM foi oficializada em maio de 1977, na 12ª Assembleia Geral do ICOM, em Moscou. Nessa conferência, durante os dias 18 e 22, ocorreu o primeiro encontro do ICOFOM (ICOM, 1977). Simultaneamente, o Programa Trienal do ICOFOM foi adotado como tópico do Programa Trienal do ICOM (1977-1980).

Segundo Sofka, embora o termo Museologia ou ciência do Museu ainda não estivesse clarificado ou estivesse em aberto, departamentos de Museologia e de *museum studies* eram criados ao redor do mundo, cada vez em maior número, desenvolvendo pesquisas sobre a área (ICOFOM, 1985, p. 19). Em documento escrito por Sofka para a Unesco, esse, que viria a ser presidente do ICOFOM, declarou que a criação do ICOFOM foi um marco para o ICOM em relação à consciência da importância da Museologia e de seus estudos teóricos-metodológicos, e que esse comitê dedicava-se a investigar de forma sistemática a Museologia, através de um inventário, a nível mundial, de seus conceitos, discussões e avaliações (ICOFOM, 1985, p. 19).

⁶ Segundo Desvallées, em entrevista, um dos motivos para a criação do ICOFOM por Jelinek é que sua situação no país estava cada vez mais complicada e, com sua saída da presidência do ICOM, necessitava de um “salvo-conduto” (nas palavras de Desvallées) para dar continuidade a sua participação internacional e saídas de seu país.

⁷ “Every branch of professional activity needs to be studied, developed, and adapted to changing contemporary conditions – and not least that of museology” (ICOFOM, 1983, p. 30, tradução nossa).

Um dos motivos que levou Klausewitz a fazer parte do ICOFOM era seu interesse em “[...] descobrir se a museologia é realmente uma disciplina científica ou não”⁸. Ainda segundo ele, o ICOFOM tinha interesse em dar cursos sobre “o sistema da museologia” em universidades ou instituições afins, mas antes se fazia necessário saber o que era Museologia e como ela poderia ser definida. De acordo com Jelinek, “A política que eu propus, aceita pelo Conselho Executivo de nosso Comitê, foi ajudar e apoiar a criação de bases teóricas para nossa profissão e encorajar o desenvolvimento da Museologia como um ramo científico especial”⁹.

O segundo encontro anual do ICOFOM foi realizado na Polônia, em 1978, atendido por 20 pessoas. O tema foi “Possibilidades e limites da pesquisa científica típica para os museus” e os resultados foram publicados pela Secretaria do ICOFOM - sediada, naquele momento, em Brno, na República Tcheca¹⁰. Ainda nesse encontro, a partir de discussões sobre o que seria a Museologia, o próprio Sofka, já presente, apontou o interesse em criar um Instituto de Museologia e uma revista, que atuariam como fóruns de discussão.

Todos os membros do ICOFOM eram estimulados, do seu modo, a participar, nas palavras de Jelinek, “[...] em avançar a teoria da museologia, as bases filosóficas de nossa profissão”¹¹. Era estimulado, portanto, que os autores apresentassem suas definições de Museologia, mesmo que não fosse de forma definitiva, e quais aspectos se enquadrariam no conhecimento museológico: científico, filosófico, pragmático, técnico, entre outros (ICOFOM, 1983, p. 3).

Segundo Sofka, por não haver clareza sobre o que vinha a ser Museologia, o objetivo do comitê, voltado para as questões práticas das “ideias modernas museológicas”, conforme previsto nos seus primórdios, não se sustentava. Assim, o próprio comitê estabeleceu, no âmbito das “Regras do ICOFOM”, em 1979, que um dos seus objetivos seria “estabelecer a museologia como disciplina científica”¹², o que não apenas servia para diferenciá-lo dos demais comitês do ICOM, mas para colocá-lo, mesmo que não intencionalmente, como protagonista no estabelecimento da disciplina Museologia no mundo. Para tal, conforme Sofka, os membros levaram em

⁸ “[...] to find out whether the museology is a real scientific discipline or not” (KLAUSEWITZ, s/d, tradução nossa).

⁹ “The policy I proposed, accepted by the Executive Board of our Committee, was to help and to support the creation of a theoretical basis for our profession and to encourage the development of museology as a special scientific brand” (ICOFOM, 1983, p. 16, tradução nossa).

¹⁰ Naquele momento, Checoslováquia.

¹¹ “[...] in advancing the theory of museology, the philosophical basis of our profession” (ICOFOM, 1981-1982, p. 3, tradução nossa).

¹² “[...] to establish museology as a scientific discipline” (ICOFOM, 1983, p. 36, tradução nossa).

consideração uma profunda conexão entre a Museologia e o próprio comitê. Para esses, a concepção do que vinha a ser Museologia, disciplina ainda em formação, suas características, objetos de estudo e tendências, poderia afetar as próprias atividades e tarefas do comitê; e o estímulo a constantes pesquisas na Museologia seria a condição necessária para o “sucesso” do comitê (ICOFOM, 1983, p. 38).

O terceiro encontro anual ocorreu em 1979 na Itália, e o tema foi “Aspectos sociológicos e ecológicos das atividades do Museu Moderno à luz da cooperação com instituições afins”, com a participação de 25 a 30 profissionais. A publicação dos anais desse evento inclui sete artigos¹³. Foi nesse encontro que se aprovou a criação de um jornal de debates baseado nos problemas fundamentais da Museologia: o *Museological Working Papers* – MuWoP, primeira revista do mundo dedicada às discussões teóricas constitutivas da Museologia. Para ser editor do MuWoP foi convidado o então curador do Museu Histórico Nacional (*Statens Historiska*) de Estocolmo, Suécia, Vinos Sofka.

O encontro do ICOFOM de 1980 ocorreu no México, junto com a Conferência Geral do ICOM, entre os dias 28 e 31 de outubro, com um número aproximado de 39-42 participantes (ICOFOM, 1981-1982, p. 3). Nesse evento foi apresentado o MuWoP nº 1, gerado a partir das discussões ocorridas nos três primeiros encontros do ICOFOM; essas discussões dariam ainda origem ao volume seguinte do MuWoP (ICOFOM, 1983, p. 26). Nesse mesmo encontro apresentou-se a proposta de organizar reuniões na então Alemanha Oriental e na então Checoslováquia para os anos de 1981-1982, mas isso não foi possível pelos seguintes motivos: 1) a situação financeira do primeiro país e, 2) no caso do segundo, a saída de Jelinek da presidência do ICOFOM, por motivos de saúde, impediu uma articulação naquele país (ICOFOM, 1983, p. 27).

Segundo Sofka, o ano de 1981, apesar da publicação MuWoP nº. 2, foi considerado um ano de inatividade e “quase morte” do ICOFOM (ICOFOM, 1983, p. 3). Sofka comenta que essa crise também dizia respeito à própria natureza do comitê e ao que movia sua existência:

Esses sinais exteriores refletiram causas mais profundas: uma crise de identidade e uma crise de gestão; uma desproporção crítica entre as reais condições para a ação do Comitê e as necessidades para manter a continuidade. E foi obviamente necessário encontrar novos meios e novos métodos de trabalho. E foi necessário convencer profissionais de museus da necessidade de teoria – para museologia, e da utilidade de ser um membro ativo do ICOFOM¹⁴.

¹³ A publicação também foi feita na Checoslováquia, no mesmo ano. (SOFKA, 1980, p. 15).

¹⁴ “These outward signs mirrored deeper causes: an identity crisis and a management crisis; a critical disproportion between the real conditions for the Committee's action and the needs to keep it ongoing. It was obviously necessary to find new ways and new methods of work. And it

Graças a um esforço G. H. Rivière e Desvallées, o encontro de 1982 ocorreu na França, reacendendo o comitê ou, segundo Sofka, trazendo “vida nova”: “de fato, nós tivemos um encontro muito bom, e não somente por causa do simpósio e dos artigos apresentados. O que mais encorajou foram as tentativas para conseguir que as atividades fossem reiniciadas e conquistar novamente a fé no futuro do Comitê”¹⁵. O encontro de 1982 ocorreu entre os dias 21 e 23 de outubro, no Museu de Artes Decorativas e, no seu âmbito, foi realizado um simpósio intitulado “O sistema da museologia e interdisciplinaridade”. Nesse simpósio, autores como Sofka, Sola e Stránský deram suas contribuições.

Jan Jelinek saiu da presidência por aposentadoria e questões de saúde e Sofka ficou como presidente interino até 1983 (SOFKA, 1983, p. 7), quando assumiu a presidência durante seis anos, sendo um ator chave para o comitê. Para a Conferência Geral do ICOM, de 1983, foi proposto pelo próprio ICTOP discutir os seguintes temas em uma reunião conjunta com o ICOFOM: “Metodologia da Museologia e treinamento Profissional” e “O Tratado da Museologia, teorias museológicas e o futuro da profissão”. O ICOFOM concordou com o primeiro tema (ICOFOM, 1983, p. 24).

Apesar do ICOFOM não ser um comitê voltado para o ensino de Museologia ou de estudos sobre museus (*museum studies*), seus membros chegaram a afirmar que “Os meios e os métodos para uma investigação sobre a natureza do ensino em museologia e museografia como praticado em diferentes países será estabelecido pelo Board no tempo devido”¹⁶. Essa investigação ocorria estreitamente com o ICTOP (ICOFOM, 1982, p. 3). O convite para organização desse simpósio em conjunto com o ICTOP, visto como uma organização “irmã” do ICOFOM (1981-1982, p. 2), visou chamar para discussão tanto educadores em Museologia e profissionais de museus em universidades como pessoas das práticas em museus ao redor do mundo para discutir o tema de forma conjunta (ICOFOM, 1981-1982, p. 3).

Segundo Mairesse e Desvallées (2011, p. 357), existiram tensões entre o ICOFOM e o ICTOP nos primeiros momentos do ICOFOM, expressas por exemplo em reunião do ICTOP, entre 24 e 25 de setembro de 1979. Foi por tal fato que o ICOFOM

was necessary to convince museum workers of the need for theory – for museology, and of the usefulness of being an active member of ICOFOM” (SOFKA, 1995, p. 18, tradução nossa). Esse artigo de Vinos Sofka foi traduzido para o português – ver SOFKA, 2016, p. 153-194.

¹⁵ “Indeed, we had a very good meeting, and not only because of the symposium and all papers presented. Even more encouraging were the attempts to get the activity started again and to regain faith in the Committee’s future” (SOFKA, 1995, p. 18, tradução nossa).

¹⁶ “The means and methods for an enquiry on the nature of teaching in museology and museography as practiced in different countries will be established by the Board in due time”. In: ICOFOM. **Museological news**, nº 01 e 02, 1981, p. 3.

fez um esforço de deixar claro que seu objetivo era se debruçar sobre aspectos teóricos e filosóficos que visavam estabelecer uma disciplina científica. Sofka relata o ocorrido, por ter sido testemunha:

Orgulhoso do promissor encontro na Polônia, eu fiz, a convite de Jan Cuypers, Coordenador do ICTOP, um relato sobre as nossas intenções e programa. Uma forte reação veio imediatamente dos desapontados - como sempre, os compreensivos ou tolerantes permaneceram quietos, “envergonhados” de seus pontos de vista positivos. Em sequência rápida eu ouvi um irritado Georges-Henri Rivière, quem, entre outras objeções, não podia entender que o ICOFOM estabelecesse um programa de pesquisa e pudesse criar um periódico comigo como Editor sem um contato prévio com ele - seguido por um muito agressivo diretor da Reinwardt Akademy na Holanda, que pediu a extinção do ICOFOM, de preferência imediatamente, acreditando que o ICTOP poderia ocupar-se dos problemas da museologia juntamente com seu objetivo principal, a capacitação de pessoal. Um pouco depois, o Professor Raymond Singleton do Reino Unido fez uma séria e moderada declaração, mas ainda assim mais ou menos na mesma direção e, sobretudo, contra a necessidade de teoria (SOFKA, 2016, p. 174).

Nesse período, o progressivo trabalho teórico deu origem a grupos com diferentes vias de interpretação dos temas trabalhados, destacando-se dois grupos distintos e majoritários, com distintas percepções sobre o que seria a disciplina de investigação dos museus. Scheiner aponta essa divisão da seguinte forma:

Não foi sem tensões que se encaminhou a relação entre dois grupos de defensores da Museologia: o grupo dito de Brno, liderado por Jelinek (criador e primeiro presidente eleito do ICOFOM) e Sofka, mas certamente muito influenciado por Stránsky - abraçando a idéia de uma Museologia teórica como suporte à museologia aplicada; e o grupo de Leicester, liderado por Raymond Singleton (Diretor de *Museum Studies* daquela Universidade e primeiro presidente eleito do ICTOP), defendendo a idéia de Museologia como conjunto de práticas especializadas advindas de diferentes disciplinas. Reitera-se aí a dupla percepção sobre o campo: de um lado, a Museologia teórica (de base filosófica), de outro os '*museum studies*' (2012, p. 182).

Durante o encontro de 1983 Pierre Mayrand propôs a criação de um grupo de trabalho denominado “museologia comunitária” (VAN MENSCH, 1992, p. 21). Essa proposta a princípio não foi aceita pelo *Board*¹⁷, que tinha sido favorável por apenas uma única orientação temática para o estudo da Museologia, não achando conveniente a divisão de grupos de trabalhos em outros temas que se enquadrariam dentro da Museologia – ou “museologias” (ICOFOM, 1984, p. 17). Mas o próprio *Board* recomendou à Mayrand preparar uma sessão especial sobre ecomuseus no encontro que ocorreria em 1984, no Canadá.

¹⁷ Nome dado ao corpo de direção de um comitê do ICOM aqui, no caso, do ICOFOM.

No entanto esse encontro anual do ICOFOM não ocorreu no Canadá por falta de ação/interlocução tanto do ICOFOM quanto do comitê local, o que pode ter levado, ou propiciado, a realização do I *Workshop* Internacional para Ecomuseus e Nova Museologia em Quebec, no Canadá, naquele mesmo ano. O fruto principal desse *workshop* foi o desejo de criar um novo comitê do ICOM, específico para a Nova Museologia, proposta essa que foi rejeitada (VAN MENSCH, 1992, p. 22). Posteriormente apresentou-se uma nova alternativa, com o estabelecimento do Movimento Internacional da Nova Museologia, em 1985 (Lisboa), que foi aceita pelo ICOM como organização afiliada (VAN MENSCH, 1992, p. 22).

Sobre o encontro do Canadá, um dos motivos da desistência é que a ideia do Encontro Internacional de Ecomuseus já existia e, por serem dois eventos interessantes para os membros do ICOFOM, optou-se por organizar um encontro na Europa – que foi em Leiden, Holanda (ICOFOM, 1984, p. 29). A parceria com o ICTOP foi retomada nesse encontro (1984, p. 5), que incluiu dois seminários com estudantes e professores da Reinwardt Academy sobre o “objeto da Museologia” e sobre a Nova Museologia (ICOFOM, 1984, p. 7).

A nível profissional e/ou científico, o ICOFOM se propunha, dentre os objetivos definidos em 1983, a lutar para ser um fórum apolítico de discussões teóricas e também um espaço para desenvolver teorias no âmbito do campo museal; e para tornar única e independente a profissão de museus (ICOFOM, 1984, p. 18). Conforme apontado antes, o primeiro objetivo do ICOFOM era desenvolver a Museologia como uma disciplina científica independente e, para tal, propunha como métodos: a reivindicação de que o conhecimento museológico fosse verificado pela prática, a nível global; o encorajamento de colaboradores para se aprofundarem nas questões teóricas da Museologia, principalmente jovens profissionais de museus; a confrontação do conhecimento teórico por meio das discussões e também o alcance, por meio de uma ampla plataforma científica mundial, de conclusões teóricas principais sobre questões básicas da Museologia e sua teoria (ICOFOM, 1984, p. 19-20). De forma pragmática, isso era previsto ocorrer por meio dos eventos e publicações (ICOFOM, 1984, p. 22).

O ICOFOM propunha ainda o trabalho cooperativo com centros de treinamento em Museologia, para fortalecer o ensino a nível teórico e também com instituições museológicas preocupadas com questões específicas da Museologia (ICOFOM, 1984, p. 20-21). De acordo com os estatutos do ICOM, o comitê deveria constituir um corpo de especialistas e fonte de profissionais competentes no seu tema (ICOFOM, 1984, p. 29).

Bourdieu nos ajuda a refletir sobre isso ao afirmar que

Assim, do mesmo modo que, no século XIX, um certo número de questões ditas filosóficas debatidas como universais, em toda a Europa e para além dela, tinham sua origem, segundo foi muito bem demonstrado por Fritz Ringer, nas particularidades (e nos conflitos) históricas próprias do universo singular dos professores universitários alemães, assim também, hoje em dia, numerosos tópicos oriundos diretamente de confrontos intelectuais associados à particularidade social da sociedade e das universidades americanas impuseram-se, sob formas aparentemente desistoricizadas, ao planeta inteiro. Esses lugares-comuns no sentido aristotélico de noções ou de teses com as quais se argumenta, mas sobre as quais não se argumenta ou, por outras palavras, esses pressupostos de discussão que permanecem indiscutidos, devem uma parte de sua força de convicção ao fato de que, circulando de colóquios universitários para livros de sucesso, de revistas semieruditas para relatórios de especialistas, de balanços de comissões para capas de magazines, estão presentes por toda parte ao mesmo tempo, de Berlim a Tóquio e de Milão a México, e são sustentados e intermediados de uma forma poderosa por esses espaços pretensamente neutros como são os organismos internacionais [...] (BOURDIEU, 2012a, p. 18).

Essa ideia de neutralidade que resulta na circulação internacional de textos (que por sua vez tem suas condições históricas de origem esquecidas) produz uma “universalização aparente”, pois “[...] esses lugares-comuns da grande vulgata planetária transformados, aos poucos, pela insistência midiática em senso comum universal chegam a fazer esquecer que têm sua origem nas realidades complexas e controvertidas de uma sociedade histórica particular, constituída tacitamente como modelo e medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2012a, p. 18).

Nesse período, que incluiu principalmente o início da década de 1980, o MuWoP era a principal publicação do ICOFOM, sendo a característica primeira do comitê a consolidação de uma disciplina nomeada Museologia e de seus fundamentos. O comitê queria ir além de um mero estudo das necessidades de uma disciplina frente à contemporaneidade – seus membros queriam estabelecer as bases dessa disciplina, por meio de uma profunda reflexão sobre seu objeto de estudo e difundi-la:

A necessidade de desenvolver uma teoria de museu por si mesma como uma base para todas as atividades profissionais de museu, por meio de uma pesquisa científica séria em museologia, tem sido movida para primeiro plano cada vez mais, e o papel de protagonista ativo do ICOFOM tem sido marcado nessa conexão. A necessidade de procurar plataformas para contínuas trocas internacionais de ideias museológicas em níveis teóricos e metodológicos tem sido enfatizada. A publicação do periódico *Museological Working Papers*, sob a

editoração do ICOFOM, foi uma das mais importantes conquistas nesta conexão¹⁸.

No Editorial do primeiro número, Vinos Sofka apresenta o MuWoP como se estivesse anunciando um nascimento: “Uma nova chegada é anunciada na comunidade internacional de museus. Apelido: MuWoP. Tamanho: 67 páginas. Peso: 203 g.”¹⁹. O objetivo da existência do MuWoP era o de ser um fórum aberto para a discussão permanente de questões fundamentais para a Museologia, no qual tal discussão ocorreria sob a forma de temas, de acordo com um programa definido, podendo ser alterado pela comunidade do ICOFOM. Outra razão para a existência do MuWoP seria a de se tornar um fórum para o desenvolvimento de uma terminologia específica para a Museologia.

No âmbito dos dois volumes do MuWoP, podemos encontrar estudos baseados nas perguntas que originaram a busca pela “delimitação conceitual do campo” (CERAVOLO, 2004, p. 159) e que permeavam o ICOFOM desde sua criação, ou até anteriormente a isso. No volume n.º 1 “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático em museus?”, ainda no início da publicação, cada membro do Corpo Editorial²⁰ apresentou sua definição de Museologia. No mesmo volume, podemos destacar a definição do alemão Wolfgang Klausewitz, que percebe a “Museologia como um campo de investigação do museu como fenômeno sociocultural” (1980, p. 11); a do francês André Desvallées, definindo Museologia como processo criativo, com leis e características próprias e ligado à linguagem museológica - baseando-se nisso, a Museologia não seria uma ciência, mas sim uma arte; a da tcheca Anna Gregorová, que define a Museologia como uma nova disciplina científica que estuda as relações específicas do homem com a realidade, a partir das ideias do tcheco Zbynek Z. Stránský - primeiro a usar esse conceito em seu país; e do próprio Stránský, quando afirma que o termo Museologia ou teoria museológica abrange uma área de um campo específico de estudo, focado no fenômeno Museu, e que se constitui como uma disciplina científica específica.

¹⁸ “The need to develop museum theory itself as a basis for all the professional museum activities, by serious scientific research in museology has moved to the foreground more and more, and ICOFOM’s active and leading role in this connection has been stressed. The need of procuring platforms for a continuous international exchange of museological ideas on theoretical and methodological levels has been emphasized. The publishing of the journal *Museological Working Papers*, under the editorship of ICOFOM, was one of the most important achievements in this connection” (ICOFOM, 1983, p. 30, tradução nossa).

¹⁹ “A new arrival is announced in the international museum community. Nickname: MuWoP. Size: 67 pages. Weight: 203 g.” (SOFKA, 1980, p. 3, tradução nossa).

²⁰ O Corpo Editorial do MuWoP era composto por Vinos Sofka, Villy Toft Jensen, Wolfgang Klausewitz e Awraam M. Razgon.

Para Sofka, o grupo de autores do MuWoP n.º 1 poderia ser dividido em dois: os que definiram a Museologia como uma disciplina, uma ciência - ou melhor, uma ciência emergente, e os que a definiram como uma ciência e trabalho prático - simultaneamente, uma arte ou uma ciência aplicada. Considerando essa premissa, os autores do segundo volume, intitulado "Interdisciplinaridade na Museologia", a partir de seus pontos de vista sobre Museologia, apontaram suas inferências sobre os limites e fronteiras da Museologia e do quanto ela é ou não interdisciplinar.

Na perspectiva do tcheco Josef Benes o domínio dos museus era uma especialidade da cultura (BENES, 1981, p. 10-12); a norte-americana Flora S. Kaplan considerou a Museologia como sendo uma ciência social (KAPLAN, 1981, p. 14-15); Stránský afirmou que um especialista ou um teórico da ciência não poderia resolver questões relativas à problemática da Museologia como sendo ou não ciência, por não ter uma experiência pessoal no contato com a realidade do museu e sua prática, colocando, portanto, a experiência com o fenômeno museu como importante para análise da própria Museologia (STRÁNSKÝ, 1981, p. 19-21); o polonês Jerzy Swiecimski enunciou que os problemas dos museus poderiam ser vistos por meio de abordagens científico-analíticas, ou seja, o entendimento de práticas de museus à luz de aspectos científicos particulares - história da cultura, ramos específicos da filosofia, teoria da arte e outros (SWIECIMSKI, 1981, p. 22-24).

O norte-americano G. Ellis Burcaw inicia seu texto explicando a diferença entre "multi" e "inter". "Multi" significa "mais de uma" e "inter" significa "entre". Afirma que a "ciência da Museologia" funciona basicamente em conexão com outras ciências, tendo como base a multi e a interdisciplinaridade (BURCAW, 1981, p. 29-30). Em uma perspectiva também mais pragmática, a israelense Michaela Dub assegurou que para cada tipo de museu é necessário um conjunto de conhecimentos específicos de sua temática; assim, como exemplo conhecido de interdisciplinaridade em museu, mencionou a elaboração e montagem de uma exposição, que por sua vez requer a atuação de vários profissionais de diferentes áreas do conhecimento (DUB, 1981, p. 30-31).

Para a tcheca Anna Gregorová a Museologia é uma ciência interdisciplinar tanto do ponto de vista da prática de museus como da Museologia em si: 1) dado o fato de que as atividades de museus são conduzidas e influenciadas por uma variedade de disciplinas científicas sociais e naturais; e 2) a Museologia, como a área que estuda a relação do homem com a realidade, pode se relacionar com outras disciplinas científicas tais como: Ontologia, Gnosiologia, Psicologia, Axiologia, Ética, Pedagogia e

Sociologia (GREGOROVÁ, 1981, p. 33-36). A alemã Ilse Jahn destacou que, se existe uma “interdisciplinaridade”, é pressuposta a existência de uma disciplina “museologia” (uma “ciência real”) e de um conhecimento especificamente museológico. A interdisciplinaridade funcionaria como troca de conhecimentos para solucionar determinado problema que não pode ser resolvido com um conhecimento específico (JAHN, 1981, p. 37-38). Assim, a relação de interdisciplinaridade na Museologia deve ser examinada primeiramente através da natureza da Museologia em si, como apontou Kaplan, mas também poderia ser encontrada na prática em museus, no qual “cada profissional de museu participa da natureza interdisciplinar da Museologia” (KAPLAN, 1981, p. 40).

O canadense Louis Lemieux trabalhou com o conceito de disciplina como campo de estudo, porém considerando que, se a prática profissional (como a Medicina) requer conhecimento de outras disciplinas, tal profissão é multidisciplinar; e quando várias disciplinas interagem no sentido da realização de uma meta comum, a ação é interdisciplinar. No caso museal, a exposição mais uma vez é citada como um exemplo de atividade interdisciplinar (LEMIEUX, 1981, p. 41-42).

Os catalães Domènec Miquel i Serra e Eulàlia Morral i Romeu destacaram o conceito de pluridisciplinaridade – a coexistência de distintas disciplinas, indo em direção à interdisciplinaridade, como duas dimensões complementares, cujos estudos de caso foram os museus na Catalunha (MIQUEL i SERRA; MORRAI i ROMEU, 1981, p. 44-45). Nessa linha, o tcheco Jirí Neustupný declarou que o caráter do trabalho do museu e da Museologia é “multivariado e heterogêneo” (NEUSTUPNY, 1981, p. 46), e que a Museologia tem aplicado teorias e métodos de outras disciplinas para o trabalho de museus.

O norte-americano Robert W. Ott destacou a importância da interdisciplinaridade no contexto de exposições de museus de arte - para entender a interdisciplinaridade nos museus é necessário um entendimento básico de várias filosofias de interpretação e crítica nas artes: crítica mecanicista, crítica contextualística, crítica organística e crítica formalista (OTT, 1981, p. 48-50). Para o russo Awraam M. Razgon nenhum esforço para interpretar a Museologia como disciplina científica conterà inevitavelmente a necessidade de determinar a natureza de sua pesquisa especificamente museológica (RAZGON, 1981, p. 51-53). O francês Georges Henri Rivière abordou, em seu artigo, a dinâmica do papel da interdisciplinaridade na instituição museu (RIVIERE, 1981, p. 54-55); já a brasileira Waldisa Rússio afirmou que a interdisciplinaridade deve ser um

método para pesquisa e ação na Museologia, no trabalho para museus e nos cursos de formação em Museologia para profissionais de museus (RUSSIO, 1981, p. 56-57).

Klaus Schreiner assegurou que toda disciplina científica examina “[...] certo campo da realidade e suas leis específicas”, e que a Museologia examina o “[...] complexo processo de aquisição, documentação, conservação, identificação, pesquisa, exposição e comunicação de objetos originais da natureza e sociedade” (SCHREINER, 1981, p. 58). Mesmo com sua especialidade, para esse autor qualquer campo de atividade de uma ciência inclui a conexão e efeitos recíprocos de outros campos do conhecimento (SCHREINER, 1981, p. 58-59). O iugoslavo Tibor Sekelj também mencionou como exemplo a exposição como instância de cooperação interdisciplinar em museus (SEKELJ, 1981, p. 60-61). Para o polonês Jerzy Swiecimski, a discussão sobre interdisciplinaridade na Museologia surge no mesmo momento da discussão sobre o caráter disciplinar da Museologia (SWIECIMSKI, 1981, p. 62).

É importante ressaltar que nenhuma disciplina em si é interdisciplinar – o que traz o fenômeno da interdisciplinaridade são seus atores. E a interdisciplinaridade ora é o esgotamento desse recorte, ora é a justificativa para características peculiares dadas a Museologia ²¹.

Um piloto do MuWoP nº. 3 chegou a ser analisado pelo ICOM, com vistas a sua possível publicação. Além do tema novo (que no caso do MuWoP nº 3 seria “O objeto da Museologia”), também havia o convite para comentar os temas anteriores (ICOFOM, 1984, p. 37). O ICOM, no entanto, informou que não teria recursos para publicar o livro devido ao tamanho (extensão) do manuscrito. Houve uma falta de entendimento do Executivo do ICOM em relação à publicação, para a qual Sofka insistiu por qualquer ajuda, mesmo que simbólica. Essa ajuda, por sua vez, significaria também o aval do ICOM para ela (ICOFOM, 1984-1985). A situação de não ter apoio do ICOM para o MuWoP – denominado pelo ICOFOM de “o único periódico internacional de teoria museológica” (ICOFOM, 1984. p. 10) – gerou desconforto e desagrado no *Board* do ICOFOM. No entanto, o próprio ICOM destacou a importância do MuWoP para a profissão como um todo, enfatizando que deveria ser utilizado como instrumento para educadores e estudantes de Museologia (ICOFOM, 1984, p. 4).

Reiteramos que o ICOFOM tinha a ambiciosa missão de “estabelecer a museologia como disciplina científica”, fortalecendo tanto o ensino sobre Museologia e

²¹ Retomaremos a essa questão em capítulo posterior.

encorajando uma análise crítica sobre os temas da própria disciplina (ICOFOM, 1983, p. 20). Ainda, segundo Decarolis:

[O MuWoP] tem sido de grande ajuda na Argentina, para desenvolver o conhecimento museológico. Desde 1982 a publicação “MUWOP” tem sido incorporada como bibliografia básica para estudantes de Museologia de nível superior. O tópico “Museologia: Ciência ou trabalho prático...?” tem sido estudado e discutido pela primeira vez pela cadeira titular. Muitos documentos publicados pelo ICOFOM têm sido traduzidos e usados para preencher a formação de profissionais de museus e estudantes de Museologia. Além disso, esses artigos têm sido usados em seminários e encontros nacionais como diretrizes para ampliar as discussões²².

Para Sofka (1995, p. 2-3), e muito promovido por ele mesmo, o ICOFOM ia muito além de uma mera reunião de profissionais com interesses comuns: ele o denominava um ambiente em que se prezava um “espírito familiar e de amizade”, principalmente considerando o ambiente de tensão que ainda existia no final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980. O ICOFOM constituía um fórum no qual profissionais do “Leste e Oeste” se encontravam e trocavam ideias que tinham um objetivo em comum. Sofka também afirma que desde 1983 o ICOFOM tem se concentrado no estudo sistemático dos fundamentos da Museologia “[...] e conclusões são desenhadas com o objetivo de estabelecer e, para além disso, desenvolver a museologia como disciplina científica”²³.

Vimos aqui nas contribuições para os dois volumes do MuWoP, tentativas de definir características científicas para a Museologia, suas interfaces e fundamentos – características que não tiveram nenhum consenso, já que, apesar da pergunta: “ciência ou trabalho prático?”, apenas uma resposta interessava ao ICOFOM; e esse, por sua vez e por meio do MuWoP, estava estabelecendo as bases teóricas para uma disciplina que estava sendo construída, a nível mundial.

2.3 Período ISS: por uma disseminação da Museologia

O *ICOFOM Study Series - ISS*, que havia começado como uma impressão simples e despretensiosa cujo objetivo era viabilizar, de forma rápida, as reflexões

²² “In Argentina it has greatly helped to develop museological knowledge. Since 1982 “MUWOP” issues have been incorporated as basic bibliography for students of Museological tertiary level. The topic “Museology: Science or practical work...?” has been studied and discussed for the first time by the Chair holder. Many documents published by ICOFOM have been translated and used to further the formation of museum professionals and Museology students. Moreover, those papers have been also used at national workshops and meetins [sic] as guidelines for further discusiones [sic].” (ICOFOM, 1989, p. 58, tradução nossa).

²³ “[...] and conclusions are drawn with the aim to establish and further develop museology as a scientific discipline” (ICOFOM, 1987, p. 43, tradução nossa).

sobre Museologia (ICOFOM, 1984, p. 44) e sobre os temas propostos pelos simpósios do ICOFOM, tornou-se a principal publicação do ICOFOM. Era apenas um meio de divulgar os textos sem qualquer edição, avaliação ou revisão (ICOFOM, 1984, p. 44), tendo como único intuito a circulação dos artigos produzidos pelos membros. Segundo Sofka (1995, p. 2), de impressões pré-encontros, o ISS tornou-se o instrumento mais importante de divulgação de pesquisas desenvolvidas na Museologia e de seus resultados. O ICOFOM atingiria seu objetivo principal por meio de um estudo coordenado que visaria a disseminação da Museologia, sua teoria, métodos, metodologia e lugar nas ciências (ICOFOM, 1986, p. 27). Desenvolvia também “[...] esforços para ampliar e aprofundar a colaboração com comitês do ICOM e instituições profissionais e organizações no campo da museologia, tal como de outras ciências, especialmente com universidades e seus departamentos de *museum studies*”²⁴.

Esse período da hegemonia dos ISS poderia ter seu início datado a partir de meados da década de 1980. Ao apresentar o ICOFOM dez anos após sua criação, em 1987, Sofka reforçou o objetivo desse comitê de estabelecer a Museologia como disciplina científica:

Os objetivos do comitê [incluem] estabelecer a museologia como uma disciplina científica [...]. O contínuo crescimento eminente do grupo de pessoal de museu de diferentes partes do mundo apoia uma conquista excepcionalmente entusiástica para estabelecer, passo a passo, as fundações da museologia como ciência²⁵.

Para Sofka, esse objetivo estava sendo alcançado: em 1987, afirmou que a “Museologia agora está finalmente conseguindo o lugar, no pensamento global sobre museu, que corresponde a seus objetivos e razão de ser”²⁶. Isso estaria associado também ao crescimento de número de membros do ICOFOM, que naquele momento já era o terceiro comitê do ICOM em quantidade de membros.

Mas, mesmo no âmbito do ICOFOM, colocou-se em cheque o desejo de reivindicar a existência da Museologia. Para Spielbauer (1981 apud VAN MENSCH 1992), essa ideia fundamenta-se no fato de que “se a Museologia tem um lugar na universidade, os museólogos ganharão prestígio, apoio e posição no âmbito da

²⁴ “[...] efforts to increase and deepen collaboration with ICOM Committees and professional institutions and organizations in the field of museology, as well as other sciences, especially with universities and their departments of museum studies” (ICOFOM, 1986, p. 36, tradução nossa).

²⁵ “The Committee’s aims are to establish museology as a scientific discipline [...] A continuously increasing group of eminent museum people from different parts of the world stands behind an exceptionally enthusiastic achievement to lay, step by step, the foundations for museology as science” (ICOFOM, 1987, tradução nossa).

²⁶ “Museology is now finally getting in the global museum thinking the place which corresponds to its aims and *raison d’être* [...]” (ICOFOM, 1987, tradução nossa).

profissão de museu e da comunidade em geral”²⁷, isto é, a reivindicação pela existência de uma disciplina estaria profundamente ligada à reivindicação por um status profissional ou, até mesmo, por uma necessidade de existência dessa profissão específica no âmbito acadêmico. Também considerando essa premissa, para Van Mensch, “[...] o status de programas de capacitação em museus muito depende do grau em que o trabalho em museus é considerado uma profissão e o grau em que a museologia é mais ou menos reconhecida como uma disciplina autônoma”²⁸. Ele aponta que a resistência em relação à Museologia ser uma disciplina aplicada pode estar relacionada à manutenção de seu *status quo*; e ainda afirma que essas colocações, no âmbito do ICOFOM, muitas vezes foram hostis.

Os principais atores do ICOFOM se empenhavam no estabelecimento da Museologia como disciplina acadêmica em seus respectivos países, seja por meio da criação de cursos de Museologia ou *museum studies*, seja por meio do fortalecimento dessa disciplina de acordo com os parâmetros definidos pelo ICOFOM. Segundo Van Mensch, o ICOFOM desenvolveu um papel crucial no desenvolvimento da Museologia como disciplina acadêmica, não apenas como fórum de discussão, mas principalmente por ser um catalisador para distribuição de ideias (ICOFOM, 1989, p. 43). O ICOFOM, nos primeiros dez anos, era composto primordialmente de europeus, tanto do Oeste quanto do Leste (ICOFOM, 1989, p. 43-48).

Para Beneš, “nós podemos seguramente dizer que a década de 1980 é a nova era no desenvolvimento da museologia, tanto quantitativa quanto qualitativamente, de forma diferente dos períodos anteriores”²⁹. O próprio autor admite o protagonismo do ICOFOM quando afirma:

Durante os anos 1970, indivíduos pioneiros do pensamento museológico tentaram promover um novo enfoque para a realidade dos museus separadamente e sob condições limitadas de seus países. A atividade do ICOFOM tem resultado no estabelecimento de um fórum internacional para trocas frequentes de ideias e enfoques para o mundo dos museus. Tudo tem sido realizado graças, especialmente, a profissionais de centros de ensino museológico nas universidades, por quem o estabelecimento da museologia como sistema científico foi a pré-condição base para seus respectivos trabalhos, e de quem

²⁷ “if museology has a place in the university, museologists will gain in prestige, support and position within the museum profession and the community at large” (SPIELBAUER 1981, apud VAN MENSCH, 1992, tradução nossa).

²⁸ “The status of museum training programmes very much depends on the degree in which museum work is considered a profession and the degree in which museology is recognised as a more or less autonomous discipline” (VAN MENSCH, 1992, tradução nossa).

²⁹ “We can safely say that the 1980's is a new era in the development of museology, both quantitatively and qualitatively different from the previous period”. BENEŠ, Josef. Survey of ICOFOM activities 1977-1988” (ICOFOM, 1989, p. 49, tradução nossa).

portanto precisou da ciência muito mais que os profissionais de museus orientados para a prática³⁰.

É possível perceber que, independentemente de se a Museologia conseguiria atingir certos preceitos que a pudessem qualificar como ciência, assim como Spielbauer como para Beneš, e mesmo com opiniões contrárias sobre o que vinha a ser Museologia, o seu estabelecimento enquanto disciplina científica era extremamente necessário para um grupo de profissionais dentro do campo dos museus: os acadêmicos. Beneš reforça essa premissa quando aponta que o futuro da Museologia não depende dos profissionais da prática, e sim de enfoques científicos (ICOFOM, 1989, p. 52) a nível mundial, isto é,

[...] criar a museologia requererá a união de forças ao redor do mundo, o que significa alcançar representação proporcionalmente aceitável de todos os continentes, de forma que a pesquisa não se torne um tema exclusivo de interesse de cientistas europeus e norte-americanos³¹.

Desvallées também destaca que o ICOFOM era composto desde seus primórdios por uma maioria de acadêmicos: “Durante os anos 1980, grandes personalidades da museologia emanando notadamente do mundo universitário se interessaram pela museologia no quadro do nosso comitê, e nos trouxeram sua reflexão em nossas publicações” (DESVALLÉES, 2015, p. 146). Ele também aponta que essa relação é fundamental tanto para a Museologia enquanto disciplina quanto para o próprio ICOFOM:

Enfim, depois dos anos 1980, a museologia se instalou na universidade e se desenvolveu quase que distanciando-se dos museus. Como se ela jamais tivesse precisado deles. É certamente um perigo para o desenvolvimento dessa disciplina o de se desenvolver estando dissociada do seu objeto (o museu). Mas é igualmente perigoso para o museu, e também para o nosso comitê, não conseguir manter os acadêmicos em seu seio. Seria extremamente prejudicial à museologia e ao ICOFOM se ambos não souberem tirar proveito da oportunidade de ouvir e de estender a mão aos acadêmicos adotando os seus métodos de trabalho (DESVALLÉES, 2015, p. 148).

³⁰ “While in the 1970's individual pioneers of muzeological [sic] thinking tried to promote the new approach to museum reality separately and under limited conditions of their countries. The activity of ICOFOM has resulted in the establishment of an international forum for frequent exchanges of ideas and approaches to the world of museum. All that has been realized especially thanks to workers of museological teaching centres in universities, for whom the establishment of museology as a scientific system was the basic precondition of their work, and who therefore needed the science much more than museum workers oriented pragmatically” (ICOFOM, 1989, p. 49, tradução nossa).

³¹ “To create museology will require joining forces from all over the world, which means to reach a proportionally acceptable representation of all continents, so that the research will not be an exclusive matter of interest of European and North American scientists” (ICOFOM, 1989, p. 51, tradução nossa).

Assim, o ISS cumpriria sua função de disseminar a existência de uma disciplina científica nomeada Museologia e, ainda, servir de base tanto para a criação de cursos de *museum studies* ou Museologia quanto para reforçar e legitimar os já existentes. Isso se dava porque esse periódico também facilitava a participação do maior número de membros interessados:

O fato de que os membros que não estão pessoalmente nos encontros podem realmente participar por meio da apresentação dos seus textos previamente enviados, é a chance que o ICOFOM dá a seus membros para contribuir, mesmo ausentes, para as discussões que são enriquecidas por pensamentos multiculturais no âmbito das publicações do ICOFOM³².

Essa premissa permitia aos membros do ICOFOM não apenas a disseminação de suas ideias, principalmente aos que não podiam estar presentes nos eventos, mas também permitia a esse comitê atuar como catalisador, nas palavras de Van Mensch, do que se produzia sobre Museologia no mundo. Segundo Forman, o ICOFOM permitia um ambiente em que ficava claro que não existia nada “completamente certo ou errado” sobre o que vinha a ser Museologia (ICOFOM, 1989, p. 66). Forman também via a importância da produção do ICOFOM para uma Museologia em vias de consolidar-se:

Eu solicitei e consegui a permissão do Presidente do ICOFOM, Dr. Vinos Sofka, para traduzir os artigos do ICOFOM para o português. A Fundação Nacional Pró-Memória [sic], instituição do qual eu trabalho no Brasil, está agora editando os Cadernos museológicos começando com poucos artigos dos membros do ICOFOM e de museólogos brasileiros. O objetivo é disseminar a museologia no Brasil e conduzir a formação de grupos para discutir e participar mais ativamente na sedimentação da museologia como ciência³³.

Mairesse e Desvallées também identificam a premissa da “família ICOFOM” inclusive no próprio *Dictionnaire* e também apontam a existência de outras “famílias”, como o MINOM (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 373). São grupos que, pensando ou não a Museologia como disciplina independente ou com teorias próprias, estão formulando pensamentos sobre museus – tanto a nível teórico como pragmático. Tal fenômeno pode ser explicado da seguinte forma:

³² “The fact that the members do not have to be in person at the meetings to really participate by presenting beforehand their papers is the chance ICOFOM gives to its members to contribute in absentia to discussions that are enriched by multi-cultural thoughts into the ICOFOM publications” (ICOFOM, 1989, p. 65, tradução nossa).

³³ “I applied and got the permission from the President of ICOFOM, Dr. Vinos Sofka, to translate the ICOFOM papers into Portuguese. The Fundação Nacional ProMemória, the institution where I work in Brazil, is now editing the Cadernos museológicos (Cahiers de muséologie) starting with a few papers from the ICOFOM members and papers by Brazilian museologists. The objective is to disseminate museology in Brazil and lead to the formation of groups to discuss and participate more actively in the sedimentation of museology as a science” (ICOFOM, 1989, p. 66, tradução nossa).

O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão de mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2008, p. 108).

Para Stránský, é também nesse período que o protagonismo de Vinos Sofka é reconhecido, tanto no processo de tornar a Museologia conhecida, como de estabelecer através do ICOFOM, não somente a Museologia, mas o ICOFOM em si (ICOFOM, 1989, p. 84). Segundo Van Mensch, Sofka teve papel importante no fato da Museologia ter sido aceita mundialmente “[...] como disciplina acadêmica e o ICOFOM como a principal plataforma para o discurso museológico”³⁴.

Esse comitê tem tido como política estreitar e criar relações com centros acadêmicos de ensino de Museologia. Stránský aponta uma relação direta entre o ICOFOM e a Escola Internacional de Verão de Museologia³⁵, por exemplo:

O centro museológico em Brno foi uma iniciativa quando do estabelecimento do ICOFOM; desde o começo profissionais desse centro imediatamente contribuíram para as atividades dessa comissão. Eles estavam bem cientes do fato de que a execução não é, e nem pode ser, assunto para somente um time restrito de profissionais a nível regional ou nacional, mas requererá uma base internacional no verdadeiro sentido da palavra. Essas atividades passadas do ICOFOM confirmam completamente nossa opinião. [...] Desde o primeiro ano do ISSOM, os professores foram escolhidos dentre os membros do ICOFOM e com o passar dos anos esse número tem aumentado consideravelmente³⁶.

Pensar na Museologia como ciência parecia ser uma necessidade, segundo Mairesse e Desvallées, para posicionar a Museologia como disciplina no “seio do sistema universitário” (2011, p. 362). As definições mais teóricas e epistemológicas sobre Museologia, compartilhadas no seio do ICOFOM, são exceções fora desse espectro entre os profissionais de museus ou de universidades (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 371).

³⁴ “[...] as academic discipline and ICOFOM as the main international platform for the museology discourse” (ICOFOM, 1992, p. 1, tradução nossa).

³⁵ As instituições envolvidas no estabelecimento da Escola de Verão de Museologia (ISSOM) foram o Museu Morávio, a Universidade J. E. Purkyně, em Brno, os Ministérios da Educação e da Cultura da Então Checoslováquia e o Comitê Checoslovaco de Cooperação com a UNESCO (ICTOP, 1987, p. 19). O curso teve sua aula inaugural em agosto de 1987 (ICTOP, 1987, p. 19).

³⁶ “The museological centre in Brno was initiative when establishing the ICOFOM; from the beginning the workers of this centre immediately contributed to the activities of this commission. They were well aware of the fact that the enforcement of museology is not, and cannot be, the matter of only a narrow national or regional team of workers, but that it will require an international base in the true sense of the word. These past ICOFOM activities fully confirm our opinion. [...] From the first year of the ISSOM, the teachers ranked from among the ICOFOM members and over the past years their number has considerably increased” (ICOFOM, 1989, p. 125-126, tradução nossa).

“Museologia – uma extravagância intelectual ou uma ferramenta útil e necessária para o trabalho de museus e outras instituições que lidam com o patrimônio do homem?”³⁷. Essa foi uma pergunta feita por Vinos Sofka dissertando sobre o tema para o Encontro do ICOFOM em Helsinki (Finlândia) e Estocolmo (Suécia)³⁸. Mas se era um comitê de construção de um arcabouço teórico para uma disciplina, por que ainda falar do trabalho prático em museus? Ora, na perspectiva de Sofka, era possível perceber que, se fosse apenas uma disciplina totalmente teórica, voltada para questões epistemológicas e conceituais de fenômenos observáveis, que poderiam ser denominados museu, musealia, musealidade, entre outros, ela não só não teria adeptos, como poderia ser considerada dispensável. Apesar de todos os esforços de elaboração de teorias, metodologias, terminologia ou até mesmo sistemas para a Museologia, ela só poderia ser aceita por aqueles que não a conheciam se estivesse vinculada a algo palpável, conhecido – e por isso a não desvinculação do museu-instituição. O próprio Stránský também ressalta essa premissa quando também intitula sua fala para o mesmo evento de: “Teoria e prática – ou museologia como base inevitável para o trabalho em museus”³⁹.

Nesse mesmo evento, foi proposta uma mesa intitulada “A necessidade da Museologia no mundo”, com membros da África, Ásia, América do Norte e América Latina – e os nomes sugeridos foram de pessoas que já eram referências na área em suas respectivas localidades: Alpha Konaré (África), Soichiro Tsuruta e Vasant H. Bedekar (Ásia), Flora Kaplan e Judith Spielbauer (América do Norte) e Nelly Decarolis e Teresa Scheiner (América Latina). E o próprio Sofka concluiu que, caso as pessoas fossem “convencidas”⁴⁰ sobre a necessidade da Museologia, o ICOFOM poderia auxiliar a Associação Finlandesa de Museus a por em prática o projeto de “[...] estabelecer e desenvolver a Museologia no país” (ICOFOM, 1987, p. 47). Naquele mesmo ano, uma cadeira de Museologia foi criada na Universidade de Umea, na Suécia, e 1988 foi considerado, naquele país, o ano da Museologia (ICOFOM, 1987, p. 84).

No caso finlandês, o pensamento sobre museus – ou a formação acadêmica sobre Museologia – surgiu a partir da década de 1970 (ICOFOM, 1987, p. 104). A ideia

³⁷ “Museology – an intellectual extravagance or a useful and needed tool for the work of museums and other institutions in handling the heritage of man?” (ICOFOM, 1987, p. 46, tradução nossa).

³⁸ Foi mencionado por Sofka que a Finlândia estava tendo suas primeiras experiências com a Museologia, portanto, demonstra o enfoque que esses atores queriam dar à Museologia para não somente divulgá-la, mas torná-la “necessária”.

³⁹ “Theory and practice – or museology as an inevitable base for museum work” (ICOFOM, 1987, p. 46, tradução nossa).

⁴⁰ Essa palavra tem grifo nosso mas foi usada pelo próprio Sofka, conforme também mencionado na epígrafe deste capítulo (ICOFOM, 1987, p. 45).

de um ensino relativo aos museus, a nível universitário, é oriunda do final do século XIX, na Universidade de Helsinki, mas ainda não tinha sido efetivada até então, pelo fato de que “As ciências tradicionais aderem ciumentamente a fronteiras disciplinares e não se renderão a museus como um novo ramo da ciência”⁴¹. Já nas universidades de Turku e Jyväskylä existiam cadeiras de Museologia (sobre museus, na realidade), oferecidas como créditos para curso de Mestrado; entretanto, não havia professores da cadeira em tempo integral e nenhum texto da área traduzido para o finlandês (ICOFOM, 1987, p. 105). Lahti considerou, portanto, que a Museologia estava tomando os primeiros passos nas universidades finlandesas – e mais, que o futuro dos museus dependia da Museologia, isto é, os museus têm reivindicado conhecimentos mais complexos sobre si mesmos, por conta das demandas da própria sociedade (ICOFOM, 1987, p. 105).

Sofka foi convidado para o estabelecimento das primeiras disciplinas relativas a museus na Suécia, no início dos anos 1980 (SOFKA, 1995, p. 9). O ano de 1988, considerado o “ano da Museologia” na Suécia, teve o protagonismo do ICOFOM:

[...] o ano do *boom* da museologia no mundo que começou depois da avaliação do ICOFOM de quase cem artigos concluídos e com uma declaração, de acordo com os critérios da teoria da ciência, que museologia é uma disciplina científica em estágio embrionário⁴².

Bedekar destaca que “Museologia” e “formação em museus” são, na Ásia, termos quase intercambiáveis (ICOFOM, 1987, p. 119). E, ao tratar de Museologia, vai traçando paralelo entre essa e sua existência ou reconhecimento como disciplina acadêmica ou mesmo ciência “independente” – o termo independente, aqui, está conectado a uma autonomia científica que se desdobra na forma acadêmica. Essa perspectiva se replica em Kaplan⁴³. Ainda, no *Museological News* nº. 11, foram publicados vários textos sobre o ensino da Museologia na Índia, sendo um indicador da importância desse fenômeno para a própria Museologia icofomiana. Constava do programa trienal do comitê para 1990-1992 que o *Board* contataria universidades e institutos “no campo da Museologia” para iniciar projetos sobre “assuntos museológicos”, dando prioridade em debruçar-se sobre “a enorme literatura produzida”

⁴¹ “The traditional sciences cling jealously to disciplinary boundaries and will not surrender museums to a new branch of science” (ICOFOM, 1987, p. 104, tradução nossa).

⁴² “the year of a museology boom in the world which started after ICOFOM's evaluation of almost a hundred papers concluded with a declaration, in agreement with the criteria of the theory of science, that museology is a scientific discipline in an embryonic stage” (SOFKA, 1995, p. 9, tradução nossa).

⁴³ Apesar de aliar Museologia à existência de uma área acadêmica, Kaplan a percebe como interdisciplinar, por configurar em seu escopo diferentes disciplinas (ICOFOM, 1987, p. 123-128).

(ICOFOM, 1990, p. 3) - nesse caso, é possível afirmar que se inclui a própria produção no âmbito do ICOFOM.

Foi na transição entre décadas, precisamente no Encontro Anual ocorrido na Conferência do ICOM de 1989, em Haia, que o ICOFOM começou a pensar em grupos de trabalho regionais, considerando a dimensão numérica do comitê (nesse momento com quase 800 membros), sendo, portanto, um meio eficaz de garantir sua presença a nível mundial. Durante a sessão plenária desse evento, Tsuruta propôs a criação de um Grupo de Trabalho - GT na Ásia e foi sugerido o estudo da criação de um GT latino-americano (ICOFOM, 1990, p. 2). Ainda, cogitou-se a possibilidade de apoiar a existência de GTs nacionais em países cujo número de membros fosse considerável, citando-se, dentre eles, Estados Unidos, França e Brasil (ICOFOM, 1990, p. 4).

No ano seguinte, no Encontro Anual ocorrido na Zâmbia, Decarolis e Scheiner informaram que haviam criado um GT para a América Latina e Caribe, ficando na responsabilidade de suas coordenadoras o contato com os membros do ICOFOM pertencentes a essa região (ICOFOM, 1991, p. 2). O objetivo desse grupo seria “[...] promover, dinamizar e documentar, na América Latina, o estudo e a investigação da teoria museal”⁴⁴. Em 1992, o GT latino-americano já aparece, nos documentos do ICOFOM, com a denominação ICOFOM-LAM⁴⁵.

Vale ressaltar que, desde 1988, Spielbauer iniciou um GT nos Estados Unidos, cujo primeiro encontro ocorreu em junho desse mesmo ano (ICOFOM, 1991, p. 5). Um dos objetivos era promover o estudo e desenvolvimento da Museologia considerando a perspectiva estadunidense (1991, p. 5). Mas nesse território nem a Museologia e nem o ICOFOM eram unanimidades:

Enquanto isso pode ser dito de muitas partes do mundo, não pode ser dito dos Estados Unidos. Aqui a influência da museologia como discutida no Comitê e o Comitê em si tem sido insignificante. Não estamos dizendo que as questões discutidas pelo Comitê não sejam importantes nos Estados Unidos, mas, é possível dizer que o trabalho feito pelo Comitê não tem tido um impacto significativo. O recente crescimento de membros dos EUA não tem significado um aumento igual na participação. O ICOFOM é somente uma das muitas organizações disponíveis nos EUA para pessoas interessadas em museologia ou em instituições museológicas⁴⁶.

⁴⁴ “[...] to promote, dynamize and document, in Latin America, the study and investigation of museum theory” (ICOFOM, 1991, p. 5, tradução nossa).

⁴⁵ Primeiro, como Grupo de Trabalho do ICOFOM para a América Latina e Caribe para, em 1998, receber a denominação Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e Caribe (Sigla ICOFOM LAM).

⁴⁶ “While this can be said for many parts of the world, it can not be said for the United States. Here the influence of museology as discussed in the Committee and the Committee itself, has

Apesar do grande número de membros, até o início dos anos 1990 grande parte do comitê (59%) era composta por membros não-votantes, isto é, membros que tinham o ICOFOM como segunda opção. Isso não só prejudicava o orçamento do comitê – visto que os recursos propiciados pelo ICOM eram proporcionais ao número de membros votantes – mas, ao que parecia ao próprio Van Mensch, então presidente, “Museologia, isto é, teoria, é considerada algo adicional”⁴⁷.

O ICOFOM iniciou, em 1991, um projeto denominado “Museus em tempos de revolução”⁴⁸, em virtude dos acontecimentos geopolíticos do início dos anos 1990. Para o ano de 1992, foi pensada a organização de um seminário na então Tchecoslováquia cujo objetivo era comparar o desenvolvimento da Museologia e dos museus nos diferentes países da Europa, e estabelecer parâmetros que pudessem guiar os museus nos esforços de construir uma comunidade europeia (ICOFOM, 1992, p. 4). Outra conferência também estava prevista para Moscou tendo como tema “Museus e Democracia”; e, no âmbito do Encontro Anual de 1992, foi previsto um seminário com o mesmo título do projeto, com o objetivo de analisar a situação dos museus e da Museologia na Europa Leste e Central (ICOFOM, 1992, p. 4).

Esse debruçar do ICOFOM sobre as questões do Leste Europeu não apenas se dava pelo desejo do ICOM de atender às demandas políticas da ONU, mas, nesse caso, devia-se ao fato de que dessa região eram oriundos os principais atores do ICOFOM, até aquele momento; isto é, não apenas pessoas que atenderam ao esforço de elaborar para a Museologia um arcabouço teórico, mas que assumiram um papel protagonista no comitê nesse período, mesmo não sendo os membros em maior número (ICOFOM, 1992, p. 4).

2.4 Período *Dictionnaire*: por uma consolidação da Museologia e por um protagonismo na disciplina em ascensão

Segundo Desvallées (2015, p. 146), “depois da criação do ICOFOM, já fazem trinta e cinco anos, os termos “*muséologie*” ou “*museology*” deram a volta ao mundo”. E

been negligible. That is not to say that the issues discussed by the Committee are not important in the United States, but rather that the work done by the Committee has not had significant impact. Recent growth in US membership has not brought about an equal increase in participation. ICOFOM is only one of many organizations available in the US for people interested in museology or working in museological institutions” (ICOFOM, 1989, p. 82, tradução nossa).

⁴⁷ “Museology, i.e., theory, is considered as something additional” (ICOFOM, 1992, p. 6, tradução nossa).

⁴⁸ “Museums under revolutionary change”, em inglês.

Stránský tinha uma ambição: de que para uma efetiva contribuição teórica da Museologia não bastariam apenas opiniões e pontos de vista individuais sobre o assunto, mas sim um sistema de conhecimento, fruto de um “amplo esforço profissional” (2008, p. 101). Stránský apontou um caminho: é preciso “permitir o tempo necessário para a criação de uma base de publicações” (STRÁNSKÝ, 2008, p. 101). De acordo com Decarolis, o ICOFOM, em sintonia com o ICOM, tem tido como meta principal “[...] transformar a museologia em uma disciplina científica e acadêmica, destinada ao desenvolvimento dos museus e da profissão museal por meio da pesquisa, estudo e difusão das principais correntes de pensamento museológico”⁴⁹.

O ICOFOM, já na década de 1990, tinha gerado um volume de capital social relevante para aqueles que faziam parte do Comitê. Tal premissa se sustenta se lembrarmos que capital social, para Bourdieu, é o conjunto de recursos conectados “[...] à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionais em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinado(s) grupo(s)” (NOGUEIRA & CATANI, 2012, p. 10). Esses agentes possuem propriedades comuns: “[...] o volume do capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que pode ou consegue mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado” (NOGUEIRA & CATANI, 2012, p. 10). É escusado dizer que essa rede de relações não é um dado natural, mas sim se constitui através de “atos sociais de instituição”, cujo grupo delegará a cada membro seu capital social, mas em graus diferenciados, podendo inclusive ser de posse de um único agente (BOURDIEU, 2012, p. 68-69).

O *habitus*, conceito bourdieusiano aqui já abordado, levou o ICOFOM a dar continuidade as mesmas práticas e intenções: “o *habitus*, isto é, o organismo do qual o grupo se apropriou e que é apropriado ao grupo, funciona como o suporte material da memória coletiva: instrumento de um grupo, tende a reproduzir nos sucessores o que foi adquirido pelos predecessores, ou, simplesmente, os predecessores nos sucessores” (BOURDIEU, 2012, p. 112-113, grifo do autor).

O projeto do ICOM sobre um “Tratado de Museologia” gerou, no âmbito do ICOFOM, o estabelecimento de um grupo de trabalho que levava o mesmo nome (STRÁNSKÝ, 1984, p. 1). Para Stránský (1984, p. 2), o GT do ICOFOM deveria concentrar-se em produzir sobre a história da Museologia e ampliar conceitos acerca do

⁴⁹ “[...] transformer la muséologie en une discipline scientifique et académique, destinée au développement des musées et de la profession muséale à travers la recherche, l’étude et la diffusion des principaux courants de la pensée muséologique” (DECAROLIS, 2011, p. 11, tradução nossa).

pensamento museológico. Em meados dos anos 1980, Stránský propôs a renomeação do GT “Tratado da Museologia” para “Teoria”, tendo como assuntos a serem tratados: a) fundações metateóricas da museologia como ciência; e b) história da museologia (ICOFOM, 1985, p. 26-27).

Esse projeto de um grande compêndio que incluísse todos os conceitos / termos que poderiam existir no âmbito da Museologia ou do *museum studies* foi abandonado, por um período de tempo, mas sem deixar de ser uma ambição do ICOFOM não só pela sua realização, mas pelo seu protagonismo.

A Linguagem de Especialidade - ou linguagem profissional - assume um caráter relevante nas definições das fronteiras e dos integrantes de dada área. Segundo Lima, a linguagem, associada aos agentes individuais e institucionais, é instrumento de legitimação de um campo (2008, p. 182) e “do ‘capital cultural’ da área” (COSTA; LIMA, 2013). Ainda,

A Linguagem de Especialidade, comunicação específica ao modo de um sistema codificado, empresta sentido e valor às inter-relações e produtos do campo. Diz respeito ao procedimento informacional/comunicacional dos membros das comunidades especializadas. Faz-se expressa, em particular, no contexto da comunicação científica, representando a produção do domínio do conhecimento. Pela consistência no manejo da fraseologia entre os pares, ou seja, sem apresentar ambiguidades para reconhecimento dos sentidos (definições) atribuídos aos termos, revela o processo de consolidação científica alcançado pela área ao longo do tempo (LIMA, 2012, p. 32).

O uso de uma terminologia específica é um dos pontos que permite estabelecer diferenças entre a língua comum e a linguagem especializada (CABRÉ, 1993). A distinção entre língua comum e linguagem ou língua de especialidade é explicada por Gil (2003). Língua comum é o conjunto de “regras, unidades e restrições” conhecidas e utilizadas pela maioria dos falantes de uma língua natural (GIL, 2003, p. 128). Já linguagem de especialidade é uma espécie de subcódigo linguístico com características especiais que o distinguem da língua comum em função de fatores como a temática, o tipo de interlocutores e a situação comunicativa. Uma linguagem de especialidade não é exógena a um sistema total de dada língua – ou a uma língua comum - mas é um subsistema que, como tal, recorre ao “material lexical, sintático e semântico que a língua disponibiliza”, mesmo que de forma parcial (GIL, 2003, p. 115).

No âmbito das linguagens de especialidade, são incluídas: as chamadas “línguas científicas” – campos de experiência que possuem objeto e métodos de investigação próprios; “línguas técnicas” – campos de experiência, práticos, de aplicação de conhecimentos teóricos; e “línguas profissionais” ou “de ofícios” -

abrangem campos de ocupação e atuação de profissionais, de caráter “técnico ou mecânico” (baseada em GALISSON e COSTE 1983, apud GIL 2003, p. 116)⁵⁰. Essas unidades terminológicas, portanto, estabelecerão entre si um conjunto de relações e também construirão determinados termos desconhecidos da maioria da “comunidade linguística” (GIL, 2003, p. 117). No entanto, assim como uma língua comum, uma linguagem de especialidade também se constitui pela alteridade e intersubjetividade – não é imutável e se constrói constantemente.

As linguagens de especialidade exploram determinados “mecanismos de lexicogênese”, isto é, elementos prefixais e sufixais com significados semânticos compartilhados na língua comum de origem – tem-se, assim, como exemplo o sufixo “logia” (GIL, 2003, p. 123). Diferenciando “léxico” de “vocabulário”, o primeiro compreende “o conjunto virtual de palavras” de determinada língua e o segundo compreende o “conjunto de unidades lexicais” de um “domínio particular” (GIL, 2003, p. 123). Uma linguagem de especialidade, ou ainda, um vocabulário científico e/ou técnico, seria um “conjunto de unidades lexicais” “utilizadas por um grupo sociocultural e profissional constituindo, portanto, uma ‘amostragem’ do léxico, concretizado no discurso” (GUILBERT, 1983, apud GIL, 2003, p. 123).

Segundo Bourdieu:

Produzidas e reproduzidas por corpos de especialistas mediante uma alteração sistemática da língua comum, as línguas especiais são (a exemplo de qualquer outro discurso) o produto de um compromisso entre um interesse expressivo e uma censura constituída pela própria estrutura do campo onde o discurso é produzido e também circula. Mais ou menos “bem-sucedida” conforme a competência específica do produtor, esta “formação de compromisso”, como diria Freud, é o resultado de estratégias de eufemização que consistem ao mesmo tempo em dar forma e em ajustar às formas (2008, p. 131-132).

Em 1993, no Encontro Anual do ICOFOM realizado na Grécia, foi criado e estabelecido pelo ICOFOM o projeto Termos e Conceitos da Museologia, que passou a ser coordenado por André Desvallées. Desde então, os estudos terminológicos transformaram-se numa das mais consistentes vertentes de pesquisa da Teoria Museológica em todo o mundo, com desdobramentos em diversos países⁵¹. O grupo de trabalho Termos e Conceitos da Museologia, formado inicialmente por Maröevic, van Mensch, Schaerer, Scheiner, Stránský e o coordenador, André Desvallées, era um

⁵⁰ É importante frisar que essas classes apresentadas por Gil foram apresentadas primeiramente por Descamps.

⁵¹ Sendo um deles no Brasil, na UNIRIO, como o projeto de Pesquisa Termos e Conceitos da Museologia, vinculado atualmente ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, cuja Tereza Scheiner faz parte desde 1993.

grupo multidisciplinar que se concentrou em analisar criticamente uma “terminologia museal”, debruçando-se sobre conceitos que poderiam ser considerados fundamentais para a disciplina Museologia (DECAROLIS, 2011, p. 11).

Em 1995, a lista de termos analisados sob a coordenação de Desvallées tinha como temas principais: Realidade, Museu, Museologia, Museografia, Espaço museal, Preservação, Coleção, Conservação, Mediatização, Evocação, Linguagem de Exposição, Visualização, Sinalização, Semiótica, Educação, Públicos, Sociedade, Identidade, Comunicação, Segurança e Ética, com suas respectivas entradas (DESVALLÉES, 1995). A metodologia proposta foi: uma primeira parte, chamada de *Thesaurus museologicum*, cuja responsabilidade seria de Desvallées, constituiria o desenvolvimento e história dos termos e conceitos principais, comparando-se com os distintos usos de cada termo em diferentes idiomas; e uma segunda parte, sob a responsabilidade de Stránský, no formato de um dicionário, reagrupando definições que seriam correlacionadas (DESVALLÉES, 1995). Até aquele momento, o título para a obra seria “Ideias museológicas de base” (*Idées muséologiques de base / museological basic ideas*).

Entretanto, paralelamente, já existia um projeto de um dicionário, coordenado por Stránský e denominado “*encyclopaedia of museology*”, que visava “[...] cobrir o desenvolvimento, estado e perfil teórico da museologia na perspectiva do seu sistema científico, formado e revisado desde mais de 30 anos de ensino no Departamento de Museologia da Faculdade de Artes e da Escola Internacional de Verão de Museologia”⁵², ambos na Universidade de Masaryk. O uso desse produto, para Stránský, era mais voltado para o meio acadêmico, isto é, para o ensino da Museologia - constituindo base para produção teórica no âmbito do pensamento museológico, diferentemente da proposta do projeto Termos e Conceitos. O projeto de Stránský, em 1996, já possuía um catálogo de mais de 6000 termos extraídos do mundo dos museus e que tinha sido desenvolvido desde a participação de Stránský no *Dictionarium museologicum* (1986) e no *Dictionary of Literary and Museum Communication* (1981). A ideia era de que a *Encyclopaedia* possuísse 420 entradas e 280 sub-entradas (STRÁNSKÝ, 1996, p. 1). Os sistemas⁵³ seriam: Contextos (existência/essência, homem, sociedade, filosofia, ciência, educação, civilização e cultura); Apropriação da Realidade (cognição, avaliação, memória, psique); Sistema de Cultura (informação, comunicação,

⁵² “[...] to cover the development, state and theoretical profile of museology, from the perspective of its scientific system, formed and reviewed in the course of more than 30 years of teaching thereof at the Department of Museology of the Faculty of Arts and at the International Summer School of Museology” (STRÁNSKÝ, 1996, p. 1, tradução nossa).

⁵³ Conjuntos temáticos principais, na perspectiva teórico-filosófica de Stránský.

organização cultural); Meta-Museologia (meta-museologia, paradigma da museologia, museologia); Museologia Histórica (museologia histórica, etimologia de termos, história do fenômeno museu, história da teoria do museu); Museologia Social (museologia social, criando coleções, qualidade ‘museu’, musealização, fenômeno museu e sociedade, organização de museus, condições sociais, futurologia); Museologia Teórica (museologia teórica, teoria da documentação, que se desdobra em documentação em museus, processo de seleção, seleção passiva e seleção ativa; teoria da tesaurologia, que por sua vez também se desdobra em tesaurologia em museus, processo de tesaurologia, tesouro, conteúdo de informação; teoria da comunicação, que se subdivide em comunicação em museus, apresentação, mediação, mutação e *feedback*); Museografia (museografia, gestão de museus, marketing de museus, arquitetura de museus, conservação em museus, informação em museus, atividades de exposição em museus, trabalhos com o público de museus, promoção de museus); Museologia especial (museologia especial, disciplinas relacionadas, disciplinas aplicadas, posição especial da museologia); Museologização da prática (prática de museus, papel da Museologia, educação museológica, produção museológica, publicidade museológica)⁵⁴.

Retomando o relatório apresentado por Desvallées, no encontro anual do ICOFOM de 1995, referente à publicação, como resultado desse projeto, ela seria na estrutura similar do atual *Dictionnaire*, considerando a existência também de um artigo sobre cada termo escrito por dois ou três autores desse projeto e todo o trabalho seria traduzido para um idioma - e o próprio Desvallées, coordenador do grupo, sugeriu que primeiro fosse feito em francês e depois em inglês (DESVALLÉES, 1995, p. 2). A ideia, nesse momento, era a de seguir um enfoque enciclopédico apenas no sentido de considerar a apresentação alfabética, e não em um sentido “global” – o que seria resolvido com a escolha do título *Thesaurus Museologicus* para a obra. Essa, por sua vez, consideraria apenas o que denominaram de “conceitos essenciais da Museologia”, para que fosse um trabalho mais viável (DESVALLÉES, 1995, p. 2).

Conforme Rusconi, os membros do ICOFOM analisaram e debateram os resultados e, por não haver consenso sobre os objetivos comuns do projeto, decidiram dedicar mais tempo para análise.

Assim, em 11 de outubro de 1996, na reunião de Brno, na ocasião do colóquio organizado no décimo aniversário do ISSOM, Zbynek Stránský apresentou algumas modificações do projeto. Stránský havia proposto realizar a tarefa analisando uma lista de termos maior que a

⁵⁴ Vale destacar que todos esses itens são temas gerais – temas maiores e suas subdivisões. Cada tema e sub-tema deste acima apresentado (ou sistemas, como denominou Stránský) geraria ainda as tais 420 entradas e 280 sub-entradas.

sugerida por André Desvallées. Nesse caso, a amplitude da seleção terminológica e de seus correlatos e derivados impunha a necessidade de acompanhar cada termo com uma breve definição segundo a estrutura de redação de um dicionário. Sem sombra de dúvida esta proposta seria dificilmente fundida com a anterior pois seu ponto de vista e sua finalidade eram diferentes. A existência de Dicionários temáticos para Museologia não era nova e a proposta de Stránský parecia reproduzir experiências anteriores onde se havia tentado traduzir palavra por palavra, termos de referência a termos correntes, deixando para uma segunda parte a essência da proposta de André Desvallées que grifava a importância de incluir as nuances com que os usos e os contextos socioculturais modificavam a definição dos termos⁵⁵.

Por conta das divergências, segundo Rusconi, cogitou-se por um tempo fazer uma publicação que permitisse apresentar em uma parte um dicionário e na outra, uma enciclopédia, conforme mencionado antes. Tal ideia não foi cooptada e, durante a década de 1990, o projeto do ICOFOM se desenvolvia voltado para a etimologia e as definições dos vocábulos, por meio de desenvolvimentos conceituais que privilegiavam a história dos termos e seus diferentes usos nas práticas de distintas línguas. Para tal, optou-se por uma metodologia de trabalho conjunta para facilitar “[...] a recuperação e difusão de uma linguagem museológica homologada, que é a que hoje fortalece a continuidade desta proposta e que desde 1995 conta com aportes da América Latina e o Caribe”⁵⁶.

Sobre a proposta de Stránský, Desvallées comentou que:

Foi notavelmente proposta outra lista de termos, mais longa, e difícil de juntar com a primeira, repleta de definições mais curtas. Pela concepção ser diferente, pensou-se em fazer uma publicação dividida em duas partes, uma que consistia em um tipo de enciclopédia, e outra um tipo de dicionário. Desde então, não foi dado seguimento à proposta de Zbynek Stránský⁵⁷.

⁵⁵ “Así el 11 de octubre de 1996 en la reunión de Brno, en ocasión del coloquio organizado en el décimo aniversario del ISSOM, Zbyneck Stransky presentó algunas modificaciones al proyecto. Stransky proponía realizar la tarea analizando una lista de términos más amplia que la sugerida por André Desvallées. En ese caso, la amplitud de la selección terminológica y de sus correlatos y derivados imponía la necesidad de acompañar cada término con una breve definición según la estructura de redacción de un diccionario. Sin lugar a dudas esta propuesta era difícilmente fusionable con la anterior pues su punto de partida y su finalidad eran diferente. La existencia de Dicionarios temáticos para Museología no era nueva y la propuesta de Stransky parecía reproducir experiencias anteriores dónde se había intentado traducir palabra por palabra, términos de referencia a términos corrientes, dejando para una segunda parte la esencia de la propuesta de André Desvallées que subrayaba la importancia de incluir los matices con que los usos y los contextos socioculturales modificaban la definición de los términos” (RUSCONI, Norma. s/d, tradução nossa).

⁵⁶ “[...] la recuperación y difusión de un lenguaje museológico homologado, que es la que hoy fortalece la continuidad de esta propuesta y que desde 1995 cuenta con aportes de América Latina y El Caribe” (RUSCONI, s/d, tradução nossa).

⁵⁷ “Il fut notamment proposé une autre liste de termes, plus longue, et difficile à fusionner avec la première, et complétée de définitions plus courtes. La conception étant différente, il fut un temps envisagé de faire une publication en deux parties, l’une consistant en une sorte d’encyclopédie,

De fato, a própria Rusconi aponta que a proposta de André Desvallées nunca foi, por si mesma, questionada – a questão é que parece que por haver uma segunda proposta e de um ator importante como Stránský, o próprio ICOFOM se viu diante de um impasse. Nos últimos anos, o grupo se dedicou a fazer artigos preliminares, no qual uma versão dos vinte e um termos foi apresentada no Simpósio Anual do ICOFOM ocorrido em Liège e Mariemont em 2009 (MAIRESSE ET AL, 2011, p. 15). Segundo Mairesse et al (2011, p. 15), dois nomes ganham destaque ao somar-se à empreitada do projeto de Termos e Conceitos: Norma Rusconi e François Mairesse.

O projeto gerou dois livros: o *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* (Dicionário Enciclopédico de Museologia), no qual só a definição de Museologia é apresentada em cinco diferentes vertentes de entendimento; e um livro resumido, denominado *Conceitos-chave da Museologia*. O livreto “Conceitos-chave da Museologia” é uma versão resumida dos vinte e um verbetes presentes no *Dictionnaire*, e foi apresentado anteriormente à edição completa, na Conferência Geral do ICOM, ocorrida em novembro de 2010, em Shanghai.

Para Anfruns (2011, p. 9), trata-se de uma obra monumental que mereceria um status particular entre os profissionais de museus no âmbito das normas e diretrizes para a comunidade museal internacional. A obra também poderia ser vista como uma junção de termos diversos que poderiam definir uma linguagem de compreensão compartilhada e um vocabulário comum de referência para os profissionais (ANFRUNS, 2011, p. 10). Segundo os organizadores:

O Dictionnaire encyclopédique de muséologie visa apresentar, em um volume, alguns dos ‘germes da ciência’ evocados por Diderot e que se referem aqui ao campo museal. A obra compreende duas partes distintas: uma parte enciclopédica, composta de vinte e um artigos apresentando, em ordem alfabética, os principais conceitos e noções utilizadas na museologia; uma parte remetendo às suas utilizações da primeira parte. Cada um dos vinte e um termos compreendem diferentes partes: (1) um quadro definindo as diferentes acepções da palavra, (2) histórico ou uma apresentação sucinta da evolução do termo e das outras principais noções que lhe são adjuntas, e assim (3) os desafios atuais nos quais está conectada a noção evocada⁵⁸.

l'autre une sorte de dictionnaire. À ce jour, il n'a pas été donné suite à la proposition de Zbynek Stránský” (DESVALLÉES, 2000, p. 8, tradução de Caliane Bessa).

⁵⁸ “L’objet de ce *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* vise à présenter, em un volume, quelque-uns de ces “germes de science”, évoques par Diderot et se référant ici au champ muséal. L’ouvrage comprend deux parties distinctes : une partie encyclopédique, composée de vingt-et-um articles présentant, selon un ordre alphabétique, les principaux concepts et notions utilisés en muséologie ; une partie renvoyant à leur utilisation dans la première partie. Chacun des vingt-et-um termes comprend différentes parties : (1) un encadré définissant les différentes acceptions du mot, (2) l'historique ou une présentation succincte de l'évolution du terme et des

Para apresentar o termo “Museologia” no *Dictionnaire*, os autores, Mairesse e Desvallées, fizeram um mapeamento primeiro de distintas acepções para esse termo, identificando cinco dessas acepções. A primeira tratava da identificação de Museologia como totalmente relativa aos museus, inclusive as suas práticas. No âmbito dessa acepção, ao longo do século XX foi construída, mesmo com fronteiras frágeis e um tanto confusas, uma diferenciação entre Museologia e Museografia.

A segunda acepção seria a que legitima a existência de uma disciplina Museologia no seio do campo universitário. Nessa acepção, os autores associaram Museologia ao que os falantes de língua inglesa chamam de *Museum studies*, por serem “reticentes face à invenção de novas ‘ciências’” (MAIRESSE ET AL, 2011, p. 343). Sobre um panorama de cursos de museu (ou *museum studies*) e Museologia ao redor do mundo, Desvallées e Mairesse descrevem:

No entanto, uma evolução real está acontecendo. Seguindo essa evolução, vemos a abertura de uma série de cursos de museologia ou de estudos museais [*museum studies*] em todo o mundo. Sabemos que alguns cursos são ministrados desde a década de 1920, numa série de museus e universidades (no Louvre, Harvard, Newark, etc.). A primeira aula de museografia na *École du Louvre* foi ministrada em 1929. [...] No entanto, foi a partir de 1960 que vemos surgir formações universitárias significativamente mais ambiciosas (mestrados, currículos completos, etc.), especialmente em Brno (1963), Leicester (1966), Paris (1970) e Leiden (1976). Sem dúvida as ambições destes cursos obrigam os mesmos a efetuar um esforço de teorização sobre o conhecimento formulado⁵⁹.

Considerando as acepções que apontam a Museologia como o estudo dos aspectos teóricos relativos aos museus, tem sido “lógica” a nomenclatura “Museologia” para os cursos da área (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 355). Entretanto, para que a disciplina pudesse se desenvolver “mais facilmente”, foi criada uma plataforma, no seio do ICOM, que reuniu profissionais e professores de Museologia – o ICOFOM (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 355). Segundo Mairesse e Desvallées (2011, p. 356), com a criação do ICOFOM, a disciplina Museologia não evolui somente em

principales autres notions qui lui sont adjointes, ainsi que (3) les enjeux actuels auxquels est liée la notion évoquée” (MAIRESSE ET AL, 2011, p. 14, tradução nossa).

⁵⁹ « Cependant une évolution réelle est à l’œuvre, suivant peut-être en cela l’ouverture d’un certain nombre de cours de muséologie ou d’études muséales de par le monde. Certes, des cours étaient professés depuis les années 1920 dans un certain nombre de musées ou d’universités (au Louvre, à Harvard, à Newark, etc.). Le premier enseignement “muséographique”, à l’École du Louvre, est donné à partir de 1929. [...] C’est cependant à partir des années 1960 que l’on voit surgir des formations universitaires nettement plus ambitieuses (mastère, cursus complets, etc.), notamment à Brno (1963), Leicester (1966), Paris (1970) et Leiden (1976). Sans doute les ambitions de ces cursus imposent-elles un effort de theorization sur les savoir formulés » (MAIRESSE ; DESVALLÉES, 2011, p. 353, tradução de Camila Bessa).

relação ao termo, mas em relação ao próprio conceito de Museologia. Ainda, no âmbito dessa acepção:

É indispensável ressaltar que, de modo geral, apesar de o termo ter sido cada vez mais usado no mundo a partir dos anos 1950, ele permanece sendo muito pouco utilizado por aqueles que vivem o museu em seu “cotidiano”, permanecendo seu uso marginalizado àqueles que veem o museu do exterior. Essa acepção, muito disseminada entre os profissionais, passa a ser progressivamente imposta a partir dos anos 1960 nos países latinos, suplantando o termo “museografia” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 61-62).

Como caminho para a terceira acepção, apontam uma Museologia que surgiu “do outro lado da cortina de ferro”, isto é, a Museologia do Leste (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 358), que por sua vez orientou toda uma perspectiva do que vinha a ser Museologia no próprio ICOFOM: uma ciência em formação (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 359).

Sobre a terceira acepção, Mairesse e Desvallées apontam que tal perspectiva surge no Ocidente, progressivamente a partir dos anos 1960, defendendo a Museologia como “como um verdadeiro campo científico de investigação do real (uma ciência em formação) e como disciplina independente” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 62). Entretanto, ao tratar antes da “Museologia do Leste”, Desvallées e Mairesse afirmam que essa foi apresentada ao Ocidente nos anos 1970 e 1980, dando a entender que tal ideia de Ocidente não incluía o Leste Europeu. Mas, ao destrinchar essa terceira acepção, marcam notadamente que seu início se deu especificamente em Brno – deixando o leitor confuso sobre a acepção de Ocidente que ora inclui e ora exclui.

Tal acepção traz à perspectiva de Brno sobre uma Museologia como saber que se debruça sobre o Humano face a sua realidade (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 360). Essa perspectiva, apresentada principalmente por Gregorová, foi assimilada rapidamente por outros, tais como Rússio e Waidacher (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 360). Outras tentativas de teorização seriam ainda incluídas, nomeadas como *patrimoniologia* por Schreiner e Sola, em 1982 e, também por esse último, como *mnemosofia* (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 361). Mas, para Desvallées e Mairesse: “De qualquer modo, a assimilação da museologia a uma ciência – ainda em formação – foi progressivamente abandonada, na medida em que nem o seu objeto e nem os seus métodos respondem verdadeiramente aos critérios epistemológicos de uma abordagem científica específica” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 62).

A quarta acepção apresenta a Nova Museologia, movimento nomeado nos anos 1980 por André Desvallées que defendia mudanças tanto na concepção quanto nas práticas dos museus, privilegiando a sociedade e/ou comunidade a seu redor. E a

quinta e última acepção dá à Museologia um caráter de campo que incluiria todo o conjunto de reflexões e tentativas teóricas sobre o que os franceses denominam de “campo museal” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 63). Essas duas acepções são apresentadas de forma separada na primeira parte do verbete; mas quando os autores aprofundam a questão, não são apresentadas como distintas acepções⁶⁰. Essas duas últimas acepções surgem justamente no contexto francês: no caso da Nova Museologia, é amplamente conhecida e difundida; e, no caso da última, é mais recente e não conhecida.

Ao tratar da quarta acepção, na segunda parte do verbete, os autores também apresentam o conceito de “Filosofia do museal”, cuja perspectiva coloca a intuição e apreensão sensível como protagonistas no princípio de formação dos museus. Aqui, a Museologia seria a Filosofia do campo museal, na perspectiva do francês Bernard Deloche (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 366), ou ainda, “o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica ligado ao campo museal”⁶¹ e “ética do museal” (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 380).

Como então apresentar uma acepção como sendo de um panorama sobre Museologia quando tal acepção não é conhecida, ou melhor, reconhecida entre os pares? Diferente das acepções anteriores, essa última tem sido forjada por atores franceses que não só defendem sua autoria, mas por meio do *Dictionnaire* e do Conceitos-chave, a difundem pelo mundo. Como é possível também perceber, as cinco acepções apresentadas por Desvallées e Mairesse são colocadas de forma linear, sucessivamente, isto é, da primeira, em tempo e espaço, para a mais recente, que seria a acepção elaborada pelos franceses. Embora não seja ainda reconhecida entre os pares, por meio do *Dictionnaire* tal perspectiva poderia ser, no mínimo, conhecida e legitimada - legitimada no sentido de que o *Dictionnaire* é fruto da ação coletiva de um comitê que tem seu espaço no cenário mundial de reflexão sobre Museologia. Mesmo tendo em conta que as contribuições presentes no ICOFOM não sejam amplamente conhecidas nos cursos de *Museum studies* ou valorizadas nos cursos de Museologia, no caso desses últimos elas servem, no mínimo, como contraponto para novas acepções de Museologia que surgem fora do cenário do ICOFOM, como a Sociomuseologia ou Museologia Social, muito difundida porém pouco explicitada no Brasil, por exemplo. Vale destacar que a versão reduzida do *Dictionnaire* – os Conceitos-Chave de Museologia - já foi traduzida para 11 idiomas, inclusive o

⁶⁰ A “contagem” termina na quarta acepção no artigo propriamente dito.

⁶¹ “l'ensemble des tentatives de théorisation ou de réflexion critique liées à ce champ muséal” (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 372, tradução nossa).

português; a versão digital está disponível no site do ICOM ⁶², isto é, ampliando o acesso a tal produção, a nível mundial.

Ainda sobre a via francófona no ICOFOM, segundo os próprios editores do dicionário, na redação propriamente dita, autores de língua francófona foram escolhidos (Bélgica, Canadá, França e Suíça). Como argumento, o primeiro deles foi a necessidade de escolha de um dos idiomas do ICOM que, considerando a nacionalidade do organizador primeiro, André Desvallées, levou ao francês (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2011, p. 16). O segundo argumento foi o fato de que os autores francófonos, se comparados aos anglófonos, tem domínio, no âmbito da leitura e em sua maioria, de pelo menos dois outros idiomas, o que facilitaria a leitura da produção em distintos idiomas.

Esses argumentos não se sustentam, visto que os grupos Termos e Conceitos no Brasil e na Argentina, gerados como desdobramentos do projeto desde o seu início, poderiam facilmente inserir no *Dictionnaire* a produção latino-americana, traduzindo seus produtos tanto para o inglês quanto para o francês ⁶³. Mais que uma homogeneidade idiomática, percebe-se assim que o bloco francófono almejava uma homogeneidade de pensamento e de lugar de fala. E, ao abrir espaço e convite para que outros lugares possam fazer o mesmo exercício, nada fica mais claro do que a intenção de que o protagonismo francófono seja estabelecido. Ao tratar da justificativa de não tradução de contribuições para o *Dictionnaire*, os autores, inconsciente porém deliberadamente, denunciam suas intenções: “Temos consciência de que essa obra não seria a mesma se houvesse sido escrita originalmente em espanhol, em inglês ou em alemão, tanto no nível de sua estrutura e na escolha dos termos, quanto do ponto de vista da perspectiva teórica adotada!” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 20)⁶⁴.

Para os autores, o pensamento teórico requer uma rigorosa escolha de palavras, que por sua vez refletem a estrutura de pensamento de dado autor, influenciada pela estrutura de sua língua materna (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 17). Os editores se comparam aos do Leste Europeu, quando se colocam como quem privilegia “o ensaio e a reflexão teórica” em detrimento dos anglófonos, voltados para

⁶² Esse livreto é feito com a cooperação dos comitês nacionais do ICOM dos países falantes dos idiomas traduzidos, e não pelo próprio ICOFOM. Key concepts of Museology. Disponível em: < <http://icom.museum/professional-standards/key-concepts-of-museology/> >. Acesso: 17 nov. 2016.

⁶³ Na última década, um desdobramento do projeto tem sido desenvolvido também no Japão, sob a coordenação de Eiji Misushima, membro do ICOFOM, no qual termos tais como Museu e Museologia têm sido analisados e descritos em quatro línguas asiáticas.

⁶⁴ Aqui foi usada a versão reduzida em português do mesmo texto do *Dictionnaire*, publicada nos Conceito-chave de Museologia.

questões mais pragmáticas, mesmo buscando relativizar tal perspectiva “caricatural” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 20).

O leitor pode se surpreender ao ver aparecer, pelo menos em francês, muitas referências a autores que participam do nosso livro. O que pode parecer à primeira vista como a autocitação é explicada pelo fato de que a museologia é uma disciplina jovem ainda, tanto no meio francófono como nos demais. Nós nos encontramos numa situação na qual podemos recorrer somente às publicações editadas existentes, apesar das referências que poderíamos fazer às publicações editadas em outros idiomas⁶⁵.

Ora, se os próprios autores alegaram conhecimento de outras línguas, há toda uma vasta produção sobre Museologia ao longo do século XX, que foi até mencionada em alguns momentos, mas que poderia ser melhor explorada em uma obra como essa. Segundo Desvallées, no momento de sua entrada no ICOFOM, “O comitê era composto por alemães, da Alemanha ocidental e oriental, russos, tchecos, dinamarqueses, holandeses e brasileiros. E de um japonês. Os franceses eram minoria! [...] Em seguida o comitê se enriquece com a entrada de alguns outros franceses, de um espanhol, e de vários latino-americanos” (DESVALLÉES, 2015, p. 145). Apesar da presença, na atualidade, de pessoas oriundas de países onde o termo *museum studies* é mais usado que Museologia, o ICOFOM nunca abriu mão desse termo para denominar a disciplina dos museus:

Eu acredito verdadeiramente que é melhor que os outros aprendam aquilo que nós – do ICOFOM – pensamos, senão nós teremos dois ICOFOMs em um: de um lado aqueles que pensam museologia (isto é, os francófonos europeus e africanos, os italianos, os espanhóis, os portugueses e os latino-americanos, os tchecos, os eslavos em geral, os escandinavos também, eu acho), e de um outro lado aqueles que pensam... para dizer a verdade eu não sei muito bem em que pensam estes que se recusam a fazer uma teoria do museu e que seriam talvez apenas os ingleses e os habitantes dos Estados Unidos, e talvez os chineses até que tenham aprendido outras línguas (DESVALLÉES, 2015, p. 148).

É possível afirmar que o bloco do Leste Europeu se dedicou a refletir sobre as bases epistemológicas para uma possível disciplina científica; mas foi o bloco francófono que tomou para si, de certa forma, o protagonismo sobre um pensamento relativo à Museologia, ao redigir uma obra de impacto mundial como tem sido e ainda

⁶⁵ “Le lecteur sera peut-être surpris de voir apparaître, du moins en français, de nombreuses références à des auteurs participant à notre ouvrage. Ce qui pourrait apparaître au premier regard comme de l’autocitation s’explique par le fait que la muséologie est une discipline jeune, dans le milieu francophone comme dans les autres. Nous nous sommes trouvés dans la situation où nous ne pouvions recourir qu’à l’existant, nonobstant les renvois que nous pouvions faire à des publications éditées en d’autres langues” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 17, tradução de Camila Bessa).

será o *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* ⁶⁶. Pode não ter sido intencional, mas esse bloco inscreveu seus nomes, sua língua e seu pensamento na história da Museologia. De acordo com Bourdieu:

Tudo leva a supor que o *efeito de teoria* – podendo ser exercido na própria realidade por agentes e organizações capazes de impor um princípio de di-visão, ou melhor, de produzir ou reforçar simbolicamente a tendência sistemática para privilegiar certos aspectos do real e ignorar outros – será tanto mais poderoso e sobretudo duradouro quanto mais a explicitação e a objetivação estiverem fundadas na realidade, fazendo com que as divisões pensadas correspondam mais exatamente às divisões reais. Em outros termos, a força potencial mobilizada pela constituição simbólica será tanto mais importante quanto mais amplamente as *propriedades classificatórias* pelas quais um grupo se caracteriza explicitamente e nas quais ele se *reconhece* recobrirem as propriedades de que são objetivamente dotados os agentes constitutivos do grupo (e que definem sua posição na distribuição dos instrumentos de apropriação do produto social acumulado) (2008, p. 125, grifo do autor).

É importante, para análise aqui baseada em Bourdieu, tratar as relações sociais presentes no ICOFOM como “interações simbólicas” (2008, p. 23), que por sua vez são “[...] relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento” (2008, p. 23) e, nesse processo, é importante ter clareza de que não existem palavras “neutras” e nem “inocentes” (BOURDIEU, 2008, p. 23-24). Essas relações, ou interações, no âmbito de uma comunidade que almeja uma língua comum, constituem “[...] a condição da instauração de relações de dominação linguística” (BOURDIEU, 2008, p. 32); em outras palavras de Bourdieu, não se trata apenas de comunicação, mas de fazer reconhecer novos discursos de autoridade “com seu novo vocabulário político” (BOURDIEU, 2008, p. 32).

Como produção simbólica que deve sua existência às condições sociais de sua produção (nesse caso, a fundamental foi o ICOFOM), o *Dictionnaire*, como um conjunto de signos convencionados na forma de elaboração de um discurso, tem como resultado um produto que demanda ser recebido com “respeito pelas formas que ostenta” (BOURDIEU, 2008, p. 133), além de ser parte da “constituição da experiência *oficial e legítima* do mundo social em um dado momento do tempo” (BOURDIEU, 2012a, p. 143, grifos do autor). Afinal de contas, no âmbito da ciência, nenhum discurso é considerado por si mesmo, mas necessita de estar em acordo com as condições sociais no qual a obra foi produzida, além de dar importância às “[...] posições ocupadas por seus autores no campo de produção – e, por outro lado, ao mercado para o qual foram

⁶⁶ Faz-se necessário, entretanto, ressaltar que os editores do *Dictionnaire* reconheciam que “[...] as fundações teóricas, no contexto europeu, foram elaboradas do outro lado do muro de Berlim, a partir dos anos 1960” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 21).

produzidas [...] e, eventualmente, aos mercados sucessivos de recepção de tais obras” (BOURDIEU, 2008, p. 129). Ainda:

Resultado exemplar desse trabalho de codificação e normatização, o dicionário reúne pelo registro erudito a totalidade dos *recursos linguísticos* acumulados ao longo do tempo e, em particular, todas as utilizações possíveis da mesma palavra [...], justapondo usos socialmente estranhos e até mesmo exclusivos [...]. Desse modo, o dicionário oferece uma imagem bastante justa da língua no sentido que lhe confere Saussure, ‘soma dos tesouros de língua individuais’, tendentes a preencher as funções de código ‘universal’ (BOURDIEU, 2008, p. 34-35, grifo do autor).

O que os autores francófonos do dicionário de Museologia vigente adquiriram para si foi um “lucro de distinção” ligado, em parte, à “raridade do produto” oferecido (BOURDIEU, 2008, p. 42). Esse produto, cujo destino será tornar-se “referência obrigatória”, conferirá aos autores “um poder sobre a língua” e, pela mesma via, na perspectiva de Bourdieu, também “sobre os simples usuários da língua bem como sobre seu capital” (2008, p. 45). Tornaram-se, também, ‘porta-vozes’ do grupo chamado ICOFOM, mesmo que esse próprio grupo não tenha se dado conta e até intencionalmente permitido, contudo ao viabilizar e até mesmo dar o aval a produção do *Dictionnaire*, permitiu que sua personificação tivesse uma voz francesa. Mais que “o ICOFOM sou eu”⁶⁷, o que fica explícito, mesmo implicitamente colocado, é que “o mundo da Museologia”, do ponto de vista do ICOFOM, “é minha representação”, parafraseando Bourdieu (2008, p. 83).

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato do qual ele é, por assim dizer, o procurador (BOURDIEU, 2008, p. 82).

Ainda, essa obra conferiu aos autores o poder de “[...] possuir em potência o uso exclusivo ou privilegiado de bens ou serviços formalmente disponíveis a todos: o poder dá o monopólio de certos possíveis, formalmente inscritos no futuro de todo agente” (BOURDIEU, 2012a, p. 96).

Não se pode, de maneira alguma, ver o *Dictionnaire* como uma produção específica do ponto de vista e da perspectiva francófona – tal perspectiva está condenada “ao fracasso” quando não se estabelece relações com as propriedades do discurso ali apresentado, as propriedades do enunciador e “as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo” (BOURDIEU, 2008, p. 82) que, no caso, foi

⁶⁷ Referência ao “Estado sou eu”, atribuída a Luís XIV, rei da França.

tanto o ICOM quanto o ICOFOM ⁶⁸. Em relação ao impacto dessa obra em nível mundial, o discurso ali impetrado não necessita apenas ser compreendido, mas reconhecido para que possa exercer efeito próprio (BOURDIEU, 2008, p. 91). Tal impacto somente poderá ser medido, de fato, a partir das novas gerações de estudantes de Museologia ou *Museum Studies*.

⁶⁸ Vide os prefácios escritos pelo então Diretor Geral do ICOM, Julien Anfruns, e pela então Presidente do ICOFOM, Nelly Decarolis.

CAPITULO 03

Do Museu à Museologia: a trajetória de constituição de uma disciplina no campo universitário – o caso do Curso de Museus do MHN/Escola de Museologia da UNIRIO

“Suponhamos, por exemplo, que eu perceba um navio num estaleiro, que eu me aproxime e quebre a garrafa suspensa sobre o casco, que enfim eu proclame ‘eu batizo este navio José Stalin’ e que, para ficar bem seguro de minha iniciativa, acabe liberando-o do estaleiro com um pontapé. O único problema é que eu não era a pessoa apropriada para realizar o batismo”.

J.-L. Austin, *How to do Things with Words* (apud BOURDIEU, 2008, p. 85).

3.1 Entre o nomear e o existir (segunda parte)

O uso do termo Museologia no cenário brasileiro, apesar de não constar como nomenclatura oficial do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional – MHN, é recorrente desde a década de 1930 em documentos internos e externos à instituição do MHN, inclusive em documentos referindo-se ao próprio curso como “Curso de Museologia”. Conforme Brulon Soares et al, o Brasil sempre esteve em sintonia com os debates internacionais, e eram trazidas para o país as informações que mais interessavam à nossa realidade e ao contexto sociocultural local¹. Além de sempre possuir participantes no ICOM desde os primeiros anos desse Conselho, o Brasil também sediava e organizava eventos tanto a nível nacional como a nível internacional (BRULON SOARES ET AL, 2014, p. 252-253).

O curso de museus acima referido foi criado em 1932, sob a direção de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia e depois tendo como grande nome e ‘mito fundador’ Gustavo Dodt Barroso (BRULON SOARES ET AL, 2014, p. 252). Gustavo Barroso foi um dos primeiros a definir Museologia na qualidade de agente de uma área que naquele momento buscava sua existência:

MUSEOLOGIA / Chama-se Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, classificar e restaurar os seus objetos. O termo é recente e resultou dos trabalhos técnicos realizados nos últimos decênios sobre a matéria. A Museologia abarca âmbito mais vasto do que a Museografia, que dela faz parte, pois é natural que a simples descrição dos Museus se enquadre nas fronteiras da Ciência dos Museus. Museólogo, portanto, é o técnico ou entendido em Museus².

Conforme Sá³, Barroso define Museografia como a “descrição de um museu” e ainda exemplifica citando a obra “Tratado de Museografia” publicada pelo Escritório Internacional de Museus (OIM ou IMO), que transformou-se no ICOM, conforme

¹ BRULON SOARES, Bruno César; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate (1922-2012)**, p. 252-253, 2014.

² Essa definição consta no seu conhecido livro “Introdução à Técnica de Museus”. BARROSO, G. **Introdução à Técnica de Museus**, p. 6.

³ SÁ, I. **Matrizes do Pensamento Museológico**. No prelo.

mencionamos em capítulo anterior. O termo Museografia era mais utilizado até a década de 1950 (SÁ, s/d) no cenário mundial, possivelmente pela influência francesa ou do OIM e do recém-criado ICOM. Sá destaca, entretanto, que Barroso fazia mais uso do termo Museologia como correlato de “Técnica de Museus”, desde a década de 1930 (SÁ, s/d).

Segundo Brulon Soares et al, o curso de Museus foi resultado de duas principais confluências: a primeira, endógena, resultante de uma demanda de formação de técnicos para museus, inclusive e principalmente para o próprio MHN; e a segunda, exógena, que “[...] foi a crescente influência de ideias internacionais e tendências intelectuais principalmente disseminadas pelo OIM dos anos 1920”⁴. Essa perspectiva dos autores pode ser melhor explicada abaixo:

Para chegarmos à especificidade desse campo em transição, primeiramente foi preciso desconstruir a antiga vertente que atribui a origem do Curso de Museus a uma única influência: a do curso da *École du Louvre*. Alguns indícios apontam para a ausência de relações diretas entre os dois cursos. Além da influência predominante do OIM e da ausência de documentos que comprovem laços diretos entre o curso do MHN e a *École du Louvre*, o principal desses indícios seria o fato de, no caso da França, o curso do *Louvre* ter se mantido atrelado diretamente ao museu que o originou, e os seminários continuarem até o século XXI a priorizar o estudo de coleções específicas presentes no museu. Já no caso do Brasil, o Curso de Museus não demorou a se reinventar, ainda em meados do século XX, passando a se chamar Curso de Museologia e ligando-se a uma universidade (BRULON SOARES et al, 2014, p. 262).

Como veremos posteriormente, o termo Museologia, como nomeação de um curso acadêmico/universitário, só chegaria na década de 1970. Assim, este capítulo tem como desafio tratar, de forma paralela porém congruente, de duas questões: 1) o processo que levou à nomeação oficial do curso de Museus para Curso de Museologia - recorrendo a Bourdieu para analisar e encontrar possíveis explicações para esse fenômeno particular; e 2) a influência do ICOM e do ICTOP na formação de um curso que estava em vias de se consolidar como curso universitário e do ICOFOM na consolidação de uma ideia de Museologia como área específica do conhecimento. Assim, ao longo deste capítulo, perceberemos a relação que muitas das vezes se estabelece como óbvia, mas que de longe não é: nem sempre aquilo que nomeamos tem existência ‘de fato e de direito’.

⁴ “[...] was the growing influence of global ideas and intellectual trends mostly disseminated by the Office international des musées (OIM, International Office of Museums) from the 1920s.” (BRULON SOARES ET AL, 2016, p. 30, tradução nossa, grifo dos autores).

3.2 Do Museu à Museologia – trajetória de um curso e de uma área em ascensão

Para falar de uma possível trajetória do museu à universidade é impreterível falar da trajetória de um curso de eruditos e técnicos voltado para a formação de futuros técnicos até a construção de uma disciplina voltada para, não somente a formação de um profissional de nível superior específico, mas a formação de uma área que se pretende científica.

Adentrando novamente no caso do Curso de Museus brasileiro, na Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, Artigo 47, Parágrafo Único, consta a seguinte informação: “No Museu Histórico Nacional funcionará o curso de museologia allí existente”. Nos documentos iniciais do curso, esse aparece com a denominação “Curso de Museus”, porém é possível encontrar o uso do termo “Museologia” referente ao curso de museus em documentos do próprio curso, como a ficha dos alunos, desde o final da década de 1930. Entretanto, até a alteração de nome, nenhum documento oficial do Curso de Museus – como ofício, regulamento, entre outros, usa a nomenclatura “Curso de Museologia”. No Decreto n. 58.800, de 13 de julho de 1966, que trata da aprovação do Regimento do Curso de Museus, esse é definido como um estabelecimento de ensino superior, a partir de convênio estabelecido com a então Universidade do Brasil ⁵.

Apesar da alteração do nome de “Curso de Museus” para “Curso de Museologia” datar apenas do final da década de 1970, conforme explicaremos adiante, em documento do Conselho de Educação de 1970 o curso é referido como “Curso Superior de Museologia” - sendo que, naquele momento, o Museu Histórico Nacional era o único no país a oferecer o curso. Nesse mesmo documento, é mencionado um Ofício de nº. 373, datado de 1968, onde se solicita a alteração do nome para “Faculdade de Museologia” e que, até então, não tinha sido respondido; e a incorporação do curso à Universidade Federal do Rio de Janeiro (na condição de Faculdade de Museologia), ressaltando ser aquele o momento oportuno para ambas as solicitações. Menciona-se ainda no documento a possível existência de “[...] inúmeras escolas de museologia, despreparadas para tal” e sendo “[...] impedidas de existir, pois se torna necessário, para sua autorização, ato do Poder Executivo” (BRASIL, 1970); e que seria recomendável consulta ao curso do MHN quando da criação de novos cursos de museologia.

⁵ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Esse convênio foi firmado em 12 de julho de 1951, obtendo o mandato universitário para o Curso de Museus, cujos diplomas passariam a ser emitidos por essa instituição (BRULON SOARES ET AL, 2014, p. 254).

Mesmo o documento acima mencionado, datado do ano de 1970, ter informado não haver resposta de instâncias superiores sobre a alteração do nome, há, sim, um Parecer da Câmara do Planejamento, escrito em 1968, sobre o ofício solicitando a alteração do nome de “Curso de Museus” para “Faculdade de Museologia”. Nesse Parecer, a câmara foi contrária à alteração, alegando que não se trataria apenas da alteração de um nome, mas da transformação do curso em faculdade; e nesse caso, o curso não seria da competência de uma instituição cultural como o MHN. A Câmara reforçou que escolas e faculdades são de competência das universidades, recomendando, de forma implícita, a adesão do curso a alguma universidade ou a afiliação de “escolas isoladas” em federações (BRASIL, 1968), o que viria a ser consignado, por exemplo, com a criação da FEFIEG ⁶. Tal postura da Câmara do Planejamento estava de acordo com a Lei n. 5540, de 28 de novembro de 1968, que determinava, em seu artigo 8º:

Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento ⁷.

Tal fato pode ter gerado a intenção de unir-se à FEFIEG em fins de 1960 e início de 1970, quando o currículo sofreu modificações para adequar-se à Resolução nº. 14, de 27 de fevereiro de 1970, do Conselho Federal de Educação; e também a um anteprojeto de Regimento da “Escola Superior de Museologia” que seria submetido à FEFIEG (MHN, 1975). Segundo consta o processo de incorporação do curso à FEFIEG, em 1970 o Conselho Federativo dessa instituição aprovou por unanimidade a incorporação do Curso de Museus (UNIRIO, 1977).

Entretanto, a inserção do curso em uma universidade não foi unânime e houve atores chave que foram contra o processo. Uma delas foi a Prof.^a Nair de Moraes Carvalho que, em 1965, na sua gestão como diretora do curso, defendeu sua vinculação ao MHN em documento:

Sob todos os aspectos é ponto pacífico que o Curso de Museus deve permanecer vinculado ao Museu Histórico Nacional. Por tradição: a iniciativa de sua criação partiu do fundador do Museu Histórico Nacional e pioneiro da museologia no Brasil, o eminente historiador Gustavo Barroso, o qual foi seu professor durante 27 anos, 12 dos quais em caráter gratuito; pela sua estrutura: o Curso de Museus constitui uma das Divisões, criadas em lei, do Museu Histórico

⁶ Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara.

⁷ BRASIL. LEI n. 5540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm >. Acesso em: 14 mar. 2016.

Nacional; pelo seu local de funcionamento: o Curso está magnificamente instalado em dependências do M.H.N., anexas à sua sede, contando, permanentemente, para suas aulas e demonstrações práticas, com o precioso acervo das riquíssimas coleções do Museu Histórico Nacional. Em nada desprestigia o Curso, essa vinculação ao Museu Histórico Nacional, enquanto que, paralelamente, em nada se prejudica no que diz respeito às suas características de Escola de nível superior (CARVALHO, 1965, grifo da autora).

Em relação à nomeação do curso de museus para Museologia, Carvalho mostrava-se, contudo, favorável: “Apenas, parece-nos oportuno que seja concretizada a moção apresentada no III Congresso de Museus, realizado na Bahia, no sentido de ser alterada a sua atual denominação de Curso, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso” (CARVALHO, 1965).

Até 1975 o Curso de Museus ainda pertencia ao MHN, conforme consta no diário oficial de outubro desse ano:

Até que o Ministério da Educação e Cultura, conforme disposto na Lei nº. 5.540/68, decida por sua vinculação à rede de Universidades Federais, fica mantido no Museu Histórico Nacional, [...] na condição de curso isolado de nível superior [...]. Será mantida a atual Divisão do Curso de Museus na estrutura do Museu Histórico Nacional, inclusive no que se refere à denominação, até que se efetue a vinculação de Curso de Museus à rede de Universidades Federais (UNIRIO, 1977, grifo nosso).

Assim, conforme consta nesse documento, a alteração do nome para Curso de Museologia só poderia ser feita quando de sua incorporação a uma universidade. Conforme ata de reunião do Conselho Departamental do Curso de Museus, ainda em 1975, existiam conversas entre representantes do curso e da FEFIEG para sua pronta incorporação (UNIRIO, 1975). Nessa reunião, de caráter extraordinário, o foco primeiro foi justamente a necessidade de transição, “independente de entrosamento com o diretor ou a coordenadora” (UNIRIO, 1975)⁸; entretanto, o próprio diretor do MHN informou que não havia prazo estipulado para a incorporação. Foi cogitado, ainda, que o curso fosse incorporado pela UFRJ, algo que aquela instituição considerou inviável apesar do diretor não considerar “intransponíveis” as razões apresentadas⁹.

Pela própria pressão do MEC contrária à manutenção de cursos isolados, que por sua vez, deveriam ser incorporados pelas universidades, “[...] foi reaberto o

⁸ Contudo, a observação de “entrosamento” não significa que essa necessidade não fosse da ciência do diretor e da coordenadora, visto que ambos estavam presentes na reunião, conforme ata.

⁹ As razões foram apontadas em ata: “[...] o primeiro, a despesa com os professores do curso ser excessiva; o segundo, a UFRJ não saber como inserir as disciplinas do curso em seu esquema e o terceiro, como distribuir a capacidade ociosa dos professores do curso” (UNIRIO, 1975).

processo de inclusão do Curso de Museus na FEFIEG” (UNIRIO, 1975). Para tal, foram feitos ajustes tanto para adequar o curso às orientações do MEC como para a transição à universidade, o que levou o Diretor Gerardo Brito Raposo da Câmara, na qualidade de presidente do Conselho Departamental, a afirmar que “o Curso de Museus está administrativamente e pedagogicamente organizado, [...] e agora o Curso pode passar tranquilamente para FEFIERJ ou para a Universidade” (UNIRIO, 1977). Na ata seguinte, datada de 20 de maio, foi mencionada que a transição para a FEFIERJ¹⁰ sairia até o fim do ano de 1977 (UNIRIO, 1977). No entanto, apenas quatro dias após essa reunião, o Curso de Museus foi oficialmente transferido para a FEFIERJ, por meio do Decreto n. 79.723, de 24 de maio de 1977. Fato interessante é que a nomenclatura “Curso de Museus” é mantida no documento jurídico, apesar do Regulamento do Curso do início dos anos 1980, já nominado “Curso de Museologia”, referenciar esse Decreto como o marco da alteração do nome: “Incorporado à antiga FEFIERJ em 1977, pelo Decreto 79723, de 24/05/1977, com o nome de Curso de Museologia, [...]” (UNIRIO, [década de 1980]). Assim, apesar de todos os esforços oficiais anteriores para a alteração do nome, a nomenclatura Curso de Museologia parece ter passado a ser usada oficialmente a partir de sua imersão no âmbito universitário. A primeira ata do Curso, já incorporado à FEFIERJ, o nomeia como “Curso de Museologia”¹¹.

Entretanto, dois cursos de Museologia são oficializados antes (ou concomitantemente) ao Curso de Museus do Museu Histórico Nacional/FEFIERJ. O primeiro foi o curso da Faculdade de Arqueologia e Museologia “Marechal Rondon”, no Instituto Superior de Estudos Humanos, futura Estácio de Sá, oficializado em Decreto nº. 76.471, de 17 de outubro de 1975; e o segundo foi o Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, reconhecido por meio do Decreto nº. 83.327, de 16 de abril de 1979. No caso do curso de Museologia da Estácio de Sá ter sua nomenclatura anterior ao Curso de Museus, tal questão causou um debate, em reunião da Associação Brasileira de Museologia – ABM, ocorrida em 1985, sobre qual seria o curso de Museologia mais antigo do Rio de Janeiro, mobilizando o curso de Museologia da UNIRIO¹² a solicitar um parecer jurídico da universidade. E é nesse parecer jurídico

¹⁰ Cujo nome foi alterado de FEFIEG para FEFIERJ, conforme Decreto nº 76.832, de 17 de Dezembro de 1975, que altera a denominação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara para Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro.

¹¹ Vale ressaltar que houve um espaço considerável entre a ata de 22 de junho de 1977, quando ainda estava sob a égide do MHN, para quando já estava incorporado em definitivo à FEFIERJ, cuja data é de 22 de março de 1978 (UNIRIO, 1978).

¹² Nome alterado conforme a Lei 6655, de 05 de junho de 1979, que Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO.

que encontramos a justificativa da universidade pela alteração do nome de Curso de Museus para Curso de Museologia:

Sendo recebido pela FEFIERJ como “Curso de Museus”, passou a denominar-se Curso de Museologia, por decisão dos Conselhos Superiores desta entidade, com a finalidade de uniformizar sua denominação com a dos demais cursos do Centro de Ciências Humanas: Curso de Biblioteconomia e Curso de Arquivologia (UNIRIO, 1986)¹³.

De fato, em reunião do Conselho Superior da então UNIRIO, em 1979, os nomes dos cursos sofrem alterações para padronização, sendo que o curso de Museologia passa a se denominar-se Escola de Museologia (UNIRIO, 1979).

A confusão terminológica sobre a nomenclatura do Curso de Museus, inúmeras vezes denominado de “Curso de Museologia” muito antes de sua efetiva renomeação, é atribuída por Sá a Gustavo Barroso. Essa confusão externava o próprio curso, presente em notícias desde a década de 1930¹⁴ e até mesmo no MEC. É possível afirmar que, informalmente, o curso era chamado por esse nome. Mas a alteração efetiva só foi possível com sua entrada definitiva no meio universitário. A pergunta sobre esse fenômeno foi levantada por Sá:

A responsabilidade de Barroso no que diz respeito ao uso da denominação Curso de Museologia nos parece clara e este é um dos aspectos que consideramos mais contraditórios e de difícil compreensão do pensamento barroseano, não somente pelo uso extemporâneo do termo, mas também pela complexidade do significado que envolve seu entendimento. No entanto, uma questão se impõe. Por que Barroso não alterou oficialmente o nome da disciplina ou mesmo do Curso, neste caso para Curso de Museografia ou Curso de Museologia, fato não verificado nos 27 anos em que dirigiu o Curso, tendo tido oportunidade para tal modificação em pelo menos duas ocasiões, 1934 e 1944, quando houve mudanças de Regulamento. O mesmo ocorreu quando Barroso publicou seu livro com o título ***Introdução à Técnica de Museus*** e não *Introdução à Museografia* ou *Introdução à Museologia* (SÁ, s/d).

Segundo Sá, Barroso poderia ter alterado o nome a qualquer momento, por duas razões: por ter sido responsável por duas reformas curriculares; e por ter tido o protagonismo tanto na reflexão teórica quanto no uso e escolha do nome Museologia no Brasil. Entretanto Barroso, mesmo sendo um ator protagonista na área da

¹³ Nesse parecer, a consultoria jurídica foi a favor da antiguidade do curso desde 1932, mesmo com a alteração do nome.

¹⁴ Para tal ver “SÁ, I. **Matrizes do Pensamento Museológico**. No prelo”. Essa obra de Ivan Sá dedica um capítulo relatando o uso do termo Museologia antes da nomenclatura oficial, não sendo necessário aqui fazer o mesmo exercício. Ainda, no nosso artigo da *Museum International*, também fizemos uma trajetória semelhante, mas em uma perspectiva distinta. Aqui nos deteremos à discussão sobre o porquê do nome ter sido oficializado na universidade, a partir de uma perspectiva bourdieusiana.

Museologia no cenário nacional, não “era a pessoa apropriada para realizar o batismo”¹⁵, ou melhor, não detinha capital cultural suficiente para tal no estado institucionalizado, conceito esse bourdieusiano e que vamos aqui destacar.

3.3 Enfim, Museologia: a existência de uma disciplina no campo universitário – sobre capitais culturais incorporados, objetivados e institucionalizados

A entrada do então Curso de Museus na universidade é iniciada na Reforma Curricular de 1944, que incluiu a ampliação da duração do curso (de dois para três anos) e alterou sua estrutura administrativa, que passou a ser separada do próprio MHN (CRUZ, 2006; BRULON SOARES et al, 2014, p. 252). Segundo Brulon Soares et al, “[...] quanto mais o curso conquistava uma independência do MHN que o abrigava e estabelecia os primeiros laços com o universo acadêmico brasileiro, mais o termo ‘museologia’ era enfatizado e preterido, primeiro na documentação interna do próprio curso e depois na legislação específica para essa área de atuação” (2014, p. 252-253), conforme já mencionamos anteriormente. Tal processo de saída do museu para a universidade, que foi crucial para a mudança terminológica do nome do curso, foi importante para a possível constituição de uma disciplina universitária denominada Museologia, no cenário brasileiro: “com essa mudança estatutária e jurídica, temos o primeiro indício da formação de um campo acadêmico ao qual o termo ‘museologia’ faria referência – lembrando que o discurso jurídico é também um discurso criador, ‘que faz existir aquilo que ele enuncia’” (BRULON SOARES et al, 2014, p. 254).

O poder simbólico do ato de institucionalizar um curso com novo nome – e um nome específico, que remete a um pensamento cientificamente organizado – é um poder invisível, quase não falado ou percebido nas inúmeras reflexões sobre Museologia no Brasil; mas essa é exatamente a intenção de dado poder simbólico: dissolver-se na cumplicidade daqueles que não querem saber ou até mesmo fingem que não o exercem (BOURDIEU, 2012b, p. 8). Esse mesmo poder faz com que os atores pertencentes ao Curso de Museologia se reconheçam enquanto parte de uma unidade que possui princípios de visão comuns e uma identidade (BOURDIEU, 2012b, p. 117), na qual símbolos tornam possível o consenso sobre o sentido de dado mundo social e, também, a reprodução da ordem desse último (BOURDIEU, 2012b, p. 10). Esse ato de delimitar um espaço é explicado por Bourdieu por meio do conceito de região: “A região e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do acto de

¹⁵ Ver epígrafe desse capítulo.

autoridade que consiste em circunscrever a região, [...] em impor a definição (outro sentido de finis) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio da di-visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2012b, p. 114).

São três os estados do capital cultural, para Bourdieu: 1) o estado incorporado que “pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação” e que leva tempo até que ele seja incorporado de tal forma que se torne propriedade e o próprio ser do indivíduo, um *habitus* (BOURDIEU, 2012a, p. 74-75); 2) o estado objetivado, no qual se trata de objetos/bens materiais e imateriais na relação com o capital cultural no estado incorporado ou institucionalizado (BOURDIEU, 2012a, p. 77), isto é, o que está para além do ser mas também é adquirido (de forma econômica e simbólica); e 3) o estado institucionalizado, que também é uma “objetivação” do capital mas na forma de instrumentos convencionais e jurídicos que dão ao portador “a magia performática do poder de instituir, poder de fazer ver e de fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer reconhecer” (BOURDIEU, 2012a, p. 78, grifo do autor).

3.3.1 Estado Institucionalizado: o ato da nomeação oficial Museologia

Pela competência legítima, isto é, “a capacidade estatutariamente reconhecida a uma pessoa autorizada, uma autoridade” (BOURDIEU, 2008, p. 57), a Museologia adquiriu capital cultural no estado institucionalizado ao entrar no meio universitário, que permitiu o uso do nome “Museologia” de forma oficial, sem qualquer questionamento sobre seu uso:

[...] a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção, até mesmo a ameaça ou o insulto, pretendem exercer, só pode funcionar enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente linguística do discurso (BOURDIEU, 2008, p. 60).

Afinal de contas, a “[...] eficácia mágica destes atos de instituição é inseparável da existência de uma instituição capaz de definir as condições [...] a serem cumpridas para que a magia das palavras possa operar” (BOURDIEU, 2008, p. 60) – no caso aqui exposto, a instituição é a universidade. O que garante essa “eficácia mágica”, e o fato de que apenas pela entrada do Curso de Museus na universidade esse pôde ser oficialmente chamado de Museologia (independente de todos os esforços anteriores, inclusive do próprio Barroso), é a autonomia e o poder simbólico que o campo universitário detém, de modo que tal legitimação não tenha aparência de arbitrária e seja reconhecida como legítima e natural (2008, p. 98).

Ainda, a partir do momento em que o Curso de Museus separou-se, tanto a nível jurídico quanto prático, do cotidiano dos museus, ao ser transferido para a universidade, o ensino foi sendo reformulado gradativamente para ser mais teórico que prático (BRULON SOARES et al, 2016, p. 31). Esse processo, desenvolvido ao longo das décadas de 1970 a 1990, levou a Museologia a “afastar-se” dos museus, passando “[...] a se organizar quase como se não dependesse dos museus para existir. Para um campo que, até o momento da dissociação entre o Curso de Museus e o MHN, era formado por agentes que faziam parte do seu objeto de estudo, tal afastamento se mostrou uma condição necessária para sua cientificidade” (BRULON SOARES et al, 2014, p. 262). Em outras palavras, o principal benefício que o Curso de Museus - agora Escola de Museologia - ganhou, ao pertencer ao campo universitário, mesmo sendo esse um lugar de concorrência permanente, é o de conceder a todo pensamento produzido nesse espaço o status socialmente reconhecido como científico (BOURDIEU, 2013, p. 290).

A Museologia, no seio da universidade, passou a existir socialmente. Ademais, passou a ser percebida como distinta, de fato, em um mundo social que é também “representação e vontade” (BOURDIEU, 2008, p. 112). Suas fronteiras, determinadas por um ato jurídico de delimitação (a existência de um curso superior universitário denominado Museologia, e não como uma disciplina auxiliar de nenhum outro curso), são também resultados de uma ciência que, além de “propor os critérios”, usufrui de sua própria autoridade para impor um recorte que nada mais é que arbitrário (BOURDIEU, 2008, p. 110).

O rito, então, “consagrou e criou a diferença” e “a essência conferida pela nomeação, pela investidura, é, no sentido verdadeiro, um *fatum*”, como afirma Bourdieu (2008, p. 98-102). Essa propriedade adquirida, que por sua vez não é pessoal, mas coletiva, acompanhará a Museologia enquanto ela existir no seio universitário (BOURDIEU, 2012a, p. 132). Ela ainda oferece a todos os portadores do diploma de Bacharel em Museologia um status que não pode ser contestado, pois “O poder conferido por um diploma não é pessoal, mas coletivo, uma vez que não se pode contestar o poder legítimo (os direitos) conferido por um diploma ao seu portador, sem contestar, ao mesmo tempo, o poder de todos os portadores de diplomas e a autoridade do SE [sistema de ensino] que lhe dá garantia” (BOURDIEU, 2012a, p. 136). Se a Museologia não “existe”, nem para a ciência, nem para a universidade, poderiam então ser questionados todos os diplomas e diplomados em Bacharel em Museologia.

Contudo pode-se questionar, ainda na atualidade, se a Museologia é ciência ou disciplina científica; ou pode-se não ter mais em mente essas questões, que já tiveram seu tempo e lugar no campo científico ou no que alguns denominariam Pós-Modernidade. Pode-se ainda, e muito se faz, pensar sobre qual seria seu objeto ou objetos. Mas não se questiona o “ato de instituição” (BOURDIEU, 2008, p. 101) de um curso em uma universidade que, pelo local agora pertencente – a universidade - passa a receber oficialmente a nomenclatura Museologia, justamente porque não se questiona a autoridade de quem a institui. E essa crença de todos nesse ritual é a condição de sua eficácia (BOURDIEU, 2008, p. 105).

Assim, o ato de instituição é um ato de comunicação de uma espécie particular: ele notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos, [...], quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é e o que deve ser (BOURDIEU, 2008, p. 101).

Com efeito, quanto mais a Museologia se institucionaliza, maiores são as vantagens de entrar no “aparelho” (BOURDIEU, 2012b, p. 195), isto é, no jogo do campo universitário ou de adquirir reconhecimento por meio do “princípio universalmente reconhecido de conhecimento do mundo social” (BOURDIEU, 2012b, p. 236) - que a ciência não apenas possui, mas é quem também delega e o tem de forma inquestionável.

3.3.2 Estado objetivado: O ICOM, o ICTOP e as reformas curriculares do Curso de Museus da década de 1970

Em 1948, um comitê nacional do ICOM foi criado no Brasil, tendo como nomes fundadores Regina Real, Lygia Martins Costa, Mário Barata e, como vice-presidente, Gustavo Barroso (CRUZ, 2006; BRULON SOARES et al, 2014, p. 32). Esse grupo sempre manteve contato com o ICOM, em especial com assuntos relacionados à formação de profissionais de museus, discutida no seio do ICOM ¹⁶.

Em um período relativamente extenso (de 07 a 30 de setembro de 1958), ocorreu um seminário organizado pela UNESCO, pelo ICOM e por autoridades e especialistas do Brasil, denominado Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, no Rio de Janeiro. A ideia e a posterior efetivação desse evento se deu como resultado de um plano da UNESCO de discutir, nas diferentes partes do

¹⁶ Conforme apresentado no primeiro capítulo.

mundo, a função dos museus como meio educativo no âmbito da sociedade (TORAL, 2010, p. 23).

Segundo Toral, esse evento contou com importantes nomes do campo dos museus a nível internacional, como Rivière (que teve papel central e protagonista no evento) e com a participação de “estudantes, museógrafos e educadores de vinte países latino-americanos” (2010, p. 23). Tratou-se, essencialmente, de uma troca de conhecimentos sobre práticas pedagógicas nos diferentes museus representados mas tal temática não foi a única trabalhada: “O Seminário foi uma exaustiva revisão de todas as questões relativas a museus, desde aquelas ligadas à conservação e manutenção das coleções até aquelas ligadas à divulgação de sua mensagem, através não só das exposições como da utilização dos meios de comunicação coletiva” (TORAL, 2010, p. 24). E, dentre as questões discutidas, realizou-se uma profunda reflexão sobre o conceito de Museu e também sobre a própria Museologia, se seria ou não ciência. Os participantes concluíram que, devido “à amplitude e transcendência dos fenômenos que ela deveria explicar” (TORAL, 2010, p. 24), ela não poderia ser outra coisa além de ciência. E, distinguindo Museologia de Museografia, definiram essa última como relacionada diretamente à técnica com o objetivo de concretizar “o pensamento e a mensagem do museu” (TORAL, 2010, p. 24).

Dentre as dificuldades encontradas, vale destacar que os participantes apontaram carências, em alguns museus, de pessoal especializado. Apontaram a necessidade de incentivar a criação de instituições de ensino sobre a área e, ainda, no caso da América Latina, “seria indicado procurar a criação da carreira de Museologia” e, se não for possível, promover o aperfeiçoamento profissional por meio de cursos especializados, bolsas de estudos, entre outros (TORAL, 2010, p. 25).

No final da década de 1960 e início dos anos 1970 foram estabelecidos pelo Ministério da Educação, por meio da Lei de Diretrizes e Bases, currículos mínimos para todos os cursos de ensino superior. Foram estabelecidas comissões especiais para análise e elaboração dos currículos e os cursos existentes até então foram divididos em quatro grupos. O currículo mínimo se entendia, já então, como uma diretriz segundo a “qual a formação profissional estaria comprometida” (BRASIL, 1969).

Foi elaborado, então, um currículo mínimo para os cursos de Museologia – usando, exatamente, tal denominação, por meio da Resolução nº. 14, de 27 de fevereiro de 1970. Dentre as matrizes disciplinares, foi proposto o ensino de Museologia Teórica e Prática, que abrangeria “Conceituação e Evolução dos Museus”. Em documento de 1970, também do Conselho Federal de Educação, que descreveria o

currículo mínimo, encontra-se a proposta de assuntos a serem tratados pela “disciplina Museologia” dos cursos de Museologia: “Museologia teórica: tipologia; noções de organização, legislação, proteção em casos de conflitos armados; Museologia prática: estágios de caráter global, História da evolução dos museus, Conservação de Patrimônio Histórico - e Artístico Nacional, e Conservação da Natureza” (BRASIL, 1970).

O parecer da comissão de análise do currículo mínimo de Museologia, em 1970, ressaltou que a formação de novos museólogos era uma preocupação que havia sido tratada como tema geral da última conferência do ICOM¹⁷. Durante todo o documento, é possível encontrar a nomenclatura museologia referindo-se à área específica de formação para profissionais de museus. Segundo Pantigoso et al, as alterações curriculares nesse período respeitavam as recomendações do ICOM, mudando sua estrutura e “[...] desenvolvendo um bloco de disciplinas nas áreas de Museologia e Museografia, com a revisão de antigos conceitos, a introdução de novos conhecimentos, necessários à formação dos museólogos, [...]” (PANTIGOSO ET AL, s/d); tais reformulações, segundo as autoras, permitiram sua passagem para a FEFIERJ, isto é, para o campo universitário.

Na reforma curricular proposta em 1970 encontram-se, pela primeira vez, disciplinas com a seguinte nomeação: “Museologia Teórica”, “Comunicação Museológica” e “Museografia” – termos esses que seriam específicos da área dos museus (MHN, 1970). Entretanto, na reforma proposta em 1972, tais nomeações já não existem mais, apenas surgindo novas, como: “Museologia: Museografia; Museologia: Heráldica; Museologia: Mobiliário; Museologia: Arte Naval; Museologia: Indumentária; Museologia: Viaturas; Museologia: Armaria”, todas relacionadas a conjuntos de coleções ou práticas em museus (MHN, 1972). A disciplina “Técnica de Museus” é substituída por disciplinas com a designação de “Museologia” (MHN, 1975).

Em paralelo, no cenário internacional, que nesse caso se concentrava no ICOM, na década de 1970, discussões sobre Museologia e seu caráter epistêmico foram intensificadas, conforme apontamos nos capítulos anteriores. Nesse cenário, o Curso de Museus começa a ter transformações onde são visíveis as influências do ICOM. No Regimento do Curso, alterado em 1974, constam como objetivos:

- a) formar profissionais e especialistas de Museologia; b) realizar, desenvolver e incentivar a pesquisa no campo da Museologia; c) aprimorar processos, métodos e técnicas relativas aos problemas de Museus, e divulgar seus resultados; d) contribuir, pelos meios ao seu

¹⁷ Provavelmente referiram-se à conferência de 1965 (BRASIL, 1970).

alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país; e) estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais [...] (BRASIL, 1975).

A expressão “campo da Museologia” era algo que vinha sendo colocado e discutido no seio do ICOM e do ICTOP, criado na década anterior, além de constar também a necessidade de diálogos constantes com entidades internacionais para não só o desenvolvimento do país, mas da própria área.

Sobre o ICTOP, conforme anteriormente apresentado, foi no início da década de 1970 que o primeiro *Syllabus* foi elaborado. O projeto propunha nove seções, cada uma a ser desenvolvida por uma bibliografia. As seções eram: Introdução à Museologia; Organização, controle e administração dos museus; Arquitetura, *layout* e equipe; Coleções: origens, documentação (dados relevantes), deslocamento e mobilização; Atividades científicas, pesquisa (nos museus); Cuidado e tratamento das coleções; Apresentação, exposições; O público; Atividades culturais e educacionais dos museus. O item 01 tinha como título completo “Introdução à Museologia – História e Propósito dos museus” e tinha como tópicos propostos:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Noções gerais de Museologia e Museografia 1.2. História geral dos museus e das coleções <ul style="list-style-type: none"> 1.2.1. História nacional dos museus e das coleções (no país em consideração) 1.3. Significado e função dos museus no mundo moderno <ul style="list-style-type: none"> 1.3.1. Ética profissional, princípios de deontologia 1.3.2. Museus e herança nacional, patrimônio natural e cultural 1.3.3. Museus e pesquisa 1.3.4. O público e suas necessidades <ul style="list-style-type: none"> 1.3.4.1. Indivíduos 1.3.4.2. Grupos 1.3.4.3. Especialidades 1.3.5. Programação Geral 1.4. Diferentes tipos de museus e o estudo de certas tendências atuais (museu e meio-ambiente etc.) 1.5. Principais tipos de legislação concernentes aos museus em todo mundo 1.6. Intercâmbio entre os museus <ul style="list-style-type: none"> 1.6.1. A nível nacional: com associações e cadeias de rádio e TV; encontros; publicações; intercâmbios etc. 1.6.2. A nível internacional (com organizações mundiais e regionais: UNESCO, ICOM etc.): encontros; publicações; intercâmbios etc. |
|---|

Quadro 01: Item 01 do Syllabus Básico do ICTOP.
Fonte: ICTOP, 1970-1972.

Em paralelo, sob a influência do *Syllabus*, a disciplina Técnica de Museus¹⁸ passou a ter como discussão sobre museus os itens abaixo relacionados:

Unidade I – O MUSEU	
1)	Definição. Características. Finalidades.
2)	Evolução da Ideia de Museus.
3)	O papel do museu na sociedade moderna.
4)	O estudo dos museus. Museologia e Museografia.
5)	O papel do museólogo.
6)	A criação de um museu. Importância do planejamento. Etapas do planejamento.
7)	O museu-comunidade. Organização geral. Departamentos e funções. Pessoal. Equipamentos. Recursos.
8)	Tipos de museus. Finalidades.
9)	Museus planejados e museus adaptados.

Quadro 02: Programa de Técnica de Museus - 1º ano.
Fonte: SCHEINER, 1973.

Como se pode perceber, temas como definição e evolução da ideia de Museu são existentes desde o início da década de 1970, mas discussões específicas sobre a diferenciação entre Museologia / Museografia e Tipologia de Museus ganham espaço. Segundo Brulon Soares et al (2014, p. 256):

Desde então, uma perspectiva mais conceitual do estudo de museus se viu refletida nas novas denominações das disciplinas. O exemplo que aqui mais nos interessa refere-se à Técnica de Museus, que constituía o cerne do curso e é, então, desmembrada em várias disciplinas de Museologia e Museografia (separadas sistematicamente), correspondendo à teoria e à prática museológicas. Tereza Scheiner, professora do curso desde início da década de 1970, seria a principal responsável, naquele momento, por reformular e ampliar as disciplinas que estruturaram a formação em Museologia até o presente, tanto no Curso de Museologia da Unirio, como no Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e em outros cursos que seriam criados seguindo esse modelo teórico-prático.

Em 1975 havia uma preocupação com a carga horária das disciplinas ditas de Museologia – o próprio diretor do MHN, Gerardo Brito Raposo da Câmara, comentou a falta de bibliografia específica de Museologia e Museografia, sugerindo então que o Departamento de Museologia fizesse “[...] intercâmbio com entidades estrangeiras”, citando como exemplo o ICOM, “a fim de colher material técnico” (MHN, 1975). Nesse mesmo ano as disciplinas acima deixaram de existir com nomenclaturas específicas e surgiram disciplinas Museologia de I a VII; e Museografia de I a IV (MHN, 1975). A disciplina Museologia I, por exemplo, abordava definições, finalidades e características

¹⁸ Ela também passou a receber, no mesmo ano, a nomenclatura “Museografia I”.

do Museu, bem como a evolução da ideia de Museu e seu papel na sociedade¹⁹, e é possível perceber um princípio de teorização sobre o principal objeto de estudo, mesmo que isso não fosse ainda sistematizado. Nessa reforma, definiu-se que um dos objetivos do Curso de Museus era “contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do País”²⁰.

Em 1978 houve uma reforma curricular que ficaria vigente até 1985, no momento de transição do Curso de Museus para a FEFIERJ, com estrutura semelhante à proposta em 1975, com as disciplinas acima mencionadas (UNIRIO, 1978). Na reforma de 1985, a nomeação de disciplinas “Museologia” e “Museografia” é mantida, apenas acrescentando-se a disciplina “Introdução à Teoria Museológica” (UNIRIO, 1986). Em 1996 a nomeação também é mantida, com a alteração do nome da disciplina “Introdução à Teoria Museológica” para “Introdução à Museologia” (UNIRIO, 1997). Scheiner afirma que disciplinas voltadas para a formação de diretores e gestores de museus tiveram sua carga horária ampliada entre o final da década de 1970 e início de 1980, a partir de orientações do ICOM e do ICTOP (SCHEINER, s/d).

Mas é apenas na matriz curricular de 1986 que os estudos sobre “Teoria Museológica” são, de fato, introduzidos. Conforme o programa da disciplina, a ementa aponta: “Conceitos da Museologia, filosofia e correntes museológicas. Funções do Museu. Deontologia”. O objetivo geral incluía conhecer os fundamentos conceituais da Museologia e “suas correntes museológicas”²¹. Não se tratava, portanto, de possuir o capital cultural institucionalizado da nomeação da Museologia: era necessário solidificar todo o espaço, já delimitado, com uma argumentação que corroborasse o uso do nome – não só uma argumentação, mas uma estrutura de formação de novos profissionais com tal base e na defesa dessa base. Para Bourdieu, o sistema escolar e, nesse caso também, o universitário, “[...] só pode garantir completamente o valor dos títulos que outorga em sua própria esfera de reprodução” (2013b, p. 333).

¹⁹ BRASIL. MHN. PROGRAMA DE MUSEOLOGIA E MUSEOGRAFIA com regimento aprovado pelo parecer n. 4.127/74 do CFE. Acervo NUMMUS.

²⁰ BRASIL. MHN. REGIMENTO E CURRÍCULOS APROVADOS PELO PARECER n. 4127/74 do Conselho Federal de Educação. Acervo NUMMUS.

²¹ Cabe ressaltar que, entretanto, na bibliografia só constava, dos teóricos que refletiram sobre Museologia, Waldisa Rússio (UNIRIO, 1986).

3.3.3 Estado incorporado: a “Semente de Brno” e o léxico que se espalhou pelo Brasil - Tereza Scheiner e Waldisa Rússio Guarnieri no ICOFOM

Quando um teórico delinea um termo, visa legitimar um espaço em um determinado campo, além de fortalecê-lo. Ao criar termos específicos seu objetivo não é falar para o público externo, e sim para os seus pares. Quando os pares refletem sobre os termos de seu campo, mesmo que para refutá-los ou aprimorá-los, nada mais estão fazendo do que legitimar seu próprio campo de estudo e, de fato, só fortalecem os autores primeiros. Pensar Museologia tem sido um esforço raro entre os profissionais de museus e mesmo entre os teóricos de outras áreas. A maioria dos teóricos, ao pensar em como essa disciplina se constituiu, tem traçado um paralelo com o que delinea como objeto de estudo – na maioria das vezes, esse objeto de estudo é especificado como o fenômeno social Museu.

Segundo Brulon Soares, pensadores do Leste Europeu, a partir da década de 1960 e 1970, “[plantam] a semente de uma teoria museológica de base essencialmente filosófica” (2012, p. 65), isto é, por meio de uma forma muito específica de pensar Museu e Museologia, criam uma terminologia própria de conceitos correlatos a esses termos. Esse fenômeno já havia sido denominado por Cerávolo, em sua tese, de “léxico de Brno”, isto é, termos cujos significados eram de difícil compreensão para os teóricos ou profissionais de outros países, principalmente por não possuírem tradução para a língua inglesa: “musealidade”, “museístico”, “*musealium*” (CERÁVOLO, 2004).

Gregorová definira Museologia como uma nova disciplina científica que ainda estava sendo constituída, cujo “sujeito é o estudo das relações específicas entre o homem e a realidade em todos os contextos em que foram e ainda são manifestados concretamente” (1980, p. 19). A Museologia até então conhecida foi elaborada por profissionais de diferentes áreas representadas nos museus, mas não por filósofos, para Gregorová. Esse fato é definidor para a autora, pois a Museologia não poderia existir sem um enfoque e concepção filosóficos: é a relação específica que constrói o museu que se torna objeto da Museologia, e não o museu enquanto instituição. Segundo a autora, seria vago e impreciso pensar a Museologia somente por meio das práticas dos museus, ou melhor, “o museu como tal não pode formar o sujeito da Museologia” (1980, p. 20). Assim, apresenta sua conhecida definição:

Museologia é a ciência que estuda a relação específica entre o homem e a realidade, que consiste em colecionar e conservar intencional e sistematicamente objetos inanimados, materiais, móveis e principalmente tridimensionais que por sua vez documentam o

desenvolvimento da natureza e da sociedade e humanidade através do seu uso científico e cultural-educacional²².

Pensando numa possível relação Museu e Realidade, segundo Gregorová, deve-se considerar três grupos básicos de questões: Museu e Realidade, Museu e Sociedade e analisar questões terminológicas com a análise da função do Museu. Pensando Museu e Realidade (ou Real), a autora considerava também três dimensões cronológicas da realidade: 1) O homem se relaciona com seu passado e tradições, respeitando-as e sentindo a necessidade de preservá-las – esse aspecto pode ser denominado de “duração da realidade” ou “um sentido de história”, que por sua vez também possui aspectos gnoseológicos, físicos e éticos (1980, p. 19); 2) O que a autora chama de “estruturalidade e diferenciamento”, “realidade genérica” – a premissa de que o homem se relaciona com a totalidade da realidade, mas consegue diferenciar “essência do fenômeno, parte do todo [...]” (1980, p. 19); e 3) O problema dos museus e da realidade não pode ser plenamente explicado pela “postura museu do homem para a realidade”, pois o que permanece para ser explicado é a realidade particular selecionada.

No entendimento da relação Museu e Sociedade, Gregorová ponderou que parte do objeto de estudo da Museologia é também a mútua relação do museu como instituição com a sociedade como um todo e também para seus diferentes grupos (1980, p. 20). Assim, “a função social do museu torna-se objeto de estudo, no mais geral sentido da palavra” (1980, p. 20) e, portanto, seus três aspectos: cultural, educacional e sociológico. E, por último, pensar Museu, Museologia e atividades de museus, para Gregorová, é relevante pois essas categorias terminológicas também compõem o sujeito da Museologia.

A abordagem deliberadamente científica – e inovadora para a época – adotada pelo ICOFOM, que no início da década de 1980 tinha a maioria de membros proveniente do Leste Europeu, se concretizou (de forma intencional ou não) em contraposição a uma abordagem anglo-saxônica, hegemônica em alguns países do hemisfério norte e sobretudo na Inglaterra, e que se diferenciava notadamente por debruçar-se exclusivamente em questões práticas, na perspectiva de uma área interdisciplinar. A abordagem do ICOFOM desde sua fundação apresentou-se fortemente diferente, tomando como tema de debate (e de suas publicações) questões

²² “Museology is a science studying the specific relation of man to reality, consisting in purposeful and systematic collecting and conservation of selected inanimate, material, mobile, and mainly three-dimensional objects documenting the development of nature and society and making a thorough scientific and cultural-educational use of them” (GREGOROVÁ, 1980, p. 20, tradução nossa).

como “Museologia: ciência ou trabalho prático?”, “Museologia e interdisciplinaridade” ou “Metodologia da museologia”, e declarava-se assim instituir a Museologia como uma ciência em formação para além de um conjunto de estudos sobre os museus.

Atravessando a ponte e vindo para o cenário brasileiro, foi a partir da segunda metade da década de 1970 que se desenvolveu uma discussão específica sobre a Museologia e o seu caráter epistêmico. Conforme apontam Brulon Soares et al:

Esse debate ganharia os corações de alguns teóricos brasileiros sendo posteriormente inserido nos currículos dos cursos e nos debates nacionais. Tal discussão seria incentivada, principalmente, por dois acontecimentos distintos: 1) a aproximação de alguns dos cursos de Museologia ou Museografia existentes das universidades e centros acadêmicos no mundo, deixando de estar dependentes dos museus (como no caso do Brasil); e 2) a criação, pelo ICOM, em 1976, do seu Comitê Internacional de Museologia, o ICOFOM, que levou à disseminação de um *corpus* de conhecimento a ser reconhecido como Teoria Museológica (2014, p. 256).

É nesse período que entre em cena o primeiro nome que destacamos no Brasil, como uma interlocutora do Léxico de Brno: Waldisa Rússio Camargo Guarnieri²³. Segundo Bruno, Rússio Guarnieri ingressou no ICOM Brasil em 1977 e no ICOFOM posteriormente, fazendo parte do seu *Board* a partir do ano de 1980. Fez parte também do grupo internacional que elaborou o *Dictionarium Museologicum*, “[...] como representante da língua portuguesa entre os outros vinte idiomas” (2010, p. 22). Para Bruno (2010, p. 26), suas formulações foram precursoras para aqueles que pensam e desenvolvem ações em torno da chamada Sociomuseologia.

Waldisa Rússio, como ficou conhecida, foi a primeira pessoa brasileira a publicar no ICOFOM, no segundo número do MuWoP (CARVALHO, 2011, p. 151). A autora declarou que, apesar da publicação do primeiro número do MuWoP, é no segundo que a questão sobre Museologia “se fertiliza, proporcionando a emergência de posições e delineamentos teóricos” (RÚSSIO, 1989, p. 8). Afirma que no “verdadeiro fórum para a discussão a nível teórico e metodológico” que se constitui o MuWoP, ficou bastante claro que a maior parte dos estudos que então tratava da Museologia dava-lhe a configuração de ciência, ou pelo menos, de disciplina científica independente (RÚSSIO, 1989, p. 8). No artigo do MuWoP, Rússio apresentou a Museologia como

²³ Waldisa Rússio Guarnieri nasceu em São Paulo, sendo graduada em Direito pela Universidade de São Paulo. Fez mestrado na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e doutorado no mesmo programa, cujo foco central da tese foi o projeto do Museu da Indústria. Foi diretora do Instituto de Museologia de São Paulo / FESP, sendo responsável por sua criação, em 1978. Foi membro do *Board* do ICOFOM, entre os anos de 1980 e 1986, e consultora do Projeto Regional da América Latina - PRLA, da UNESCO.

sendo uma ciência nova, que está em processo, tendo como objeto de estudo “o fato museal”, nome dado à relação entre Homem e Objeto (RÚSSIO, 1981, p. 56).

Para Rússio, “objeto” é “tudo que existe fora do homem”, “percebidos enquanto elementos da realidade”, onde os artefatos “são os objetos modificados ou construídos” pelo Humano (2010a, p. 148). A partir do seu conceito de fato museal, que para essa autora não apenas ocorre no “cenário-museu”, o campo de atuação do museólogo não se restringe a “instituição” e sim envolve “todas as múltiplas formas de relação Homem-Objeto”, sendo que o museu-instituição não constituiria “toda a área da Museologia” (RÚSSIO, 2010d, p. 219).

Segundo Carvalho (2011, p. 152), para Rússio:

[...] [a partir de] um diálogo com Durkheim, poderíamos inferir que o museu, enquanto **fato museal, possui existência própria e uma “força coercitiva”, distinguindo-se dos demais fenômenos sociais, construído na interface entre o indivíduo e o coletivo, sendo de estudo específico da Museologia.** Rússio Guarnieri, com este conceito, inova com uma nova percepção de Museu (grifo da autora).

Rússio não apenas inova a percepção de Museu, como também de Museologia, pois essa seria uma ciência com um objeto de estudo delimitado, para além de um conjunto de práticas em dada instituição, pois “A Museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade; é, também, a ciência que estuda a relação entre o Homem e o Objeto, ou o Artefato, tendo o Museu como cenário desse relacionamento” (2010c, p. 78). Como a autora mesmo aponta, a Museologia, ainda em construção,

[...] vai se libertando da mera observação e descrição de fenômenos, para considerar o fato museológico, desde a sistematização do objeto exposto dentro de uma semântica que o torna inteligível em si e dentro de um contexto, passando pela relação ‘Homem-Objeto’ e chegando à mais profunda reflexão sobre o relacionamento ‘Museu-Homem-Sociedade’ (RÚSSIO, 2010c, p. 78).

Rússio afirmou que as mudanças de termos de “curador”, “*curator*” e “*conservateur*” para o uso de “museólogo” “*museologist*” e “*muséologue*”, que então ocorriam no mundo, apontavam para profundas mudanças no campo da “Ciência Museológica” (2010b, p. 225). Ao fortalecer o arcabouço científico dessa última, perdeu-se o caráter de “sacralidade dos museus” e de “sacerdotes” para os seus responsáveis fortalecendo-se a necessidade de “profissionais competentes e conscientes” (2010b, p. 225). Rússio veio a falecer em 1990, mas seu pensamento ainda é de grande relevância para a Museologia no Brasil, sendo difundido e servindo como base ainda na atualidade, além de ser reconhecido mundialmente. Muitos profissionais se baseiam na

sua definição de Museologia - estudo do fato museal (relação Homem e objeto) dentro do “cenário” museu.

Entretanto, para justificarmos sua interlocução com o mundo, e em especial com o Leste Europeu, queremos destacar aqui: 1) Waldisa Rússio teve influências de George Henri-Rivière e Hugues de Varine na escrita de sua dissertação, em 1977 (CÂNDIDO, 2010, p. 146); apesar de ter sido convidada a participar do ICOM pela então presidente do Comitê Brasileiro do ICOM Fernanda de Camargo Moro nesse mesmo ano (BRUNO et al, 2010, p. 163-164), ainda assim é possível inferir que algum diálogo com o ICOM ajudou-a a formular suas primeiras ideias; 2) É grande a possibilidade de sua definição de fato museal ter relação direta com sua participação no ICOFOM e, possivelmente, conversas com autores do Leste Europeu que estavam interessados em construir termos específicos para a Museologia. A ideia de fato museológico e de Museologia como ciência do Museu, que por sua vez resulta de uma relação entre o homem e a realidade, é de 1979 (RUSSIO, 1979 apud BRUNO ET AL, 2010, p. 78); o núcleo germinativo da ideia de museu-processo está em sua tese datada de 1980 (BRUNO ET AL, 2010, p. 168) e a definição de fato museal é datada de 1981 – todos resultados posteriores a sua participação no ICOM e ICOFOM. Segundo Van Mensch e também reiterado por Cândido, Waldisa Rússio se encaixa na corrente do ICOFOM que define museu como uma relação específica entre o Humano e a Realidade – perspectiva essa amplamente conhecida como tendo seu berço o Leste Europeu (CÂNDIDO, 2010, p. 152); e 3) sua participação no Comitê Internacional de Redação do *Dictionarium Museologicum*, atividade que, segundo Bruno, a fez viajar anualmente para Hungria e Portugal no período de 1983 e 1987, permitiu-lhe atuar diretamente na construção de um vocábulo – ou léxico – específico para Museologia, preocupando-se, no seu caso, com termos tais como “museografia, comunicação museológica, curadoria”, entre outros.

Tereza Scheiner teve sua trajetória – tanto como estudante quanto como professora – iniciada no Curso de Museus do MHN e mantida na Escola de Museologia da UNIRIO. Sua trajetória na Museologia tem ocorrido ininterruptamente desde final da década de 1960. É membro atuante do ICOM e ICOFOM desde meados da década de 1980, nos quais já ocupou diversos cargos eletivos, inclusive a presidência do ICOFOM (SCHEINER, 2005, p. 86). Foi membro do Conselho Consultivo do ICOM e vice-presidente do ICOM durante os anos de 2010-2016. É fundadora, juntamente com Nelly Decarolis, do ICOFOM LAM – participando do planejamento e coordenação de todos os

eventos teóricos da Região entre 1992 e 2006 e sendo responsável (no período de 1996-2013) pela editoração e edição dos livros do ICOFOM LAM.

Para Scheiner (1999, p. 143), o fundamento ontológico da Museologia consiste na percepção complexa do real. Afinal de contas, não dá para enunciar as relações entre Museu e mundo sem entender o que constitui esse real referido, em cada sociedade, como matriz e síntese de suas próprias representações. Essa afirmativa reforça que para cada modelo de real corresponderá um diferente modelo de Museu (SCHEINER, 1999, p. 143). Seria possível então iniciar a investigação pela sua dimensão fenomênica, buscando compreender suas relações com o real - e remetendo não à ciência, mas à filosofia (SCHEINER, 1999, p. 162-163).

A formulação scheineriana sobre Museu ²⁴ foi sendo apresentada desde final dos anos 1980 e ganhou corpo e consistência teórica por meio de sua dissertação de mestrado, defendida em 1998. Sua perspectiva fenomênica de museu influenciou o ICOFOM LAM que durante muito tempo esteve sob sua direção. Desde seu primeiro encontro, o ICOFOM LAM já considerava o “Museu como fenômeno social dinâmico que se apresenta de diversas maneiras e formas, de acordo com as características e necessidades da sociedade em que se encontra” (ICOFOM LAM, 2006, p. 17). Com relação à Terminologia Museológica, para Scheiner (1999, p. 133-134) a grande contribuição da praxis seria no sentido de desenvolver uma linguagem museológica universalmente identificável, ainda que resultante da multiplicidade de manifestações lógicas, éticas e estéticas vinculadas ao Museu. Scheiner declara que, ao investigar as relações entre Museologia, Museu e Patrimônio, deve-se identificar a relação entre seus conceitos e o contexto cultural da atualidade, a partir das representações existentes no imaginário de nossas sociedades (SCHEINER, 2001, p. 219). A autora afirma também que a investigação de novas dimensões nessa relação delinearía os temas que constituiriam a base epistemológica dos modelos teóricos da Museologia – contribuindo para a sua inclusão na Teoria do Conhecimento, como campo disciplinar específico (SCHEINER, 2001, p. 219).

É importante salientar que Scheiner também teve influência, em seu pensamento, tanto da prática em museus quanto de sua formação em Antropologia, em Geografia e em Ciência Política ²⁵, experiências que contribuiriam para sua perspectiva

²⁴ Apresentada também no primeiro capítulo.

²⁵ Antropologia – George Washington University, EUA; Bacharelado e Licenciatura em Geografia – UERJ; Mestrado em Ciência Política, IUPERJ.

holista, que veio a sintonizar com o pensamento de Stránský e Gregorová ²⁶. Ainda sobre ela, destacamos as seguintes premissas: 1) Não é possível identificar aparições de sua perspectiva fenomenológica e sua teorização sobre Museu antes de sua entrada no ICOFOM, no início da década de 1980; 2) Scheiner dedicou sua dissertação de Mestrado, datada de 1998, a refletir sobre o conceito de Museu e traçar tanto uma conceituação como uma origem terminológica para o mesmo, em uma perspectiva filosófica defendida por Stránský e Gregorová; e 3) Scheiner, juntamente com Diana Lima, coordena o desdobramento do projeto Termos e Conceitos da Museologia do ICOFOM na UNIRIO, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, desenvolvendo trabalhos e incentivando pesquisas de mestrado e doutorado que se debruçam sobre termos específicos para a Museologia ²⁷.

Foi no âmbito do ICOFOM que Rússio e Scheiner não só apreenderam o que se produzia e entendia sobre Museologia no mundo, no qual se destacaram as contribuições do Leste Europeu, como também difundiram suas reflexões e contribuições inovadoras a partir dessas mesmas bases. Sobre a influência do ICOFOM, em especial dos autores do Leste Europeu na produção de Rússio e Scheiner, é possível inferir, a partir de Bourdieu, que

[...] os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação (BOURDIEU, 2013b, p. 297).

Em suma, só era possível para Rússio e Scheiner utilizar essa produção como base para seus pensamentos pelo fato de conhecerem *in loco* os produtores, considerando que tratava-se de uma produção feita em outra parte do mundo, com outra lógica de pensamento e termos próprios. São autoras que não podem ser vistas isoladamente, mas no âmbito de um esquema de produção e possuidoras de um “conjunto de propriedades explicitamente definidas” (BOURDIEU, 2013c, p. 45) que as diferem de outros indivíduos, mesmo indivíduos da Museologia. Isso se dá por que elas foram parte ativa de um espaço construído (BOURDIEU, 2013c, p. 45), que por sua vez também difere dos demais espaços ditos museológicos – esse espaço é o ICOFOM.

²⁶ No caso de Rússio, vimos que as influências de Stránský e Gregorová também foram absorvidas e readaptadas ao conceito durkheimiano de fato social.

²⁷ Um desses trabalhos é o do Prof. Dr. Anaildo Baraçal, que ao entrar no programa, no curso de Mestrado, tinha seu projeto de pesquisa voltado para a prática de museus. Ao entrar em contato na disciplina “Teoria e Metodologia da Museologia” com os trabalhos de Stránský, mudou seu projeto de pesquisa e desenvolveu novas e críticas reflexões sobre as contribuições desse autor em sua dissertação e tese, ambas no PPG-PMUS.

Todavia não se trata de colocar Rússio e Scheiner em uma posição “superior” aos demais indivíduos da Museologia que permaneceram voltados a questões práticas, mas sim aqui analisa-las do ponto de vista de suas trajetórias cujo “corte sincrônico” permitiu identificar um “sentido de trajeto social” (BOURDIEU, 2013b, p. 7) semelhante.

Rússio e Scheiner, ao participarem do ICOFOM, poderiam ter escolhido outras perspectivas sobre museus e Museologia, mas optaram por defender um caminho em direção a uma defesa ontológica do Museu e de um objeto para a Museologia que estaria além das práticas de museus – justamente em concomitância com os autores que levaram a “semente de Brno” para o ICOFOM, incorporando de tal forma aquelas tendências que suas contribuições são vistas como sendo somente dessas autoras e oriundas delas mesmas. Os desdobramentos aqui no Brasil podem ser encontrados nos diferentes cursos de museus que, no mínimo, consideram os trabalhos dessas autoras brasileiras e defendem, mesmo com distintas visões, a existência de uma disciplina chamada Museologia e Museu para além de um conceito dado.

3.4 Consolidando uma disciplina científica e universitária: o ICOFOM e a reforma curricular de 1996

A partir do acima exposto, o ensino de Museologia no Brasil dedicou-se à criação de uma área profissional legítima, fundamentada na teoria produzida no ICOFOM (BRULON SOARES et al, 2016, p. 34). Como dissemos anteriormente, o período de 1980 a 1990 foi crucial para o ICOFOM disseminar sua produção e a ideia de existência de uma disciplina científica. Os trabalhos foram traduzidos para diferentes línguas e influenciaram “projetos teórico-pedagógicos nos cursos universitários” em países de todas as regiões (BRULON SOARES et al, 2014, p. 259).

O pioneirismo de Scheiner, a partir da década de 1970 e em especial nas décadas de 1980 e 1990, por meio de suas reflexões oriundas do ICOFOM, desenvolveu “[...] um campo de estudos próprio para pensar a *face fenomenológica* dos museus. Scheiner contempla uma ontologia do museal e propõe modelos variados do fenômeno ‘Museu’” (BRULON SOARES et al, 2014, p. 259). Tal perspectiva seria decisiva para a reforma curricular iniciada em 1995, aprovada em 1996 e estabelecida em 1997.

Essa reforma, coordenada por Scheiner em parceria com Maria Gabriella Pantigoso, concebia um curso com módulos que conectavam o desenvolvimento de uma teoria da Museologia: passando por uma introdução aos “Museus no Mundo

Contemporâneo” (BRULON SOARES et al, 2016, p. 35) para enfoques mais teóricos que consideravam não somente o caráter científico da Museologia mas a sua autonomia com um objeto de estudo específico. Segundo Brulon Soares et al, constam no projeto dessa reforma curricular os seguintes conteúdos específicos para a Teoria da Museologia:

Museologia como ciência ou disciplina científica, tendo o Real como seu campo de aplicação; o enfoque holístico para a Museologia, que considera a relação existente entre natureza, Homem, cultura e sociedade; Museu como espaço e como gerador de conhecimento; Museu e Museologia como processos; Museu como parte integrante dos sistemas de pensamento em sociedade, e através dos tempos; a concepção do patrimônio como “patrimônio total” (natural e cultural)²⁸.

Tais conteúdos transparecem a influência direta dos autores do ICOFOM: Museologia como disciplina científica foi o lema do ICOFOM desde seus primórdios; e Real como campo de atuação e enfoques holísticos que consideram uma relação que reivindica especificidade (Stránský, Gregorová, Bellaigue).

Desde 1985, grupos de trabalho foram organizados no Centro de Ciências Humanas – CCH²⁹ visando reformas curriculares dos cursos desse Centro, atendendo às exigências do MEC. Em 1995, a Direção da Escola de Museologia organizou outro grupo³⁰ para discutir e analisar as propostas feitas pelos grupos anteriores visando uma nova modificação curricular para a Escola de Museologia³¹. O grupo era formado por docentes especializados em suas respectivas áreas: Maria Lucila de Moraes Santos (Arte), Maria Gabriella Pantigoso (Ciências), Niuza Carauta (História), Regina Bibiani (Acervos Museológicos), Celma Baraçal (Museologia) e Tereza Scheiner (que além de tratar de assuntos referentes à Museologia, coordenava o grupo) (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 1).

Ao apresentar a proposta curricular, Scheiner e Pantigoso já afirmam de início:

²⁸ “Museology as a science or a scientific discipline, which has the Real as its field of application; The holistic approach to museology, which considers the existing relation between nature, Man, culture and society; The museum as a space and generator of knowledge; Museums and museology as processes; The museum as an integrated part of the systems of thought in society, and throughout the ages; The conception of heritage as ‘total heritage’ (natural and cultural). (Scheiner and Pantigoso 1995–1996)”. (BRULON SOARES et al, 2016, p. 35, tradução nossa).

²⁹ Atual Centro de Ciências Humanas e Sociais, mas que manteve a mesma sigla – CCH. Disponível em: < <http://www.unirio.br/unidades-academicas-1/humanas-e-sociais> >. Acesso em: 30 dez. 2016.

³⁰ Esse grupo se reuniu semanalmente de abril a agosto de 1995 para discutir a proposta, além de reuniões mensais organizadas pela UNIRIO para adequar as diferentes reformas curriculares ao Projeto Pedagógico. A partir de setembro, o grupo se dedicou a elaborar uma proposta concreta de reformulação curricular, com mais de uma reunião semanal.

³¹ SCHEINER, Tereza; PANTIGOSO, Maria Gabriella. **[Proposta de Estrutura Curricular – Escola de Museologia]**. Rio de Janeiro, 1996, p. 1. Coleção: Tereza Scheiner.

Ao elaborar uma proposta de reformulação global para o Curso de Graduação em Museologia, da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, fizemos uso do referencial básico da Teoria Museológica, que define a **Museologia como ciência ou disciplina científica, cujo campo de atuação é o Real**. Escolhemos, como base para a fundamentação teórica do projeto, a abordagem holista, sintonizada com os novos paradigmas da ciência universal e onde o Museu é percebido a partir da relação existente entre Natureza, Homem, Cultura e Sociedade (1996, p. 2, grifo das autoras).

Como podemos ver, para essas autoras é existente a ideia de uma Teoria Museológica (isto é, um constructo teórico que nada mais é que algo construído por uma coletividade) que define Museologia como ciência ou disciplina científica que tem como recorte o Real e as relações que o Museu, como “fenômeno cultural” (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 2), pode estabelecer com distintas esferas do social. Essa argumentação teórica da Museologia é o ponto em comum dos autores do Leste Europeu, no qual Scheiner também é protagonista. Essa mesma argumentação poderia, parafraseando Bourdieu (2012, p. 123-125), delimitar ao mesmo tempo uma fronteira e um objeto e que, por meio do aval da ciência, poderia reger uma visão de mundo e se apropriar de possíveis “vantagens simbólicas” na posse de uma identidade legítima – não podendo esquecer que tal legitimidade está associada ao reconhecimento.

Ainda, o perfil do profissional que se almejava formar mudou: de profissional para museus para “intelectual da Museologia em suas diferentes relações com o Real” (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 2):

O Museólogo deverá, portanto, ser qualificado para assumir seu papel como um intelectual que pense a Museologia em suas diversas relações com o Real, sabendo identificar, no mundo à sua volta, quais as referências que necessitam ser musealizadas. Este profissional deverá entender conjuntos naturais e culturais como referências e coleções como sistemas de semelhanças e dissemelhanças, sendo capaz, a partir dos mesmos, de elaborar um discurso específico - a **linguagem museológica**, síntese lógica de outros discursos de comunicação (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 2, grifo das autoras).

Esse novo museólogo seria capaz não apenas de atuar em museus, mas de entender e discernir as diferentes práticas que poderiam ser nomeadas de museu, além de contribuir para a própria disciplina usando e criando uma linguagem específica para ela. Como Scheiner e Pantigoso afirmam, o profissional antes da reforma apenas percebia o museu enquanto instituição, desconhecendo seu caráter fenomênico e, com o novo currículo, tornar-se-ia “Estudioso da ideia de Museu e de suas aplicações ao terreno do Real, em todos os locais e momentos da trajetória da civilização

(pesquisador do Museu)”, além de ser “consciente do espaço intelectual da Museologia” (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 4).

Esse currículo, então, se diferenciava dos demais por dar preferência a questões constitutivas da própria Museologia, por meio de uma perspectiva totalmente filosófica e epistemológica. Seu marco referencial define as seguintes relações: Homem x Universo; Memória, Sociedade e Produção Cultural; Patrimônio e Herança Cultural; Museu, Memória e Patrimônio (e nesse eixo se enquadravam as questões sobre Museu e Museologia); Museu e Sociedade; e Museologia Aplicada. A estrutura curricular apresenta, assim, um conjunto de aproximações teóricas que embasaria a formação profissional, fundamentando o exercício das práticas.

Os currículos até a década de 1980 eram prioritariamente voltados para as práticas na instituição museu; entretanto, nesse novo currículo, as disciplinas teóricas entram com peso e relevância, criando uma estrutura que privilegia tanto a teoria quanto a prática, da seguinte forma: nos primeiros períodos, é maior a concentração de disciplinas teóricas e, gradativamente, o volume de disciplinas teóricas decresce à medida que se aproximam os últimos períodos; com a prática, acontece exatamente o inverso, conforme ilustrações abaixo:

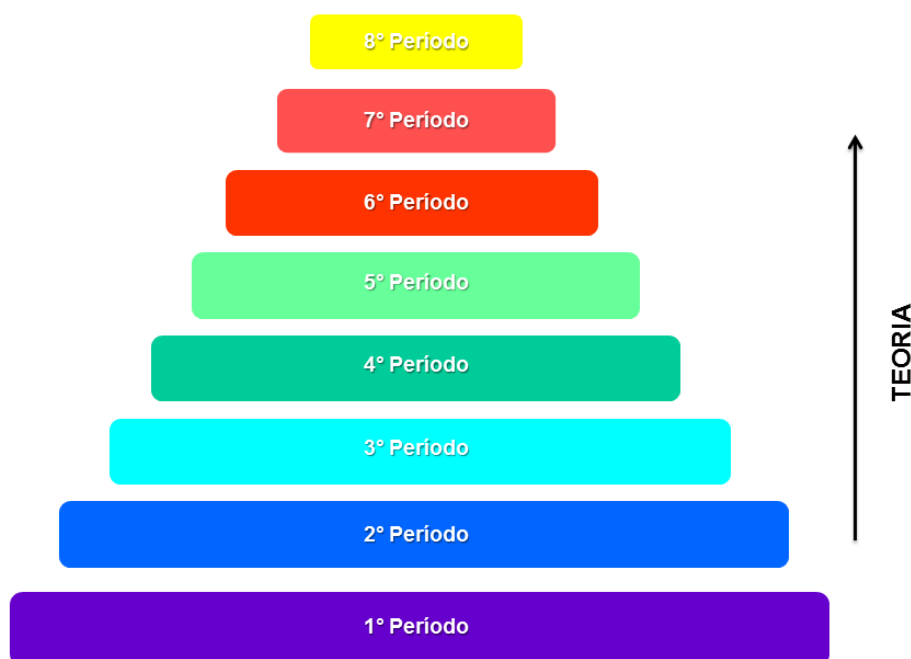


Ilustração 01: Volume de disciplinas teóricas – Currículo 1996/1997.
Fonte: SCHEINER, Tereza. [Orientação]. 2016.

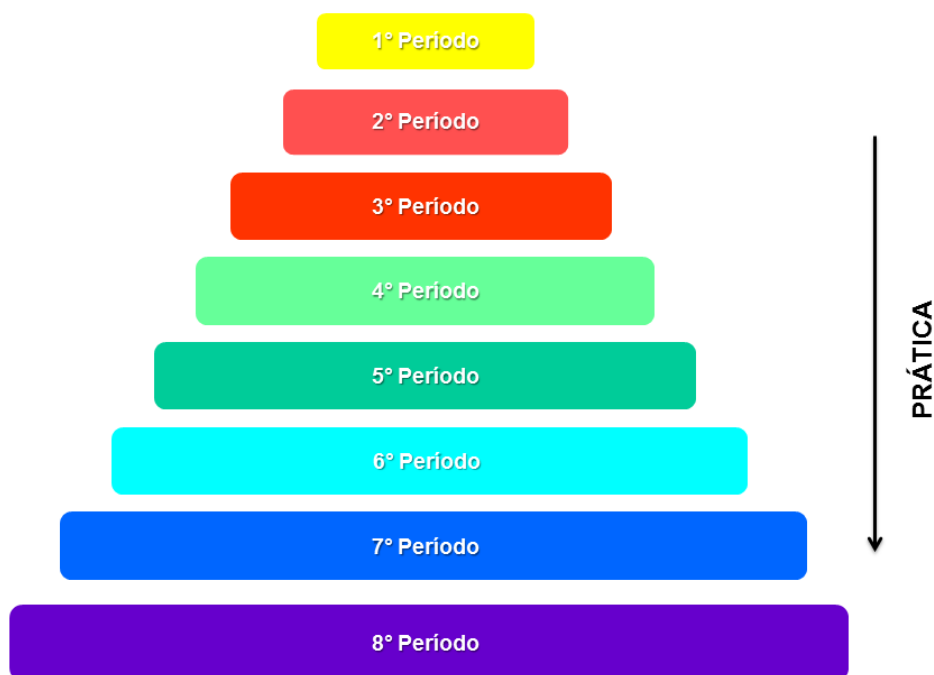


Ilustração 02: Volume de disciplinas práticas – Currículo 1996/1997.
 Fonte: SCHEINER, Tereza. [Orientação]. 2016.

Foram organizadas três reuniões com o coletivo de discentes e docentes da Escola de Museologia, além de discentes da UNIRIO e convidados. Na segunda reunião, discutiu-se a reforma curricular do ponto de vista da supressão das disciplinas da então “Museologia aplicada a acervos”:

As Profas. Tereza e Maria Gabriella explicitaram detalhadamente as razões pelas quais determinadas disciplinas haviam diminuído de carga horária, dando lugar a novas disciplinas, mais compatíveis com a Museologia contemporânea. **A Museologia, cujo campo de atuação é o Real, deve ser desenvolvida de forma holista**, de acordo com o que se encontra explicitado na fundamentação da proposta. A Profa. Tereza enfatizou a necessidade de se pensar em **novas metodologias de implementação do currículo**, diminuindo-se consideravelmente a carga horária de aulas teóricas tradicionais e dando-se ênfase às experiências vivenciais em museus, arquivos, bibliotecas, centros culturais e laboratórios, bem como às aulas de discussão e participação, com vídeos, Cds, debates sobre textos e similares. Assim, os conteúdos disciplinares foram todos repensados de modo a oferecer ao aluno uma formação holista, compatível com os modernos paradigmas científicos e os sistemas contemporâneos de pensamento [...] Após a aprovação do tratamento metodológico do projeto, foram solicitados esclarecimentos quanto à supressão de algumas disciplinas de Museologia Aplicada a Acervos, tendo sido explicado que a abordagem contemporânea destas disciplinas não contempla o ensino de acervos de forma isolada, e que na verdade os conteúdos mais fundamentais permanecem, sob uma abordagem

holista e teórico/prática (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 19, grifos das autoras).

Essa questão foi apontada pelas professoras e novamente lançada ao debate pelo coletivo e, mesmo após anos, tal supressão não era unânime³², pois aqueles que não estavam de acordo com a diminuição de disciplinas práticas voltadas aos mais distintos tipos de coleções não conseguiam considerar a existência de uma museologia desvinculada do tratamento das coleções das instituições museais. Em outras palavras, é possível afirmar que esses não consideravam a existência de uma museologia que fosse predominantemente teórica ou mesmo acadêmica.

Destacamos, aqui, os seguintes objetivos dessa proposta curricular:

Garantir ao Museólogo uma formação profissional onde estejam equilibrados os aspectos humanísticos, de informação e comunicação; [...] Ministrar, de forma compacta, as disciplinas obrigatórias não diretamente vinculadas ao conhecimento da Museologia; Criar disciplinas que vinculem a Museologia e o Museu ao século XX; Aumentar a oferta de disciplinas optativas e eletivas, que permitam ao aluno montar seu currículo a partir de interesses e aptidões pessoais; [...] (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 6).

Segundo Scheiner e Pantigoso (1996, p. 7), o embasamento teórico para a elaboração da proposta incluía textos sobre Museu, Museologia, Cultura e Memória e da formação profissional em museus – textos que incluíam atores do ICOM, ICTOP e ICOFOM.

Na disciplina “introdução à Museologia”, a proposta era aproximar o discente da ideia de patrimônio, demonstrando que sem compreender o que é patrimônio, não é possível compreender museu, e dando destaque a políticas e legislação sobre patrimônios. Mas é a disciplina “Museologia I” que se tornaria a disciplina chave do Curso, com a seguinte ementa: “A idéia de Museu na cultura ocidental. Museu, Museologia e sistemas de pensamento. Museologia como disciplina científica: objeto, método, posição no sistema das ciências. Organizações ligadas ao estudo e à prática da Museologia, a nível nacional e internacional” (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 27). Dessa forma, a Escola de Museologia da UNIRIO demonstrava e demarcava que a Museologia ali dava prioridade à defesa de existência de uma área que não mais priorizava a prática, e sim uma disciplina acadêmica e que se argumentava científica.

³² Durante minha graduação, de 2002 a 2006, presenciei professores e colegas se posicionando de forma contrária à supressão dessas disciplinas.

Em 29 de fevereiro de 1996, o projeto foi aprovado, em sua versão final, pelo Colegiado da Escola e, em 24 de junho de 1996 ³³, foi submetido à aprovação pelo Conselho do CCH, e aprovado por unanimidade (SCHEINER E PANTIGOSO, 1996, p. 21). O mesmo projeto também foi submetido ao Conselho Regional de Museologia – COREM, sendo também aprovado por essa instância de representatividade profissional.

Retomando a questão da formação de um novo profissional, Bourdieu (2013, p. 296) nos diz que “[...] é preciso conhecer as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas”. A intenção então, com a reforma, era produzir novos agentes que fossem não apenas reprodutores, mas novos atores na defesa de uma disciplina científica, por meio do conhecimento – e reconhecimento – da produção da área, principalmente a nível mundial. Entretanto, é importante frisar que, apesar do esforço apontado acima, essa perspectiva teórica e científica para a Museologia ainda está longe de ser unanimemente encontrada no Brasil, conforme indicam Brulon Soares et al (2016, p. 36). Os autores identificam que, no cenário brasileiro, os termos e conceitos específicos que foram e ainda são debatidos no ICOFOM permanecem confusos para grande parte dos atores e cursos de Museologia espalhados no Brasil.

É importante ressaltar que, apesar da ênfase dada ao rito de instituição sofrido pelo Curso de Museus do MHN para Curso de Museologia, como vimos aqui, tratou-se de um processo que de longe foi homogêneo e/ou dependeu somente dessa nomeação – foram muitas disputas e jogos de poder para que a trajetória se apresentasse como a que foi aqui exposta. Apesar disso, os capitais culturais adquiridos pelo Curso de Museologia ao adentrar a Universidade deram à Museologia como disciplina ganhos no âmbito do campo universitário e serão usados em todos os “jogos” em que os capitais culturais são eficientes, contribuindo desse modo para determinar sua posição no espaço social universitário (BOURDIEU, 2012b, p. 134). Estes ganhos – o reconhecimento do nome, os discursos epistemológicos sobre Museologia como disciplina científica por nomes reconhecidos como Scheiner e as adequações curriculares que tem embasamento teórico tanto nacional como internacional – possibilitaram uma “vantagem considerável nas lutas pelo poder” (BOURDIEU, 2012b,

³³ Esse projeto não foi submetido antes ao CCH devido ao fato da Escola ter organizado um encontro do ICOFOM na UNIRIO, em maio desse ano.

p. 143): a criação de um curso de pós-graduação em Museologia, elevando essa área a um novo status no cenário brasileiro.

CAPITULO 04

Em defesa da interdisciplinaridade: caminhos da
Museologia na Pós-Graduação –
o caso do PPG-PMUS

“A experiência brasileira de pós-graduação nos últimos anos é a coisa mais positiva da história da educação superior no Brasil e é também a que tem que ser levada a sério”.

Darcy Ribeiro¹

4.1 Entre o existir e o coexistir

Conforme vimos no capítulo anterior, a disciplina Museologia, durante seu processo de constituição no curso de Museus / Escola de Museologia, no Rio de Janeiro, ganhou capital cultural institucionalizado, objetivado e incorporado. Esses ganhos lhe deram vantagens na luta simbólica por uma “uma visão legítima de mundo social” (BOURDIEU, 2012b, p. 146). A disciplina se constituiu na confluência entre as visões particulares que reivindicaram para si a legitimação de seus pontos de vista (como no caso de atores como Stránský, Gregorová e, no caso brasileiro, Rússio e Scheiner); e na força do coletivo, por meio de ações institucionais autorizadas a consagrar e reconhecer tais perspectivas (BOURDIEU, 2012b, p. 146-147).

Essas disputas por uma identidade de grupo são, para Bourdieu, lutas pelo monopólio de se fazer “ver, crer, dar a conhecer e reconhecer” uma “legítima” divisão do mundo social (BOURDIEU, 2012b, p. 113). Tais disputas tanto conservam como transformam as visões de mundo social e as divisões estabelecidas - além de contribuir, no caso da Museologia e sua legitimação como disciplina científica, para a perpetuação das classificações da Ciência, legitimando-a (BOURDIEU, 2012b, p. 174).

Espécie particular de capital simbólico, o capital científico é um capital específico constituído pela Ciência, pois “[...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2003, p. 26). São dois tipos de capitais científicos: o primeiro deles, institucional ou institucionalizado, conectado às posições importantes dos atores nas instituições científicas ou, também, que trata das posições que as próprias instituições, departamentos ou disciplinas ocupam na estrutura do campo científico. Trata-se de um capital de reprodução (“poder de nomear e fazer carreiras”) (BOURDIEU, 2003, p. 35). O segundo capital científico seria um “poder de prestígio”, “puro”, isto é, uma lógica semelhante ao capital incorporado, que tem certa autonomia em relação ao primeiro, pois estaria totalmente voltado ao próprio “conjunto de pares”; destacando – ora o ator, ora a disciplina - dentre os pares do mesmo campo (BOURDIEU, 2003, p. 35).

As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico ‘puro’ adquire-se, principalmente, pelas

¹ RIBEIRO apud SANTOS, 2003, p. 627.

contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas [...]; o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem *tempo* – participações em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões, etc. -, de modo que é difícil dizer se, como o professam habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima de capital científico (BOURDIEU, 2003, p. 36, grifo do autor).

Os capitais científicos também diferem na sua transmissão: o capital científico “puro”, segundo tipo apresentado acima, é de difícil objetivação, impreciso, e se materializa no indivíduo de tal forma a ser incorporado, como dito antes; já o capital científico institucionalizado tem praticamente as mesmas regras de transmissão “que qualquer outra espécie de capital burocrático” (BOURDIEU, 2003, p. 36). Essas duas formas de capital podem coexistir no mesmo espaço coletivo.

Segundo Bourdieu, a teoria dos campos nos ajuda a distinguir os deslocamentos no interior de dado campo, associados ao acúmulo de capitais específicos, e os deslocamentos entre os campos, nos quais capitais de uma espécie são convertidos em capitais de outra espécie (BOURDIEU, 2012a, p. 125). No atual cenário, onde perspectivas interdisciplinares são privilegiadas, em detrimento das disciplinares, ter em conta que esses movimentos também dependem de atores é imprescindível para a análise. E nenhuma outra espécie de instituição é mais contraditória que a Pós-Graduação: ao mesmo tempo em que se consolidam as investigações de dada área, dando a elas o mais alto grau de cientificidade, o discurso da interdisciplinaridade é o que impera, pelo menos no cenário brasileiro, como veremos em seguida.

Nesse capítulo, apresentamos como as duas formas de capital científico podem ser referências de análise para o processo da Pós-Graduação no Brasil, em especial no nosso estudo de caso: a Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, no Rio de Janeiro. Tentaremos, ainda, analisar o fenômeno da interdisciplinaridade que perpassa todo esse processo.

4.2 Capital científico institucionalizado: a Pós-Graduação no Brasil

Na proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, no início da década de 1930, Francisco Campos propôs a implantação de algo que viria a ser a primeira experiência de pós-graduação no Brasil aos moldes europeus: o curso de Direito da então Universidade do Brasil e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade de São Paulo iniciaram cursos sob esses moldes (SANTOS, 2003, p. 628). Segundo

Santos (2003, p. 628), foi na década de 1940 que o termo “pós-graduação” apareceu, formalmente, pela primeira vez: no artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil. Na década seguinte, acordos entre Estados Unidos e Brasil foram realizados, firmando convênios entre escolas e universidades de ambos os países.

Em 1965, o então Ministro da Educação solicitou ao conselho do MEC um parecer sobre parâmetros para a Pós-Graduação no Brasil ². Segundo Santos e Azevedo (2009, p. 535), antes desse parecer já existiam 38 cursos de pós-graduação em funcionamento; porém o que não havia eram os parâmetros – fins e objetivos – da pós-graduação para a realidade brasileira. No documento do parecer consta que era do entendimento do Ministro que os cursos de pós-graduação deveriam ser desenvolvidos em dois ciclos consecutivos – de mestrado e doutorado - tendo como exemplo o sistema norte-americano (BRASIL, 1965, p. 1). Esses cursos deveriam ser, de preferência, lotados nas universidades, e não em estabelecimentos isolados, que por sua vez necessitariam de uma prévia autorização do Conselho do MEC para seu funcionamento (BRASIL, 1965, p. 1). Segundo o Conselho do MEC, as origens da pós-graduação no cenário norte-americano, que viria a servir de modelo, se deram da seguinte forma:

[...] o desenvolvimento sistemático da pós-graduação nos Estados Unidos pode ser considerado como produto da influência germânica e coincide com as grandes transformações das universidades americanas nas últimas três décadas do século passado. É quando a universidade deixa de ser uma instituição apenas ensinante e formadora de profissionais para dedicar-se às atividades de pesquisa científica e tecnológica. Na verdade, a pós-graduação adquire seu grande impulso com a fundação da Universidade Johns Hopkins em 1.876, criada especialmente para desenvolver estudos pós-graduados e inspirada na idéia da **creative scholarship**. Isto é, uma universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, mas voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora (BRASIL, 1965, p. 2, grifo do autor).

A pós-graduação, ainda nos primórdios da realidade americana, seria o lugar, por excelência, da pesquisa científica e capacitaria os futuros docentes dos cursos universitários (BRASIL, 1965, p. 2). A pós-graduação foi, ao longo do século XX, tornando-se o espaço que reivindicaria para si o *status* de lugar de primazia para produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, deixando à graduação “os conhecimentos básicos de sua ciência e de sua profissão” (BRASIL, 1965, p. 2).

² Já era prevista na Lei de Diretrizes e Bases, no art. 69 que apresentava as três grandes categorias de cursos universitários, a existência dos cursos de pós-graduação. No entanto, considerando o cenário ainda praticamente ausente de programas nesse nível, viu-se a necessidade definir parâmetros (BRASIL, 1965, p. 7).

No caso brasileiro, a escolha pelo modelo americano, segundo Santos e Azevedo, se deu porque esse viabilizava e privilegiava um determinado projeto de sociedade: um “[...] modelo desenvolvimentista que aprofundava a internacionalização do mercado interno e que agudizou nossa situação de dependência. O desenvolvimento e a afirmação da pós-graduação [...] se baseava em pressupostos da teoria do capital humano” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 536-537). Como parte desse projeto, uma formação de recursos humanos de alto nível era imprescindível para seu sucesso – e tal formação não seria possível apenas se existisse um único nível de capacitação:

Tudo isso nos mostra que sendo ilusório pretender-se formar no mesmo curso o profissional comum, o cientista e o técnico de alto padrão, e tornando-se cada vez mais inviável a figura do técnico polivalente, temos de recorrer necessariamente aos estudos pós-graduados, seja para completar a formação do pesquisador, seja para o treinamento do especialista altamente qualificado (BRASIL, 1965, p. 2).

Ressaltou-se, entretanto, que não se deveria transferir totalmente à pós-graduação a responsabilidade pela produção científica, sendo a graduação ainda um espaço para tal – contudo, seria a graduação responsável por introduzir o discente à pesquisa científica, visto que os estudantes poderiam ter diferentes interesses na graduação: tanto a pesquisa como a formação profissional (BRASIL, 1965, p. 2).

A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação. Mas, além destes interesses práticos imediatos, a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária. A universidade de Princeton, por exemplo, insiste particularmente sobre esse aspecto da pós-graduação proclamando que o desígnio central de uma educação pós-graduada é promover o contínuo amor ao saber. Por todos esses motivos é que se vem atribuindo especial ênfase aos estudos pós-graduados em todos os países, sendo que nos Estados Unidos já se introduziu um ciclo mais avançado, o dos estudos **post doctoral** (BRASIL, 1965, p. 3, grifo do autor).

Como se pode perceber, o campo científico, com o aval do campo universitário, vai por si mesmo criando mecanismos para se sofisticar e criar grupos mais seletos e segregados que deterão, mais que os demais, não o conhecimento em si, mas o direito, tido como natural, de detê-lo.

Nesse mesmo parecer, é definida pela primeira vez a distinção entre *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos de especialização – *lato sensu* – seriam responsáveis por introduzir o discente em um domínio científico e técnico de dado recorte da área do saber ou da profissão, com sentido eminentemente prático-profissional (BRASIL, 1965, p. 4); os cursos *stricto sensu*, além de serem fundamentais para a universidade (segundo o próprio documento a universidade não existiria como tal sem programas de Mestrado e Doutorado), estariam voltados a uma ampla competência científica em dado ramo do conhecimento, sendo de natureza acadêmica e de pesquisa e com objetivos científicos (BRASIL, 1965, p. 4).

É certo que o Estatuto não confere privilégio a esses cursos para o exercício do magistério. Ora, sem conferir privilégio não seria o caso de invocar o art. 70 da L.D.B. para submeter os cursos pós-graduados à regulamentação. Todavia, entendemos que a competência atribuída ao Conselho para definir esses cursos e determinar-lhes as características, outorga-lhe, ao mesmo tempo, certo poder para regulamentá-los. Doutra forma como o Conselho poderia ter segurança de que os estabelecimentos seguem as características fixadas? O controle dos cursos poderá ser feito por meio de reconhecimento, pelo menos à maneira de **accreditation**. O reconhecimento, ou qualquer outro meio de controle que venha disciplinar o processo de implantação dos cursos de pós-graduação, parece-nos de todo indispensável se considerarmos as condições de funcionamento de nossas escolas superiores. A ser criada indiscriminadamente, a pós-graduação, na maioria dos casos, se limitará a repetir a graduação, já de si precária, com o abastardamento inevitável dos graus de Mestre e Doutor (BRASIL, 1965, p. 8, grifo do autor).

Viu-se então a necessidade de regulamentar os cursos de pós-graduação, criando critérios institucionalizados (capitais) para a aprovação desses e, mais ainda, de seu reconhecimento enquanto tal. Como vimos em Bourdieu, o poder simbólico só é eficaz quando reconhecido de forma tal que se passe desapercibido. No caso da Pós-Graduação, não apenas nomina os indivíduos, com o grau de Mestre ou Doutor, como cientistas ou especialistas em dada área; mas também designa aos cursos o poder de delegar os mais altos títulos: “O simples fato de que um estabelecimento tenha seus cursos de graduação reconhecidos, não significa que se encontra realmente habilitado para instituir a pós-graduação” (BRASIL, 1965, p. 8).

Entretanto, para que uma instituição de ensino ou pesquisa possa sediar um programa de pós-graduação, é obrigatório que a área pretendida já possua previamente um grupo de pesquisa consolidado (BRASIL, 2001, p. 1). A agência governamental que regulamenta, fiscaliza e dá o parecer para criação de um novo programa de Pós-Graduação é a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior – CAPES ³. Na atualidade, os programas de pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado, estão sujeitos não somente à autorização, como também ao reconhecimento e à renovação por parte dessa agência, conforme parágrafo 1º do artigo 1º de resolução específica do Conselho Nacional de Educação:

§ 1º A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu são concedidos por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e homologado pelo Ministro de Estado da Educação ⁴.

Sobre a proposta para um programa, são avaliados os seguintes critérios:

a) a coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa em andamento e o currículo do curso; b) o planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção de conhecimentos, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área; c) a infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão; d) processos de autoavaliação, entre os quais, credenciamento e descredenciamento docente (BRASIL, 2016, p. 6).

As avaliações dos programas de pós-graduação pela CAPES eram, até 2014, trienais, passando para quadrienais a partir de então; com a gestão de Abílio Baeta Neves (1995-2003), adotou-se a escala de notas de 01 a 07 (VOGUEL, 2015, p. 47), com os seguintes critérios para pontuação: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social (VOGEL, 2015, p. 67). Segundo Batista (apud Vogel, 2015, p. 49), os critérios mudaram porque 75% dos cursos já tinham atingido os conceitos máximos anteriores (A e B). Atualmente, os conceitos 06 e 07 são considerados de alta excelência e só atingidos por programas consolidados e reconhecidos internacionalmente – “até porque havia necessidade de um diferencial maior” (BATISTA apud VOGEL, 2015, p. 49). Não é possível inferir que se trata de uma necessidade essencial ao processo de busca por excelência dos programas, mas sim, implicitamente, como uma necessidade de distinção entre iguais, criada pelo próprio campo: os campos científico e universitário estão, e é possível ousar

³ Antiga Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, foi criada em 11 de julho de 1951. Na página da CAPES, subentende-se que o conselho que elaborou o parecer de 1965 era a fundação, ou no mínimo, tinha alguma conexão com a atual CAPES. BRASIL. CAPES. HISTÓRIA e Missão. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 20 dez. 2016.

⁴ BRASIL. RESOLUÇÃO CNE / CES N. 1. de 03 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf>. Acesso 20 dez. 2016.

e dizer que sempre estarão, criando mecanismos de distinção entre os membros de seus espaços. Além dos critérios de conceitos para programa, há critérios para definir a importância dos periódicos, livros e trabalhos artísticos, como o *Qualis*, da Capes (VOGEL, 2015, p. 62). Para Bourdieu, é importante que as avaliações sejam colocadas em cheque, pois

[...] tenho sérias dúvidas e seriamente fundadas sobre a capacidade das instâncias administrativas para produzirem avaliações realmente objetivas e inspiradas. E isso fundamentalmente porque o fim real de suas operações de avaliação não é a da própria avaliação, mas o poder que ela permite exercer e acumular controlando a reprodução do corpo (BOURDIEU, 2003, p. 62-63).

Segundo Santos e Azevedo, o cenário da Pós-Graduação no Brasil é favorável e goza de reconhecimento por parte da comunidade científica tanto a nível nacional quanto internacional. Esse reconhecimento, segundo esses autores, é fruto das próprias políticas públicas para a Pós-Graduação, com uma expressiva e contínua qualidade nas últimas décadas, e que por sua vez coloca essa instância como “[...] um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro sob o critério do nível de qualidade alcançado” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 535). Ainda, a produção científica ficou conhecida como restrita, basicamente, à pós-graduação – fato esse que reforça o “binômio pós-graduação/pesquisa” e cria uma cisão que destina à docência a graduação e, à pós-graduação, a pesquisa, “fragmentando e hierarquizando as atividades acadêmicas” (SANCHES, 2003; SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 541).

Assim, o campo científico brasileiro cria seu órgão máximo que gerencia e distribui os capitais científicos institucionalizados da Pós-Graduação, segundo critérios que se modificam conforme as “necessidades” – reais ou inventadas: a CAPES, instituição essa que estabelece com os programas de pós-graduação brasileiros um formidável exemplo de disputas por posições e capitais.

4.2.1 Capital científico institucionalizado: caminhos da Pós-Graduação em Museologia no Brasil

Para Rússio, considerando o fato de que o estudo dos museus e da Museologia exige um caráter interdisciplinar, esse só seria “viável e exequível em nível pós-graduado, quando os estudantes já possuem domínio de uma disciplina, na qual estão ‘formados’” (RÚSSIO, 2010, p. 234). Mas existiram outros fatores que foram cruciais para a defesa de Rússio pelos cursos de pós-graduação em Museologia: quanto à instituição – vinculado à Escola Pós-graduada de Ciências Sociais da Fesp, um curso

de especialização em Museologia seria beneficiado com sua estrutura e forma pedagógicas e, principalmente, da interdisciplinaridade como método; e quanto ao momento – no final da década de 1970, tinha-se em conta a ausência de centros formadores da área em São Paulo (RÚSSIO, 2010, p. 235). Segundo Coelho, Rússio se tornaria a personalidade central para a efetiva instauração da especialização em Museologia em São Paulo (COELHO, 2015, p. 96). Em 1977 Rússio foi nomeada professora pesquisadora com a responsabilidade de elaborar a proposta do Curso de Especialização de Museologia, com a participação da Diretoria para Assuntos Universitários da FESPSP ⁵ (COELHO, 2015, p. 99).

A criação dessa especialização levou em conta: uma resolução do MEC de 1977 que estimulava a criação de cursos de pós-graduação; uma recomendação do ICOM, de 1965, que recomendava uma formação complementar – em nível de pós-graduação – específica de Museologia, para profissionais de outras áreas que atuavam em museus; e considerações mínimas apresentadas pelo ICTOP e contidas no *syllabus* estabelecido em 1972 para “programas de ensino museológico e museográfico nas universidades” (RÚSSIO, 2010, p. 256).

Os cursos de especialização em Museologia de São Paulo surgiram em 1978, na forma de três módulos: Pequenos Museus, Museus de Arte e História e Museus de Ciência e Técnica. Com o cumprimento desses módulos e de seminários interdisciplinares, o discente, após o término da especialização, poderia pleitear a entrada no Mestrado da FESP, tendo já créditos cumpridos ⁶. Segundo Coelho, “[...] a Pós-graduação em Museologia da FESPSP/MASP foi autorizada pelo MEC, com carga horária de 375 horas/aula por módulo que abordava temáticas distintas vinculadas aos casos brasileiros, juntamente com fundamentos da formação museográfica e museológica” (COELHO, 2015, p. 100). Esse curso se iniciou como especialização e, em 1979, “[...] seus alunos e professores reivindicaram sua autonomia em Departamento ou Instituto e sua transformação em mestrado” (RÚSSIO, 2010, p. 257). Em 1983 se iniciou o processo de transformar o Curso em “Instituto de Museologia de São Paulo / Fesp” e, em 1984, com a lei de regulamentação da profissão, o curso pleitearia ainda a criação do Mestrado (RÚSSIO, 2010, p. 258-260) ⁷.

⁵ Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

⁶ Essas informações foram esclarecidas por Cristina Bruno, em conversas por e-mail.

⁷ Tal processo de implantação do Instituto de Museologia recebeu subsídios, para seu desenvolvimento e implantação, do Curso de Museologia da UNIRIO, conforme Scheiner et al (2004, p. 12).

Segundo Coelho, a base do Instituto de Museologia era a interdisciplinaridade, e tinha como princípios:

(1) A MUSEOLOGIA é uma ciência do homem e da sociedade; (2) O conhecimento MUSEOLÓGICO é, no mínimo, um conhecimento científico e deve ser ensinado com RIGOR DO PENSAMENTO (CIENTÍFICO) INERENTE ÀS CIÊNCIAS; (3) A MUSEOLOGIA constitui um campo específico do conhecimento (lógico, racional, sistêmico) que não prescinde de sua prática; 4) A MUSEOLOGIA enquanto ciência se ocupa do FATO MUSEOLÓGICO (dentro de um PROCESSO) e usa o método INTERDISCIPLINAR (COELHO, 2015, p. 104-105).

Com a aprovação da lei que regulamenta a profissão de museólogo, não só a formação em nível de graduação seria aceita para o registro de museólogo: os níveis de Mestrado e Doutorado seriam aceitos para exercício profissional. Essa reivindicação foi defendida, principalmente, pelo grupo de São Paulo (COELHO, 2015). Nos anos de 1986 e 1987, o Instituto de Museologia solicitou à CAPES o credenciamento para o Mestrado e Doutorado e, apesar do empenho, o Instituto teve dificuldades na aprovação do credenciamento do Mestrado, que não veio a ocorrer (COELHO, 2015, p. 105-107).

Retomando o cenário carioca, em 1983 Tereza Scheiner, Gabriella Pantigoso e Liana Ocampo elaboraram o projeto de um Curso de Especialização na Museologia, intitulado “Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural nos Museus”, com carga horária prevista de 450 horas e em parceria com o MHN. O público-alvo do curso seriam os próprios graduados em Museologia e profissionais oriundos de outras áreas, desde que esses possuíssem experiência em ações educativas em museus, atuando ainda em museus ou instituições congêneres. Como justificativa para a existência do curso, as proponentes apontaram que

[...] faltavam aos museólogos conhecimentos especiais de Pedagogia, Comunicação, Didática, etc., que possibilitassem a elaboração de projetos adequados. Por outro lado, os profissionais das áreas de Pedagogia, Comunicação, etc., não possuíam conhecimentos de estruturas e funções dos Museus, não estando aptos a utilizar a real potencialidade dessas Instituições (SCHEINER ET AL, 1983, p. 3).

Desde a primeira experiência com a ideia de criar uma pós-graduação em Museologia, foi valorizado o seu caráter interdisciplinar: “[...] propõe a realização de um Curso de Especialização em ‘Ação Educativa e Cultural nos Museus’, estruturado a partir da interdisciplinaridade, conjugando diversas áreas de conhecimento da Museologia” (SCHEINER ET AL, 1983, p. 3). Os módulos dessa especialização eram como segue: Homem, Cultura e Sociedade (áreas de Antropologia Cultural e Cultura Brasileira); Fundamentos da Educação (áreas de Filosofia da Educação, Psicologia da

Aprendizagem e Estrutura e Funcionamento do Ensino); Museologia (áreas de Museologia Geral, Museus e Administração, Museus e Comunicação e Museus e Educação); Museografia e Didática (áreas de Museografia e Didática); e Projetos Educativos e Culturais em Museus. Esse curso foi reconhecido pela CAPES na modalidade de curso *lato sensu*, foi implantado e funcionou durante cinco anos (1983-1988) (SCHEINER ET AL, 2004, p. 11).

Em 1984, foi desenvolvida outra proposta de Curso de Especialização, nominado “Processamento Técnico de Coleções”, com carga horária de 360 horas. Segundo Scheiner & Pantigoso, esse curso se justificava pois “[...] é fato notório que o estudo da Museologia confere ao profissional maior segurança ao processamento técnico das coleções de Museus. Cada vez mais museus necessitam de profissionais que exerçam com segurança e critério as tarefas museográficas” (SCHEINER; PANTIGOSO, 1984, p. 3). Esse curso também apresentava “uma estrutura interdisciplinar” (SCHEINER; PANTIGOSO, 1984, p. 3) e era voltado para graduados em Museologia ou com experiência prática em processamento de coleções. Os módulos eram: Origem e Formação das Coleções; A Documentação das Coleções; Processamento Técnico de Coleções por Computador; As Coleções de Estudo: Objeto x Pesquisa; As Coleções no Museu: A Reserva Técnica; e Movimentando as Coleções: Embalagem, Desembalagem, Transporte (Segurança e Seguros). Tal projeto chegou a ser aprovado no Colegiado da Escola de Museologia e no Conselho do CCH, porém, por razões de política interna, não foi encaminhado aos conselhos superiores para aprovação (SCHEINER ET AL, 2004, p. 11).

Ainda em 1984, foi desenhado um projeto de Mestrado em Museologia, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio de Janeiro, a pedido do então Programa Nacional de Museus. Tal parceria mostrou-se viável porque já existiam na PUC disciplinas em nível de pós-graduação que atendiam à proposta e que poderiam complementar a estrutura curricular de um Mestrado (SCHEINER; PANTIGOSO, 1984, p. 1). As disciplinas obrigatórias e específicas de Museologia seriam: Museologia Geral; Organização, Operação e Administração em Museus; Processamento Técnico de Coleções; Museus, Interpretação e Comunicação; e Metodologia da Pesquisa Museológica. As eletivas e específicas de Museologia seriam, por sua vez: Preservação e Conservação de Patrimônio; Exposições; e Museus e Marketing. As disciplinas consideradas complementares eram: Seminário de Mestrado; Estágio Supervisionado; Estudo Individual; Pesquisa Museológica (prática); Laboratório de Exposições (prática); e Dissertação de Mestrado.

No que se denominava, então, “área de domínio conexo”⁸, seriam oferecidas como disciplinas obrigatórias: Teoria Geral da Administração; Planejamento Integrado; Avaliação de Programas e Projetos Culturais; e Estudo de Problemas Brasileiros. Como disciplinas (áreas) eletivas desse domínio, seriam: Educação; Filosofia; Psicologia; Administração; Ciências Jurídicas; Economia, Sociologia e Política; e Arquitetura e Arte. Vale destacar que a disciplina “Museologia Geral” debruçava-se sobre o Museu e, na sua ementa, esse é apresentado como “instituição MUSEU” que deveria ser, no âmbito dessa disciplina, analisado “em todos os seus aspectos” (SCHEINER & PANTIGOSO, 1984, p. 3). Ainda, como eletiva, tem-se uma disciplina que abordaria como temática principal o patrimônio (Preservação e Conservação de Patrimônio) – temática que era secundária e começava a ganhar espaço como objeto de estudo da Museologia nos anos 1980. Entretanto, o projeto não chegou a ser implantado (SCHEINER ET AL, 2004, p. 11).

Segundo Scheiner e Granato, o processo de elaboração de um programa de Pós-Graduação em Museologia *stricto sensu* que iria resultar no atual Programa (PPG-PMUS) iniciou-se, de fato, na década de 1990, com discussões de uma proposta por professores do Departamento de Estudos e Processos Museológicos – DEPM, além de ações que viabilizaram a capacitação de professores do quadro ainda sem titulação de Mestrado e Doutorado (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 14).

No início da década seguinte, um novo grupo de trabalho foi constituído para elaborar uma proposta de programa, a ser desenvolvido em rede com várias instituições, algo incentivado pela CAPES; entretanto essa mesma instituição não aprovou a primeira proposta; segundo Scheiner e Granato (2016, p. 14) esse fato ocorreu porque a CAPES, “aparentemente, não possuía naquele momento condições de avaliar programas estruturados dessa forma”. Foi então decidido escolher apenas uma instituição como parceira principal e o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST foi a instituição selecionada. A proposta foi aceita e sua aprovação informada oficialmente em março de 2006. Nascia aí o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, cujas atividades acadêmicas, na modalidade Mestrado, foram iniciadas em agosto de 2006 (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 14), fatos esses que veremos, mais detalhadamente, no item que segue.

⁸ Algumas dessas disciplinas já eram oferecidas na PUC.

4.3 Capital Científico “puro”: trajetória e constituição do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS

A primeira proposta para a criação de um programa de pós-graduação stricto sensu em Museologia na UNIRIO foi elaborada entre 1997 e 2004 e enviada à CAPES em 2004. Para o desenho do Programa foram analisadas, entre 1997 e 2002, estruturas curriculares de Programas de Pós-Graduação em Museologia, Patrimônio e áreas afins do Brasil e do exterior, com o intuito de, além de gerar subsídios para o Programa a ser criado, desenvolver parcerias e estabelecer redes (SCHEINER ET AL, 2004, p. 35). Em seguida foi criado um grupo de trabalho, composto por professores da Escola e especialistas de diferentes níveis de formação: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro; Profa. Diana Farjalla Correia Lima; Prof. Antonio Carlos de Carvalho; Profa. Maria Gabriella Pantigoso (museólogos e professores da Escola), além dos convidados Prof. Dr. Márcio D’Oliveira Campos (Físico), Prof. Dr. José Henrique Milan (Geociências) e Profa. Dra. Luciana Sepúlveda (Educação em Museus), sob a coordenação da Profa. Tereza Scheiner. Esse grupo realizou uma série de reuniões, entre 1999 e 2000 e, como resultado, analisou a proposta de programa desenvolvida nos anos 1980 pela Escola de Museologia e elaborou a primeira versão do novo projeto (SCHEINER ET AL, 2004, p. 36).

Entre os anos de 2000 e 2003 a Escola concentrou-se na implantação do Curso de Turismo, deixando o projeto da pós-graduação à espera de oportunidade para se efetivar. Em 2004, um novo grupo de trabalho foi constituído, com os seguintes membros: Profa. Dra. Tereza Scheiner, Profa. Dra. Diana Farjalla Correia Lima⁹, Profa. Dra. Sonia Gomes Pereira, Profa. Dra. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e Prof. Márcio Ferreira Rangel – esse último representando o COREM 2ª. Região (SCHEINER ET AL, 2004, p. 37-39). A proposta do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio foi aprovada no DEPM em 06 de julho de 2004, em reunião extraordinária do departamento, exclusiva para tratar desse assunto (UNIRIO, 2004), com a aprovação consecutiva nas demais instâncias da UNIRIO e com o envio posterior à CAPES.

Como argumento inicial, ainda na introdução, Scheiner et al apontaram que, considerando as especificidades da Museologia “como campo do conhecimento, observa-se o surgimento continuado de questões básicas, cuja discussão e análise

⁹ É possível notar que as professoras Tereza Scheiner e Diana Lima, no período de 2000 a 2004, obtiveram o título de doutoras, visto que na apresentação do primeiro grupo de trabalho o título não foi informado. De fato, Diana Lima tornou-se doutora em 2003 e, Tereza Scheiner, em fevereiro de 2004.

deveria configurar um marco permanente de preocupação no universo acadêmico” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 3). Esse marco no universo acadêmico, especificamente no caso da Museologia, deveria também incorporar a “categoria patrimônio”, isto é, “[...] os processos e produtos da natureza e da cultura dos dias atuais, para tornar possível que estes testemunhos sejam incorporados e cheguem às futuras gerações” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 4).

A iniciativa justificava-se pelo fato de já existir uma Museologia “presente e atuante no panorama cultural e acadêmico do país”, que, portanto, demandava “mão de obra com qualificação adequada a este trabalho, em todos os níveis” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 4). Como antecedentes que geraram um cenário favorável à iniciativa da pós-graduação *stricto sensu*, foi apresentado um projeto de pesquisa intitulado “Museu-Comunidade pela Educação Ambiental”, existente desde o início da década de 1990 e que gerou, entre os anos de 1991 e 1994, dois cursos de extensão, uma pesquisa de campo e um Manual de Educação Ambiental que, inclusive, foi agregado ao Centro de Documentação do ICOM¹⁰. Os autores destacam a reforma curricular de 1996/1997, que se assemelhava à proposta do Programa, tendo nesse a sua continuidade, visto que o “[...] **desenho curricular do Curso de Graduação em Museologia fundamenta-se, hoje, nas relações entre Museu, Museologia e Patrimônio Integral**, incluindo conteúdos disciplinares específicos aos estudos teóricos e práticos sobre essas relações” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 5, grifo dos autores). Ainda, a reforma curricular, apresentada no capítulo anterior, estava estruturada de modo a privilegiar linhas de pesquisa e projetos específicos para Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento (SCHEINER ET AL, 2004, p. 5). Para apresentação da proposta, considerava-se os seguintes aspectos, conforme quadro abaixo:

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. a universidade brasileira é cada vez mais exigente quanto à melhoria da titulação do seu corpo docente, como forma de melhor adequar seu alunado ao mercado de trabalho; 2. o rápido desenvolvimento e ampliação dos diversos campos do saber exige a constante renovação de conhecimentos, não apenas no universo acadêmico, mas também - e especialmente - no mundo profissional; 3. as políticas nacionais de educação superior apontam no sentido de maior integração entre o ensino de graduação e pós-graduação, com o desenho e a implementação de programas que aumentem a mobilidade entre os dois níveis; 4. esta flexibilização, de que trata inclusive a LDB, será melhor atingida quando o aluno puder, já em sua graduação, preparar-se para uma pós-graduação no mesmo campo do conhecimento; 5. a Lei que regulamenta a profissão de Museólogo (Lei n.º 7.287, de 18 de dezembro de 1984, regulamentada pelo Decreto n.º 91.775 de 15 de outubro de 1985) abre espaço a profissionais |
|--|

¹⁰ Os autores destacam também a menção que Paulo Freire fez ao manual em seu livro “Pedagogia da Esperança” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 4).

não graduados em Museologia, possuidores de diplomas de terceiro grau, desde que possuam Mestrado ou Doutorado em Museologia;

6. a abertura das fronteiras nacionais aos países da América Latina aumenta a demanda por profissionais bem qualificados, permitindo intercâmbio e co-participação dos cursos que venham a ser criados, de modo a garantir um fluxo constante de estudantes e de professores na Região.

Quadro 03: Considerações para apresentação do projeto do PPG-PMUS

Fonte: SCHEINER et al, 2004, p. 5.

Percebe-se, na argumentação, que essa se sustenta principalmente por uma possível demanda externa à Escola de Museologia: o campo universitário brasileiro demandava tanto a maior titulação de seu corpo docente como a ampliação, em diferentes níveis, das áreas sob sua tutela. A própria área da Museologia criou uma demanda pela pós-graduação ao permitir que seus egressos obtivessem o registro de Museólogo – algo geralmente destinado aos graduados de uma área¹¹.

Em consequência da reforma curricular de 1996/1997, foram criadas, a partir de 1997, duas linhas de pesquisa no âmbito do DEPM: Museu e Museologia; e Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento. Nessas linhas de pesquisa se encontravam, naquele momento, os seguintes projetos, apontados no quadro abaixo:

<p>Na Linha Museu e Museologia:</p> <p>1) Museologia como Ato Criativo: linguagens da exposição - Projeto associado ao Grupo de Trabalho internacional Teoria da Exposição, criado em 1999 no âmbito do ICOFOM - Comitê Internacional de Museologia, do Conselho Internacional de Museus – ICOM. (Coordenação: Prof. Dr. Teresa Scheiner);</p> <p>2) Termos e Conceitos da Museologia (Coordenação: Prof. Dr. Diana Farjalla Correia Lima) - Segmento brasileiro do projeto internacional Termos e Conceitos da Museologia, projeto permanente de pesquisa do ICOFOM - Comitê Internacional de Museologia, do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Projeto criado em 1993. Coordenação Internacional: André Desvallés.</p>	<p>Na Linha Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento:</p> <p>1) Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação: a experiência latino-americana (Coord.. Teresa Scheiner) - Segmento brasileiro do projeto internacional Heritage, Museums and Museology for Social, Cultural and Environmental Transition – projeto permanente de pesquisa associado ao ICOFOM (Comitê Internacional para Museologia, do Conselho Internacional de Museus - ICOM) e aprovado oficialmente pela UNESCO em 1995. Estruturado no início dos anos 90, este projeto deu origem à principal linha de pesquisa da Cátedra UNESCO Museologia e Patrimônio Mundial, estabelecida em 1994 no âmbito do programa UNITWIN/UNESCO e sediada na Universidade de Masaryk, Brno, República Tcheca – sob a Direção do Dr. Vinos Sofka. Integram a rede, entre outros: a Associação Comunitária Sul-Africana de Museus e Monumentos; a Organização Regional do ICOM para a Ásia e o Pacífico; as Associações de Museus da Letônia e da Lituânia; o Comitê Internacional de Museologia, do ICOM.</p>
---	---

¹¹ Conforme a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm >. Acesso: 05 jan. 2017.

	<p>2) Patrimônio Modernista, Cidade e Política Cultural: contribuição contextual para a metodologia da pesquisa em Museologia Aplicada (Coord. Prof. Dr. Sul Brasil Pinto Rodrigues).</p> <p>3) Coleção Científica do Laboratório de Estudos de Comunidades Paleozóicas (LECP), Departamento de Ciências Naturais, UNIRIO: organização e automatização – (Coord. Prof. Dr. Deusana Maria Costa Machado - DCN/CCBS).</p> <p>4) Cultura, Patrimônio simbólico e Qualidade de Vida – Coordenação: Prof. Dr. Nilson Moraes e Prof. Dr. Priscila Kuperman (UFRJ). Vinculado ao Projeto “Comunicação Simbólica e Qualidade De Vida”, criado em 2003 e integrado ao Projeto PACEM (“Projeto de Educação Continuada e Crítica em Ecologia da Mente”) – HESFA Hospital - Escola São Francisco de Assis: Núcleo de Extensão da UFRJ.</p> <p>5) Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro (Coord. Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro) - Projeto desenvolvido em rede com o Museu de Ciências da Terra e o Museu de Astronomia e Ciências Afins. Inclui recursos do Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos (LAMET), do MAST, coordenado pelo Prof. Dr. Marcus Granato.</p> <p>6) O documento vai à Escola: aprendendo e ensinando com o Arquivo - Coord. Prof. Dr. Luiz Cleber Gak. Projeto desenvolvido em rede com o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Inclui o planejamento e desenvolvimento de kits educativos com reproduções do acervo do AGCRJ. Responsável no AGCRJ – Profa. Rita de Cássia de Mattos.</p>
--	---

Quadro 04: Projetos de Pesquisa ligados ao DEPM

Fonte: SCHEINER et al, 2004, p. 9-10.

Como apontado, os projetos de pesquisa se caracterizam, principalmente, por interfaces internacionais e interinstitucionais: no primeiro caso, os projetos de pesquisa são desdobramentos diretos do ICOFOM, como no caso do projeto Termos e Conceitos da Museologia¹². No segundo caso, são projetos coordenados por professores da Escola de Museologia, porém desenvolvidos em parceria com outras instituições do Rio de Janeiro. Além de ser algo recomendado pela CAPES, essa perspectiva transmite a ideia de que a Museologia desenvolvida na UNIRIO acontece em consonância com uma Museologia desenvolvida mundialmente, sob a égide do ICOFOM; sugere, ainda,

¹² Já discutido nessa Tese.

que ela precisa também da prática – e de instituições culturais – para legitimar aquilo que tem sido defendido como parte de sua característica fundamental: uma ligação direta com os museus e espaços denominados “museológicos”¹³ pela Museologia (como o arquivo e as coleções).

Como conceitos teóricos fundamentais, o Programa tomou o Museu como fenômeno cultural dinâmico; a Museologia como disciplina científica e independente, “que apresenta postulados próprios, um sistema e metodologias de estudo específicas”; e Patrimônio como um conceito polissêmico (SCHEINER ET AL, 2004, p. 13). No caso desse último, sua inserção na Museologia se justificaria pelo seguinte postulado:

A Museologia, na sua prática, permite realizar ações que concorram para a melhoria de qualidade de vida do homem e para a valorização do seu patrimônio natural/ cultural (patrimônio integral): o planeta Terra e a vida, em todas as suas manifestações; **através da Museologia, a ação patrimonial se articula**, permitindo às diferentes sociedades reconhecer os movimentos de sintonia entre tendências contraditórias e complementares, de racionalização e subjetivação, de integração e transformação da ação coletiva, em contextos sócio-históricos específicos [...] Bem aplicada, **a Museologia pode constituir importante instrumento de reconhecimento e valorização social**, influenciando de modo abrangente interesses políticos e culturais e permitindo o desenvolvimento de uma ação patrimonial que produza as condições de conhecimento e reconhecimento, de salvaguarda e gestão de recursos, de apropriação e criação do patrimônio como projeto coletivo. Neste sentido, a Museologia se realiza enquanto agente de desenvolvimento integrado, concorrendo para o progresso da sociedade humana, em contextos plurais (SCHEINER ET AL, 2004, p. 13-14, grifo dos autores).

As linhas de pesquisa Museu e Museologia e Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento foram mantidas como linhas de pesquisa do Programa, com o objetivo claro de manter uma continuidade com as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Museologia na UNIRIO (SCHEINER ET AL, 2004, p. 14). Visando consolidar a proposta, foi criado, em 2003, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Museologia, Patrimônio e Turismo - NUCLEM, com o objetivo de desenvolver estudos teóricos e ações sobre Museologia, Patrimônio e Turismo, “Destinado ao desenvolvimento de planos, programas e projetos que tornem possível a aplicação dos princípios e metodologias próprios da Museologia e dos estudos patrimoniais (incluindo o Turismo

¹³ Nesse caso inclusive se adota o termo “museológico” que deveria estar mais para a Museologia que para os museus. O uso desse termo pode ser um indicador do quão fundida e necessitada seria a Museologia de suas práticas, a ponto de denominá-las como algo relativo a ela mesma. Para mais informações sobre a distinção dos termos “museológico” e “museal”, ver CARVALHO, Luciana; SCHEINER, Tereza. Reflexões sobre Museologia: Documentação em museus ou museológica? In: **XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: 2014, v. 15, 3948-3965.

Cultural) às necessidades de conhecimento, proteção, interpretação e divulgação do patrimônio integral da Humanidade” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 23).

A proposta também usou das seguintes prerrogativas: 1) ser instaurada no âmbito da Escola de Museologia – o curso mais antigo da área no Brasil e na América Latina; 2) esse curso ter sediado congressos e seminários internacionais da Museologia, dentre os quais destacaram-se eventos sob a tutela do ICOM - as Trienais Mundiais de Museologia (TRIOMUS) e reuniões de Comitês Internacionais do ICOM, tais como o Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural nos Museus (ICOM/CECA), o ICTOP e o ICOFOM – “[...] estes dois últimos eventos realizados pela Escola de Museologia da UNIRIO, a pedido das autoridades do ICOM e com grande sucesso acadêmico” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 20); e 3) a inexistência, no Brasil, de programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área, o que prejudicaria “a complementação e aprofundamento dos estudos específicos de Museologia” visto que os profissionais, para estudos nesse nível, “[...] vêm-se compelidos a buscar programas de Mestrado e Doutorado que nem sempre atendem às suas expectativas, necessidades, interesses e qualificações” (SCHEINER ET AL, 2004, p. 23).

O Grupo de Trabalho aponta a relevância do ICOFOM na difusão da Museologia entre universidades “[...] tendo mesmo propiciado, em alguns casos, a implantação de programas de Museologia e Patrimônio, em países onde não existia anteriormente esta tradição”, conforme já apontamos, também destacando o ICOFOM LAM por desempenhar o mesmo papel na América Latina e Caribe (SCHEINER ET AL, 2004, p. 23-24).

Em novembro de 2004 a CAPES enviou parecer negativo à implantação do Programa, no qual informava que, mesmo considerando a pertinência e relevância da proposta, essa tinha algumas pendências. No ano seguinte, em janeiro, o então grupo formador do PPG-PMUS enviou um recurso, no qual respondia a cada item pendente demonstrado pela CAPES. O quadro abaixo apresenta de forma resumida o recurso encaminhado:

Pendências	Resposta
1) a informação sobre o comprometimento institucional com a implantação do curso foi considerada insuficiente;	O PPG-PMUS apresentou a Resolução No. 1722, de 19 de dezembro de 1996, que constava a aprovação e incentivo da UNIRIO na implantação da proposta. Reforçou ainda que a UNIRIO, em todas as instâncias, aprovou o envio da proposta à CAPES, inclusive com o comprometimento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e da própria Reitoria, conforme Resolução No. 2566, de 13 de julho de 2004. Reforçou-se, também, a atuação da

	Escola de Museologia até o momento da proposta.
2) a infraestrutura está adequada, com exceção do acervo bibliográfico;	Reforçou-se que a UNIRIO contava com acervos bibliográficos adequados para atender às demandas do Programa, além de contar com a estrutura da rede de parceiros interinstitucionais e suas respectivas bibliotecas.
3) o número de docentes com tempo de dedicação integral ao Programa não era suficiente;	O PPG-PMUS reformulou o quadro, apresentando 11 docentes para o quadro permanente, com regime de 40 horas ou DE na UNIRIO, com exceção do Prof. Mario Chagas, em regime de 20 horas.
4) dentre os 09 docentes exclusivos, 02 não teriam experiência em orientação de pós-graduação;	Apontou que, dentre os 11 docentes apresentados, 06 possuíam experiência com a Pós-Graduação; os 05 outros eram professores recém-doutores. Reforçou-se, ainda, que a ausência de um programa de Pós-Graduação em Museologia limitava as oportunidades de orientação para os docentes que são específicos da área.
5) dentre esses mesmos 09 professores, 03 não apresentavam nenhuma publicação na área da Museologia nos últimos 03 anos;	Chamou-se atenção para o fato de que o PPG-PMUS não se caracterizava, exclusivamente, como um programa de Museologia, mas como um programa em Museologia e Patrimônio. Tal perspectiva amplia tanto a atuação docente quanto o número de publicações.
6) os 09 docentes totalizavam 16 publicações, perfazendo uma média de 0,6 por docente;	A mesma resposta anterior foi reforçada nesse item, no qual se destacou o total de 123 publicações do conjunto de docentes, com média de 2,3 publicações.
7) o grupo permanente não estaria suficientemente amadurecido, do ponto de vista de seu comprometimento com a pesquisa;	Ponderou-se que os docentes do Núcleo Permanente do Programa tinham comprometimento efetivo com a atividade de pesquisa, o que poderia ser atestado pelos projetos de pesquisa cadastrados na UNIRIO e vinculados ao Diretório dos Grupos de Pesquisa da Universidade.
8) os indicadores não caracterizavam um corpo permanente que poderia sustentar um programa de pós-graduação com qualidade;	Ressaltou-se, primeiramente, o ineditismo da proposta, sem precedentes no cenário brasileiro. Ressaltou-se a importância da estrutura de rede para a execução e plena realização do PPG-PMUS.
9) a produtividade estava abaixo dos patamares mínimos exigidos para a área.	Ressaltou-se o reconhecimento profissional e acadêmico, tanto a nível nacional quanto internacional, de docentes integrantes do corpo permanente, dentre eles Tereza Scheiner (na época membro do Conselho Executivo do ICOM), José Mauro Loureiro (consultor do CNPq), José Dias (cenógrafo reconhecido nacionalmente e ex vice-reitor da UNIRIO), Maria Amélia Reis (conhecida na área de políticas educacionais, ex-Secretária de Educação do RJ) e Mário Chagas (coordenador da Política Nacional de Museus).

Quadro 05: Síntese do Recurso do PPG-PMUS à CAPES

Fonte: PPG-PMUS, 2005f.

Como justificativa para a proposta, o grupo também destacou:

Observe-se ainda que a Museologia é um **campo disciplinar em processo de consolidação**, o que se faz visível pelo fato de tantos professores e pesquisadores, com larga experiência na área da Museologia tanto no Brasil como no exterior, terem desenvolvido suas pesquisas de Mestrado e Doutorado em áreas afins. **A existência de**

um Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Museologia e Patrimônio permitirá que esta experiência seja agora direcionada para o próprio campo, permitindo o desenvolvimento de estudos e projetos relevantes para a sua consolidação e contribuindo para a sistematização de saberes teóricos e práticos vinculados à Museologia e ao Patrimônio (PPG-PMUS, 2005f, p. 22).

Tendo em vista que a CAPES não tinha, naquele momento, como avaliar uma proposta de Programa em rede, foi alterado o plano associativo do Programa, tendo-se optado por manter uma rede de natureza interinstitucional e transnacional, mas priorizando, para a gestão do Programa, a modalidade “Associação parcial”. Como parceiro dessa associação foi escolhido o MAST, com o qual a área de Museologia da UNIRIO já desenvolvia uma interface. O recurso encaminhado à CAPES “[...] considera a UNIRIO (principal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins/Ministério de Ciência e Tecnologia dois nodos centrais desta complexa rede acadêmica” (PPG-PMUS, 2005f, p. 8).

Nesta proposta, a UNIRIO é definida no Parágrafo Primeiro do Convênio que Celebrou com o Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST, reconhecido instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e da Tecnologia, com o objetivo de desenvolver o Curso de Pós-Graduação, como 'instituição responsável' por este projeto. Este Convênio consolida uma situação que se aprofunda desde o ano de 2004, em que a UNIRIO e o MAST desenvolvem uma produtiva interface em projetos de pesquisa e extensão. O Convênio realizado com o MAST é um importante instrumento que regula os interesses e estratégias que movem o Programa. O Convênio é a afirmação jurídica e institucional que demonstra o caminho de nossa opção e do modo que trabalhamos. O Convênio consolida a política de constituição da rede (PPG-PMUS, 2005f, p. 8-9).

O corpo docente permanente, no momento da segunda submissão à CAPES (e posterior aprovação) era constituído pelos seguintes professores doutores: Ana Maria Ribeiro de Andrade, Deusana Maria da Costa Machado, Diana Farjalla Correia Lima, Ivan Coelho de Sá, José da Silva Dias, José Mauro Matheus Loureiro, Luiz Carlos Borges, Marcus Granato, Maria Amélia Gomes de Souza Reis, Mário de Souza Chagas, Nilson Alves de Moraes, Sul Brasil Pinto Rodrigues¹⁴ e Tereza Cristina Moletta Scheiner (PPG-PMUS, 2005d). Integravam o corpo de colaboradores os seguintes professores doutores: Amalia Graciela Castelli Gonzalez, Anita Shah, Bernard Deloche, Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, Hildegard Vieregg, José Ribamar Bessa Freire, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Luiz Cleber Gak, Márcio D’Oliveira Campos, Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loreiro, Martin R. Schärer, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Patrick Boylan, Priscila de Siqueira Kuperman,

¹⁴ Ainda antes do resultado da aprovação, o Prof. Dr. Sul Brasil Pinto Rodrigues solicitou sua saída por motivos pessoais.

Rosane Maria Rocha de Carvalho, Sonia Gomes Pereira, Tomislav Sola, Vinos Sofka (PPG-PMUS, 2005c).

O projeto foi reavaliado e a CAPES divulgou o resultado da aprovação do PPG-PMUS, na modalidade Mestrado, em março de 2006 (CAPES, s/d); o conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIRIO aprovou, em 11 de maio de 2006, a implantação do PPG-PMUS (UNIRIO, 2006b), e a Portaria de aprovação foi promulgada pelo Reitor em 15 de maio de 2006 (UNIRIO, 2006a). Em abril de 2006 realizou-se a primeira reunião do Colegiado do PPG-PMUS, institucionalizando, a partir de então, a existência do Programa. Nessa reunião, foi escolhida como coordenadora do PPG-PMUS a Profa. Dra. Tereza Scheiner e indicado como vice-coordenador o Prof. Dr. Marcus Granato¹⁵, representando o Museu de Astronomia e Ciências Afins, instituição que co-sediaria o programa e que viria a aceitar a vice-coordenação na reunião seguinte¹⁶. Ficou acordado que as atividades acadêmicas do PPG-PMUS seriam iniciadas em agosto de 2006, com o ingresso da primeira turma de mestrandos¹⁷. Na segunda reunião, foi aprovada a implantação de uma revista eletrônica, indexada e de cunho acadêmico, que viria a ser a Revista Eletrônica Museologia e Patrimônio. O primeiro volume da Revista Museologia e Patrimônio foi publicado em 2008 e, atualmente, a Revista está em seu nono volume e possui Qualis B2¹⁸.

Em 2009 foi alterada, em parte, a estrutura curricular do Programa visando a próxima submissão de APCN para o nível de Doutorado, levando em conta duas necessidades: 1) possibilitar a todos os discentes o cumprimento de disciplinas consideradas fundamentais para a área da Museologia e Patrimônio, como Teoria e Metodologia da Museologia, Teoria do Patrimônio e Museologia e Documentação, tornadas obrigatórias para os alunos de ambas as linhas; e 2) Museologia e Comunicação e Museologia e Conservação foram tornadas obrigatórias, respectivamente, para os alunos das Linhas 01 e 02. O quadro a seguir demonstra a oferta total de disciplinas do Programa desde sua implantação e as alterações feitas em 2009:

¹⁵ ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 19/04/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

¹⁶ ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 10/05/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

¹⁷ Não há como não mencionar o fato de que fiz parte dessa primeira turma de mestrandos, sendo a segunda discente a obter o grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

¹⁸ POLÍTICAS EDITORIAIS. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/about/editorialPolicies#publicati onFrequency>>. Acesso 03 jan. 2017.

DISCIPLINAS	MODALIDADE (M – Mestrado /D – Doutorado)	STATUS ENTRE 2005- 2009	STATUS 2009- ATUAL
Cultura e Sociedade: Itinerários Simbólicos	M/D	Eletiva	Eletiva
Museologia e Arte	M/D	Eletiva	Eletiva
Museologia e Comunicação	M/D	Obrigatória (Linha 01)	Obrigatória (Linha 01)
Museologia e Conservação	M/D	Obrigatória (Linha 02)	Obrigatória (Linha 02)
Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável	M	Obrigatória	Eletiva
Museu: Teorias e Práticas	M/D	Eletiva M	Eletiva M/D
Patrimônio, Museologia, Educação e Interpretação	M/D	Eletiva	Eletiva
Patrimônio, Natureza e Biodiversidade	M/D	Eletiva	Eletiva
Patrimônio, Novas Tecnologias e Informação	M/D	Eletiva	Nome alterado para <u>Museologia, Patrimônio, Documentação e Informação</u> e tornou-se obrigatória para as duas linhas
Seminário de Pesquisa em Museu e Museologia I	M	Obrigatória	Eletiva
Seminário de Pesquisa em Museu e Museologia III	M	Obrigatória	Eletiva
Seminário de Pesquisa em Museu e Museologia III	D	Obrigatória	Eletiva
Seminário de Pesquisa em Museu e Museologia IV	D	Obrigatória	Eletiva
Seminários de Pesquisa em Museologia e Patrimônio I	M	Obrigatória	Eletiva
Seminários de Pesquisa em Museologia e Patrimônio II	M	Obrigatória	Eletiva
Seminários de Pesquisa em Museologia e Patrimônio III	D	Obrigatória	Eletiva
Seminários de Pesquisa em Museologia e Patrimônio IV	D	Obrigatória	Eletiva
Teoria do Patrimônio	M/D	Obrigatória (Linha 02)	Obrigatória (para as duas linhas)
Teoria e Metodologia da Museologia	M/D	Obrigatória (Linha 01)	Obrigatória (para as duas linhas)
Tópicos Avançados em Museologia e Patrimônio	D	Eletiva	Eletiva
Tópicos Especiais em Museologia e Patrimônio	M	Eletiva	Eletiva

Quadro 06: Quadro de Disciplinas do PPG-PMUS¹⁹

Fonte: (PPG-PMUS 2005; 2009).

¹⁹ Vale ressaltar que, como discente, tive a oportunidade de cursar as duas estruturas curriculares visto que, pelo fato de ter passado quatro anos entre minha saída do Mestrado e ingresso no Doutorado, era previsto, no regulamento, novamente o cumprimento de todos os créditos de disciplinas.

As disciplinas que melhor refletem a perspectiva epistemológica do PPG-PMUS e as difundem para os discentes são: Teoria e Metodologia da Museologia e Teoria do Patrimônio ²⁰.

Teoria e Metodologia da Museologia	Teoria do Patrimônio
<p>Abordagem teórico-filosófica do Museu enquanto fenômeno e da Museologia como campo disciplinar. Aspectos teórico-metodológicos da Museologia. Relação com outros campos do conhecimento. Fundamentos para a construção de uma Teoria do Museu. Museologia, ciência e filosofia. Museologia e Arte. Museologia e ética. Museu Interior. Museu Universal. Museu Virtual.</p>	<p>Abordagem teórico-filosófica do Patrimônio natural e cultural, propiciando os fundamentos para uma Teoria do Patrimônio. Patrimônio integral: natureza, sociedade e representação. Aspectos filosóficos, políticos e éticos da preservação do patrimônio. Patrimônio mundial: o papel da UNESCO e outras organizações. Política ambiental e patrimonial. Metodologias de preservação e conservação de patrimônio. Documentação e interpretação do patrimônio material e imaterial. Museologia e os Novos Patrimônios.</p>

Quadro 07: Ementas das Disciplinas Teoria e Metodologia da Museologia e Teoria do Patrimônio, do PPG-PMUS

Fonte: (PPG-PMUS, 2010)

Como é possível observar, ambas as disciplinas são apresentadas baseadas em uma perspectiva “teórico-filosófica” sobre os conceitos de Museu e Patrimônio.

Em 2009, no APCN desse ano, foi enviada uma proposta de Doutorado à Capes, que realizou uma visita em maio de 2010, fazendo recomendações e alterações. Na proposta, além da Associação Simples entre UNIRIO e MAST, foi sugerida a inclusão de um terceiro parceiro - o Museu Paraense Emílio Goeldi, proposta essa não recomendada pela CAPES. Assim, em 2010, foi encaminhada uma nova proposta no APCN, com as recomendações e alterações sugeridas, dentre elas, a ampliação do corpo permanente de professores credenciados para o Doutorado, de seis para dez (PPG-PMUS, 2010a).

Para encaminhamento da proposta de ampliação do Programa para o Doutorado, considerou-se as seguintes prerrogativas, conforme quadro abaixo:

1. a necessidade de aprimorar a titulação docente das universidades brasileiras, para melhor adequar o alunado ao mercado de trabalho;
2. as profundas alterações ocorridas nos diversos campos do saber, exigindo a constante renovação de conhecimentos, não apenas no universo acadêmico, mas também - e especialmente - no mundo profissional;
3. a importância das estratégias de integração entre o ensino de graduação e pós-graduação, com o desenho e a implementação de programas que aumentem a mobilidade entre os dois

²⁰ Reforçamos o fato de que se trata de disciplinas obrigatórias para as duas linhas e oferecidas no primeiro semestre dos cursos. Ambas são oferecidas pela Profa. Dra. Tereza Scheiner desde a primeira turma de Mestrado.

- níveis, enfatizadas pelas políticas nacionais de educação superior;
4. a flexibilização do ensino superior, permitindo que os alunos de Graduação possam preparar-se para uma pós-graduação no mesmo campo do conhecimento;
 5. a consolidação da Museologia brasileira, propiciada pela construção de uma política nacional de Museus e pela criação de sistemas estaduais e de um sistema nacional de museus, bem como do Estatuto de Museus e do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (ambos formalmente instituídos em 2009);
 6. o considerável aumento das oportunidades de formação de pessoal para museus, propiciado pela criação e implantação de doze (12) novos cursos de Graduação em Museologia, em diversos estados brasileiros, gerando a necessidade imperativa de formar Mestres e Doutores para esses novos cursos. A esse respeito, foram formalizados apoios importantes a nossa proposta de implantação do Doutorado em Museologia e Patrimônio: Rede de Professores do Campo da Museologia (integrada, entre outros, por docentes dos quatorze cursos de Graduação existentes no país) e as Escolas de Museologia da UFOP e da UFPA;
 7. o texto da Lei que regulamenta a profissão de Museólogo (Lei nº. 7.287, de 18 de dezembro de 1984, regulamentada pelo Decreto nº. 91.775 de 15 de outubro de 1985), que abre espaço a profissionais não graduados em Museologia, possuidores de diplomas de terceiro grau, desde que possuam Mestrado ou Doutorado em Museologia;
 8. a necessidade de qualificação adequada de profissionais para o campo da Museologia, enfatizada pelo texto da Lei nº. 11.904, de 14 de janeiro de 2009 (institui o Estatuto de Museus e dá outras providências);
 9. a demanda por profissionais bem qualificados em toda a América Latina, com possibilidades concretas de intercâmbio e co-participação profissional, a exemplo de alunas que cursam regularmente o Mestrado, vindas respectivamente da Colômbia e do Chile.

Quadro 08: Caracterização da Proposta do PPG-PMUS (APCN – 2010)

Fonte: (PPG-PMUS, 2010).

Algumas questões foram as mesmas colocadas na Caracterização da Proposta para a implantação do Programa, em 2005. Entretanto, como demanda para o Curso de Doutorado, ressaltou-se a existência de 12 novos cursos de Graduação em Museologia, com a necessidade de espaços para formação de Mestres e Doutores; e ainda a parceria com a recente Rede de Professores de Museologia ²¹, com a ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação ²² e com cursos de Museologia. Para o PPG-PMUS, a implantação do Doutorado permitiria a consolidação de “estudos teóricos de alto nível sobre as relações entre Museologia e Patrimônio”, ampliando e aprofundando as discussões propiciadas pelo Mestrado, por

²¹ Essa rede, intitulada “Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia”, gerou dois encontros: o I e o II Seminário Brasileiro de Museologia - SEBRAMUS, na Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte) e na Universidade Federal de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco (Recife), respectivamente. Essa rede “[...] nasce com o desafio de ser um espaço de construção solidária e dialógica da Museologia no cenário nacional. Tem como objetivo se afirmar como locus privilegiado de discussões acadêmicas, contribuindo para a divulgação qualificada da produção científica dos professores e pesquisadores da área”. In: I SEBRAMUS. Disponível em: < <http://www.eci.ufmg.br/news/i-sebramus-seminario-brasileiro-de-museologia-de-12-a-14-de-novembro> >. Acesso em: 04 jan. 2017.

²² No caso da ANCIB, tal parceria resultou na criação de um Grupo de Trabalho intitulado “Museu, Patrimônio e Informação”, no âmbito dessa instituição.

meio da geração de Doutores para atuar na Museologia e com ações patrimoniais (PPG-PMUS, 2010a). Na justificativa, dentre os itens mencionados, damos destaque à:

[...] necessidade de titulação de profissionais para exercer a docência nos novos Cursos de Graduação implantados no país, neles constituindo novos grupos de pesquisa, com vistas à implantação de futuros programas de Pós-graduação específicos do campo; [...] Com a implantação do Doutorado, o Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio poderá ampliar sua atuação e consolidar-se, enfim, como vigoroso centro de rede para estudos museológicos e patrimoniais em toda a região latino-americana, através do estabelecimento de convênios e acordos de cooperação internacional; e também no âmbito das cátedras regionais e internacionais de trabalho acadêmico - processo este que já se encontra em andamento (PPG-PMUS, 2010a).

O PPG-PMUS baseou-se em um argumento da própria CAPES, que, juntamente com o CNPq, vinha enfatizando “[...] a importância da existência de programas completos, com Mestrado e Doutorado” (PPG-PMUS, 2010a). Tal premissa levou PPG-PMUS a ser estruturado como programa completo desde sua primeira proposta; o próprio nome, “Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio” (PPG-PMUS, 2010a), revela que a intenção foi sempre a de implantar um Programa nos dois níveis. Outra questão importante levantada pelo PPG-PMUS é que a ampliação para o Doutorado possibilitaria o desenvolvimento da carreira de Pesquisador em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, 2010) – nesse caso, apesar de já existirem pesquisadores na área da Museologia e Patrimônio, nenhum ainda teria a nomeação reconhecida por meio de um título de Doutor, conferido em território brasileiro.

O corpo docente permanente habilitado para o Curso de Doutorado foi composto pelos seguintes professores doutores: Tereza Cristina Moletta Scheiner, Diana Farjalla Correia Lima, José Dias, Nilson Alves de Moraes, Deusana Maria da Costa Machado, Ivan Coelho de Sá, Marcos Granato, Luiz Carlos Borges e Priscila Faulhaber Barbosa. Como colaboradoras, as professoras doutoras Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa e Sonia Maria Gomes Pereira (PPG-PMUS, 2010c).

Em 2010, na avaliação trienal, o PPG-PMUS recebeu conceito “bom” e “muito bom” nos itens avaliados: Proposta do Programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social, elevando assim seu conceito geral para nota 04 (CAPES, 2010). No final de 2010, a CAPES autorizou a implantação do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio (CAPES, 2010).

Desde a implantação do Curso de Doutorado, essa modalidade já contou com mais de 50 alunos, dos quais 13 já são doutores (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 15). Para Scheiner e Granato:

O PPG-PMUS atua em rede interinstitucional de abrangência nacional e transnacional, da qual participam instituições acadêmicas e de pesquisa no campo da Museologia e do Patrimônio. A opção pelo modelo de Associação Parcial e a escolha do MAST como parceiro possibilitaram a implantação de uma infraestrutura administrativa e acadêmica compartilhada, que vem permitindo realizar ações integradas com especialistas em Museologia e Patrimônio, do Brasil e do exterior (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 15).

A ressonância internacional do programa é amplamente valorizada e um diferencial relevante: desde o ano de sua implantação, que contou com aula inaugural ministrada pela então Presidente do ICOM Alissandra Cummins, o PPG-MUS tem contado sistematicamente com nomes internacionais ministrando aulas inaugurais e seminários – a maioria tendo relação direta com o ICOM. Isso mostra uma estreita relação, mesmo que não na forma de uma parceria formalizada, entre o ICOM e o programa, no qual o primeiro legitima e gera capitais científicos no segundo; e o segundo reforça o *status* de referência do ICOM para a área da Museologia: “O PPG-PMUS é, assim, o único programa existente de Pós-Graduação em Museologia a ter contado com a presença do Presidente do ICOM (órgão máximo de representação mundial, no campo) em duas aulas inaugurais (Mestrado e Doutorado) no curto espaço de cinco anos” (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 15-16).

O objetivo principal do PPG-PMUS é: “a formação de profissionais em nível de Mestrado e Doutorado, numa articulação estreita com a produção de conhecimento no campo da Museologia e dos estudos sobre o Patrimônio, desenvolvida nos projetos de pesquisa coordenados pelos docentes” (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 18). Os objetivos específicos e compromissos são apresentados a seguir no quadro 09:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	COMPROMISSOS:
<p>I - Atender à demanda existente de qualificação <i>stricto sensu</i> de museólogos e de profissionais das áreas de ciências humanas e sociais, que trabalhem em museus e instituições voltadas para a pesquisa, a documentação, a proteção e a difusão do patrimônio natural e cultural, material e imaterial – do âmbito local à escala geo-planetária (patrimônio geológico, paleontológico, arqueológico; patrimônio mundial).</p> <p>II - Enfatizar a pesquisa e a reflexão crítica, em ambiente de produção de conhecimentos, propiciando a implementação de pesquisas e projetos especializados tendo como tema a Museologia, o Patrimônio e o Desenvolvimento;</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuir para o fortalecimento da Museologia como campo disciplinar, através do desenvolvimento de pesquisas e debates acadêmicos que levem à produção de conhecimento, a partir de diferentes enfoques teórico-metodológicos. 2. Operar em rede interinstitucional, possibilitando o avanço da reflexão em Museologia e Patrimônio, em âmbito local, nacional, regional (latino-americano) e mundial; 3. Qualificar profissionais das áreas de ciências humanas, sociais e ambientais para o estudo e a análise crítica do Fenômeno Patrimonial e do Museu, em suas relações

<p>III - Promover um fórum permanente de análise e debate sobre o papel da Museologia e dos Estudos Patrimoniais no desenvolvimento econômico e social;</p> <p>IV - Qualificar mão de obra de alto nível para atuar em atividades docentes e de pesquisa, vinculadas aos programas de formação profissional no campo da Museologia e do Patrimônio.</p> <p>V - Formar docentes para o Ensino Superior, capacitados para atender às especificidades dos programas de ensino de Graduação e Pós Graduação Lato e Stricto sensu, no campo da Museologia e do Patrimônio.</p>	<p>com a realidade, utilizando a filosofia e as metodologias de trabalho da própria Museologia e da Teoria do Patrimônio, em associação com os demais campos do conhecimento, com os quais a Museologia interage;</p> <p>4. Priorizar os estudos e debates sobre Museologia e Patrimônio vinculados às realidades brasileiras e latino-americanas;</p> <p>5. Vincular as pesquisas do Programa de Pós Graduação à Graduação, criando um corpo crítico integrado.</p>
---	--

Quadro 09: Objetivos e compromissos do PPG-PMUS

Fonte: SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 18-19.

Segundo os coordenadores do PPG-PMUS, esse “[...] atende, desde a sua implantação, aos princípios da interculturalidade, da interdisciplinaridade e da participação aberta” (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 21). O PPG-PMUS se caracteriza por considerar, como grande área de concentração, Museologia e Patrimônio. A ementa para essa área é apresentada da seguinte forma:

Patrimônio - conceito polissêmico que abrange desde o conjunto de elementos que cada indivíduo entende como pertencente a sua esfera pessoal, até o conjunto de recursos vinculados às relações que cada sociedade estabelece com o meio natural e/ou com sua produção cultural. Patrimônio como expressão do conjunto de experiências e saberes acumulados pelo humano, no tempo e no espaço. Museologia como disciplina científica, cujo campo de atuação é o Real em sua integralidade. Museu como fenômeno cultural e suas diferentes representações, em distintos tempos e espaços, de acordo com os sistemas de pensamento de cada sociedade. Museu como instituição. Museologia e patrimônio como sistemas simbólicos. Valorização do patrimônio tendo como meta a promoção da solidariedade e da tolerância entre as culturas, o respeito à diferença e o diálogo intercultural. Museologia como instância articuladora da ação patrimonial e como instrumento de reconhecimento e valorização social (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 21-22).

No PPG-PMUS, essa área se desdobra em duas linhas de pesquisa, conforme já apresentado antes, sendo a primeira, intitulada Museu e Museologia, voltada para as questões ontológicas e epistemológicas da disciplina; e a segunda, denominada Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento, voltada para as interfaces entre a Museologia e representações do fenômeno patrimônio (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 22). A ementa da Linha 01 aponta a perspectiva do PPG-PMUS em relação ao conceito de Museu e ao lugar da Museologia: Museu como fenômeno (gênese, desenvolvimento e representações no tempo e no espaço; Museu na relação com

indivíduos, cultura e sociedade; Modelos conceituais de Museu ²³) e Museologia como campo disciplinar (Museologia e Sistemas Simbólicos; critérios semiológicos; terminologia da Museologia; Museologia como geração do novo: interpretação de realidades; e discurso museológico (constituição e análise) (PPG-PMUS, 2010b). Trata-se de uma estrutura que é, em parte, herdeira do Leste Europeu e da perspectiva scheineriana, que reflete a defendida na reforma curricular da Escola de Museologia de 1996. Na linha 01, encontram-se projetos que incluem termos e conceitos da Museologia e sua configuração como campo disciplinar; museu como instância comunicacional e exposição como ato criativo; e memória da Museologia.

Já a ementa da Linha 02 coloca a Museologia em relação direta com o Patrimônio: “Análise das relações entre Museologia e Patrimônio, no tempo e no espaço, em todas as suas representações: patrimônio natural /cultural / material / imaterial [...] Museologia, sociedade e o patrimônio integral. Museologia e os Novos Patrimônios. Museologia Aplicada a Acervos” (PPG-PMUS, 2010). Na linha 02, são desenvolvidos projetos voltados para documentação, conservação e gestão do patrimônio; museus e coleções; políticas, diretrizes e aspectos legais do campo museológico e patrimonial, entre outros. As disciplinas são conectadas e distribuídas nessas duas linhas (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 22).

4.4 O PPG-PMUS e a defesa de interdisciplinaridade e da ampliação das fronteiras da Museologia frente ao fenômeno Patrimônio

Como apontado anteriormente, a CAPES considera importante, em suas avaliações, um corpo docente diversificado (CAPES, 2016, p. 6). Para a CAPES, a Museologia se encontra na Área de Ciências Aplicadas I ²⁴, juntamente com a Comunicação e a Ciência da Informação (CAPES, 2016); ainda, segundo a agência avaliadora, a Museologia foi a área que mais cresceu dentre as três, no triênio 2012-2015, de apenas um Programa, no triênio anterior, para 05 programas (BRASIL, 2016, p. 2).

A interdisciplinaridade é uma das características da área de Ciências Sociais Aplicadas I. O Gráfico 3, mostrando as áreas de conhecimento de formação do corpo docente dos programas, demonstra bastante bem sua diversidade, assim como a maior incidência da Comunicação

²³ Quem sistematizou modelos conceituais de Museu que na atualidade são referência para cursos de Museologia de todo o Brasil foi Scheiner (1998/1999).

²⁴ Entretanto, como consta na Portaria nº. 234, de 15 de dezembro de 2016, da CAPES, a área de avaliação “Ciências Sociais Aplicadas I” passou a ser denominada “Comunicação e Informação”, alteração essa ainda não atualizada no próprio sítio da CAPES até o momento da escrita desta tese.

e da Ciência da Informação. Reunindo programas acadêmicos e profissionais nessas duas áreas básicas, assim como em Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia, a área seria melhor caracterizada como “Comunicação e Informação”, tendo sido encaminhada à CAPES solicitação de alteração de seu nome (CAPES, 2016, p. 5).

Segundo Coelho (2015, p. 34), a partir de um levantamento no Diretório de Grupos de Pesquisa, foram identificados 59 grupos de pesquisa com a palavra-chave Museologia; desses grupos, somente 21 (35,59%) definem a Museologia como área predominante – os demais 38 grupos (64,41%), apesar de possuir atores oriundos da Museologia, alocam os seus estudos em outra área predominante. Para Coelho, “Museologia, na qualidade de área do conhecimento institucionalizada, existe por meio do conhecimento especializado, socialmente produzido e proposto como referência à própria prática museológica exercida pelos profissionais da área” (COELHO, 2015, p. 62).

Para Pinheiro, a interdisciplinaridade nasce no seio das Ciências Humanas e Sociais que, no mundo contemporâneo, “[...] forjaram uma epistemologia multifacetada e híbrida” (PINHEIRO, 2012, p. 7-8), e destaca como um dos pioneiros a discutir esse conceito, no cenário brasileiro, Hilton Japiassu, desde 1976. O movimento da ciência moderna que criou o cientista – ou o especialista, que possui um conhecimento elevado de dado domínio restrito - também possibilitou à própria ciência constituir-se como “consciência do mundo” (GUSDORF, 1975, p. 14), que por sua vez “dividiu-se para reinar” (GUSDORF, 1975, p. 20). Entretanto, para esse mesmo autor, quanto mais as disciplinas se diversificaram, mais distantes ficaram da realidade humana (1975, p. 14). Conforme Gusdorf, Japiassu apontou, em consonância com toda uma movimentação nas décadas de 1960 e 1970, para uma nova forma de organização da própria ciência:

Chegou o momento de uma nova epistemologia, que não seria mais somente uma reflexão sobre cada ciência em particular, separada do resto, e comprazendo-se com uma deleitação morosa sobre seu próprio discurso. Invertendo a marcha do pensamento, os sábios de nossa época devem renunciar a se confinarem em sua especialidade, para procurarem, em comum, a restauração das significações humanas do conhecimento (GUSDORF, 1975, p. 15).

A interdisciplinaridade, para Japiassu, se constitui como incorporação do resultado de várias disciplinas (1976, p. 32) e como categoria científica, correspondendo a um nível teórico de constituição das ciências (1976, p. 51). Japiassu dirigia o fenômeno da interdisciplinaridade especificamente às Ciências Humanas: “[...] a interdisciplinaridade se define e se elabora por uma crítica das fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e de mudança no domínio da metodologia das ciências humanas”

(JAPIASSU, 1976, p. 54). Mais ainda: o futuro das ciências humanas depende primordialmente do desenvolvimento de uma metodologia interdisciplinar (JAPIASSU, 1976, p. 213), pois “[...] ainda está por ser construída uma teoria do interdisciplinar” (JAPIASSU, 1976, p. 81).

O fenômeno da interdisciplinaridade teria uma origem tanto interna, como resultado de um remanejamento geral das ciências; como externa, resultado de uma mobilização cada vez maior de saberes em direção à ação (JAPIASSU, 1976, p. 43). Mais que uma conceituação teórica, para ele, a interdisciplinaridade é uma prática, que começa na esfera individual e parte para a coletiva (JAPIASSU, 1976, p. 82): “[...] a interdisciplinaridade se caracteriza pela *intensidade das trocas* entre os especialistas e pelo *grau de integração real* das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa” (JAPIASSU, 1976, p. 74, grifos do autor).

Em Japiassu a interdisciplinaridade e a disciplinaridade estão interligadas: a autonomia de uma disciplina é a condição fundamental para uma possível harmonia de suas relações com as demais disciplinas (JAPIASSU, 1976, p. 82). Scheiner aponta que a interdisciplinaridade da Museologia estaria diretamente relacionada ao momento em que ela ganha caráter de disciplina, mesmo que, nesse caso, tenha almejado para si e reivindicado objetos específicos.

Sabemos que a Museologia, como parte dos saberes configurados sob a episteme da modernidade tardia, se desenvolve na interface entre os demais saberes – os emergentes e os já estruturados -, possuindo portanto um substrato teórico que a aproxima da matriz interdisciplinar. Mas essa mesma trajetória tem identificado para a Museologia objetos de estudo específicos: o Museu (fenômeno) e a Musealidade (valor atribuído, resultante de relações perceptuais específicas do humano sobre o real); e também um conjunto de fundamentos que a identificam como saber autônomo: o real; a evidência; a linguagem; o signo; tempo e espaço; o homem integral; as diferentes “dobras” do real, também chamadas “realidades” (SCHEINER, 2015).

Mesmo sendo configurada nesse cenário interdisciplinar, a Museologia possuiria, para Scheiner, uma terminologia própria, composta tanto por termos engendrados em seu próprio seio quanto por termos incorporados e resignificados por meio de “movimentos de fertilização interdisciplinar [...] dando-lhe os contornos necessários à estruturação de sua Id disciplinar” (SCHEINER, 2016). Nesse cenário, tentou-se – e ainda se tenta – enquadrar ou, pelo menos, conciliar a Museologia no

âmbito de outras áreas do conhecimento: a Ciência da Informação ²⁵, a História, a Comunicação, e, mais recentemente, a Filosofia.

Retomando a perspectiva apresentada em capítulo anterior, de que o fenômeno da interdisciplinaridade surgiu para preencher lacunas da própria disciplinaridade, enfatizamos que esse movimento, como uma revolução científica, contesta a disciplinaridade de conhecimentos que, em realidade, são recortes arbitrários. Entretanto, a interdisciplinaridade surge justamente para reforçar a existência da disciplinaridade: conhecimentos que se julgam compartilhados por fronteiras pré-existentes: “Tal movimento permitirá desvelar o reconhecimento que fundamenta os olhares, narrativas e ações interdisciplinares, na sua relação com a Museologia: pois não é possível ser interdisciplinar se não se avança a partir de uma determinada disciplina” (SCHEINER, 2016). Pinheiro corrobora tal premissa quando afirma, baseada em Clerk e Klein, que a disciplinaridade é o “primeiro princípio”, a base sobre a qual todas as demais acepções – inter, pluri, multi e trans – são construídas (CLERK, KLEIN, 1996 apud PINHEIRO, 2012, p. 10-11).

Segundo Scheiner, “o campo da Museologia é o mesmo do Patrimônio” (SCHEINER, 2016): “Ao longo da última década, vem-se cada vez mais buscando pensar a Museologia seja como campo híbrido (Museologia e Patrimônio), seja como mais uma forma rizomática de saber, que se bem admite algumas hierarquias epistêmicas (identificação de raízes, ou fundamentos) ao mesmo tempo se desvela pelos constantes deslocamentos em direção a outros saberes” (SCHEINER, 2016). A perspectiva de patrimônio defendida pelo PPG-PMUS, conforme descrita em seus documentos, baseia-se no pensamento scheineriano, que define Patrimônio como

[...] **uma poderosa construção signíca**, constituída e instituída a partir de percepções identitárias e integralmente vinculada ao sentimento de pertença – a partir do qual se reflete em todos os jogos da memória e se expressa em todas as representações sociais. **‘Patrimônio’** é portanto um **conceito polissêmico**, que pode estar vinculado tanto ao conjunto de elementos possuídos pelo indivíduo, na esfera pessoal, como ao conjunto de signos reconhecidos como **‘bens’**, por uma ou mais coletividades. Impregnado de um sentido econômico, expressa as relações que cada grupo social estabelece com a natureza ou com sua produção cultural – estando diretamente influenciado pelas maneiras sob as quais cada sociedade compreende Natureza e Cultura (SCHEINER, 2003).

²⁵ No caso dessa área, o evento científico de maior importância para os Programas de Pós-Graduação em Museologia no Brasil é o Encontro da Associação Nacional de Ciência da Informação – ENANCIB, visto que, para constituir sua própria associação, faz-se necessário uma estrutura mínima de pós-graduações ainda não atingida pela Museologia.

Como conceito polissêmico, que admite distintos reconhecimentos e percepções, cada área do conhecimento terá um ponto de vista sobre Museologia e Patrimônio, fruto dos lugares de pensamento dos atores, que considerarão essa relação desde seu lugar de fala (SCHEINER, 2016). A Museologia seria a instância onde patrimônio e museologia são vistos como parte do mesmo “campo” ou disciplina. Essa perspectiva que aponta Museologia como campo híbrido do Patrimônio, no qual distintas perspectivas de inúmeras áreas se confluem, tem como seu principal defensor, no cenário brasileiro, o próprio Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, já que esse programa precisa, também, defender seu lugar de fala e sua configuração como espaço de produção de um conhecimento acadêmico específico.

Se a existência de uma graduação constitui parte fundamental da formação de uma disciplina, a pós-graduação garante-lhe um *status* científico. Sendo oriunda de pontos de vista tão heterogêneos (tanto de docentes como de discentes), a Museologia no PPG-PMUS automaticamente se configura como heterogênea e, ainda, interdisciplinar. As investigações realizadas no Programa extrapolam as fronteiras já definidas, para alguns, e indefinidas, para outros, da Museologia. Um adendo importante é que aqueles docentes que se aproximam mais da Museologia, principalmente pela graduação, em geral tem para si que a Museologia tem seus limites e objeto de estudo muito claros. Para os que são oriundos de outras matrizes, a Museologia tem fronteiras não só indefinidas, mas também alargadas - o que permite incluir a presença desses investigadores e seus pontos de vista dentro dessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre Ciência, campos e disciplinas

*“Toda convicção é crença de estar
Em algum ponto do conhecimento,
da posse da verdade incondicionada”*

Banda Catedral¹.

“A Museologia não é uma disciplina” – disse uma colega do ICOFOM LAM, em uma de nossas inúmeras conversas no encontro do ICOFOM LAM, ocorrido em 2016, em Ouro Preto. Lembro-me, ainda, de suas palavras, mais ou menos assim: “Não é porque a Museologia está na universidade que ela se configura como ciência ou disciplina científica. Veja o exemplo da Arquitetura, para quem essas questões não são colocadas. Isso se dá porque a Ciência já teve seu tempo e lugar”. Tais palavras ficaram em minha mente, ajudando-me e provocando-me, principalmente para as considerações finais desse recorte aqui apresentado na forma de uma Tese.

Essa premissa se assemelha ao que foi dito em nossa dissertação de Mestrado: a Museologia se configura em um ambiente nomeado de Pós-Modernidade, “[...] um mundo sob novos paradigmas, num universo de multiplicidades e contradições, cuja “nova ordem” é a complexidade – onde tudo se vê subvertido pela aceitação do impreciso, e o que até bem pouco era *doxa* ou dogma vem sendo relativizado” (SCHEINER, 2000, p. 46 apud CARVALHO, 2006, p. 95). Vejo-me desafiada, então, a retomar e aclarar alguns pontos apresentados nesta Tese e, ainda, tentar inferir sobre o lugar da Museologia – como disciplina ou como campo, essa última nomenclatura como algo recorrentemente dito, principalmente no Brasil.

Bourdieu narra uma possível conversa entre Parmênides e Sócrates, na qual o primeiro indaga ao “amigo da Sabedoria” (ou, na tradução literal do grego, filósofo) se ele admitia a existência de “formas” de coisas aparentemente significantes, tais como “fio de cabelo, a lama, a sujeira, ou qualquer outro objeto sem importância nem valor”; Sócrates responde que não poderia entrar na questão para não cair em um “abismo de besteiras” (PARMÊNIDES, 130 D.C., apud BOURDIEU, 2012a, p. 35). Parmênides então conclui que tal questão, para ele, surgia possivelmente porque “[...] ele é jovem e novo em filosofia e preocupa-se ainda com a opinião dos homens; a filosofia vai apoderar-se dele um dia e lhe fará ver a inutilidade dessas arrogâncias das quais a lógica não participa” (PARMÊNIDES, 130 D.C., apud BOURDIEU, 2012a, p. 35).

¹ Frase da música “*Carpe Diem*” de autoria de Kim, César e Júlio - Banda Catedral.

Argumentações como a de Sócrates – que parecem tão insanas a princípio, mas que ainda são válidas nos dias de hoje – só podem fazer sentido no âmbito de um grupo que detém os meios não só de compreendê-las, mas de torná-las reconhecíveis e legítimas. Mesmo considerando que no momento da conversa entre Parmênides e Sócrates não existia Ciência tal como a reconhecemos, é também possível inferir que não existe Ciência, hoje, da forma como essa foi concebida na Idade Moderna. Contudo, esse diálogo e o que analisamos aqui, nesta Tese, têm algo em comum: argumentações que só são possíveis no âmbito de uma coletividade e que só fazem sentido e são reconhecidas dentro dela mesma.

Se não existe Ciência como foi concebida nos séculos XVII, XVIII e XIX, o que existe hoje, no século XXI? Bourdieu nos diria que o que temos é uma coletividade autônoma da sociedade cujas regras, posições e capitais lhes são próprios e que, para fazer parte dessa coletividade, é necessário “jogar as regras do jogo” – e essa coletividade tem, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, criado mecanismos e legitimado instituições para a sua própria manutenção. Tal coletividade poderia ser chamada, como assim o foi por Bourdieu, de campo científico.

O campo científico teria como objetivo, para o senso comum e para o senso douto, a busca da verdade; em Bourdieu esse campo não serviria aos interesses na busca de dada verdade, mas sim ao domínio coletivo futuro de sua prática. É importante ressaltar que existem mecanismos e instituições que fazem parte do processo de “crenças e aparências de verdade” no campo científico: no caso desta Tese, foram apresentados os museus e as universidades como instituições e, no caso dos mecanismos, foi apresentada a argumentação de um grupo de especialistas, prioritariamente oriundos de universidades, que defenderam a ideia da existência de uma disciplina científica.

A busca pelo conhecimento do mundo social empreitada pelos campos científico e universitário constitui uma disputa, tanto teórica quanto prática, pelo poder de conservar e transformar o mundo social e, além disso, conservar e preservar as categorias de percepção desse mundo. Neste processo de busca e construção de “consensos” e “sentidos de mundo social”, os ritos de instituição têm papel fundamental pois, além de serem capazes de dar “aparência de sentido”, são capazes de dar “função e importância” aos atos (BOURDIEU, 2008, p. 106). Isso significa que os ritos de instituição são capazes de unir, separar, determinar fronteiras, o que nos possibilita inferir que a Museologia se instituiu por meio de ritos de instituição – criação de associações e de comitês internacionais especializados em debater questões

epistemológicas de uma possível “ciência” e a instituição de cursos universitários de graduação e pós-graduação que defenderam a existência de uma disciplina, isto é, de um recorte arbitrário do saber. É importante ressaltar que qualquer campo deve ser analisado em seu conjunto, isto é, as instituições, agentes, atos e discursos só terão sentido se vistos relacionalmente (BOURDIEU, 2012b, p. 179).

Mas, de fato, até aonde vai a autonomia de um campo? Como foi apontado na primeira parte da Tese, apesar do microcosmo (campo) reproduzir mecanismos e estruturas do campo social, ele possui leis e realidade próprias. As pressões externas são mediatizadas pela lógica do campo e só se exercem por meio do próprio campo, no qual as pressões são “retraduzidas” – e, quanto maior for a autonomia desse campo, mais as pressões externas são retraduzidas, de modo a ficarem irreconhecíveis e com aparência de pertencer somente a esse campo (BOURDIEU, 2003, p. 20-21). Quanto mais um campo for heterônimo – isto é, o oposto de autônomo – mais a concorrência será imperfeita, pois permite que agentes externos intervenham com forças que não correspondem às das disputas internas. Por exemplo, se dado subcampo científico não for autônomo, será grande a possibilidade de agentes externos intervirem.

A autonomia também está diretamente relacionada à autoridade sobre dado conhecimento, isto é, quanto mais autônomo, maiores são as chances de se dispor de uma autoridade específica. No caso da ciência, essa teria uma autoridade que inclusive autoriza o cientista a falar fora do campo com certa eficácia simbólica (BOURDIEU, 2003, p. 74). O conceito de disciplina, em Bourdieu, seria sinônimo de subcampo, conforme já dissemos nesta Tese. Para ele, uma das tarefas para delimitar uma disciplina seria seu grau de autonomia, identificando as pressões externas e criando mecanismos para se libertar dessas mesmas pressões dando primazia às suas próprias regras.

Em síntese, é possível afirmar a existência do campo científico como autônomo do campo social, pelos seguintes aspectos: 1) as pressões e capitais externos ganham novo significado, ou melhor, significado próprio no campo científico; 2) agentes externos não intervêm no campo científico com “forças não-científicas” – só os agentes internos estão autorizados a intervir; e 3) o agente do campo científico tem autoridade para falar fora do campo e baseado no próprio conhecimento, desenvolvido no âmbito dessa esfera. Para Bourdieu, as disciplinas também teriam sua autonomia quando possuíssem condições de reconhecer suas próprias determinações e se libertar das imposições externas.

Considerando tais premissas, a Museologia seria campo e/ou disciplina?

Tomando como referencial o conceito bourdieusiano, veremos que a Museologia não goza de autonomia suficiente nem do campo social, nem do científico ou até mesmo universitário para ser denominada como campo, pelas seguintes prerrogativas: 1) as pressões e capitais externos podem até sofrer transformação ao adentrar a Museologia – tais como os conceitos de Museu, fato museal, realidade, entre outros; entretanto, ainda se recorre a conceitos e premissas de outras áreas para explicar os fenômenos que a área está reivindicando para si como objetos de estudo sem transformá-los ou readaptá-los, como o conceito de patrimônio - que ainda é muito dependente de outras áreas; 2) é muito comum a interferência de agentes “não-museológicos” ou “não-museais”² na produção de conhecimentos que seriam considerados específicos da Museologia; 3) o profissional específico da Museologia ainda não tem reconhecimento de “lugar de fala” ou autoridade fora da própria Museologia, de forma suficiente para saber-se exatamente quem ele é e qual o seu lugar; e 4) a Museologia ainda não se libertou das pressões externas e seus agentes ainda não reconhecem determinações internas de forma plena e consensual.

Mesmo não tendo uma autonomia comparada a outras áreas, a Museologia lutou e jogou as regras do campo científico quando seus atores reivindicaram para si um objeto de estudo, e isso não ocorreu em qualquer lugar: isso ocorreu exatamente na esfera dos campos científico e universitário, quando se estabeleceu cursos de Museologia no seio de museus e, principalmente, no seio de universidades. No caso brasileiro, a Museologia sofreu um rito de instituição; um ato de consagração, ao deixar de ser denominada “Curso de Museus” e passar a ser Curso de Museologia; e realizou todo o esforço aqui apresentado de consolidar-se como disciplina científica por meio de produção e disseminação de conhecimentos específicos, e de ocupar lugar no espaço de maior prestígio de conhecimento acadêmico: a pós-graduação. A Museologia se posiciona, assim, não como área de conhecimentos aplicados à prática, mas como uma área acadêmica que discute questões epistemológicas.

Se à Museologia não é possível usar a denominação de campo; e se a denominação de disciplina pode ser questionável, seria a partir do próprio Bourdieu que poderíamos inferir que existem mecanismos para além da autonomia que podem determinar a existência de um campo ou uma disciplina: a crença, a argumentação de existência de uma disciplina científica que é capaz de produzir a “aparência da verdade”

² A partir de uma perspectiva “científica”, seria possível considerar como “agente museológico” todo aquele que teria uma formação mínima específica em Museologia (em qualquer nível) e se debruçasse sobre questões epistemológicas da área; e como “agente museal” todo profissional qualificado, de qualquer área ou formação, que atuasse em instituições ou experiências nomeadas de ‘museais’.

e de fundar di-visões na própria ciência. Se o termo campo lhe parece pesado para suportar, o termo disciplina não lhe pode ser negado, devido a sua inquestionável existência no seio universitário e científico: de fato, há uma di-visão que foi reivindicada e consumada e que se denomina Museologia. Reforçamos a premissa de disciplina por se tratar, no caso da Museologia, de um recorte arbitrário executado no âmbito dos campos científico e universitário, que reivindicou para si o status científico, além da própria crença na ideia de ser uma “disciplina científica” que é comumente aceita na área na atualidade.

E é essa mesma crença em sua própria existência e a di-visão da Museologia de áreas afins tais como História, Artes, Ciências Sociais, Comunicação e que também reivindica separação da Ciência da Informação, por meio de muitos de seus atores, separação essa constituída por meio da existência de uma disciplina universitária específica que vem reivindicando um objeto de estudo específico para si, que a Museologia se consolida no seio universitário. O uso do termo consolidação como título da Tese trata exatamente disso: não se refere a uma possível ‘natureza’ da Museologia, isto é, aquilo que viraria um dogma, tal como “A Museologia é uma ciência consolidada”, como é comumente dito a respeito da Medicina, por exemplo. O termo consolidação se refere a um lugar, a um espaço social – em outras palavras, a Museologia estaria consolidada no campo universitário. Não se trata simplesmente da sua existência na universidade, afirmativa essa que por si só seria simplista, mas trata-se do que foi abordado ao longo dessa Tese, isto é, os caminhos que a Museologia tomou no âmbito do campo universitário, tanto no cenário internacional quanto no cenário nacional, a partir de uma particularidade que é referência, também: o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional atual Escola de Museologia da UNIRIO. É possível inferir que no campo científico essa consolidação já foi iniciada tomando um passo crucial no Brasil, por meio da Pós-Graduação. Em outras palavras: a consolidação da Museologia, ou de qualquer outra disciplina, jamais pode ser de si para si mesma, e sim no âmbito de dado espaço social que possibilitaria meios para tal – no caso aqui já exposto, o campo universitário.

A Museologia pode ser percebida como um conjunto de saberes que abarca distintas tentativas de “teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 54), isto é, englobaria todas as demais acepções do que venha a ser Museologia (“estudos sobre museus”, “Nova Museologia”, “Museologia crítica”, “Relação do humano com a realidade”, “Filosofia do museal”, entre outras). Essas diferentes acepções que compõem o que pode ser Museologia nos

lembram, como aponta Bourdieu, que cada uma delas só pode ser pensada e analisada na relação com as demais (2013a, p. 51). Ainda, ao admitir as diferentes nomenclaturas dessas distintas visões, se reconhece sua existência e seu ponto de vista – e essa luta pela imposição de dado ponto de vista faz parte da realidade objetiva científica (BOURDIEU, 2013a, p. 51-52).

Apesar de o próprio Bourdieu afirmar que a Museologia não é uma ciência, mas sim, em sua perspectiva, “[...] um conjunto de receitas e preceitos empíricos” (2007, p. 132), não é possível negar a existência de uma disciplina acadêmica que existe no formato de cursos de graduação e pós-graduação intitulados Museologia ou *museum studies*, em todo o mundo. Eles existem e estão aí para, no mínimo, questionar a prerrogativa de Bourdieu. Assim, nos coube apontar que a reivindicação de uma ‘ciência’ Museologia, a partir dos cursos de Museus e, posteriormente, suas inserções e/ou parcerias com universidades, fez parte do processo de legitimação de um caráter científico para a própria Museologia.

É importante ressaltar que a perspectiva de Museu e Museologia difundida pela Escola de Museologia e pelo PPG-PMUS é uma perspectiva muito particular, que não encontra espaço prioritário em outros lugares e programas ao redor do mundo. Nesse aspecto, é possível afirmar a influência direta, nessas duas instituições, de um pensamento oriundo do Leste Europeu e que foi disseminado pelo mundo através do ICOFOM; essa forma de pensar não seguiu outro caminho. Esse processo, que teve seu auge nos anos 1980 e 1990, deve muito à pessoa de Vinos Sofka que, em um período onde todos os artigos e correspondências eram trocados via correio postal, desenvolveu um papel fundamental como elemento agregador de uma área que era construída em um espaço internacional. Porém, há uma questão que pode ser colocada: qual seria, então, a autoridade do ICOFOM no cenário museológico mundial?

O que ocorreu, no caso das premissas teóricas do Leste Europeu e do próprio ICOFOM é que, com o tempo, as origens desse pensamento foram esquecidas e adaptadas nos distintos lugares que tomaram contato com essas reflexões. Isso pode ser dito em relação ao cenário brasileiro, no qual se toma, por exemplo, o pensamento de Waldisa Rússio de forma isolada, como se não houvesse qualquer ligação com esse pensamento leste-europeu ou mesmo com o ICOFOM. Não se reconhece, aqui, a importância desse centro como difusor protagonista da ideia de Museologia como disciplina científica. Isso também ficou claro na obra *Dictionnaire*, quando os seus autores apresentaram um novo paradigma para a Museologia e pouco consideraram a influência dos atores do comitê do qual faziam parte. É como se a prerrogativa da

Museologia como disciplina científica fosse algo totalmente natural ou, como é comumente encontrar, como algo relativo à sua 'natureza'. Isso, de fato, gera dois desdobramentos: 1) não se desenvolve pesquisas aprofundadas sobre o tema, sem esforços metodológicos conceituais para entender a própria área; e 2) poderíamos aqui dizer que o capital cultural institucionalizado – ou o capital científico “puro” – sobre a Museologia ser uma disciplina científica é existente de tal forma que não se percebe, ou reconhece, o poder simbólico que ele exerce.

Entretanto o ICOFOM passa por uma fase de transição. Como dissemos anteriormente, ele não tem o reconhecimento que poderia reivindicar. O ICOFOM foi o grande responsável por disseminar a ideia da Museologia como disciplina científica, a nível mundial. Contudo, com uma obra como o *Dictionnaire* e seus desdobramentos – os Conceitos-Chave – é possível inferir que esse cenário pode transformar-se, em médio prazo, pois não será possível falar de Museologia na atualidade sem ao menos considerar essa obra.

Outra questão que não se coloca em discussão são os mecanismos de distinção que são muito próprios dos campos científico e universitário, cujos exemplos saltaram a nossa vista durante a análise aqui desenvolvida: 1) no âmbito do ICOM, uma associação de caráter profissional ³ tem dois comitês criados que se nomeiam como exclusivamente acadêmicos: o ICTOP e o ICOFOM. No caso desse último, costuma-se dizer que se trata de um comitê “teórico” em detrimento dos demais comitês do ICOM, que seriam voltados para a prática de museus ⁴; 2) a partir do momento em que o Curso de Museus entra na Universidade e torna-se Curso de Museologia, atual Escola de Museologia da UNIRIO, além da distinção nominal, modifica-se toda uma estrutura organizacional e curricular para que esse, de fato, possa ser visto como um Curso específico de Museologia, e não mais de museus; 3) a partir da criação da pós-graduação em Museologia, o espaço do Curso de graduação, que foi referência durante décadas no país, perde (ou perderá) a primazia como referência para área, visto que, conforme argumentamos nessa Tese, a Pós-Graduação reivindica a preferência pela produção de conhecimentos para si; e 4) os critérios incansáveis de avaliação da

³ Coloca-se em cheque, inclusive, a dita “produção” do ICOFOM por ser “produzida” no âmbito de uma associação profissional e não em um espaço acadêmico. Entretanto, vale ressaltar que o conhecimento não é produzido no ICOFOM, mas produzido por atores cuja maioria está na universidade e catalisado e difundido pelo ICOFOM.

⁴ Entretanto, trata-se de um equívoco pois comitês como o CECA, CIDOC e ICOM-CC (Comitê do ICOM para Conservação) têm, nos últimos anos, debates e publicações de cunho teórico em suas respectivas temáticas. No caso do ICOFOM, o que o atual conjunto de membros parece não ter mais em conta – ou interesse – é em ressaltar que se trata de um comitê voltado para as questões epistemológicas de uma área acadêmica.

CAPES para criar distinção entre os Programas de Pós-Graduação, que inevitavelmente jamais estarão nas mesmas condições, visto que tais critérios sempre mudarão para a manutenção das diferenças.

Tratando especificamente da CAPES, essa instituição cria um paradoxo naquilo que Bourdieu denomina como autonomia de um campo ou disciplina: independente de quão autônoma seja uma disciplina, todas dependem, no cenário brasileiro, das regras e interferências dessa agência, que determinará as diferenças, as posições e muitas das vezes as fronteiras das disciplinas no âmbito dos campos científico e universitário. Portanto, nenhuma área ou disciplina goza de total autonomia nesse cenário. Vide o caso da própria Museologia que de “Ciências Aplicadas I” está agora situada na área “Comunicação e Informação”. Mais que uma simples posição em uma estrutura organizacional, tal fato demonstra o lugar e até mesmo a configuração da Museologia para essa agência de relevância sobre o modo de fazer ciência – e definir o que venha a ser ciência – no Brasil dos séculos XX e XXI.

Tanto Mauss, Saussure, Marx ⁵ quanto Bourdieu tinham como ponto em comum que pontos de vista, reflexões, instituições são arbitrários e só fazem sentido dentro de condições históricas específicas. Ciência, Museu, Museologia, Pós-Graduação são entidades históricas que só fazem sentido no âmbito de dada sociedade ou dado campo. Ciência, na atualidade, só faz sentido dentro do campo científico e, por meio de sua autonomia tão bem definida, consegue extrapolar alguns de seus sentidos para além de suas fronteiras e atingir todo um social – ou sociedades – construído a partir de um modo de vida que se espalhou por todo o globo terrestre: a Modernidade, com níveis distintos, em todo o mundo, do que a venha a ser moderno. Museu, como objeto de análise, pode até ter espaço de reflexão em muitas áreas, mas é a Museologia que reivindica sua primazia e que, aos poucos, adquire o protagonismo de sua análise e (re)invenção. A Pós-Graduação, na atualidade, consolidou-se como o espaço primeiro de produção tanto de conhecimentos científicos – teóricos, acadêmicos, como se é usual dizer – quanto de formação, nomeação e reconhecimento de atores que deterão o poder, ou o capital, de definir e apresentar pontos de vista que, independente de serem inéditos ou apenas pensamentos antigos com novas ‘roupagens’, serão pontos de vista legítimos.

Todos estão a serviço do seu Criador: e esse criador não é mais um ente divino, mas um ente totalmente humano. Ele também não é um ente único e só se constitui como coletividade: o corpo social. Seres humanos, em diversidade, geram unidades -

⁵ Esses autores foram apresentados na epígrafe desta Tese.

de coletividades, de pensamento, de “campos”, de disciplinas; unidades que se desdobrarão ao infinito, enquanto essa for a ordem vigente. A Museologia, ou *museum studies*, ou Nova Museologia, ou Sociomuseologia, ou Filosofia do museal são resultados desse processo que se desdobra sempre que dado ator ou coletividade reivindicar a legitimidade de seu pensamento, ponto de vista, considerando seu espaço e local de fala. Mas todos esses pensamentos – mais ou menos conectados às práticas ou às ditas “teorias” – coincidem na ânsia por reconhecimento; sem ele, sua existência é questionável. O reconhecimento e “a crença de estar em algum ponto do conhecimento e de posse de alguma verdade”⁶ não seriam a razão principal somente da Ciência, das suas inúmeras teses e dissertações, mecanismos, instituições e ritos institucionais, mas da própria existência humana, pelo direito “divino” (ou humano) de existir e coexistir.

⁶ Menção à epígrafe destas considerações finais.

REFERÊNCIAS

I SEBRAMUS. Disponível em: < <http://www.eci.ufmg.br/news/i-sebramus-seminario-brasileiro-de-museologia-de-12-a-14-de-novembro> >. Acesso em: 04 jan. 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993, 315p.

ANFRUS, Julien. Préface. In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

BACON, Francis. **Novum Organum**. Disponível em: < http://www2.ufpa.br/ensinofts/cts/francis_bacon_novum_organum.pdf >. Acesso em: 28 set. 2015.

BAGHLI, Sid Ahmed; BOYLAN, Patrick; HERREMAN, Yani. **History of ICOM (1946-1996)**. Paris: ICOM, 1998.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus**, 2v. Rio de Janeiro: Olímpica, 1946-1947.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012, 325p.

BELLAIGUE, Mathilde. Museology and the "integrated museum". In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p. 59-62, Sept. 1987.

BENES, Josef. A contribution towards clarifying the conception of Museology. **MuWoP: Museological Working Papers = DoTraM: Documents de Travail en Muséologie**. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 10-12, 1981.

BORGES, Luiz C. O intelectual Museu às voltas com seus oximoros. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 14. Santa Catarina: 2013, v. 14, não paginado.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. A construção do objeto e O racionalismo aplicado. In: **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p.45-97.

BOURDIEU, P. As condições sociais da circulação internacional das idéias. In: **Enfoques Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. IV-XV, 2002.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. Ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013a, 560 p.

_____. **A Economia das Trocas Linguísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, Universidade de São Paulo, 2008, 188p.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013b, 361 p.

_____. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a, 251p.

_____. **Homo academicus**. Trad. Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013c, 314 p.

_____. **O Campo Científico**. 1976. Disponível em: <http://uaiinformatica.net/luciana/campo_cientifico_bourdieu.pdf >. Acesso em: 24 out. 2012.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b, 322 p.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia crítica do campo científico**. Denise Barbara Cartani. São Paulo: UNESP, 2003, 86 p.

BOURDIEU, P ; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, 239p.

BOYLAN, Patrick J. (Org.). Cincuenta años del ICOM. **Museum International**. Paris, UNESCO, n. 19, v. 48, n. 3, 1996.

BRAGA, Maria do Rosário de Assumpção. **Relações entre arte e ciência em museus de ciência**. 2004. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) - Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. CÂMARA DE PLANEJAMENTO. Parecer n. 606/1968. Acervo NUMMUS.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. **90ª Reunião do CTC – Cursos novos**. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. DOCUMENTO de Área. Ciências Aplicadas I. 2016. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/31_CSA_I_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. **Ficha de Avaliação do Programa**. Avaliação Trienal 2010. Brasília: CAPES, 2010. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. HISTÓRIA e Missão. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 20 dez. 2016.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. **Propostas de Cursos Novos**. Brasília: CAPES, 2010. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Resolução [currículo mínimo]. 1970. Acervo NUMMUS.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. DOCUMENTO de Área. Ciências Aplicadas I. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/31_CSA_I_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. DEFINIÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. PARECER N. 977, CeSu de 03 de dezembro 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em 19 dez. 2016.

_____. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 fev. 1975. Regimento e Currículo do Curso de Museus. Parecer nº 4127/74, CFE/MEC, de 6 dez. 1974. Grifos nossos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil. Coleção Escola de Museologia.

_____. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2016. Alteração de denominação das áreas de avaliação da CAPES, Portaria nº. 234, de 15 de dezembro de 2016.

_____. LEI n. 5540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. Lei 6655, de 05 de junho de 1979, que Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO. Acervo NUMMUS.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Currículos mínimos dos cursos superiores. 1969. Acervo NUMMUS.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CURRÍCULO MÍNIMO DE MUSEOLOGIA. Conselho Federal de Educação. 1970.

_____. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [MHN]. ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DE 03 DE SETEMBRO DE 1975. Fonte: Acervo NUMMUS.

_____. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [MHN]. CURSO DE MUSEUS. Equivalência da matriz curricular experimental de 1970 com a matriz de 1967-69. Fonte: Acervo NUMMUS.

_____. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [MHN]. HISTÓRICO dos currículos adotados pelo Curso de Museus, de 11 de agosto de 1975.

_____. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [MHN]. CURSO DE MUSEUS. Matriz curricular experimental 1972. Acervo NUMMUS.

_____. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [MHN]. CURSO DE MUSEUS. Matriz curricular 1975. Acervo NUMMUS.

_____. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [MHN]. PROGRAMA DE MUSEOLOGIA E MUSEOGRAFIA com regimento aprovado pelo parecer n. 4.127/74 do CFE. Acervo NUMMUS.

_____. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [MHN]. REGIMENTO E CURRÍCULOS APROVADOS PELO PARECER n. 4127/74 do Conselho Federal de Educação. Acervo NUMMUS.

_____. RESOLUÇÃO CNE / CES N. 1. de 03 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf >. Acesso 20 dez. 2016.

BRULON SOARES, Bruno; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate (1922-2012)**, p. 244-262, 2014.

_____. UNIRIO: A Model of Evolving Museology Teaching in Brazil. **Museum International**, Volume 68, Issue 1-2, p. 29-42, 2016.

BRULON SOARES, Bruno César. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, PPG-PMUS Unirio/MAST, vol. 5, no 2, 2012, p. 55-71.

_____. O Ecomuseu e seu público: a experiência do visitante, entre objetividade e subjetividade. In: **Anais: V Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG**, Alfenas, v. 3, p. 15-28, 2013.

_____. O rapto das Musas: apropriação do mundo clássico na invenção dos museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 41-65, 2011.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; FONSECA, Andrea Matos da; NEVES, Kátia Regina Felipini. Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira

(coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 2, 2010, p. 159-181.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: reflexos de uma trajetória profissional. Apresentação do Projeto Editorial. In: *ibidem* (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010, p. 20-32.

BURCAW, G. Ellis. Comments on MUWOP N.º 1. **MuWoP: Museological Working Papers = DoTraM: Documents de Travail en Muséologie.** Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 83-84, 1981.

_____. [untitled]. **MuWoP: Museological Working Papers = DoTraM: Documents de Travail en Muséologie.** Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 29-30, 1981.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento.** Da Enciclopédia à Wikipédia. Trad. Denise Bottmann, vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012, 414p.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología.** Teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empuries, 1993.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **O Ecomuseu repensado.** Itaipu um case study (1992). I Encontro Internacional de Ecomuseus. Coleção Fernanda Camargo-Moro. Acervo NUMMUS.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 2, 2010, p. 145-154.

CARVALHO, Luciana Menezes de. **Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar.** 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2008. 108p. Orientadores: Tereza Cristina Moletta Scheiner e Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda.

_____. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, PPG-PMUS Unirio/MAST, vol. 4, no 2, 2011, p. 147-158.

CARVALHO; Luciana Menezes de; SCHEINER, Tereza. Reflexões sobre Museologia: Documentação em museus ou museológica? In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XV.** Belo Horizonte: 2014, v. 15, 3948-3965.

CARVALHO, Nair de Moraes. [**Exposição apresentada no IV Congresso Nacional de Museus**, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1965]. Acervo NUMMUS.

Centro de Ciências com atividades interativas de promoção aos conhecimentos de Ciência e Tecnologia. NEMO. Disponível em: < <https://www.e-nemo.nl/en/organization/about-nemo/who-we-are/> >. Acesso em: 08 ago. 2015.

CERAVOLO, Suely Moraes. **Da palavra ao termo: um caminho para compreender Museologia.** 2004. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Orientadora: Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáforas em rede no processo de institucionalização**: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985). Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.

COSTA, Ludmila L. Madeira da; Diana Farjalla Correia Lima. Termo/Conceito Museólogo: identificando e definindo sua atuação em coleções de artistas plásticos contemporâneos. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XIV**. Florianópolis: 2013, v. 14, não paginado.

DECAROLIS, Nelly. Avant-propos. In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

DELOCHE, Bernard. **O Museu Virtual**. Paris: Presses universitaires de France, 2001.

DESCARTES, R. **Meditações**. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 247-334.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. ICOM, ICOM-BR: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

DESVALLÉES, André ; MAIRESSE, François (ed.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

DESVALLÉES, A. Entrevista com André Desvallées: depoimento. [30 de março, 2012]. Rio de Janeiro: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 47, p. 131-150, 2015.

_____. **ICOFOM discussions on the long-term Project on Basic Museological Terms Thesaurus Museologicus**. ICOFOM: Stavanger, Julho de 1995. Coleção Tereza Scheiner.

_____. Pour une terminologie muséologique de base. **ICOM STUDY SERIES**, Paris, n. 8, p. 8-9, 2000.

_____. **THESAURUS MUSEOLOGICUS**. Basic ideas in Museology / idéas fondamentales museologiques. List of terms / Liste des termes. Stavanger: ICOFOM, 1995. Coleção Tereza Scheiner.

_____. [untitled]. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. Museology – Science or just practical museum work, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquities, v. 1, p.17-18, 1980.

DUB, Michaela. [untitled]. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 31-32, 1981.

EDSON, Gary. **Defining museum**. In: DAVIS, Ann, MAIRESSE, François, DESVALLÉES, André (Ed.) *What is a Museum?* Munich: Verlag Dr. C. Müller-Straten, 2010. 218 p.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann, vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, 277p.

ÉRI, István. The Dictionarium Museologicum: building bridges of words. **Museum International**, vol. XXXV, n. 2, 1983, p. 110-113.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do Ego. In: **Além do Princípio de Prazer**: Psicologia de Grupo e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996, p. 81-154.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 541p.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GIL, Isabela Teresa Morais. Algumas considerações sobre línguas de especialidade e seus processos lexicogénicos. **Máthesis**, v. 12, 2003, p. 113-130.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos Objetos**: Coleções, Museus e Patrimônios. Rio de Janeiro: Coleção Museu, Memória e Cidadania, 2007, p. 107-116.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 334p.

GREGOROVÁ, Anna. [untitled]. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. *Museology – Science or just practical museum work*, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquities, v. 1, p. 19-21, 1980.

_____. [untitled]. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. *Interdisciplinarity in Museology*, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 33-36, 1981.

_____. [untitled]. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. **ISS**: ICOFOM STUDY SERIES, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p. 121-129, Sept. 1987.

GRENOBLE 1971. Disponível em: <<http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icoms-general-assemblies-1946-to-date/grenoble-1971/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

GUSDORF, Georges. Prefácio [1975]. In: JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: IMAGO Editora, 1976, p. 7-27.

HISTORIA do ICOM. Disponível em: <<http://icom.museum/la-organizacion/historia/L/1/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

HISTÓRICO dos currículos adotados pelo Curso de Museus, de 11 de agosto de 1975. Acervo NUMMUS.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY [ICOFOM]. Call of papers, 1987. Arquivo ICOM/ICOFOM, Paris.

_____. CORRESPONDÊNCIA ICOFOM PARA ICOM 1987. Arquivo ICOM/ICOFOM, Paris.

_____. CORRESPONDÊNCIAS ICOM / ICOFOM SOBRE MUWOP 03 (1984-1985). Paris: Arquivo ICOM/ICOFOM.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 01-02, 1981-1982.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 03, 1983.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 04, 1983.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 05, 1984.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 06, 1984.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 08, 1985.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 09, 1986.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 10, 1987.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 11, 1988.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 12, 1989.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 13, 1990.

_____. **Museological news**, [s.l.], nº 14, 1991.

_____. MUWOP: MUSEOLOGICAL WORKING PAPERS / DOTRAM: DOCUMENTS DE TRAVAIL EM MUSÉOLOGIE. Interdisciplinarity in Museology. Stockholm: International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquities, v. 2, 1981. Org. and edited by Vinos Sofka. Assisted by Jan Jelínek and Gerard Turpin. Printing and binding by Departments reprocentral, Stockholm and Aberg's Kontorsmaterial AB, Stockholm, Sweden. English 98p. French 102p. ISBN ----

SUBCOMITÉ REGIONAL DO ICOFOM (INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY - COMITÉ INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA) PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE [ICOFOM LAM]. Conclusiones y Recomendaciones. ENCUESTO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (1). Buenos Aires [Argentina]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano – los documentos del ICOFOM LAM**. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 17-19.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS [ICOM]. **Actes**: Seventh General Conference. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1965, 98p. Paris: Arquivo ICOM/ICOFOM.

_____. **Atas da 11ª. Conferência Geral** (1977). Paris: Arquivo ICOM/ICOFOM.

_____. Thirty-four years between of cooperation Unesco and ICOM. **Museum International**, vol. XXXII, n. 3, p. 154-162, 1980.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE TRAINING OF PERSONNEL [ICTOP]. **ICOM International Committee on the Training of Personnel Newsletter Bulletin d'Information** nº 2, may 1984. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. **ICOM International Committee on the Training of Personnel Newsletter Bulletin d'Information** nº 8, may 1987. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. **Professional training of museum personnel in the world**: actual state of the problem. Jos, Nigeria: Document prepared by the ICOM Training Unit, 1972. Coleção Tereza Scheiner.

_____. **Project of a common syllabus for professional museum training** (1972). Versão traduzida por Tereza Scheiner em espanhol. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1984. Coleção Tereza Scheiner.

_____. **The professional training of museum personnel**: a review of the activities and policies of ICOM, 1947-1980. Leicester, England: Leicestershire Museums, Art Galleries and Records Service for ICTOP, 1980. Coleção Tereza Scheiner.

JAHN, Ilse. Interdisciplinarity in Museology: presuppositions and requisites. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 37-38, 1981.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: IMAGO Editora, 1976, 221p.

KAPLAN, Flora S. Towards a Science of Museology: comments and supposition. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 14-15, 1981.

_____. [untitled]. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology. Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 39-40, 1981.

KLAUSEWITZ, Wolfgang. **The First Historical Phase of ICOFOM:** a Review with Personal Reflections. Paris: Arquivo ICOM/ICOFOM.

LEMIEUX, Louis. [untitled]. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 41-42, 1981.

LIMA, D. F. C. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio, Belém, MPEG. v. 7, n. 1, p. 31-50, jan/abr. 2012.

MAIRESSE, François. Defining museum. In: DAVIS, Ann; DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **What is a museum?** 2011, p. 19-58.

MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André; DELOCHE, Bernard. Discours Préliminaire. In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie.** Paris: Armand Colin, 2011.

MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Muséologie. In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie.** Paris: Armand Colin, 2011.

MARÖEVIC, Ivo. **Some comments on Museum Training in Yugoslavia.** s/d. Coleção Tereza Scheiner.

_____. [untitled]. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. **ISS:** ICOFOM STUDY SERIES, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p. 173-179, Sept. 1987.

_____. Towards a new definition of a museum. In: MAIRESSE, François (Org.). **Defining the Museum.** Morlanwez, Belgium: Musée royal de Mariemont, 2005. p. 135-145. pré-ed.

MIQUEL i SERRA, Domènec; MORRAL I ROMEU, Eulàlia. From pluridisciplinarity to interdisciplinarity: the experience of local museums in Catalonia. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 43-45, 1981.

NEUSTUPNÝ, Jirí. Museology as an academic discipline. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Museology – Science or just practical museum work, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquities, v. 1, p. 28-29, 1980.

_____. On the homogeneity of Museology. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 46-47, 1981.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 7-15.

OTT, Robert W. [untitled]. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm,

ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 48-50, 1981.

PANTIGOSO, Maria Gabriela; SCHEINER, Tereza; ROCHA, Maria de Lourdes; GODOY, Solange de Sampaio. **SOBRE O CURSO DE MUSEOLOGIA – UNI/RIO (50 anos de Experiência Profissional)**. s/d. Acervo NUMMUS.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Confluências Interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. In: **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 1, p. 7-31, jan./jul. 2012.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO [PPG-PMUS]. ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 19/04/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 10/05/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Caracterização da Proposta. In: **APCN 2005**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005a. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Caracterização da Proposta. In: **APCN 2010**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010a. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Consolidação – Corpo Docente [Colaborador]. In: **APCN 2005**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005c. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Consolidação – Corpo Docente [Permanente]. In: **APCN 2005**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005d. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Consolidação – Disciplinas. In: **APCN 2005**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005e. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. **Disciplinas** [ementas]. Rio de Janeiro: UNIRIO [2010b]. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. **Professores do Programa [Doutorado]**. Rio de Janeiro: UNIRIO [2010c]. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. **Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio / PPG-PMUS**. Recurso encaminhado à CAPES. Rio de Janeiro: UNIRIO, janeiro de 2005f.

POLÍTICAS EDITORIAIS. Disponível em: <
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/about/editorialPolicies#publicationFrequency>>. Acesso 03 jan. 2017.

PRIMEIRO museu feminista abre suas portas na Suécia. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1551485-primeiro-museu-feminista-abre-suas-portas-na-suecia.shtml>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

RAZGON, A. Multidisciplinary research in Museology. **MuWoP: Museological Working Papers = DoTraM: Documents de Travail en Muséologie**. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 51-53, 1981.

RIVIÈRE, Georges Henri. The dynamics of the role of interdisciplinarity in the museum institution. **MuWoP: Museological Working Papers = DoTraM: Documents de Travail en Muséologie**. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 54-55, 1981.

RUSCONI, Norma. **El universo sociocultural del lenguaje museológico**. s/d. Coleção: ICOFOM LAM.

RÚSSIO GUARNIERI, Waldisa. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010a, p. 147-159.

_____. Formação do museólogo: por que em nível de pós-graduação? In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010, p. 234.

_____. Formação profissional. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010b, p. 224-231.

_____. Museologia e Museu. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010c, p. 78-85.

_____. Museu, Museologia, Museólogos e Formação. **Revista de Museologia**, São Paulo, 1989. v. 1, ano 1, n. 1, p. 7-11.

_____. [untitled]. **MuWoP: Museological Working Papers = DoTraM: Documents de Travail en Muséologie**. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, 1981. v. 2, p. 56-57.

_____. O mercado de trabalho do museólogo na área de Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010d, p. 215-223.

RYBCZYNSKI, Witold. Intimidade e Privacidade. In: **Casa: Pequena História de uma Idéia**. São Paulo: Editora Record, 1999, p. 28-61.

SÁ, I. **Matrizes do Pensamento Museológico**. No prelo.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003.

SCHEINER, Tereza; PANTIGOSO, Maria Gabriella Pestana de Aguiar. **[Carta ao Coordenador do Programa Nacional de Museus sobre Mestrado em Museologia]**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1984. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. **Projeto do Curso de Especialização de Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1984. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. **[Proposta de Estrutura Curricular: Escola de Museologia]**. Rio de Janeiro, 1995. Coleção: Tereza Scheiner.

SCHEINER, Tereza Cristina; LIMA, Diana Farjalla Correia; PEREIRA, Sônia Gomes; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; RANGEL, Márcio Ferreira. **Proposta para a criação de programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2004. Coleção: Tereza Scheiner.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta; GRANATO, Marcus. A parceria com a UNIRIO para o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **MAST Colloquia**, Mast: 30 anos de parceria. Rio de Janeiro, 2016, v. 14, p. 12-38.

SCHEINER, Tereza; PANTIGOSO, Maria Gabriella Pestana de Aguiar; OCAMPO, Liana Ruby Teresa Castãos de. **Projeto do Curso de Especialização de Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1983. Coleção: Tereza Scheiner.

SCHEINER, Tereza. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA, FILOSOFIA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **ICOFOM LAM**, Coro, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, p.133-143, 1999.

_____. **Do Curso de Museus ao Mestrado em Museologia e Patrimônio**: 75 anos de ensino de Museologia no Brasil. Texto da conferência de abertura do Seminário Comemorativo aos 75 Anos do Ensino da Museologia no Brasil. RJ: Museu Histórico Nacional, maio de 2007. pré-ed.

_____. Informação, Memória, Patrimônio e Museu: Revisitando as articulações entre os campos. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XVI**. João Pessoa: 2015, v. 16, não paginado.

_____. Museologia e Patrimônio Intangível: A experiência virtual. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INTANGÍVEL. **ICOFOM LAM**, Montevideu, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 2001. p. 214-224.

_____. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **MAST Colloquia** – Museu: Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2005. v. 7, p. 85-100.

_____. Museologia. Patrimônio. Participação. Integração. Inclusão. Notas para uma análise de termos e conceitos relativos à teoria e à prática no Museu – e para o Museu. In: Tereza Scheiner; Marcus Granato. (Org.). **Termos e Conceitos da Museologia**: Museu Inclusivo, Interculturalidade e Patrimônio Integral. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins / UNIRIO, p. 174-191, 2012.

_____. Museology and museums – a relationship to build. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p.251-259, Sept. 1987.

_____. Museum and Museology – Definitions in process. In: MAIRESSE, François (Org.). **Defining the Museum**. Morlanwez, Belgium: Musée royal de Mariemont, 2005. p. 177-195. Documento inédito.

_____. **Programa de Técnica de Museus** - 1º ano. [Programa apresentado em 1973]. Rio de Janeiro, 1973. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Sob o signo do Patrimônio: Museologia e Identidades Regionais. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **ICOFOM LAM**, Salvador, Bahia, Brasil, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, dez. 2003. pré-ed. Não paginado (grifo da autora).

_____. The many faces of ICOFOM. **ICOM STUDY SERIES**, Paris, n. 8, p. 2, 2000.

_____. Training for Museum Administration – A point of view. s/d. Coleção Tereza Scheiner.

_____. [untitled]. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p.287-292, Sept. 1987.

SCHREINER, Klaus. An outline for Museology – its multidisciplinary aspects. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 58-59, 1981.

SEKELJ, Tibor. Interdisciplinary cooperation – a step towards the integrated museum. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 60-61, 1981.

SINGLETON, Raymond. **The Leicester University Museum Studies Course for Graduate.** 1978. Coleção Tereza Scheiner.

SOLA, Tomislav. The Museum Definition: Questioning the Scope and Motives. In : DAVIS, Ann, MAIRESSE, François, DESVALLÉES, André (Ed.) **What is a Museum?** Munich: Verlag Dr. C. Müller-Straten, 2010. 218 p.

SOFKA, Vinos. Introductory summary by the Editor. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Museology – Science or just practical museum work, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquities, v. 1, p. 15, 1980.

_____. Minha aventureira vida com o ICOFOM, a Museologia, os museólogos e os anti-museólogos, com especial referência ao ICOFOM Study Series (1995). Trad. Tereza Scheiner. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio/MAST, vol. 9, no 1, 2016, p. 153-194.

_____. Museological provocations 1979 – by the Editorial Board. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Museology – Science or just practical museum work, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquities, v. 1, p. 12-13, 1980.

_____. My adventurous life with ICOFOM, Museology, Museologists, and anti-museologists, giving special reference to ICOFOM Study Series. ISS: ICOFOM STUDY SERIES, v. 1, Reprints, p. 22, 1995.

_____. The ICOM International Committee for Museology and its relationship to other International Committees of ICOM. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 78, 1981.

_____. The chicken or the egg? In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. ISS: ICOFOM STUDY SERIES, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p. 13-15, Sept. 1987.

_____. The topic and its framework. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. ISS: ICOFOM STUDY SERIES, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p. 7-8, Sept. 1987.

STRÁNSKÝ, Z. Z. ENCYCLOPAEDIA OF MUSEOLOGY. Brno: Masaryk University Brno / Unesco International Summer School of Museology, 1996, Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Sobre o tema “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?” (1980). Trad. Tereza Scheiner. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, PPG-PMUS Unirio/MAST, vol. 1, no 1, jul/dez de 2008, p. 101-105.

_____. [untitled]. **MuWoP:** Museological Working Papers = **DoTraM:** Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International

Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 19-21, 1981.

_____. [untitled]. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS. **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p. 287-292, Sept. 1987.

_____. **Working group**: Treatise on Museology. Leiden, Netherlands: Seventh meeting of ICOFOM, Outubro de 1984. Coleção: Tereza Scheiner.

SWIECIEMSKI, Jerzy. [untitled]. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 22-24, 1981.

_____. [untitled]. **MuWoP**: Museological Working Papers = **DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, p. 62, 1981.

TORAL, Hernán Crespo. Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro** – documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 2, p. 23-27.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [UNIRIO]. ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DE 13 DE ABRIL DE 1977. Acervo NUMMUS.

_____. ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO CURSO DE MUSEOLOGIA DE 22 DE MARÇO DE 1978. Acervo NUMMUS.

_____. ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DE 20 DE MAIO DE 1977. Acervo NUMMUS.

_____. Ata 129 do Conselho Superior da UNI-RIO, de 30 de agosto de 1979. Fonte: Arquivo do Conselho Superior da FEFIEG / FEFIERJ / UNIRIO.

_____. ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS. Rio de Janeiro: UNIRIO, 06/07/2004. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DE 29 DE OUTUBRO DE 1975. Fonte: Acervo NUMMUS.

_____. **Boletim Interno** nº 09, de 15.05.2006a. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. CURSO DE MUSEOLOGIA (FEFIERJ/UNIRIO). Matriz curricular implantada em 1978. Acervo NUMMUS.

_____. CURSO DE MUSEOLOGIA (UNIRIO). PROGRAMA da disciplina Introdução à Teoria Museológica. 1986. Acervo NUMMUS.

_____. CURSO DE MUSEOLOGIA (UNIRIO). Reforma de 1985 / Matriz curricular implantada em 1986. Acervo NUMMUS.

_____. CURSO DE MUSEOLOGIA (UNIRIO). Reforma de 1996 / Matriz curricular implantada em 1997. Acervo NUMMUS.

_____. PARECER ABM-N 03/86 – Consulta sobre a antiguidade do Curso de Museologia da UNI-RIO. Acervo NUMMUS.

_____. PROCESSO CURSO DE MUSEOLOGIA (INCORPORAÇÃO). 22 de julho de 1977. Acervo NUMMUS.

_____. REGULAMENTO – CURSO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. s/d [década de 1980]. Acervo NUMMUS.

_____. **Resolução do CEPE N° 2734**, de 11.05.06b. Coleção: Tereza Scheiner.

VAN MENSCH, Peter. **Towards a Methodology of Museology**. 1992. Tese de PHD. Universidade de Zágreb, Zágreb, 1992.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Avaliação da Pós-Graduação Brasileira**: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Orientadora: Nair Yumiko Kobashi.

WHERE ICOM from. Direção: BIRD – Agence d'ingénierie historique. Paris, 2016. 27 min. Son., Color., vídeo MP4.

ANEXOS

ATA DA 129ª DA SESSÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS FEDERATIVOS
 DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO,
 REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 1979.

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, reuniram-se os Conselheiros cujos nomes constam do Livro de Presença. Assumiu a presidência dos trabalhos o Professor GUILHERME FIGUEIREDO, Reitor da UNI-RIO que declarou aberta a sessão visto haver número legal. Justificada a ausência do Conselheiro HANS DOHMANN. Compareceu a reunião, a convite, a Dra. MARIA TUNICE FONTENELLE BARREIRA TEIXEIRA. Foi colocada para apreciação do plenário a ata da sessão anterior do Conselho Federativo. APROVADA. No expediente o Sr. Reitor comunicou que o mandato dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, expira este mês mas que, considerando a reestruturação por que passa a Universidade, decidiu prorrogar o mandato até a total implantação das novas diretrizes a fim de que não haja solução de continuidade nas atividades

daquele Conselho. Passando para a Ordem do Dia o Professor GUILHERME FIGUEIREDO esclareceu que por ato daquela presidência, foram apresentadas sugestões de dar-se um nome as escolas e institutos da UNI-RIO, porém com o intuito de manter as suas tradições referia sua proposta anterior, apresentando como emenda a sugestão de serem mantidos os nomes das antigas Escolas, propondo, nova redação ao artigo quarenta e três, que passou a ser a seguinte: I - Centro de Artes e Letras: a) Instituto Villa Lobos; b) Escola de Teatro - II - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: a) Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; b) Escola de Medicina e Cirurgia; c) Escola Central de Nutrição; d) Instituto de Ciências Biológicas - III - Centro de Ciências da Informação e Sociais Aplicadas: a) Escola de Arquivologia; b) Escola de Biblioteconomia e Documentação; c) Escola de Museologia. A proposição foi aprovada com aplausos pelos

Conselheiros. Em prosseguimento foi concedida a palavra ao Vice-Reitor Professor MILTON ANTONIO AGUIAR para que relatasse o anteprojeto do Estatuto da UNI-RIO. Com a palavra aquele Conselheiro, na qualidade de Presidente da Câmara de Legislação e Normas, informou que aquela Câmara após seis reuniões, examinou as emendas apresentadas, passando a comentar os artigos que sofreram alterações e os critérios adotados para sua aprovação. Com referência ao item



Capes

90ª Reunião do CTC CURSOS NOVOS 21 a 22 de março de 2006

Seq.	Grande Área	Área Avaliação	Nome Programa	Nível	Nota	Nome IES	Sigla	UF	Região
1	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	BIOTECNOLOGIA	DO	5	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	FUNECE UFC UFPE UFRN	CE CE PE RN	NORDESTE NORTE
2	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	MP	3	INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS	IPÉ	SP	SUDESTE
3	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	ENGENHARIA DE SOFTWARE	MP	3	CENTRO DE ESTUDOS E SISTEMAS AVANÇADOS DO RECIFE	CESAR	PE	NORDESTE
4	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	HISTÓRIA E CULTURAS*	ME	3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	FUNECE	CE	NORDESTE
5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO / TURISMO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ME	3	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RJ	SUDESTE
6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO / TURISMO	CONTABILIDADE E GESTÃO** (CONTABILIDADE E CONTROLADORIA)	MP	3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	AM	NORTE
7	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I - COMUNICAÇÃO	MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO	ME	3	UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	UNI-RIO	RJ	SUDESTE
8	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I - COMUNICAÇÃO	COMUNICAÇÃO E CULTURA	ME	3	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	SP	SUDESTE
9	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DIREITO	DIREITO PROCESSUAL	ME	3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES	SUDESTE
10	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE URBANO	ME	3	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	PA	NORTE
11	ENGENHARIAS	ENGENHARIA III	ENERGIA E RECURSOS NATURAIS** (ENGENHARIA DE RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA)	DO	4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	PA	NORTE
12	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	ARTES / MÚSICA	MÚSICA	ME	3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	PR	SUL
13	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	MODELAGEM COMPUTACIONAL	ME	3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	RS	SUL
14	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL	MP	4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA	NORDESTE
15	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	AGRONEGÓCIOS	ME	3	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	DF	CENTRO-OESTE
16	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	ME	3	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANAPÓLIS	UNIEVANGEL	GO	CENTRO-OESTE
17	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	ME	3	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	MG	SUDESTE
18	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	ME	3	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	RS	SUL
19	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	PATRIMÔNIO CULTURAL	MP	3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	RS	SUL
20	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	GESTÃO SÓCIO-EDUCACIONAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	MP	3	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	UNA	MG	SUDESTE
21	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MP	3	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	BA	NORDESTE
22	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	DESENVOLVIMENTO LOCAL	MP	3	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MÓTTA	UNISUAM	RJ	SUDESTE
23	OUTROS	MULTIDISCIPLINAR	PSICANÁLISE, SAÚDE E SOCIEDADE	MP	3	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	UVA	RJ	SUDESTE

NÍVEL:
 ME : Mestrado Acadêmico
 DO : Doutorado
 MP : Mestrado Profissional

* Recomendação Condicional

** Recomendação com alteração do nome

ATOS DA REITORIA – Boletim Interno nº 09, de 15.05.2006

RESOLUÇÕES:

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada no dia 11 de maio de 2006, aprovou e eu promulgo as seguintes Resoluções:

Nº 2734, de 11.05.06 – Art. 1º Fica aprovada a implantação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, em nível de Mestrado, bem como o Regulamento que a esta acompanha, do Centro de Ciências Humanas e Sociais desta Universidade. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da UNIRIO. (Processo nº 23102001044/2006-08).



Ministério da Educação - MEC
 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
 Diretoria de Avaliação - DAV
 Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento - CGAA

Propostas de Cursos Novos

Período 2010

Seq	Área de Avaliação	Nome Programa	Nivel	Nota	Sigla	Nome da IES	UF	Região
1	Administração	Administração	DO	4	FEI	Centro Universitário da Fei	SP	Sudeste
2	Administração	Administração	DO	4	UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba	SP	Sudeste
3	Administração	Administração	ME	3	UFF	Universidade Federal Fluminense (Niterói)	RJ	Sudeste
4	Antropologia	Antropologia	ME	3	UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	MS	Centro-Oeste
5	Antropologia	Arqueologia	DO	4	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
6	Artes/Música	Cultura Visual	DO	4	UFG	Universidade Federal de Goiás	GO	Centro-Oeste
7	Artes/Música	Artes	DO	4	UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	SP	Sudeste
8	Artes/Música	Artes Visuais	ME/DO	4	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	SP	Sudeste
9	Artes/Música	Artes da Cena	ME/DO	4	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	SP	Sudeste
10	Astronomia	Física	DO	4	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	MA	Nordeste
11	Ciências Agrárias	Engenharia Agrícola	ME	3	UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco	PE	Nordeste
12	Ciências Agrárias	Agronomia	DO	4	UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia	PA	Norte
13	Ciências Agrárias	Agronomia(Produção Vegetal)	ME	3	UFV	Universidade Federal de Viçosa	MG	Sudeste
14	Ciências Biológicas I	Biologia Vegetal	DO	4	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
15	Ciências Biológicas I	Biologia Animal	ME	3	UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	MS	Centro-Oeste
16	Ciências Biológicas I	Ciências Biológicas	DO	4	UEL	Universidade Estadual de Londrina	PR	Sul

17	Ciências Biológicas I	Biologia das Interações	ME/DO	4	UFF	Universidade Federal Fluminense	RJ	Sudeste
18	Ciências Biológicas I	Zoologia	ME/DO	4	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	Sudeste
19	Ciências Biológicas I	Biodiversidade e Biologia Evolutiva	ME/DO	4	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
20	Ciências Biológicas I	Genética e Biologia Molecular	ME	3	UNI RIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
21	Ciências Biológicas I	Sist, Tax Animal e Biodiversidade	ME/DO	4	USP	Universidade de São Paulo	SP	Sudeste
22	Ciências Biológicas II	Bioquímica Toxicológica	ME	3	UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	RS	Sul
23	Ciências Biológicas II	Saúde e Medicina Laboratorial	MP	3	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
24	Ciência de Alimentos	Ciência e Tecnologia de Alimentos	DO	4	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
25	Ciência Política	Estudos Estratégicos Internacionais	ME/DO	4	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	Sul
26	Ciências Soc Aplicadas I	Ciência da Informação	DO	4	UFBA	Universidade Federal da Bahia	BA	Nordeste
27	Ciências Soc Aplicadas I	Museologia e Patrimônio	DO	4	UNI RIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
28	Direito	Ciências Jurídicas	DO	4	UFPB	Universidade Federal da Paraíba/J.P.	PB	Nordeste
29	Direito	Dir Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	ME	3	ESDHC	Escola Superior Dom Helder Câmara	MG	Sudeste
30	Direito	Direito	ME	3	UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis	RS	Sul
31	Direito	Direito	ME	3	FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe	SE	Nordeste
32	Direito	Direito	ME	3	UFRJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
33	Direito	Direito (Direito e Desenvolvimento)	DO	4	UFC	Universidade Federal do Ceará	CE	Nordeste
34	Direito	Direito Constitucional	ME	3	UFF	Universidade Federal Fluminense	RJ	Sudeste
35	Ecologia	Ecologia	ME/DO	4	UFV	Universidade Federal de Viçosa	MG	Sudeste
36	Ecologia	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	DO	4	UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	MT	Centro-Oeste
37	Ecologia	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	DO	4	UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz	BA	Nordeste
38	Ecologia	Ecologia e Monitoramento Ambiental	ME	3	UFPB	Universidade Federal da Paraíba/Rio Tinto	PB	Nordeste
39	Ecologia	Ecologia	DO	4	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	Sudeste
40	Ecologia	Ecologia	DO	4	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	Sul
41	Ecologia	Ecologia e Evolução	ME	3	UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	SP	Sudeste
42	Ecologia	Sistemas Costeiros e Oceânicos	DO	4	UFPR	Universidade Federal do Paraná	PR	Sul
43	Ecologia	Sust de Ecosist Costeiros e Marinhos	ME	3	UNISANTA	Universidade Santa Cecília	SP	Sudeste
44	Economia	Economia Aplicada	DO	4	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	Sudeste
45	Economia	Economia	DO	4	UFPB	Universidade Federal da Paraíba/J.P.	PB	Nordeste
46	Economia	Economia	ME	3	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	PE	Nordeste

47	Educação	Educação	DO	4	UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa	PR	Sul
48	Educação	Educação	ME	3	UFG	Universidade Federal de Goiás	GO	Centro-Oeste
49	Educação	Ensino na Saúde	MP	3	UFG	Universidade Federal de Goiás	GO	Centro-Oeste
50	Educação	Educação	ME	3	UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	MG	Sudeste
51	Educação	Educação	ME	3	UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville	SC	Sul
52	Educação	Educação	ME	3	USP/RP	Universidade de São Paulo/RP	SP	Sudeste
53	Educação	Formação de Professores	MP	3	UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	PB	Nordeste
54	Educação	Educação	DO	4	FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí	PI	Nordeste
55	Educação	Educação	ME	3	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	PE	Nordeste
56	Educação	Educação, Sociedade e Culturas	ME	3	UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana	BA	Nordeste
57	Educação	Educação	MP	3	UNB	Universidade de Brasília	DF	Centro-Oeste
58	Educação Física	Ciências da Reabilitação	ME	3	UFCSPA	Fund Univer Fed de Ciências da Saúde de Porto Alegre	RS	Sul
59	Educação Física	Fonoaudiologia	ME	3	UNESP	Universidade Est Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	SP	Sudeste
60	Educação Física	Fisioterapia	ME	3	UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	SC	Sul
61	Educação Física	Educação Física	ME	3	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	Nordeste
62	Educação Física	Educação Física	ME	3	UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	MG	Sudeste
63	Enfermagem	Enfermagem	DO	4	UEM	Universidade Estadual de Maringá	PR	Sul
64	Enfermagem	Enfermagem	MP	3	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	ES	Sudeste
65	Enfermagem	Enfermagem	ME	3	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	MA	Nordeste
66	Enfermagem	Enfermagem	DO	4	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	Nordeste
67	Enfermagem	Enfermagem	ME	3	UFAL	Universidade Federal de Alagoas	AL	Nordeste
68	Engenharias I	Engenharia Civil	ME	3	FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe	SE	Nordeste
69	Engenharias I	Engenharia de Estruturas	ME	3	UFBA	Universidade Federal da Bahia	BA	Nordeste
70	Engenharias I	Engenharia de Transportes	DO	4	UFC	Universidade Federal do Ceará	CE	Nordeste
71	Engenharias I	Processos Const e Saneamento Urbano	MP	3	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
72	Engenharias I	Engenharia Ambiental	ME	3	UFPR	Universidade Federal do Paraná	PR	Sul
73	Engenharias III	Projeto e Processos de Fabricação	MP	3	UPF	Universidade de Passo Fundo	RS	Sul
74	Engenharias III	Engenharia Mecânica	MP	3	UNISANTA	Universidade Santa Cecília	SP	Sudeste
75	Engenharias III	Engenharia de Produção	DO	4	UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá	MG	Sudeste
76	Engenharias III	Engenharia Mecânica	ME	3	UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC	SP	Sudeste
77	Engenharias IV	Engenharia Biomédica	MP	3	UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	PR	Sul
78	Ensino de Ciências	Educação em Ciência e Matemática	MP	3	IFES	Instituto Fed Educ, Ciên e Tec do Espírito Santo	ES	Sudeste

79	Ensino de Ciências	Ensino de Ciências e Matemática	MP	3	UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	RS	Sul
80	Ensino de Ciências	Form Científica, Educ e Tecnológica	MP	3	UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	PR	Sul
81	Farmácia	Ciências Farmacêuticas	ME	3	UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	PB	Nordeste
82	Farmácia	Farmácia	ME	3	UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso Sul	MS	Centro-Oeste
83	Farmácia	Assistência Farmacêutica	ME	3	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	Sul
84	Filosofia/Teologia	Ciências das Religiões	MP	3	FUV	Faculdade Unida de Vitória	ES	Sudeste
85	Filosofia/Filosofia	Filosofia	ME	3	UFF	Universidade Federal Fluminense	RJ	Sudeste
86	Filosofia/Filosofia	Filosofia	ME	3	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
87	Filosofia	Lógica e Metafísica	DO	4	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
88	Filosofia	Filosofia	ME	3	UCS	Universidade de Caxias do Sul	RS	Sul
89	Geografia	Geografia	ME	3	UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins	TO	Norte
90	História	História	ME	3	UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros	MG	Sudeste
91	História	História	DO	4	UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	MS	Centro-Oeste
92	História	História	DO	4	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	Sudeste
93	História	História	ME	3	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	RS	Sul
94	História	História	DO	4	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	ES	Sudeste
95	História	História	DO	4	UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso	MT	Centro-Oeste
96	História	História	ME	3	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	MA	Nordeste
97	História	História	DO	4	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
98	Interdisciplinar	Educação nas Profissões da Saúde	MP	3	PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	SP	Sudeste
99	Interdisciplinar	Ensino em Saúde	MP	3	FAMEMA	Faculdade de Medicina de Marília	SP	Sudeste
100	Interdisciplinar	Ensino na Saúde	MP	3	UFAL	Universidade Federal de Alagoas	AL	Nordeste
101	Interdisciplinar	Interdisciplinar em Saúde	ME/DO	4	UNB	Universidade de Brasília	DF	Centro-Oeste
102	Interdisciplinar	Trabalho, Saúde e Ambiente	ME	3	FUNDAC	Fund Jorge Duprat Fig de Seg e Med do Trabalho	SP	Sudeste
103	Interdisciplinar	Ensino na Saúde	MP	3	UGF	Universidade Gama Filho	RJ	Sudeste
104	Interdisciplinar	Ensino em Ciências da Saúde	MP	3	UNIR	Universidade Federal de Rondonia	RO	Norte
105	Interdisciplinar	Ciências Ambientais	DO	4	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
106	Interdisciplinar	Desenv, Sociedade e Cooperação Internacional	ME/DO	4	UNB	Universidade de Brasília	DF	Centro-Oeste
107	Letras/Linguística	Letras	DO	4	UFC	Universidade Federal do Ceará	CE	Nordeste
108	Matemática	Mod Matemática da Informação	ME	3	FGV/RJ	Fundação Getúlio Vargas	RJ	Sudeste

109	Materiais	Biomateriais	MP	3	UNIBAN	Universidade Bandeirante de São Paulo	SP	Sudeste
110	Materiais	Ciência e Engenharia de Materiais	ME/DO	4	UFPB	Universidade Federal da Paraíba/J.P.	PB	Nordeste
111	Materiais	Ciência e Engenharia de Materiais	ME	3	UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	RS	Sul
112	Medicina I	Ciências da Saúde	ME	3	FMJ	Faculdade de Medicina de Jundiá	SP	Sudeste
113	Medicina I	Oncologia	ME	4	HCB	Hospital de Cancer de Barretos - Fundação PIO XII	SP	Sudeste
114	Medicina II	Nutrição e Saúde	ME	3	UECE	Universidade Estadual do Ceará	CE	Nordeste
115	Planejamento	Planejamento e Gestão do Território	ME	4	UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC	SP	Sudeste
116	Psicologia	Psicologia	ME	3	UFAL	Universidade Federal de Alagoas	AL	Nordeste
117	Saúde Coletiva	Multi p Fortal e Qualificação do Sus	MP	3	AECISA	Associação Educacional em Ciências da Saúde	PE	Nordeste
118	Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	ME	4	UNB	Universidade de Brasília	DF	Centro-Oeste
119	Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	MP	3	UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana	BA	Nordeste
120	Serviço Social	Serviço Social e Política Social	DO	4	UEL	Universidade Estadual de Londrina	PR	Sul
121	Serviço Social	Políticas Públicas	DO	4	FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí	PI	Nordeste
122	Serviço Social	Serviço Social	DO	4	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	Sul
123	Zootecnia	Zootecnia	ME/DO	4	UFBA	Universidade Federal da Bahia	BA	Nordeste